

6

2015

DOSSIÊ

A cidade romana entre a História,
a Arqueologia e a Literatura



Romanitas

Revista de Estudos Grecolatinos



ISSN: 2318-9304

Romanitas

Revista de Estudios Grecolatinos

ISSN 2318-9304

Editor-gerente

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editora assistente

Prof. Dra. Érica Cristhyane Morais da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Ennio Sanzi, Università degli Studi di Messina, Itália

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Prof. Dr. Fabio Favarsani, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Prof. Dra. Leni Ribeiro Leite, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), Brasil

Prof. Dra. Maria Manuela Reis Martins, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná (UFP), Brasil

Conselho Consultivo

Prof. Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Brasil

Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidad de Córdoba/Universidad de La Rioja/Conicet, Argentina

Prof. Dr. Fábio da Silva Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil

Prof. Dra. Isabella Tardin Cardoso, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Prof. Dra. Leila Rodrigues da Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dra. Luciane Munhoz de Omena, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Luís Fontes, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Prof. Dra. Márcia Santos Lemos, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Prof. Dra. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Prof. Dra. Monica Selvatici, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Prof. Dra. Norma Musco Mendes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Ramón Teja, Universidad de Cantabria (Unican), Espanha

Prof. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Prof. Dra. Roberta Alexandrina da Silva, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Laham Cohen, Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina

Prof. Dr. Sergio Alberto Feldman, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dra. Sílvia M. A. Siqueira, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

Prof. Dra. Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil

Equipe Técnica

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Profa. Me. Carolline da Silva Soares, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editoração, revisão técnica e capa

Prof. João Carlos Furlani, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Revisão

Equipe Técnica

A revista

Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos é um periódico semestral voltado para a divulgação de trabalhos inéditos sob a forma de dossiês, artigos de temática livre e resenhas. O periódico exibe uma vocação interdisciplinar, buscando congregar pesquisadores em História, Letras e Arqueologia que se dediquem ao estudo da Antiguidade Clássica, campo de conhecimento que tem experimentado, no Brasil, um significativo incremento ao longo dos últimos anos. Mantida pelo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) da Universidade Federal do Espírito Santo, *Romanitas* pretende conferir visibilidade à produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com especialistas estrangeiros, requisito indispensável para a consolidação da área.

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, n. 6, 2015.

175 p. : il.

ISSN: 2318-9304

1. Grécia – Expansão – História. 2. Roma – Expansão – História. 3. História Antiga. 4. Arqueologia Clássica. 5. Estudos Clássicos.

CDU: 94(3)

Contato

Laboratório de Estudos sobre o Império Romano • Centro de Ciências Humanas e Naturais • Universidade Federal do Espírito Santo • Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus de Goiabeiras, Vitória, ES - Brasil • CEP 29075-910 • Telefone: 27 4009-7641 • E-mail: es.leir@gmail.com

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou editores, constitui violação da Lei 5.988.

Dossiê

Dossier

A cidade romana entre a História, a Arqueologia e a Literatura
The Roman city among History, Archaeology and Literature

Apresentação <i>Introduction</i> Érica Cristhyane Morais da Silva	7
Entrevista com Maria Manuela dos Reis Martins: reflexões sobre a Arqueologia Urbana, a paisagem e o território <i>Interview with Maria Manuela dos Reis Martins: considerations on Urban Archaeology, landscape and territory</i>	9
<i>Domina Vrbs</i> : quotidiano e sociabilidades na Roma de Marcial <i>'Domina Vrbs': daily life and sociability in Marcial's Rome</i> Virgínia Soares Pereira	20
Das comunidades a Roma: o feminino nas comunidades gnósticas e o processo de segregação sexual entre os proto ortodoxos (séculos I-IV) <i>From community to Rome: the women in the Gnostic community and the sexual process of segregation among proto orthodox Christians (I-IV AD)</i> Roberta Alexandrina da Silva	39
Os <i>Bracaraugustani</i> e os monumentos epigráficos: uma análise da presença do gênero feminino nas inscrições de <i>Bracara Augusta</i> <i>The 'Bracaraugustani' and the epigraphic monuments: an analysis of the female presence in the inscriptions of 'Bracara Augusta'</i> Raquel de Morais Soutelo Gomes	58
A construção em <i>Bracara Augusta</i> . O processo construtivo de uma cidade: os agentes e os artesãos <i>The building activities in 'Bracara Augusta'. The building process of a city: the agents and the craftsmen</i> Jorge Manuel Pinto Ribeiro Maria Manuela Martins	73
Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na <i>domus</i> das Carvalheiras <i>Between public and private. The daily life settings in the 'domus' of Carvalheiras</i> Fernanda Magalhães Jorge Manuel Pinto Ribeiro Maria Manuela Martins	88
As cidades romanas na Tripolitânia: o caso de Oea (século II d.C.) <i>The Roman cities in Tripolitania: the case of Oea (II AD)</i> Belchior Monteiro Lima Neto	107

Os espaços da justiça em Antioquia: o dicastério e o bouleutério
The space of justice in Antioch on the Orontes: the dicasterion and the bouleuterion
Érica Cristhyane Morais da Silva 125

Tema livre
Open object

Uma nota a Catulo 8 e 58: a fragmentação do *ego* e a vulgarização de Lésbia
A note on Catullus 8 and 58: the fragmenting of 'ego', and Lesbia's vulgarization
Paulo Martins 140

Do cosmos antigo à cosmovisão cristã: o monstruoso entre o último período
antigo e o advento da Cristandade
*From the ancient cosmos to the Christian worldview:
the monstrous between Late Antiquity and the rise of Christianity*
Ronaldo Amaral 151

Resenhas
Reviews

Inventivas e panegíricos na Antiguidade Tardia: as duas faces de uma mesma moeda
Invectives and panegyrics in Late Antiquity: the two faces of the same coin
FLOWER, R. *Emperors and bishops in Late Roman Invective*. Cambridge:
Cambridge University Press, 2013. 294 p.
Daniel de Figueiredo 166

O período helenístico: a época dos Diádocos
The Hellenistic period: the Era of the Diadochi
ANSON, E. M. *Alexander's heirs: the age of successors*. Oxford:
Wiley Blackwell, 2014. 248 p.
Alessandra André 172

Dossiê

Dossier

A cidade romana entre a História, a Arqueologia e a Literatura
The Roman city among History, Archaeology and Literature

Apresentação

Introduction

Érica Cristhyane Morais da Silva

A história da Antiguidade é também, em grande medida, a história de suas cidades. As reflexões sistemáticas acerca da cidade antiga se iniciam *grosso modo* em 1864, ano no qual Fustel de Coulanges (1830-1889) publica sua obra mais conhecida, *La cité antique (A cidade antiga)*, que, em muitos aspectos, se apresenta como uma obra inovadora. Fustel de Coulanges não deixou de registrar seus argumentos sobre a importância de se refletir acerca das crenças, dos costumes e das relações familiares para se compreender as instituições políticas dos antigos mediante uma concepção de cultura que emerge como categoria indispensável para o estudo dos acontecimentos relacionados ao campo da política.

A obra de Fustel de Coulanges impressiona e combina “precisão de detalhes” e “lucidez de estilo”, de acordo com Gustave Glotz (1929, p. 4) que, inclusive, elogia a utilização do “método comparativo” feita por Coulanges, empregado com “maestria”, segundo o autor. Na trilha deste estudo pioneiro de Coulanges, outra obra que merece destaque é sem dúvida *La cité grecque (A cidade grega)*, de Gustave Glotz, publicada em 1929, que representa uma tentativa de definição de um conceito de cidade válido para a sociedade grega por intermédio da compreensão das suas instituições, da sua formação e desenvolvimento. Para tanto, Glotz explorou não apenas fontes literárias, mas também fontes epigráficas, papirológicas e arqueológicas. Embora tanto *A cidade antiga* quanto *A cidade grega* representem uma significativa contribuição que as distingue em termos historiográficos, a principal crítica que se pode tecer a ambos os trabalhos reside, em nossa opinião, na exploração restrita da cultura material pelos autores, pois Coulanges e Glotz consultaram, com muito mais detalhe, apenas os testemunhos literários, que em diversos aspectos são contrariados pelas descobertas arqueológicas.

Com o processo de incorporação cada vez mais intenso da documentação de cultura material proveniente das escavações, a História passa a ser escrita mediante toda sorte de material, seja ele textual, imagético, arquitetônico e outros. Todavia, essa ampliação e agregação de novos recursos documentais não significaram um abandono da documentação escrita. Esta sofreria também outro tipo de “revolução”. Textos antes pouco explorados ou nem sequer considerados pelos historiadores tornam-se objeto de

estudo e, assim, a documentação escrita também recebe um olhar novo, uma consideração mais detida e crítica. A interseção entre História, Arqueologia e Literatura é, neste caso, bastante propícia à exploração do tema sobre a cidade romana.

O Império Romano foi um Império plural e multifacetado. Roma foi uma *cosmópolis* e, tradicionalmente, o coração de um vasto território, mas a história do Império Romano não apresentaria um cenário completo se outras cidades não fossem conhecidas. As cidades romanas se multiplicaram na mesma proporção em que o Império se expandia: Ravena, Milão, Constantinopla, Alexandria, Antioquia, Óstia, Beirute, Níbis, Apameia, Éfeso, Mérida e muitas outras cidades constituíam parte do Império e o conformavam. Neste número de *Romanitas* dedicado ao tema "As cidades romanas entre a História, a Arqueologia e a Literatura", temos a oportunidade de conhecer um pouco mais acerca de algumas cidades romanas ainda pouco conhecidas do público brasileiro, como, por exemplo, *Bracara Augusta* e *Oea*.

Desse modo, as cidades, tanto aquelas que eram pouco exploradas ou conhecidas quanto aquelas que conhecemos melhor, tornam-se foco de atenção de historiadores, arqueólogos e literatos pelo importante papel que desempenharam no contexto romano. As cidades romanas antigas estão na agenda atual dos investigadores. E é exatamente pela importância deste tema na contemporaneidade, pelo que ele pode nos revelar sobre a história do mundo romano, que reunimos aqui pesquisadores de diversas especialidades para refletir sobre as cidades romanas. O resultado? Um conjunto composto por uma entrevista estimulante e por artigos distribuídos entre a seção *Dossiê* e a seção *Tema Livre* que nos oferecem importantes *insights* sobre o Império Romano e suas cidades. Por fim, há duas resenhas cujo mérito é nos manter atualizados sobre a produção historiográfica acerca da Antiguidade grega e romana.

Referências

- FUSTEL DE COULANGES. *A cidade antiga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
GLOTZ, G. *La cité grecque*. Paris: La Renaissance du Livre, 1929.

Entrevista com Maria Manuela dos Reis Martins: reflexões sobre a Arqueologia Urbana, a paisagem e o território*

Interview with Maria Manuela dos Reis Martins: considerations on Urban Archaeology landscape and territory

Maria Manuela dos Reis Martins, Professora Catedrática de Arqueologia do Departamento de História da Universidade do Minho, Portugal, é uma notável especialista em Arqueologia Urbana, da Paisagem e do Território, com ênfase em urbanismo e arquitetura romanas. Sua trajetória profissional e acadêmica associa duas áreas de conhecimento: História e Arqueologia. Presidente e responsável pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, publicou vários artigos, capítulos de livro e obras que representam uma importante contribuição à História e à Arqueologia da Roma Antiga. Por meio do conjunto de sua obra, conhecemos *Bracara Augusta*, cidade romana fundada pelo imperador Augusto, que desempenhou um papel relevante na integração da Península Ibérica ao Império Romano. Entre suas atividades atuais, Manuela Martins coordena o Projeto *Paisagens em mudança. Bracara Augusta e o seu território (séculos IV-VII)*, por meio do qual busca refletir sobre as mudanças e continuidades no contexto da cidade de *Bracara Augusta* entre os séculos I e VII d.C.

1. *Érica Cristhyane Morais da Silva: Há algum aspecto em sua vida pessoal, familiar e escolar que considere determinante para sua escolha profissional, sua atuação e interesse pela Arqueologia em associação com a História?*

Maria Manuela dos Reis Martins: Sempre gostei de História desde menina e tive a sorte de ter professores excepcionais que muito contribuíram para a minha formação e interesse pelas problemáticas históricas. Na minha adolescência, era fascinada pelo mundo grego e sonhava escavar em Atenas, porque, nos anos 60 do século XX, quase não existia Arqueologia em Portugal.

Logo no primeiro ano da Faculdade redescobri a paixão pela História Antiga e foi-me dada a oportunidade de trabalhar em Arqueologia, num dos mais carismáticos projetos da Arqueologia portuguesa antes do 25 de Abril: o projeto de salvamento

* Entrevista concedida a Érica Cristhyane Morais da Silva em 14 de agosto de 2015.

da Arte Rupestre do Vale do Tejo. Foi o primeiro projeto de Arqueologia preventiva em Portugal, que envolveu muitos jovens universitários e que constituiu uma grande escola de formação. Aí aprendi que a atividade arqueológica é sempre um trabalho de equipa, sem horários, que deve muito à intuição, mas também à capacidade de inovar permanentemente no nosso desempenho. Depois fui-me formando e autoformando em Arqueologia, circulando por diversas escavações, sobretudo em França e na Alemanha.

Acho que tive grandes mestres a quem devo muito do que sou em termos intelectuais e profissionais. Destacaria o Padre Manuel Antunes, grande humanista e especialista em História Antiga, que me influenciou profundamente na maneira de pensar os factos históricos e André Leroi-Gourhan, com quem tive o privilégio de privar nas escavações de Pincevant, a quem devo a visão antropológica sobre os contextos arqueológicos. Por isso, a minha visão dos factos que analiso enquanto arqueóloga e investigadora é sempre histórica e antropológica.

2. Arqueologia e História sempre estiveram unidas, mas como pensar essa relação para os estudos sobre o Mundo Antigo, em especial sobre a Civilização Romana?

R: História e Arqueologia estão intimamente ligadas, não tanto pelos métodos ou problemáticas, mas porque são duas disciplinas históricas. Ambas abordam as sociedades do passado usando fontes diferentes e distintos protocolos de investigação. A Arqueologia é, contudo, também, uma disciplina antropológica que aspira a compreender os comportamentos através dos artefactos e contextos que descobre e é capaz de reconhecer. Nesse sentido, a Arqueologia tem capacidade para intervir, também, em contextos contemporâneos, ou mesmo atuais, pois aquilo que a caracteriza, não é tanto a dimensão temporal, quanto a capacidade de interpretar comportamentos tendo por base os vestígios materiais.

No que se refere ao Mundo Antigo, e em particular à Civilização Romana, gosto de enfatizar os diferentes olhares que ambas as disciplinas têm sobre esse período. Mais do que complementares, História e Arqueologia são duas disciplinas científicas que produzem diferentes discursos que enriquecem o nosso saber e complexificam a nossa percepção e compreensão de diferentes aspectos da sociedade romana. Na verdade, julgo que a complementaridade entre as duas disciplinas se concretiza na capacidade acrescida que ambas fornecem aos investigadores de melhor compreendermos e problematizarmos os factos, os cenários, ou os protagonistas de uma sociedade distante, mas de grande modernidade. Sendo o passado, qualquer passado, um “país estrangeiro”, conforme afirmou David Lowenthal, importa que ambas disciplinas ensaiem a aprendizagem da “língua” para melhor compreender a sua semântica.

3. Recentemente, as cidades têm sido foco de atenção cada vez maior por parte de historiadores e arqueólogos. Qual a contribuição da História e da Arqueologia para a História das Cidades na atualidade?

R: A cidade é porventura o artefacto mais complexo criado pela sociedade humana, permanentemente alterado e reinventado. Por isso, a cidade representa sempre um espaço privilegiado de conservação e representação da memória, retocado por sucessivos tempos e experiências que lhe acrescentaram diferentes contornos e funcionalidades. Na verdade, as cidades são sempre multifacetados documentos históricos que sedimentam continuidades, rupturas e conflitos, visões e projectos de homens e poderes, glórias e declínios de sucessivas épocas. Nelas se descobrem as relações dos homens com o espaço, os avanços técnicos e artísticos, as relações sociais e de poder, ou as ideologias dominantes de diferentes épocas.

Enquanto facto histórico complexo, a cidade constitui um observatório privilegiado de análise da História e da Arqueologia, devido à pluralidade das suas dimensões, que se evidenciam nas suas tramas, espaços, construções, relações e vivências. Por isso, estas disciplinas têm um papel fulcral na perceção e compreensão dos tempos e das espacialidades urbanas, mas também dos protagonismos que tiveram impacto na materialização das cidades como espaços construídos e vividos. A importância das duas disciplinas é particularmente significativa quando falamos de cidades que possuem uma longa sedimentação histórica, como são as cidades onde vivemos e onde a memória material do passado se dilui com a sua permanente reconstrução e renovação. Sublinho, em particular, o papel central da Arqueologia na recuperação da historicidade dos espaços e edifícios urbanos, através da descoberta e interpretação dos contextos materiais que formalizaram as cidades em diferentes períodos. São precisamente esses contextos, que já não existem, que ao ser recuperados pela Arqueologia nos ajudam a compreender os cenários de representação das vivências urbanas, também elas inferidas a partir das fontes históricas e iconográficas. História e Arqueologia operam em conjunto para ampliar o significado e o sentido dos lugares na sua longa duração.

4. Na sua concepção, o que podemos compreender por Arqueologia Urbana, da paisagem e do território, que domínio de reflexão seria este?

R: A Arqueologia é uma disciplina que sofreu uma importante evolução na segunda metade do século XX devido às rápidas transformações sociais e ambientais resultantes da aceleração histórica posterior à II Guerra Mundial. Embora a sua origem como disciplina

histórica remonte ao século XIX, a Arqueologia manteve-se durante muitas décadas como disciplina académica, muito presa às visões antiquaristas e colecionistas que estiveram na sua origem. A partir da década de 60 do século passado a Arqueologia evoluiu rapidamente, quer do ponto de vista teórico, quer metodológico, adaptando-se a intervir em diferentes contextos da sociedade contemporânea, o que alterou profundamente o seu paradigma. Na origem desta transformação está o nascimento da chamada Arqueologia de salvamento, ou preventiva, associada aos trabalhos arqueológicos em larga escala, iniciados no Pós-Guerra, quer nas cidades, quer nos territórios, mas também as novas preocupações políticas e ideológicas relativas ao passado e à cultura, patentes nas convenções e recomendações emanadas de organismos internacionais, que se traduziram em nova legislação relativa à protecção e recuperação do património arqueológico e arquitetónico, à valorização das paisagens e dos territórios.

Foi o crescendo de destruições e reconstruções urbanas, com amplo impacto sobre o património construído e enterrado das cidades, que esteve na origem da Arqueologia Urbana, enquanto a mecanização da agricultura, a construção de grandes equipamentos industriais, ou a modernização do sistema viário potenciou a emergência da Arqueologia da Paisagem e do Território. Na verdade, foi a "Arqueologia de salvamento", praticada nas cidades, ou nos espaços rurais, que permitiu a especialização e profissionalização dos arqueólogos e a sofisticação dos métodos de deteção e registo dos vestígios do passado. Assim, a uma Arqueologia tradicionalmente mapeada por uma forte especialização cronológica e civilizacional sucedeu uma Arqueologia fundamentalmente preocupada com a longa duração da ocupação dos espaços, sedimentada nas construções e no ordenamento das paisagens, alterando-se os questionários de investigação e os protocolos metodológicos que visam a compreender as transformações operadas nos espaços urbanos e nos territórios, quer do ponto de vista ambiental, quer cultural.

Assim, a Arqueologia Urbana deve ser percebida como o domínio da disciplina arqueológica que atua nas cidades, tendo em vista estudar e restituir as diferentes cidades que se sucederam no mesmo espaço. A Arqueologia da Paisagem e do Território tem por objetivo compreender os processos de ocupação, uso e transformação das paisagens, entendendo-se estas na sua dupla dimensão, natural e antrópica. A primeira liga-se aos suportes físicos e aos recursos, enquanto a segunda se associa ao tempo e à sucessão de interações entre as comunidades, os ambientes e os lugares.

5. A Arqueologia Urbana está associada à defesa do património arqueológico urbano e, por conseguinte, à salvaguarda da memória de um povo, de uma sociedade. Tendo em vista os recentes acontecimentos que implicaram a destruição, por terroristas do Estado Islâmico,

de sítios arqueológicos que se confundem com o próprio surgimento da cidade, como os arqueólogos, com seus métodos de trabalho, podem auxiliar na conservação da memória de artefatos que não existem mais?

R: A Arqueologia Urbana, enquanto área especializada da Arqueologia, que tem como objetivo a história das cidades, seria impensável fora de um contexto social e ideológico que se fundamenta no conceito de património como um bem comum, coletivamente herdado do passado, ao qual se atribui um valor histórico, cultural e identitário e que se entende dever ser legado às futuras gerações. Esta conceção de património, enquanto bem coletivo, aplicado aos testemunhos materiais do passado, nasceu no século XIX, no quadro dos nacionalismos emergentes, e sofreu uma considerável evolução no mundo ocidental durante a segunda metade do século XX, através das múltiplas convenções e recomendações emanadas de organismos internacionais e da ação dos mesmos, designadamente da UNESCO, em prol da classificação de alguns sítios, ou bens materiais e imateriais, como património da Humanidade.

No entanto, a essência do conceito de património reside sempre num processo de reconhecimento social e ideológico do valor (mais valia cognitiva, histórica ou cultural) que é atribuído a um bem, num quadro social específico, que muda com as modas, os gostos, ou os valores das sociedades. Por isso, aquilo que se admite constituir hoje património da Humanidade, porque se lhe reconheceu um valor tangível ou intangível singular, no quadro da história civilizacional, necessita sempre de ser reconhecido pelo seu valor identitário.

As ações do Estado Islâmico demonstram bem a enorme dependência dos legados do passado face aos contextos políticos e ideológicos presentes, mas também a fragilidade dos mecanismos vigentes de classificação patrimonial, que não bastam para garantir a sua preservação. As perdas são enormes, mas teremos inevitavelmente que aprender alguma coisa com esta situação. Dos sítios destruídos ficarão sempre os registos recuperados pela Arqueologia, fundamentais para que os vestígios do passado desaparecidos nos continuem a transmitir mensagens. Dos atos terroristas sobre o património se fará também história futura, que não poderá deixar de ter consequências nas práticas de trabalho dos historiadores e arqueólogos.

Importa referir, contudo, que todos os dias, e por diferentes razões, se destrói património histórico por todo o mundo. Na maior parte das vezes por ignorância e desinteresse, mas também por catástrofes naturais e devido aos conflitos armados. Só se pode preservar aquilo que reconhecemos como importante, que faz sentido no presente e queremos legar ao futuro. O legado do passado só é importante se for

integrado na nossa vida presente e contribuir para o bem estar e qualidade de vida das pessoas e das comunidades, do ponto de vista cognitivo, cultural e material. É essa percepção que justifica a crescente importância das ciências históricas e do património na sociedade contemporânea. A Arqueologia tem neste contexto um importante papel, pois contribui, através dos seus protocolos metodológicos de atuação, para registar o que vai desaparecendo fisicamente. O conceito de "erosão da História" define bem o processo de destruição acelerada do passado numa sociedade em rápida transformação, que muito afeta os "arquivos da Terra". É, por isso, imperioso que os países não desleixem a legislação cautelar relativa ao património para que a Arqueologia possa desempenhar o seu papel.

6. *'Bracara Augusta'* foi uma cidade importante da Península Ibérica na época romana. Contudo, no contexto brasileiro, a história da Península Ibérica, na Antiguidade, ainda é pouco explorada, incluindo o conhecimento sobre história de *'Bracara Augusta'*. O que você poderia nos dizer, numa breve síntese, sobre a atuação de *'Bracara Augusta'* no contexto peninsular ibérico?

R: Poderíamos considerar que a historiografia tradicional, essencialmente baseada nas fontes textuais clássicas, não tratou devidamente o papel das cidades do NO da Península Ibérica, tendo sempre desvalorizado o seu protagonismo, apesar de sabermos pelos autores latinos que essas cidades foram importantes centros administrativos. É precisamente a partir deles que podemos situar *Bracara Augusta* como uma das três cidades fundadas pelo imperador Augusto no NO peninsular, que funcionaram como capitais de conventos jurídicos. É também com base nas fontes textuais que sabemos que a cidade foi promovida a capital da província da *Gallaecia*, criada no âmbito das reformas administrativas empreendidas por Diocleciano, quando se reorganizou o vasto território da província Tarraconense, fragmentado em novas províncias. Mais uma vez, é a partir das fontes escritas que temos conhecimento de que, nos inícios do século V, os Suevos se fixaram na *Gallaecia* e escolheram *Bracara* como capital do seu reino, que vingou até a conquista da cidade pelos Visigodos, em 585. Sabemos igualmente, através das fontes escritas, que Braga foi sede episcopal e que mantinha, ainda na segunda metade do século VI, um importante protagonismo político e religioso a nível peninsular, bem documentado pela celebração dos concílios bracarenses de 561 e 572.

Assim, parece indiscutível, apenas pela atenta avaliação das fontes textuais, que *Bracara Augusta* foi fundada como "cidade de poder", destinada a administrar um vasto e rico território, que se viu consideravelmente ampliado nos finais do século III, quando

a cidade foi promovida a capital provincial. Na verdade, a Arqueologia Urbana, que passou a atuar na cidade de Braga de modo sistemático desde 1976, apenas veio dar expressão material ao protagonismo político da cidade durante longos séculos, perceptível na sua planeada trama urbana, na qualidade dos seus edifícios públicos, na sua ativa vida económica, ou nas suas luxuosas *domus*, que demonstram que as elites bracaraugustanas eram detentoras de poderosos dividendos, fossem eles oriundos da exploração da terra, do comércio, ou da exploração mineira. Essa expressão material, que constitui o resultado de 40 anos de investigação arqueológica continuada na cidade de Braga, é por vezes considerada surpreendente, pois sempre se admitiu que as populações indígenas do NO peninsular haviam assimilado mal e apenas tardiamente os modelos urbanos itálicos, comparativamente aos territórios da Bética, da Lusitânia, ou da área meridional da Tarraconense. No entanto, a realidade é bem diferente e demonstrativa do potencial da Arqueologia para renovar o conhecimento e reescrever a História.

Sabemos que a assimilação de novos conhecimentos por parte do discurso historiográfico pode ser lenta, pois o sistema científico não é isento de omissões, ignorâncias ou mesmo de preconceitos. Tal como aconteceu com a Arqueologia, importa que a História Antiga mude os seus paradigmas e conceda maior relevância às fontes arqueológicas que estão a revolucionar o nosso saber sobre a Antiguidade Clássica. Algo que penso estar a ocorrer nalgumas universidades brasileiras, das quais a UFES constitui um excelente exemplo a seguir.

7. O território referente à antiga cidade de 'Bracara Augusta' apresenta um rico património como resultado de diversas intervenções arqueológicas. Uma das estruturas arquitetónicas romanas encontradas por você e escavadas foi o teatro. O que nos é possível saber sobre o teatro no contexto da história dessa cidade romana?

R: Os teatros representam um dos tipos de arquitetura mais carismáticos da cidade antiga. Não tanto pelo tipo de espetáculos que neles se desenrolava, mas sobretudo pelo seu significado ideológico, social e cultural. De facto, sabemos pela documentação epigráfica, em particular através da bem conhecida *tabula Siarensis*, que o espaço envolvente do teatro era o cenário urbano de excelência para a realização de algumas importantes procissões associadas à exaltação do culto imperial. Simultaneamente, o teatro constituía o palco ideal para representar a unidade do corpo cívico da cidade romana, adequadamente ordenado por classes sociais, distribuídas pelos assentos da *cavea*. Por outro lado, a implantação arquitetónica da frente cénica, com as estátuas dos imperadores, exibidas diante dos espetadores, possuía uma importante dimensão cultural

e ideológica, refletindo o hábito de utilização das ordens arquitetônicas na construção da paisagem urbana, que permitia a interiorização da linguagem arquitetônica clássica.

Por isso, a existência de um teatro numa qualquer cidade romana provincial representa sempre um importante testemunho do grau de integração do seu corpo cívico, bem como a sua conformidade com os rituais, com a cultura e com o poder de Roma.

Podemos afirmar que a construção do teatro romano de *Bracara Augusta* se insere plenamente nos processos de adequação do espaço urbano bracarense aos modelos urbanísticos e arquitetónicos que poderíamos esperar de uma florescente cidade provincial, situação que permite questionar algumas das premissas da historiografia tradicional que sempre atribuíram valores urbanos limitados às cidades do NO da Península Ibérica.

Por isso, não é surpreendente que um edifício como o teatro, paradigma de uma arquitetura normalizada com a retórica das ordens arquitetônicas, adquirisse um marcado protagonismo no espaço urbano de *Bracara Augusta*. De facto, quer a sua fachada ritmada pelos contrafortes exteriores do edifício, quer a *scaena* presidida pela sobreposição das colunas, quer ainda os porticados *postscaenam*, refletiam, no seu conjunto, um adequado *ornato publico* compatível com o estatuto político da cidade e o seu protagonismo de capital regional.

8. Recentemente, temse refletido sobre o modelo centro-periferia nos estudos sobre as relações entre Roma e suas províncias e cidades. A ideia de um império centralizado não oferecia espaço para a compreensão dos níveis de autonomia regional e municipal. Considerando essas relações centro-periferia, como podemos compreender a posição da Galécia e de sua sede no contexto do Império?

R: O modelo centro-periferia apenas permite perceber o Império Romano num esquema macropolítico e macroeconómico, dizendo-nos muito pouco sobre a relevância das múltiplas periferias que existiam. Na verdade, o protagonismo dessas periferias não pode simplesmente ser explicado por modelos de escala ampla, mas sim por análises de escala mais fina, que nos demonstram, por vezes, que essas periferias também tinham centros e áreas periféricas.

Creio que, no estado atual dos nossos conhecimentos, os territórios do NO peninsular, que conformaram a província da *Gallaecia* baixo-imperial devem ser olhados pelo papel que desempenharam, quer no contexto económico do Império, quer no contexto mais restrito da Hispânia romana.

Tradicionalmente, os territórios da fachada ocidental da Península Ibérica e em particular os do NO foram considerados como periféricos e marginais, devido ao facto

de alguns autores antigos os referirem como *finis terrae*. No entanto, a investigação arqueológica das últimas décadas atesta que essas periféricas terras foram palco de intensas relações com o Mediterrâneo, através de uma precoce navegação atlântica, documentada desde o Bronze Final, que revela um dinâmico mundo atlântico onde existia uma extensa rede de comunicações e de inter-relações culturais. As evidências arqueológicas demonstram, igualmente, que os romanos dominavam uma extensa frente atlântica desde meados do século I a. C., consolidada com a expedição de César a *Britannia*. A posterior conquista da *Britannia* assegurou o controlo da rota atlântica que desempenhou um papel estratégico no abastecimento dos exércitos estacionados no *limes* germânico e britânico. A relevância económica e estratégica desta rota, já sublinhada por vários autores, ajuda a perceber a importância nevrálgica dos territórios do NO hispânico no âmbito da política e economia imperial.

Importa, contudo, sublinhar que o NO possuía outros interesses estratégicos para Roma, designadamente decorrentes dos seus importantes recursos mineiros, designadamente o ouro. Muito embora os estudos tenham valorizado preferencialmente a exploração mineira estatal do ouro, designadamente na região das Médulas, importa referir que muito existe por investigar ainda no que respeita à exploração intensiva deste recurso, quer no norte de Portugal, quer na Galiza. Na verdade, está ainda por realizar o mapa da mineração na época romana nas regiões setentrionais da Hispânia, bem como as ilações que dele podem ser extraídas, que certamente ajudarão a perceber melhor o protagonismo das cidades do NO peninsular e o papel desta região na economia do mundo romano.

9. *Atualmente, você coordena um projeto que se intitula 'Paisagens em mudança. Bracara Augusta e o seu território (séculos IVII)'. Em que consiste esse projeto?*

R: Esse projeto foi desenvolvido entre 2012 e 2015, tendo integrado uma vasta equipa de arqueólogos e historiadores, mas também de especialistas na área dos paleoambientes. O nome do projeto associa-se ao desafio, ao qual procurámos dar resposta, concretamente, a evolução da paisagem urbana e rural de Braga entre a sua fundação romana e o fim da Antiguidade Tardia. Porque sabemos que no mundo antigo cidade e território estavam intimamente interligados e porque é suposto que os ritmos de mudança urbana possam ter uma correspondência em processos de reorganização do território, procurámos equacionar as continuidades e mudanças que pudessem ter expressão no registo arqueológico, sem esquecer o enquadramento paleoambiental, suscetível de nos informar sobre os impactos decorrentes da criação de uma cidade e de novas formas de ocupação

e exploração do território, sobre o ambiente e a paisagem. Foi um projeto ambicioso que tentou ainda responder a outras questões históricas, designadamente relativas ao impacto na região da crise do século III, da promoção de *Bracara* a capital de província, ou aos efeitos da instalação na região dos Suevos nos inícios do século V.

O ponto de partida do projeto foi o grande acervo de informação arqueológica disponibilizado pelas investigações realizadas na cidade e no território de Braga pelos investigadores da Universidade do Minho, mas que foi obtido com diferentes estratégias. Enquanto os dados disponíveis para a cidade resultam essencialmente de escavações realizadas em contexto preventivo, ou de investigação de áreas protegidas, a informação disponível para o território resulta sobretudo de trabalhos de prospeção e catalogação sistemática, que potenciaram notáveis resultados. No entanto, o projeto visou a obter novos dados, tendo por base a metodologia arqueológica, mas também a análise dos documentos referentes ao território de Braga para os períodos medieval e moderno, pretendendo-se a partir deles ensaiar uma análise regressiva das características da paisagem antiga.

Embora o projeto tenha sido recentemente concluído é expectável que os seus resultados possam ainda ter repercussões relevantes a curto e médio prazo, designadamente no âmbito de publicações, sendo certo que contribuiu para a formulação de novas perspetivas de investigação, tanto na cidade como no território.

10. Entre 2013 e 2014, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foram parceiras em um Projeto de Cooperação Internacional intitulado 'Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano'. Essa parceria tornou possível aos alunos do curso de Graduação e PósGraduação em História da UFES uma introdução ao conhecimento arqueológico e sua associação com os estudos de História Antiga. A Arqueologia Clássica ainda é uma área de conhecimento incipiente no contexto brasileiro, mas promissora. Qual a sua opinião sobre esse intercâmbio lusobrasileiro e que resultados podemos esperar de iniciativas de cooperação acadêmica como a citada?

R: Posso afirmar que o projeto *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano*, desenvolvido em cooperação entre a UFES e a UAUM, representou uma verdadeira “lufada de ar fresco” para toda a equipa portuguesa que nele participou do lado português. Sendo esta maioritariamente constituída por arqueólogos foi extremamente interessante cruzar os nossos olhares com os dos investigadores de História Antiga, treinados na exploração das fontes escritas. Infelizmente, em Portugal, não é hábito que arqueólogos e historiadores trabalhem em conjunto, podendo-se mesmo afirmar que a História Antiga se encontra quase em extinção nas universidades portuguesas, onde é verdadeiramente residual.

Sendo certo que os arqueólogos também são historiadores, não deixa de ser um facto que raramente exploram em profundidade as fontes escritas e o seu potencial. Por outro lado, também não é comum que os investigadores de História Antiga saiam da sua área de conforto e queiram valorizar os contributos da Arqueologia. Como já afirmei, quer as metodologias, quer as questões da História Antiga e da Arqueologia são diferentes, ainda que possam incidir sobre contextos semelhantes. Por isso, encontrar um tema comum, suscetível de ser valorizado e analisado por investigadores de ambas as disciplinas, como aconteceu no referido projeto, representou um importante desafio, cujo mérito cabe ao Professor Gilvan Ventura. Creio que os resultados práticos do projeto referido só em parte podem ser visíveis no que já foi feito, pois serão sobretudo valorizados no futuro. Todos aprendemos imenso com a experiência e certamente que ela terá repercussões muito positivas no futuro das nossas investigações. Por isso, sublinho o grande interesse da cooperação académica entre a UFES e a Universidade do Minho e o envolvimento de jovens investigadores na iniciativa, pois serão eles os promissores herdeiros de um novo olhar sobre as temáticas da História Antiga.

Domina Vrbs: quotidiano e sociabilidades na Roma de Marcial

*'Domina Vrbs': daily life and sociability
in Marcial's Rome*

Virgínia Soares Pereira*

Resumo: Marcial (c.40-c.103 ou 104), poeta hispânico do século I d.C., deixou o seu nome indelevelmente ligado ao género epigramático e mais especificamente ao epigrama satírico. Qual verdadeiro repórter, espelha na sua obra atitudes, usos e costumes, o *modus uiuendi* dos homens e da Roma do seu tempo. O presente artigo propõe-se percorrer, na companhia de Marcial, alguns dos principais tempos e espaços do quotidiano e das sociabilidades em Roma.

Résumé: Martial (c.40-c.103 ou 104), poète hispanique du Ier siècle a.C., a laissé son nom indélébilement lié au genre épigrammatique et, surtout, à l'épigramme satyrique. Tel un vrai reporter, il met en évidence, dans son œuvre, les attitudes, les us et coutumes, le *modus uiuendi* des hommes, ainsi que de la Rome de son temps. Cet article a le propos de parcourir, avec Martial, quelques principaux temps et espaces du quotidien et des sociabilités à Rome.

Palavras-chave:

Marcial;
Epigrama;
Sociabilidades;
Patronato.

Mots-clés:

Martial;
Épigramme;
Sociabilités;
Patronat.

Recebido em: 16/11/2015
Aprovado em: 18/12/2015

* Docente aposentada da Universidade do Minho, na área de Estudos Clássicos. Fez a licenciatura em Filologia Clássica, o Mestrado em Literatura Novilatina em Portugal e o Doutoramento em Ciências da Literatura – Literatura Latina. Lecionou várias disciplinas, em cursos de graduação e pós-graduação, a saber: Latim, Grego, Introdução aos Estudos Clássicos, Literatura e Cultura Greco-Latina, Linguística Grega e Latina. Atualmente, pertence ao Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Audio Valerium Martialem decessisse, et moleste fero. Erat homo ingeniosus, acutus, acer et qui plurimum in scribendo et salis haberet et fellis, nec candore minus.

Soube da morte de Valério Marcial e sinto pena. Era um homem talentoso, penetrante, vigoroso, que na sua escrita punha muito sal e fel, mas também muita delicadeza (Plínio-o-Moço, *Epist.* 3.21.1).

Considerado o maior epigramatista da literatura ocidental, M. Valério Marcial (c. 40 - c. 104), poeta hispânico do século I d.C., deixou o seu nome profundamente ligado ao género epigramático e mais especificamente ao epigrama satírico.¹ “Il poeta di Roma vivente” (como dele disse Enrico Paoli) dedicou o seu tempo a observar e a retratar, com olhos de verdadeiro repórter, as atitudes, os usos e costumes, o *modus uiuendi* dos homens e da Roma do seu tempo. Na opinião de Kardos (2001, p. 387), referindo-se à Roma que Marcial tão bem retratou: “Ses vers la ressuscitent à nos yeux, avec ses aspects pittoresques, sa population cosmopolite, son animation quotidienne.” E, na verdade, a obra de Marcial não se entende sem a presença da Urbe na qual decorreu grande parte da sua vida,² pois aí viveu cerca de trinta e quatro anos (de 64 a 98).

Mas a vida em Roma, depois da morte de Domiciano, em 96, era quase impossível a quem muitas vezes bajulara o imperador, e assim o poeta, almejando o repouso que Roma lhe negara, deixará a cidade e passará os últimos anos já em BÍlbilis, sua terra natal, na Hispânia Tarraconense. Aqui morre c. 103 ou 104, com saudades da vida que vivera em Roma, saudades dos amigos, dos lugares de passeio e de lazer, da vida buliçosa mas intelectualmente estimulante, vivida “dentro das admiráveis muralhas de Roma imperial” (10.103.9), *moenia dum colimus dominae pulcherrima Romae*, como se depreende da epístola introdutória ao livro XII, escrito da Hispânia, na qual se queixa do ambiente limitado e incómodo da província e da ausência de estímulos culturais, que lhe dessem matéria para poetar. Como diz nessa epístola prefacial, faltavam-lhe os ouvintes e a sua crítica arguta, as bibliotecas, os teatros, as tertúlias. “A vida romana era a verdadeira fonte da sua poesia”, afirmou Citroni (2006, p. 877), e nada disso, tertúlias e público, o Bilbilitano encontrava na terra natal. Também para Brandão (2012, p. 161), “A poesia de Marcial não pode ser separada de Roma, caso contrário torna-se em grande parte incompreensível.” E, de facto, a literatura epigramática é “eminentemente uma literatura embebida nas relações sociais do

¹ Nota prévia: O texto latino dos epigramas transcritos no presente artigo procede da edição francesa das Belles Lettres (MARTIAL, 1969-1973); quanto à tradução, é, com raras excepções, a da edição portuguesa de Marcial (2000-2004). Por motivos de economia de texto, alguns epigramas mais longos foram alvo de cortes devidamente assinalados.

² Do poeta chegaram até nós quinze livros de epigramas: os *Epigrammata* (*Epigramas*) em doze livros, publicados entre 86 e 101-102 d.C. – e que são o título de glória de Marcial –, que se seguiram a um *Epigrammaton Liber* (hoje conhecido como *Liber Spectaculorum*), composto em 80 d.C. a respeito e por ocasião dos Jogos da inauguração do Anfiteatro Flávio (vulgo Coliseu), e a dois livros de epigramas de conteúdo específico, compostos em dísticos, intitulados *Xenia* (presentes oferecidos pelas Saturnais) e *Apophoreta* (presentes oferecidos pelo anfitrião), editados entre 84-85.

momento em que é produzida” (LEITE, 2011, p. 65). Assim acontece com os mais de 1500 epigramas de Marcial, nos quais é o cotidiano da vida e das relações em Roma que se lê, que se vê. A sua obra assemelha-se a uma gazeta em verso, e constitui um inestimável documento sociológico e uma fonte literária incontornável para o tratamento do tema do cotidiano e das sociabilidades em Roma, sendo, como é, reveladora de vários tipos sociais e de diversas formas de relação entre *patroni* e *clientes*, decorrentes de uma rígida pirâmide social em que só o *princeps* não tinha nenhum *patronus*.

Marcial e o epigrama

Os epigramas³ de Marcial constituem, a par das sátiras de Juvenal e das cartas de Plínio-o-Moço, um autêntico espelho da vida social em Roma na segunda metade do século I d.C. e nas duas primeiras décadas do século II. Em registos diferentes, que vão do humor e da serena ou cáustica caricatura à indignação da sátira e à representação elegante das cartas, todos apresentam um olhar crítico sobre a sociedade sua contemporânea. Todos se queixam da pouca generosidade dos *patroni*, pertençam estes ou não à nata da sociedade, e todos lamentam a perda de tempo que o sistema clientelar romano implica, seja por parte do *cliens* (como Marcial e Juvenal), seja por parte do próprio *patronus* (caso de Plínio-o-Moço). Por isso, todos manifestam o desejo de sair da constante agitação da grande cidade e descansar no campo, na sua *uilla*, em busca da tranquilidade que lhes permita escrever.

Mas Marcial, que fez do epigrama o seu género exclusivo, “l’única forma della sua poesia” (CONTE, 1995, p. 423), tem uma vantagem suplementar sobre os outros dois: a dimensão da sua obra, melhor dizendo, do epigrama. Em poucos versos (dois, quatro, oito versos, em geral; por vezes, alguns mais), o poeta de BÍbilis consegue fixar a impressão de um momento, retratar um tipo, um acontecimento, um pormenor e, na grande maioria dos casos, torná-los fonte de riso. Os seus epigramas (maioritariamente em dísticos elegíacos e hendecassílabos) são poesia curta de circunstância, poesia mundana, poesia celebrativa, poesia de adulação, poesia de polémica e jocosa, poesia de crítica política e social, servida por um vivo efeito espirituoso no final da composição (o chamado *fulmen*

³ O vocábulo grego *epigramma* equivale ao latim *inscriptio* e começou por se referir a textos, geralmente em verso, gravados ou inscritos sobre objectos votivos ou sobre monumentos celebrativos ou funerários. Aos poucos, porém, foi conquistando o terreno da literatura e alargando o leque de temas, do vinho ao amor, e do humor mais ou menos melancólico à crítica mais ou menos acerada a múltiplos aspectos (políticos, sociais, culturais) da vida, sem contudo esquecer a tradição do epigrama fúnebre e do epigrama amoroso. Para uma breve história da poesia epigramática, desde o séc. VII a.C., na Grécia, até Marcial, em Roma, vejase Izaac, 1969, p. V-VIII, Citroni, 2006, p. 877-889, e Pimentel, 2000, p. 15-18. Para um conhecimento alargado do epigrama (grego e latino), vd. Laurens, 1989; sobre o epigrama de Marcial, Laurens, 1989, p. 215-256.

in clausula, o ferrão, a piada acutilante). E tudo isto vertido numa composição miniatural. Alguns epigramas, poucos, resumem-se mesmo a um único verso. Sirva de exemplo o seguinte, admirável pela sua extrema concisão (8.19):

Pauper uideri Cinna uult, et est pauper.
Cina quer parecer pobre, e é mesmo pobre.

Aqui, a ridícula afectação de pobreza (pois o normal é que se afecte ser rico...) é denunciada e zurzida de forma lapidar, incisiva, inesperada, num único verso. Com a particularidade de esse verso, único, começar e terminar com o mesmo qualificativo, *pauper*, a sublinhar a condição social, indisfarçável, de *Cinna*: a sua pobreza. Eis como a arte de um verso consegue exprimir a tensão entre o ser (*esse*) e o parecer (*uideri*), resumindo-a na mais pura evidência...⁴

Este epigrama, apesar de brevíssimo, condensa em si quase todas as características do epigrama marcialesco: a brevidade e concisão, o final inesperado, a crítica humorística. Falta-lhe apenas a presença do interlocutor e do diálogo, que são uma constante do epigrama de Marcial e sinal de sociabilidade, real ou ficcionada. Como se o poeta mantivesse com alguém, ao longo dos quinze livros de epigramas, uma conversa sobre os mais diversos assuntos, geralmente em tom humorístico e com variadíssimos destinatários, interlocutores ou alvos da crítica.

O próprio Marcial se refere ao seu epigrama como sendo uma composição breve e vívida (*breue uiuidumque carmen*, 12.61.1), que se caracteriza por marcar com o ferro a fronte de quem é por ele atingido. Num outro epigrama (espécie de prefácio-dedicatória ao amigo Torânio, que abre o Livro IX), o poeta apresenta-se (ao leitor) como o melhor autor de *nugae*, de poemas-bagatelas, de ninharias. Em seu entender, a matéria de que trata é, pode ser, de pouco valor; não obstante, e apesar desse (suposto) pouco valor, colhe a simpatia do leitor, e por isso está convicto de que será lido e relido, e assim alcançará a fama. É um sinal de que reivindica para o género epigramático um lugar de relevo na sociedade do seu tempo, apesar de o situar no âmbito dos géneros ditos “menores” (em contraposição ao estilo grandioso dos poetas épicos ou trágicos; vd. 8.3.11-22). A vantagem do recurso a este tipo de composição é permitir representar caleidoscopicamente uma

⁴ Quanto ao nome próprio *Cinna*, advirta-se desde já que é, como a generalidade dos nomes das figuras alvejadas pela crítica de Marcial, um nome fictício. Não é possível saber, em rigor, quem era este Cina. Nem isso importa. É que, como adverte o epigramatista em 10.33, o seu propósito é *parcere personis, dicere de vitiis*, isto é, “poupar as pessoas, divulgar os vícios”. Ele mesmo adverte o destinatário, ou o leitor, sobre o carácter ficcional dos nomes próprios que vão surgindo nos epigramas. Assim, em 2.23.1-2: *Non dicam licet usque me rogetis / qui sit Postumus in meo libello*. (‘Não direi, nem mesmo que me supliquem, / quem é Póstumo nos meus epigramas’). Ou então (9.95b): *Nomen Athenagorae quaeris, Callistrate, uerum. / Si scio, dispeream, qui sit Athenagoras*. (‘Queres saber, Calístrato, o verdadeiro nome de Atenágoras. / Raios me partam, se sei quem seja Atenágoras’).

realidade quotidiana multiforme e cheia de contrastes e contradições, - “uma forma, pois, escolhida em nome de uma exigência de realismo” (CITRONI, 2006, p. 879).

Marcial di-lo-á de forma magistral no epigrama 10.4, dirigido a Mamurra, que apenas apreciava composições de tema mitológico (vv. 7-10):

*Quid te uana iuuant miserae ludibria chartae?
Hoc lege, quod possit dicere uita: "Meum est."
Non hic Centauros, non Gorgonas Harpyiasque
inuenies : hominem pagina nostra sapit.*

Que prazer tiras dos vãos fingimentos de um mísero papel?
Lê isto, de que a vida possa dizer: “É meu.”
Nem Centauros, nem Górgonas e Harpias aqui
encontrarás: a minha página tem sabor ao Homem.

A famosa frase *hominem pagina nostra sapit* (v. 10), contrapondo-se às ninharias dos temas mitológicos continuamente versados, aponta para o realismo dos epigramas de Marcial e adesão à vida concreta, pois que reflectem o quotidiano e a vida da Urbe, com as contradições e os paradoxos da vida humana. Mas, naturalmente, uma “realidade” deformada, que sublinha os traços grotescos e os transforma em tipos.

Há contudo um outro aspecto a ter em conta na interpretação do epigrama de Marcial. Como lapidarmente escreve o próprio (1.4.8), *Lasciua est nobis pagina, vita proba*, isto é, há que distinguir entre arte e vida. É um erro pensar que a poesia se constitui como uma fiel biografia dos seus autores, o que pode levar à confusão entre matéria literária e aspectos biográficos do autor. Uma coisa é o sujeito epigramático, um eu de papel, ficcional, criado pelo autor com determinado propósito; outra, bem diferente, é o eu empírico, a saber, a figura histórica do autor. O eu dos epigramas cómico-satíricos “não passa de um expediente usado para que as múltiplas observações sobre costumes adquiram mais vivacidade, de modo que pareçam oriundas da experiência directa de quem as formula” (CITRONI, 2006, p. 885). Além disso, os poetas satíricos mesclam a realidade circundante (matéria dos seus poemas) com a sua própria experiência pessoal e com os modelos literários a que se vinculam.⁵

Por último, convém sublinhar que os epigramas de Marcial comungam, em grande parte, do espírito das Saturnais, onde a liberdade de expressão era total, como se pode ler em 11.6.1-8. É esse o motivo pelo qual Marcial avisa, no prefácio ao livro I, que os seus epigramas são escritos para aqueles que costumam assistir aos Jogos Florais (os *Ludi Florales*), “festividade marcada pela licença dos mimos e outras atracções (PIMENTEL, 2003, p. 180). Por isso, nesse mesmo prefácio avisa que a linguagem poderá ser brejeira,

⁵ Sobre esta matéria, veja-se Laurens (1989, p. 25) e Baptista (2009, P. 527-8).

mas isso deve-se à tradição do epigrama. É a lei do género, como diz em 1.35.10: *Lex haec carminibus data est iocosis*. Esta lei respeita em particular a epigramas que remetem para a esfera sexual e não recuam perante o vernáculo mais ousado, chamando as coisas pelo seu nome. Em contrapartida, encontramos também epigramas de grande delicadeza de sentimentos e de pendor mais reflexivo. Sirva de exemplo o seguinte, reflexo das desigualdades sociais, que tendem a agravar-se:

5.81 *Semper pauper eris, si pauper es, Aemiliane:
dantur opes nullis nunc nisi diuitibus.*

Sempre pobre serás, se pobre és, Emiliano.
Agora não se dão bens a ninguém, senão aos ricos.

A domina Vrbs

Marcial viveu trinta e quatro anos em Roma. Chegara jovem, cheio de esperança, mas a vida não lhe seria fácil. Os anos passaram e, como escreve em 10.103.10, em Roma envelheceu.⁶ A capital do império tivera tanto de atractivo como de desgostante e desgastante. Era a Urbe das oportunidades para quem, ido da província, procurava na grande cidade o que a cidade da província lhe negava. Mas esta visão positiva de um *el dorado* romano não correspondia inteiramente à realidade. Daí que, a par de epigramas nos quais o poeta louva as maravilhas de Roma, surjam tantos outros que dizem mal das condições de vida dos tipos miseráveis que enxameiam a cidade. É que a Sorte não sorria a todos. Muito menos a quem procurasse viver honestamente. Por isso, Marcial – que não era advogado, mas sim poeta e *cliens* – pôde aconselhar um tal Sexto, avisando-o de que, se quisesse viver em Roma como advogado, como poeta, como *cliens*, o mais certo seria passar fome. E o poema termina (3.38): *Si bonus es, casu uiuere, Sexte, potes*, “Se és honesto, Sexto, por obra da Sorte poderás viver.” Falaria o desencanto de quem passou momentos difíceis na capital do Império. É que havia a Roma dos ricos e a Roma dos pobres. Assim o documentam dois epigramas (5.20 e 5.22) que registam dois estilos de vida, associados a lugares precisos: de um lado, o périplo cansativo de um *cliens* que percorre as ruas da velha cidade, por sendas estreitas e em declive, para cumprir o dever de ir saudar, manhã cedo, os *patroni*; por outro, os largos espaços da *Roma noua*, as zonas airosas de passeio e lazer.⁷

⁶ *Mutauere meas Itala regna comas*, “Mudaram o meu cabelo as regiões de Itália.”. A mesma ideia fora expressa em X, 96, 2: [...] *Latia factus in urbe senex*, ‘eu que envelheci na capital do Lácio’.

⁷ Kardos (2001) traduz muito bem esta diferença, quando comenta estes dois epigramas. De resto, todo o artigo é um manancial de informações úteis sobre a Roma de Marcial. Vd. também Brandão (2012).

Quando Marcial fala de Roma, a cidade que nos apresenta é a Roma dos locais de convívio entre amigos (como em 12.34, dedicado ao amigo Júlio Marcial), mas é também a Roma do cansaço, dos *officia* a que o *cliens* está obrigado e aos quais nem um cônsul se pode eximir (10.10),⁸ da azáfama das ruas comerciais (7.61) e do barulho constante (12.57.4-17). Na opinião do epigramatista, viver em Roma tornava-se duplamente insuportável: não conseguia descansar, nem de dia nem de noite. De dia, pelas obrigações clientelares apontadas; de noite, porque, como dizia numa imagem muito impressiva, *ad cubile est Roma* (12.57.27), isto é, “tenho Roma à cabeceira”. Respondia, desta forma, a um tal *Sparsus*, que lhe perguntava qual o motivo que o levava a retirar-se tantas vezes para a sua casa de campo (12.57. 1-4 e 26-28):

*Cur saepe sicci parua rura Nomenti
laremque uillae sordidum petam, quaeris?
Nec cogitandi, nec quiescendi
in urbe locus est pauperi. [...]
Nos transeuntes risus excitat turbae,
et ad cubile est Roma. Taedio fessis
dormire quotiens libuit, imus ad uillam.*

Porque busco amiúde o recanto árido de Nomento
e o humilde lar da minha quinta – queres saber?
Para pensar, Esparso, ou para descansar
na Urbe o pobre não tem lugar. [...]
A mim acorda-me o riso da multidão que passa,
e tenho Roma à cabeceira. Moído de fadiga,
se me apetece dormir, lá vou até à quinta.

Entre tantas injustiças sociais, havia mais esta: dormir era um privilégio de ricos. Idêntica era a opinião de Juvenal, que afirmava (3.235): *Magnis opibus dormitur in Vrbe*, isto é: “Em Roma, para poder dormir, é preciso ter muito dinheiro.” A sátira a que pertence esta afirmação documenta, descontados eventuais exageros próprios do género, a vida miserável e desconfortável na capital do Lácio: os carros que durante o dia não podiam circular na cidade, faziam-no de noite com o maior estrépito; a isto associavam-se as vozes dos noctívagos, as serenatas dos apaixonados, as cantorias dos bêbados, os pregões dos padeiros, os berros dos mestres-escola; em suma, ruídos e mais ruídos que entram pelas paredes ténues das *insulae* nos quais habitam os menos endinheirados.

Além de não conseguir descansar, Marcial também não conseguia exercer o seu ofício de poeta, tantas eram as solicitações e a correspondente falta de condições e de tempo. Em 10.58.6-7, o sujeito epigramático queixa-se: *Nunc nos maxima Roma terit. /*

⁸ Lembre-se que, apesar de estar no polo oposto da escala social, também Plínio-o-Moço se queixava dos imensos *officia* que lhe ocupavam o dia de *patronus* e grande senhor. Fá-lo na *Ep.* 1.9, que descreve um dia muito absorvente e, por vezes, preenchido com múltiplas actividades pouco relevantes e uma intensa vida social, cumprindo solicitações de amigos e clientes.

Hic mihi quando dies meus est?, “Agora, a gigantesca Roma nos sufoca. / Aqui, quando sou dono do meu dia?”⁹ A gigantesca Roma oprime. Ao poeta, que sobrevivia sendo *cliens* de *patroni* nem sempre generosos, oprimeo a obrigação de se dirigir todos os dias, envergando a toga, a casa de vários *patroni*, para a *salutatio matutina* e para receber a conseqüente *sportula*, que lhe permitiria sobreviver mais um dia. Que tempo lhe sobrava para si e para a sua actividade poética? Por isso, um dia decide enviar um livro a saudar o seu patrono e amigo Prócuro, com a desculpa de que, se for cumprir à regra todos os ofícios inerentes à sua condição de cliente, não lhe sobrar tempo para dedicar ao seu ofício de poeta, como confessa no final do epigrama 1.70 (vv. 18-20):

*Si dicet “Quare non tamen ipse uenit?”,
sic licet excuses: “Quia qualiacumque leguntur
ista, saluator scribere non potuit”.*

Se ele [sc. o patrono] disser: ‘Mas porque não veio ele próprio?’ assim me deves desculpar: ‘Porque, seja qual for a apreciação destes versos, quem vem saudar não os teria podido escrever.’

Idêntico queixume surge no epigrama 11.24. Com o exagero do costume, o poeta lamenta o tempo perdido a servir Labulo, pois só escreveu uma página em trinta dias, e remata dizendo que isso acontece por não querer jantar em casa:

*Dum te prosequor et domum reduco,
aurem dum tibi praesto garrienti,
et quidquid loqueris facisque laudo,
quot versus poterant, Labulle, nasci !
[...] Hoc, Labulle, uerum est ?
Hoc quisquam ferat ? ut tibi tuorum
sit maior numerus togatulorum,
librorum mihi sit minor meorum ?
Triginta prope iam diebus una est
nobis pagina uix peracta est. Sic fit
cum cenare domi poeta non uult.*

Enquanto te escolto e a casa te acompanho,
enquanto presto atenção à tua tagarelíce
e quanto dizes e fazes me ponho a aplaudir,
quantos versos, Labulo, poderiam ter nascido!
[...] Pode lá isto ser, Labulo?
Pode alguém suportá-lo? Que, para ser maior
o número dos teus clientecos togados,
seja menor o número dos meus livros?
Já quase trinta dias são passados e ainda uma
página mal tenho completa. É o que acontece,
quando jantar em casa um poeta não quer.

⁹ Sobre esta matéria, veja-se Castagnoli (1950, p. 67-78) (elenco, com alguns comentários, de lugares ou monumentos referidos por Marcial nos epigramas); Kardos (2001, p. 387-413); Leite (2003); Torrão e Andrade (2008, p. 77-79); Brandão (2012, p. 154-158).

“É o que acontece, quando jantar em casa um poeta não quer”, dizem os dois versos finais. Renunciando à possibilidade de uma carreira no fórum, a fim de seguir a sua vocação de poeta, e perante a necessidade de assegurar o seu sustento mediante a ajuda de patronos e mecenas (vd. Citroni, 2006, p. 874), Marcial torna-se, como tantos outros, e a contragosto, *cliens matutinus* (12.68.1). Em dada altura, cansado de Roma, decide passar algum tempo em *Forum Corneli* (hoje, Ímola), na Gália Cispadana. Aí editou o livro III e no epigrama 3.4, entabulando diálogo com o volume, que vai enviar para Roma, manda-o responder, a quem lho perguntar, que saiu de Roma por estar cansado de usar, sem proveito, a toga (vv. 5-6):

*Cur absim, quaeret; breuiter tu multa fatere:
“Non poterat uanae taedia ferre togae.”*

Perguntarão o motivo da minha ausência: confessa tudo nestas poucas palavras:
“Já não aguentava suportar os estéreis desconfortos da toga.”

Como aqui, é frequente o sujeito epigramático queixar-se da magreza dos auxílios que os *patroni* lhe prestavam. O epigrama 6.82, por exemplo, regista a dúvida de um tal Rufo, que não percebe como é que um poeta já tão reconhecido como Marcial veste um manto fraco (v. 11: *Cur ergo, inquit, habes malas lucernas?*), a que o poeta responde usando ironicamente o mesmo epíteto (v.10): *quia sum malus poeta* (“porque sou um mau poeta”).¹⁰ Queixa semelhante ocorre em 9.100: por três denários, que não chegam para substituir uma toga velha, o *cliens* é forçado a ir à casa de Basso, para a *salutatio matutina* e para o acompanhar na sua visita a umas tantas viúvas. Acontecia, por vezes, que o caminho para a casa do *patronus* era feito em vão:

*9.6 Dicere de Libycis reduci tibi gentibus, Afer,
continuis uolui quinque diebus Haue.
‘Non uacat’ aut ‘dormit’ dictum est bis terque reuerso.
Iam satis est : non uis, Afer, hauere : uale.¹¹*

Quando regressaste, Afro, de entre as gentes da Líbia,
cinco dias a fio te quis dar os ‘bons-dias’.
‘Está ocupado’ ou ‘a dormir’, duas, três vezes, me disseram de volta.
Já chega. Não queres os meus ‘bons-dias’, Afro? Então ... ‘boa-noite!’

¹⁰ Várias sátiras de Juvenal (*Sat.* I, III e V) tratam igualmente o tema da condição miserável dos clientes e da arrogância dos patronos.

¹¹ O poeta contrapõe ao *hauere* o *uale*, isto é, a uma fórmula de saudação (*Haue!*) uma fórmula de despedida final, equivalente a “adeus para sempre” (*Vale!*).

Além da referida *salutatio*, alguns dos *officia* (“deveres”)¹² do *cliens* consistiam em abrir caminho, em ruas apinhadas de gente, para o *patronus*, que seguia de liteira, passar em segurança, e em estar presente num processo judicial, ou numa contenda, a apoiar o seu senhor, ou a acompanhá-lo nas suas visitas sociais de cortesia. Em contrapartida, o patrono deveria apoiar o cliente em processos em tribunal e dar-lhe diariamente a *sportula* (em dinheiro ou em géneros) para o seu sustento diário. Em troca dos deveres do patrono, que garantem comida, posição social ou dinheiro, o poeta, cliente e sem dinheiro, apesar de cidadão livre, apenas poderia oferecer a fama conferida pela poesia.

Num outro epigrama, de que registamos apenas alguns versos, retrata-se um *patronus* pouco generoso (11.18, vv. 1-4, 10-11 e 25-27). Por isso, no final, com um jogo de palavras entre *praedium* (traduzido por ‘pasto’) e *prandium* (traduzido por ‘repasto’), o poeta preferia que Lupus lhe desse de comer:

Donasti, Lupe, rus sub urbe nobis;
sed rus est mihi maius in fenestra.
Rus hoc dicere, rus potes uocare?
in quo ruta facit nemus Dianae,
 [...] *in quo nec cucumis iacere rectus*
nec serpens habitare tota possit.
 [...]
Errasti, Lupe, littera sed una:
nam quo tempore praedium dedisti,
mallem tu mihi prandium dedisses.

Deste-me, Lupo, um campo à beira da cidade,
 mas é maior o campo que tenho à janela.
 Podes em campo falar, um campo chamar-lhe?
 Se um pé de arruda faz dele o bosque de Diana,
 [...] se nele não cabe um pepino ao comprido,
 nem uma serpente lá consegue inteira morar!
 [...]
 Erraste, Lupo, e por uma sílaba apenas:
 pois na altura em que um pasto me deste,
 um repasto preferia que me tivesses dado!

Não obstante saber-se que o que diz o sujeito epigramático sobre a sua condição de cliente não pode ser visto como retrato da verdadeira situação do poeta, mesmo assim há que considerar tais lamentos como desabafos de quem vive mal na grande capital. Marcial conheceu em pessoa todos os aspectos da vida miserável do cliente e do sistema clientelar, mas as suas condições não eram tão miseráveis como por vezes

¹² *Officium* era o conjunto de deveres a que se obrigavam, pela *fides*, patronos e clientes. “O patronato era um mecanismo de integração social, estabelecendo pontes entre as várias classes sociais por meio de liames de necessidades mútuas” (LEITE, 2003, p. 23). É uma relação assimétrica, pois reúne pessoas de condições sociais diferentes.

as pinta (CITRONI, 2006, p. 876).¹³ Viveu durante muito tempo numa casa alugada, tal como as pessoas mais modestas, mas possuía uma herdade nas proximidades de Roma, além de ser também proprietário de uma casa em Roma, pelo menos a partir de 94. Era senhor de alguns escravos e ficou, muito cedo, a pertencer à classe equestre, graças a um tribunato honorário, em reconhecimento pelo livro *De Spectaculis*.

Na rua: da *salutatio matutina* à *cena*

Os inúmeros afazeres quotidianos de Marcial, decorrentes do seu dever de *cliens* de vários *patroni* residentes em diversas zonas da cidade, levavam-no a percorrer os vários foros, a cruzar-se com muita gente ou a deter-se ora em espaços atravancados de pessoas e coisas, ora em zonas de passeio e sociabilidade. Entre os espaços privilegiados de interacção social contavam-se o fórum,¹⁴ evidentemente, o *Campus Martius*, os pórticos, os teatros, os locais de exibição dos Jogos circenses, o anfiteatro flávio, as termas.

Dois tempos fortes do dia punham em contacto ricos e pobres: a *salutatio* e a *cena*, a saudação matinal e o jantar, isto é, o início e o final do dia. Sintomaticamente, no epigrama 1.108, o poeta, dirigindo-se a Galo, seu patrono, diz-lhe que, em vez da saudação da manhã, lhe envia o seu livrinho (de poemas) e que, à hora da *cena*, vai passar por casa dele...

Da *salutatio* já se falou. Falemos agora do momento da *cena*, importante por vários motivos: 1) é um espaço privilegiado de convívio e sociabilidade; 2) ser convidado para um jantar era visto como um sinal de distinção; 3) a *cena* pode ser o único momento em que o convidado tem possibilidade de comer.

Acontece que nem sempre o convite para a *cena* surge. E o *cliens*, qual parasita, manifesta todo o desespero de comer em casa. Um dos melhores exemplos de um epigrama que constitui uma espécie de périplo pela cidade, em busca de um (convite para) jantar, é o epigrama 2.14, que fala de Sélío:

¹³ Os clientes não são, no geral, pobres e humildes, como parecem dar a entender alguns epigramas de Marcial. "A realidade destes homens é, de facto, complexa, na medida em que, considerando-se demasiadamente nobres para trabalhar, eram, na verdade, suficientemente pobres para não poderem viver sem a ajuda dos ricos." (BAPTISTA, 2009, P. 527).

¹⁴ O *forum* constitui, por assim dizer, o "coração" de toda a cidade romana (ou romanizada), com reflexos evidentes na vida do cidadão. A palavra *forum* está etimologicamente relacionada com *fores*, "porta da casa que abre para o exterior, para fora". Remetendo para a ideia de espaço exterior, começa por significar "cerca que envolve a casa", passando depois a "praça do mercado" e, mais tarde, com a construção de templos, cúrias, tribunais, torna-se o centro da vida religiosa, política e judicial (Martin, 1941, s. u. *fores*, p. 86-88). Roma teve vários *fora*. Durante a permanência de Marcial em Roma, foram construídos os foros de Vespasiano, Domiciano e Nerva. Anteriormente, fora construído o fórum de Júlio César, que comunicava directamente com o antigo; veio depois o fórum de Augusto. Estes três constituíam o *triplex forum* (vd. Graça, 2010, p. 107-108).

Sélio nada deixa de tentar, nada deixa de ousar,
 sempre que se vê obrigado a jantar em casa.
 Corre ao pórtico de Europa e a ti, Paulino, e aos teus
 pés de Aquiles enche de louvores, e sem parar.
 Se a Europa nada ofereceu, dirige-se então aos Septa,
 a ver se o filho de Fílira e de Éson lhe valem.
 Daqui também desenganado, frequenta os templos de Mênfis
 e senta-se nas tuas cadeiras, ó triste novilha:
 daqui dirige-se ao tecto suspenso sobre cem colunas,
 dali aos dons da generosidade de Pompeio e ao duplo bosque,
 não despreza os banhos de Fortunato e de Fausto
 nem o antro tenebroso de Grilo, nem o eólico de Lupo:
 pois, nas termas, se lava e volta a lavar.
 Quando tudo tentou, mas o deus foi desfavorável,
 já lavado, volta de novo aos buxos da tépida Europa,
 a ver se algum amigo aí toma um caminho tardio.
 Por ti, lascivo raptor, e pela tua amada,
 convida tu Sélio, peço-te, ó Touro, para o teu banquete.¹⁵

Os locais aqui referidos situam-se no *Campus Martius* (Campo de Marte), uma vasta planície verdejante que se estendia até ao Tibre, local de recreio e desporto preferido pelos Romanos e centro de interacção social privilegiado. Durante a dinastia Flávia contou com uma admirável multiplicidade de avenidas, teatros, banhos públicos, pórticos e jardins. Segundo Brandão (2012, p. 154), o Campo de Marte era “um local onde a sociedade romana era vista nos banhos, nos teatros, nos pórticos, nos templos.” E acrescenta que as “vias, os fora, templos, pórticos, anfiteatros, teatros, circo, termas” constituem “elementos importantes na vida social romana, pois são locais de vida cívica e religiosa, bem como de entretenimento e convívio.” Daí que sejam muitos os epigramas que evocam este lugar. De acordo com Richardson (1992, p. 65-67), cerca de um quarto das referências topográficas presentes na poesia de Marcial (aquedutos, arcos, vias, banhos, templos e teatros) estão localizadas no Campo de Marte. Entre outros edifícios e locais de passeio, como as termas de Agripa, de Nero e de Tito, era possível frequentar o Pórtico de Europa (ornamentava-o um fresco alusivo ao referido rapto) e o *Hecatonstylon*, pórtico de cem colunas mandado erguer por Pompeio Magno, junto ao qual se encontravam o teatro de Pompeio e os bosques adjacentes (vd. 2.14, acima transcrito).

Refira-se, por fim, um outro lugar de eleição dos Romanos, as *thermae*. De acordo com Robert (1986, p. 55), as termas são um enorme lugar de encontro que compreende, além dos banhos, um ou vários ginásios, uma biblioteca, salas de repouso, de conversação. A isto acresce uma multidão de pequenas profissões: vendedores de bebidas ou de alimentos, diversos escultores ou artistas, prática de variados desportos (atletismo,

¹⁵ No pórtico de Europa estava um fresco que representava o rapto perpetrado por Júpiter, disfarçado de touro. Se Júpiter convidasse Sélio era sinal de que este morreria...

ginástica, o jogo à bola). Assim, a ida às termas não tinha apenas o objectivo da higiene e bem-estar físico; aí se estabeleciam contactos interpessoais que poderiam favorecer o aparecimento de um convite para jantar. A maledicência romana (o sal romano) não poupou este local, como se vê em 1.23 (os convidados de Cota são encontrados nos *balnea*) e em 2.14, sobre o parasita Sélio. Como se viu, este epigrama é um importante documento ao serviço da reconstrução arqueológica de Roma no tempo dos Flávios, com a referência aos pórticos, aos *Septa*, aos templos de Mênfis, ao *Hecatonstylon*, às termas, aos banhos.¹⁶

Alguns epigramas

Terminaremos esta breve deambulação pela cidade de Roma com a transcrição de vários epigramas, que documentam alguns dos tipos que Marcial observou e retratou. A anterior vida agitada do poeta permitiu-lhe conhecer e contactar com os tipos mais estranhos ou as condutas mais risíveis dos Romanos. Deste modo surgiram os inúmeros epigramas que atacam, com humor, médicos, advogados, caçadores de heranças, mulheres feias, homossexuais, plagiários, patronos, parasitas, cortesãs, entre outros.

Assim, em 1.47 e em 6.53, por exemplo, é alvejada a classe dos médicos, vítimas talvez de um preconceito xenófobo, pois que em Roma os médicos eram geralmente de origem grega. No primeiro, a profissão de médico é equiparada à de cangalheiro; no segundo, o poder letal do médico Hermócrates é de tal ordem que mata só de se sonhar com ele:

1.47 *Nuper erat medicus, nunc est uispillo Diaulus:
quod uispillo facit, fecerat et medicus.*

Ainda há pouco Diaulo era médico, agora é cangalheiro:
o que faz o cangalheiro, já o tinha feito o médico.

6.53 *Lotus nobiscum est, hilaris cenauit, et idem
inuentus mane est mortuus Andragoras.
Tam subitae mortis causam, Faustine, requiris ?
In somnis medicum uiderat Hermocraten.*

Tomou banho connosco, alegre jantou, e mesmo assim,
de manhã, foi encontrado morto Andrágoras.
A causa de tão repentina morte, Faustino, queres sabê-la?
Em sonhos vira Hermócrates, o médico.

¹⁶ Lembre-se que também o teatro era, juntamente com os Jogos, um local propício de encontro. Como já Ovídio dizia (*Arte de amar*, I, 99), as mulheres iam ao teatro e aos restantes jogos para verem e serem vistas. E Juvenal (*Sat.* VI, 352-356) não deixa de frisar a sedução que os jogos exerciam sobre certas mulheres: "Ogúlnia, para assistir aos jogos, aluga a veste, / o séquito, a liteira, a almofada, as amigas, / a ama e uma raparigueta loura para os recados. / Essa mesma, no entanto, dá de presente aos atletas ungidos de óleo / tudo o que lhe resta dos bens paternos, até à última baixela".

Outro tipo objecto de crítica é o dos caçadores de heranças, que só querem casar com mulheres que evidenciam claramente estar próximo da morte:

10.8 *Nubere Paula cupit nobis, ego ducere Paulam nolo: anus est. Vellem, si magis esset anus.*

Paula quer casar comigo, eu casar com Paula não quero: é velha. Queria, se fosse mais velha.

Neste epigrama, o *fulmen* final é absolutamente inesperado, e condensado na palavra *anus* ('velha'), quando se esperaria exactamente o contrário. Também as mulheres feias ou desinteressantes estão na mira da crítica, como acontece nos seguintes epigramas:

9.10 *Nubere uis Prisco: non miror, Paula, sapisti. Ducere non uolt Priscus: et ille sapit.*

Queres casar com Prisco; não admira, Paula, tens gosto. Casar contigo Prisco não quer: também ele tem gosto.

3.8 *Thaida Quintus amat. Quam Thaida? Thaida luscam. Vnum oculum Thais non habet, ille duos.*

"Quinto ama Taís". "Que Taís?" "Taís, a zarolha". Taís não tem um olho, ele não tem os dois.

10.84 *Miraris, quare dormitum non est Afer? Accumbat cum qua, Caediciane, uides.*

Perguntas-te porque não vai dormir Afro? Bem podes ver, Cediciano, com que mulher está à mesa.

No epigrama que se segue, vemos um marido que se quer ver livre da mulher, mas por interposta pessoa:

4.24 *Omnem quas habuit, Fabiane, Lycoris amicas Extulit: uxori fiat amica meae.*

Todas as amigas que teve, Fabiano, Lícoris levou a enterrar: oxalá se faça amiga da minha mulher.

Nestoutro epigrama, a mulher é criticada por ser demasiado letrada:

11.19 *Quaeris cur nolim te ducere, Galla? Diserta es. Saepe soloecismum mentula nostra facit.*

Perguntas porque não te quero desposar, Gala? És muito literata. E muitos são os erros de gramática que a minha piroca dá!

A piada humorística do dístico radica no uso do termo *soloecismus* (erro gramatical) para sugerir um eventual problema de disfunção sexual.

No epigrama que se segue, um homem afirma não querer casar com uma mulher rica. É que a *uxor dotata* tinha atitudes imperiosas e, em situação de igualdade, tornava-se superior ao homem:

8.12 *Vxorem quare locupletem ducere nolim
quaeritis? Vxori nubere nolo meae.*

Inferior matrona suo sit, Prisce, marito:
non aliter fiunt femina uirques pares.

Perguntam porque não quero uma esposa rica
desposar? Não quero ser esposa da minha esposa.

Que a mulher seja, Prisco, inferior ao seu marido:
Só assim mulher e homem se tornam iguais.

Oficiais do mesmo ofício nunca se entenderam bem. Críticos e poetas também não. Seguem-se dois epigramas que o documentam:

7.3 *Cur non mitto meos tibi, Pontiliane, libellos?
Ne mihi tu mittas, Pontiliane, tuos.*

Por que razão não te envio, Pontiliano, os meus livrinhos?
Para que tu não me envies, Pontiliano, os teus.

Atente-se no paralelismo sintáctico dos dois versos e na forma como se retomam os vocábulos e o próprio nome do destinatário da crítica. Semelhante paralelismo é visível no epigrama que se segue, que mostra como uma ida para o campo podia ser uma forma de escapar a tipos maçadores:

2.38 *Quid mihi reddat ager quaeris, Line, Nomentanus?
Hoc mihi reddit ager: te, Line, non uideo.*

Perguntas que vantagens me traz, Lino, o campo Nomentano?
Eis a vantagem que me traz, Lino: não te vejo.

8.69 *Miraris ueteres, Vacerra, solos
Nec laudas nisi mortuos poetas.
Ignoscas petimus, Vacerra: tanti
Non est, ut placeam tibi, perire.*

Só os velhos, Vacerra, admiras
e só louvas os poetas mortos.
Desculpa lá, Vacerra, mão não vale a pena,
só para te agradar, morrer.

Nos dois epigramas que se seguem, retoma-se o tema da *cena* e do convite que não chega, por motivos diversos:

6.51 *Quod conuiuaris sine me tam saepe, Luperce,
Inueni noceam qua ratione tibi.
Irascor: licet usque uoces mittasque rogesque –
'Quid facies ?' inquis. Quid faciam? Veniam.*

Já que amiúde, Luperco, dás banquetes sem mim,
encontrei o modo de te tramar.
Ofendo-me: podes até mandar convites e emissários e súplicas...
'Que vais fazer?' – perguntas. Que vou fazer? Aceitar.

1.23 *Inuitas nullum nisi cum quo, Cotta, lauaris
et dant conuiuam balnea sola tibi.
Mirabar quare numquam me, Cotta, uocasses:
iam scio me nudum displicuisse tibi.*

Não convidas para jantar, Cota, senão um companheiro do banho
e só os balneários te fornecem os convidados.
Admirava-me eu, Cota, porque nunca me convidavas:
agora sei que eu, nu, não te agradei.

Finalmente, um epigrama a respeito de um viúvo rico:

2. 65 *Cur tristiozem cernimos Saleianum?
'An causa leuis est?', inquis, 'extuli uxorem.'
O grande fati crimen ! O graue casum !
Illa, illa diues mortua est Secundilla,
centena decies quae tibi dedit dotis ?
Nollem accidisset hoc tibi, Saleiane.*

Por que razão vemos Saleiano tão triste?
"Achas que não tenho razão?", dizes. "Levei a minha mulher a enterrar"
Ó grande crime do destino! Ó forte desventura!
Morreu, morreu a rica Secundila,
que te deixou em dote dez milhões de sestércios?
Pesa-me que tal te tenha acontecido, Saleiano.

Uma vez mais, o veneno concentra-se no último verso, de significado ambíguo. Esperar-se-ia que o sujeito epigramático endereçasse os pêsames a Saleiano, pela sua recente viuvez – e assim pode ser entendido o verso final; mas esse mesmo verso admite uma outra leitura, maliciosa, porquanto parece lamentar que Saleiano tenha recebido, pela morte da mulher, tão grande herança...

Em suma, Marcial tinha esta capacidade de pôr a nu, em poucos versos, os reais motivos que justificavam certas atitudes singulares. A leitura dos seus epigramas mostra que muito do que se vê é pura aparência. A realidade é outra.

Terminemos com um epigrama, dirigido por Marcial ao seu grande amigo homónimo, Júlio Marcial, no qual o poeta exprime, com inquestionável sinceridade, o que, em seu entender, torna a vida feliz. Em suma: um sereno e moderado *carpe diem*, uma vida simples, sem necessidades nem ambições desmedidas, sem cuidados de maior, vivida na companhia de “amigos de igual condição”, *pares amici* (v.7), exactamente o oposto da situação que longos anos vivera em Roma, como *cliens* de *patroni* altivos. Diz então (10.47):

*Vitam quae faciant beatiorem,
iucundissime Martialis, hae sunt:
res non parta labore sed relictas;
non ingratus ager, focus perennis;
lis numquam, toga rara, mens quieta;
uires ingenuae, salubre corpus;
prudens simplicitas, pares amici;
conuictus facilis, sine arte mensa;
nox non ebria, sed soluta curis;
non tristis torus, et tamen pudicus;
somnus qui faciat breues tenebras;
quod sis esse uelis nihilque malis;
summum nec metuas diem nec optes.*

Estes são, caríssimo Marcial, os bens
que tornam a vida mais feliz:
uma fortuna obtida não por trabalho, mas por herança;
um campo não estéril, uma lareira sempre acesa;
processos, nunca; a toga, raramente; a paz de espírito;
um vigor de nascença, um corpo saudável;
uma prudente lisura, amigos de igual condição;
uma convivência fácil, uma mesa sem artifício;
um serão não ébrio, mas livre de cuidados;
um leito nupcial não austero, e contudo honrado;
um sono que torne breves as trevas;
querer ser o que se é, sem outra coisa preferir;
o derradeiro dia não temer nem desejar.

Este epigrama foi escrito da Hispânia e, de certo modo, traz implícita a contraposição entre a vida urbana e a vida rústica – uma realidade comum a vários autores da época, nomeadamente Plínio-o-Moço (*Ep.* 1.9) e Juvenal (*Sátira* 11). No epigrama 12.18, dirigido ao amigo Juvenal, poeta e *cliens*, contrasta a difícil vida do poeta satírico com a sua, agora em BÍlbilis, onde “gozo de um sono descaradamente longo / que, amiúde, nem a terceira hora quebra, / e agora me desforro por inteiro / de quanto eu não dormi uns bons trinta anos” (vv. 13-16). E termina (v. 26):

*Sic me uiuere, sic iuuat perire.
Assim me apraz viver, assim me apraz morrer.*

Se é verdade que “a visão que o poeta nos oferece de Roma, dos seus espaços, das suas gentes, dos seus costumes e maneiras de ser e sentir a realidade urbana é sempre perspectivada sob o olhar de um provinciano oriundo de terras hispânicas” (GRAÇA, 2010, p. 51), então não é de estranhar que tenha querido regressar ao sossego da sua terra natal. Todavia, emigrante na capital do império e regressado à casa, nunca deixou de ver a Cidade como centro de elegância e de prazer, de cultura e de educação, centro de dimensão monumental, a *maxima Roma, a domina Vrbs* (12.21.9).

Referências

Documentação textual

MARCIAL. *Epigramas*. Tradução de Delfim Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira, com Introdução (geral) e notas de Cristina de Sousa Pimentel. Lisboa: Edições 70, 2000 (vols. I e II), 2001 (vol. III) e 2004 (vol. IV).

MARTIAL. *Épigrammes*. Texte établi et traduit par H. J. Izaac. Paris: les Belles Lettres, 1969 (Tome I) e 1973 (Tome II).

Obras de apoio

BAPTISTA, D. M. S. *O Burlesco e o Satírico na obra de Marcial e Juvenal*. Tese (Doutorado em Literatura Latina) – Programa de Pós-Graduação em Linguas e Culturas da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

BRANDÃO, J. L. Marcial e a Urbe: O meio físico e histórico-social dos Epigramas. In: PIMENTEL, C., BRANDÃO, J. L.; FEDELI, P. (Coords.). *O poeta e a cidade no mundo romano*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2012, p. 135-161.

CARCOPINO, J. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s.d.

CASTAGNOLI, F. Roma nei versi di Marziale. *Athenaeum*, n. 27, p. 67-78, 1950.

CAVACO, L. M. S. *Juvenal, Saturae*. Tipos e Vícios. Dissertação (Mestrado em Literatura Latina) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

CITRONI, M. et al. *Literatura de Roma Antiga*. Lisboa: F.C.G., 2006.

CONTE, G. B. *Letteratura Latina*. Manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano. Firenze : Le Monnier, Nuova Edizione, 1995 [1987].

GRAÇA. I. V. C. *Roma na poesia de Marcial: Imagens e ecos de um espaço físico e social*.

- Tese (Doutorado em Literatura Latina) – Programa de PósGraduação em Linguas e Cultura da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.
- IZAAC, H.J., In: MARTIAL. *Épigrammes*. Texte établi et traduit par H. J. Izaac. Paris: les Belles Lettres, 1969 (Tome I) e 1973 (Tome II).
- KARDOS, M. J. L' 'Vrbs' de Martial. Recherches topographiques et littéraires autour des Épigrammes V, 20 et V, 22. *Latomus*, n. 60, p. 387-413, 2001.
- LAURENS, P. *L'abeille dans l'ambre*. Célébration de l'épigramme de l'époque alexandrine à la fin de la Renaissance. Paris: Les Belles Lettres, 1989.
- LEITE, L. R. *Marcial e o livro*. Vitória: EDUFES, 2011.
- _____. *O patronato em Marcial*. Dissertação (Mestrado em Línguas Clássicas) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- MARTIN, F. *Les mots latins*. Paris : Librairie Hachette, 1941.
- MEDEIROS, W. O Poeta que buscava um Amor. *Biblos* n. 64, p. 1-15, 1988.
- PESANDO, F. *Libri e biblioteche*. Roma: Edizioni Quasar di Severino Tognon, 1994.
- PIMENTEL, M. C. C.-M. A Roma dos Flávios: gente e sentimentos nos 'Epigramas' de Marcial. In: Pimentel, C., BRANDÃO, J. L. & FEDELI, P. (Coords.) *O poeta e a cidade no mundo romano*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2012, p. 121-133.
- _____. Teatro, actores e público no Alto Império romano. In: BRASETE, M. F. (Coord.). *Máscaras, vozes e gestos: nos caminhos do teatro clássico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2001, p. 329-348.
- PIMENTEL, M. C. C.-M. 'Barbam uellere mortuo leoni'. In: MORA, C. M. (Coord.). *Sátira, paródia e caricatura: da Antiguidade aos nossos dias*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2003, p. 179-198.
- PIMENTEL, C. S.; LEÃO, D. F.; BRANDÃO, J. L. (Coords.). 'Toto notus in orbe Martialis'. Celebração de Marcial 1900 anos após a sua morte. Coimbra; Lisboa: Universidade de Coimbra; Universidade de Lisboa, 2004.
- ROBERT, J.-N. *Les plaisirs à Rome*. Paris : Les Belles Lettres, coll. "Realia", 1986.
- TORRÃO, J. M. N.; ANDRADE, A. M. L. Os labirintos da cidade: Marcial em Roma. *Ágora - Estudos Clássicos em Debate*, n. 10, p. 63-80, 2008.
- TORRÃO, J. M. N.; COSTA, J. M. Inveja e Emulação em Marcial: A vida e os seus costumes temperados com sal Romano! In: PEREIRA, B. F.; DESERTO, J. (Orgs.). *Symbolon II. Inveja e Emulação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 103-124.

Das comunidades a Roma: o feminino nas comunidades gnósticas e o processo de segregação sexual entre os proto-ortodoxos (séculos I-IV)

*From community to Rome: the women in the Gnostic community
and the sexual process of segregation among the protoorthodox
Christians (I-IV AD)*

Roberta Alexandrina da Silva*

Resumo: Este artigo, primeiramente, debate as relações de gênero nos primórdios do cristianismo, partindo das comunidades paulinas – foi Paulo de Tarso quem definiu uma teologia e uma identidade cristãs – em meados do primeiro século, e depois enfoca as comunidades gnósticas, até o quarto século. Pretende-se analisar os discursos de feminilidade e masculinidade presentes tanto no *corpus Paulinum*, composto por escritos canônicos, quanto nos textos gnósticos de Nag Hammadi, tidos como não canônicos.

Abstract: Firstly, this article focuses on gender relations in early Christianity, starting from the Pauline communities – it was Paul of Tarsus who defined the Christian theology and identity – in the first decades of the first century. Secondly, we deal with the Gnostic communities until the fourth century. The article aims at analyzing the speeches of femininity and masculinity within the *corpus Paulinum*, a set of canonical texts, and within the Gnostic texts of Nag Hammadi, considered not canonical ones.

Palavras-chave:

Gênero;
Cristianismo;
Identidades;
Canônicos;
Nag Hammadi.

Keywords:

Gender;
Christianity;
Identities;
Canonical;
Nag Hammadi.

Recebido em: 22/10/2015
Aprovado em: 26/11/2015

* Docente de História Antiga e Medieval da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará, campus Universitário de Bragança. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia e Professora associada do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/Ufes).

Algumas considerações introdutórias

Durante o século I EC,¹ em especial nas primeiras décadas, surge no Império Romano, advindo do judaísmo, um movimento que se difundiu rapidamente – embora não em grande número nos meios urbanos do Oriente –, denominado *a posteriori* de cristianismo. Em seus momentos iniciais, o cristianismo não sobressaía entre os muitos outros cultos “orientais” levados de um lugar para o outro do Império por imigrantes e comerciantes. Com isso, se justifica a sua não importância ou até mesmo seu desconhecimento por parte de muitos escritores da época.

Não obstante, esse cenário logo se transforma e, em séculos posteriores, o cristianismo ganha força, separando-se das comunidades judaicas que lhe deram origem, mas que também lhe eram hostis, tornando-se dominante no Império Romano ao contar com a proteção imperial.

Percebe-se, portanto, que os primórdios do cristianismo representam uma seara complicada, na qual proliferam movimentos díspares que possuem múltiplas teologias. Nesse sentido, o que se define por *ortodoxia* é, na realidade, a orientação de um grupo cristão vitorioso que suplanta a memória dos demais grupos.² Com a descoberta da Biblioteca de Nag Hammadi,³ em 1945, ampliou-se a percepção acerca da pluralidade de grupos dentro do movimento cristão, em seus primórdios (KOESTER, 2005, p. 243).

Até as últimas descobertas arqueológicas da Biblioteca de Nag Hammadi, conhecíamos estes sistemas filosófico-teológicos por meio dos Padres da Igreja (sobretudo

¹ As abreviaturas AEC (antes da era comum) e EC (era comum) serão utilizadas durante o artigo como alternativa para os mais publicamente usados a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo).

² Compartilho da aceção do estudioso Barth Ehrman (2008b), na obra *Evangelhos Perdidos*, onde define ortodoxia como um grupo de cristãos que venceram os primeiros conflitos e estabeleceram suas visões como dominantes por volta do século IV; não apenas nos deram os credos que foram transmitidos da Antiguidade, mas também decidiram quais livros pertenceriam às Escrituras. Uma vez vencido, se auto rotularam de “ortodoxos”, aqueles que têm a crença correta, e marginalizaram seus oponentes como hereges, e os textos produzidos por eles como “heréticos”. Com isso, é pertinente denominar esses cristãos de proto-ortodoxos e não de ortodoxos, porque a institucionalização até meados do IV ainda não era completa.

³ A lista dos textos por ordem em que se encontram nos treze códices: Códice I: A Prece ao Apóstolo Paulo, O Apócrifo de Tiago, O Evangelho da Verdade, O Tratado sobre a Ressurreição, O Tratado Tripartido; Códice II: O Apócrifo de João (versão longa), O Evangelho de Tomé, O Evangelho de Filipe, A hipóstase de arcontes, O Escrito sem título, A Exegese da Alma, O livro de Tomé; Códice III: O apócrifo de João (versão breve), O Livro Sagrado do Grande Espírito invisível, Eugnosto, o bem aventurado, A Sabedoria de Jesus Cristo, O diálogo do Salvador; Códice IV: O apócrifo de João (versão longa), O Livro Sagrado do Grande Espírito invisível; Códice V: Eugnosto, o bem aventurado, O apocalipse de Paulo, O (primeiro) apocalipse de Tiago, O (segundo) apocalipse de Tiago; Códice VI: Os atos de Pedro e dos doze apóstolos, O Trovão, mente perfeita, O autêntico logos, O conceito do nosso grande poder, A república de Platão (588A-589B), A Hebdômada e a Enêada, A oração de ação de graças, Alcelpius; Códice VII: A Paráfrase de Sem, O Segundo Tratado do Grande Set, O Apocalipse de Pedro, Os ensinamentos de Silvano, Os Três Marcos de Set; Códice VIII: Zostrianos, A Carta de Pedro a Filipe; Códice IX: Melquisedeque, Nórea, O Testemunho Verdadeiro; Códice X: Marsánes; Códice XI: A interpretação da gnose, A exposição valentiniana, Allógenes, Hysifrone; Códice XII: As Sentenças de Sextus, O Evangelho da Verdade, Fragmentos; e, Códice XIII: Protenóia Trimórfica.

dos heresiólogos,⁴ isto é, daqueles que consideravam os vários gnosticismos uma forma de heresia). Durante muito tempo, mas, sobretudo, nos séculos XIX e XX, alguns estudiosos qualificaram estes Padres da Igreja como autores pouco recomendados para o estudo do gnosticismo, uma vez que partiam do pressuposto segundo o qual os gnósticos seriam hereges, devendo ser evitados pela Igreja ortodoxa.

Foi com o imperador Constantino que houve a definição de um cânone das Escrituras e a organização de uma Igreja, com ortodoxia e doutrina bem definidas, o que levou ao ataque das escolas gnósticas e de seus livros e à destruição de mosteiros e bibliotecas. Para Ramsay MacMullen (1984, p. 54), o credo de Niceia, aprovado pelos bispos e ratificado por Constantino, tornou-se a doutrina oficial que todos os cristãos deviam aceitar para participar da santa igreja reconhecida pelo imperador, a "Igreja Católica", instituição cuja sede ficava na cidade de Roma. Um ano antes do Concílio de Niceia, em 325 EC., Constantino tentou encerrar por decreto as "assembleias gnósticas". De acordo com Elaine Pagels (2006, p. 180), Constantino ordenou que todos os "heréticos e cismáticos" deixassem de se reunir, mesmo em residências particulares, e entregassem aos católicos as congregações e todas as propriedades que possuísem.

Compartilhamos da assertiva de Elaine Pagels (2006, p. XXIII-XXIV) de que os estudos sobre o gnosticismo estão apenas começando:

No entanto, aqueles que consideravam o gnosticismo como heresia estavam adotando – de forma consciente ou não – o ponto de vista desse grupo de cristãos que se autodenominavam cristãos ortodoxos. Herege pode ser qualquer um de cuja aparência alguém não goste ou denuncie. Segundo a tradição, herege é aquele que se desvia da verdadeira fé. Mas o que define a 'verdadeira fé'? Quem a denomina? E por que razões?

Partindo, portanto, do pressuposto que temos uma gama variada de grupos cristãos na fase inicial do cristianismo, em especial na fase pré-nicênica, podemos recuperar outras realidades e discursos de como os gnósticos, esses ditos "hereges", concebiam os papéis sexuais dentro de suas comunidades – que se localizavam em vários centros urbanos do Império -, através de alguns escritos deles e de alguns heresiólogos.

Moral "propriamente" cristã? O processo do pastorado nas comunidades proto-ortodoxas

Com o cristianismo, vimos se inaugurar lentamente, progressivamente, uma mudança em relação às morais antigas, que eram essencialmente uma prática, um estilo de

⁴ Podemos destacar alguns heresiólogos antes do Concílio de Niceia. Dentre estes temos Irineu de Lyon (140-202), Tertuliano (155-222), Clemente de Alexandria (150-215), Hipólito de Roma (170-235), Orígenes (185-254) e Cipriano de Cartago (200-258).

liberdade. Naturalmente, havia também certas normas de comportamento que regravam a conduta de cada um. Porém, na Antiguidade, a vontade de ser um sujeito moral, a busca de uma ética da existência eram primeiramente um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar à sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo [...]. *Da Antiguidade ao cristianismo, passa-se de uma moral que era essencialmente procura de uma ética pessoal a uma moral como obediência a um sistema de regras* (FOUCAULT, 2006, p. 289-290, grifo meu).

Foi na Antiguidade Clássica, entre os gregos e os romanos, que Michel Foucault se deparou com morais que evidenciam outros modos de constituição da subjetividade – as “estéticas” ou “artes da existência” –, estilos de vida em que a preocupação maior é da ordem da ética e da liberdade. O autor prossegue, afirmando que, no cristianismo, houve um processo de formulação sistemática de regras que engendraram uma moral que valorizava uma renúncia de si (FOUCAULT, 2006, p. 289-290).

Para Foucault, os primeiros autores cristãos teriam tomado de empréstimo princípios de uma moral pagã já preconizada por alguns filósofos e médicos na Antiguidade.⁵ Outrossim, o autor afirma que a moral cristã não passa de um fragmento da ética pagã introduzido no cristianismo, mas que propôs um novo modelo de concepção de si.⁶ Seria esse o período no qual emergiria uma concepção de família monogâmica, de comportamentos sexuais aceitáveis e de estrita fidelidade entre as pessoas casadas.

O cristianismo trouxe novas técnicas para impor seus princípios morais e um conjunto de imperativos e proibições que determinariam as relações entre homem e mulher e o exercício da sexualidade. Foucault (2006, p. 98) enfatiza, recorrendo à opinião do historiador Peter Brown, que se deve compreender a mudança que ocorreu na sexualidade nos seguintes termos:

Recentemente, o professor Peter Brown me declarou que em sua opinião, nossa tarefa era entender o que aconteceu para que a sexualidade tenha se transformado, nas culturas cristãs, no sismógrafo de nossa sexualidade. É fato, e um fato misterioso, que nessa infinita espiral de verdade e de realidade de si, a sexualidade tenha tido, desde os primeiros séculos da era cristã, uma importância considerável; e uma importância que não parou de aumentar.

⁵ “A desconfiança face aos prazeres, a insistência sobre os efeitos de seu abuso para o corpo e para a alma, a valorização do casamento e das obrigações conjugais, a desafeição com relação a significações espirituais atribuídas ao amor pelos rapazes. Existe, no pensamento dos filósofos e dos médicos, no decorrer dos dois primeiros séculos da Era Cristã, toda uma severidade da qual testemunham os textos de Sorano, de Rufo de Éfeso, de Musônio, de Sêneca, de Plutarco, assim como de Epicteto e de Marco Aurélio. *Aliás, constituem um fato os autores cristãos tomarem dessa moral, empréstimos maciços – explícitos ou não*; e a maior parte dos historiadores atuais concordam em reconhecer a existência, o vigor e o reforço desses temas de austeridade sexual numa sociedade na qual os contemporâneos descreviam, frequentemente para reprová-los, a imoralidade e os costumes dissolutos” (FOUCAULT, 2005, p. 45, grifo meu).

⁶ “Isso significaria que o cristianismo não alterou o estado das coisas? Os primeiros cristãos foram os instigadores de numerosas mudanças, senão no código sexual pelo menos nas relações que cada um mantém a respeito de sua atividade sexual. O cristianismo propôs um novo modelo de concepção de si como ser sexual” (FOUCAULT, 2006, p. 98).

Peter Brown (2004, p. 250-251) argumenta, compartilhando da mesma acepção de Michel Foucault, que a ascensão do cristianismo não inovou em matéria de moral dentro do mundo greco-romano, pois muito do que é reivindicado como “cristão” na moral das primeiras igrejas foi, na realidade, uma moral distintiva de um fragmento da sociedade romana.

Desde a época de Augusto percebe-se uma mudança de perspectiva na relações conjugais, ao se valorizar a imagem do casal e uma moral sexual mais estrita. Segundo Géraldine Puccin-Delby (2010, p. 70), foi com Augusto e, posteriormente, com Domiciano e os Severos, que houve uma política de “correção dos costumes”. Com as três leis, a *Iuliae de adulteriis coercendis*, a *de maritandis ordinibus* – promulgada em 18 AEC – e a *Papia Poppaea*, de 9 AEC, Augusto revolucionou o direito familiar romano.

Paul Veyne (2008, p. 192) afirma que, no século I século AEC, um homem romano ao casar-se deveria ser considerado um cidadão que cumpriu todos os seus deveres cívicos. Não obstante, no século I EC, tais parâmetros se alteram e o matrimônio se torna algo salutar, devendo o homem ser um bom marido e respeitar oficialmente sua esposa. Para Veyne, houve um processo de interiorização da moral do casamento monogâmico.

Por conseguinte, quando surge o cristianismo dentro das estruturas do Império Romano, principalmente nos centros urbanos, constatamos uma “apropriação” de certa moralidade já vigente na sociedade. Os cristãos praticaram uma moral sexual austera, reconhecível e aceita pelos pagãos, estabelecendo uma renúncia sexual completa para alguns, ênfase na harmonia conjugal e severa desaprovação no que dizia respeito ao segundo casamento. Para manter e sustentar essa moralidade dentro das comunidades cristã, a figura do bispo se tornou fundamental.

Michel Foucault menciona que, no cristianismo, temos um mecanismo de poder distintivo, o *pastorado*, composto por uma categoria peculiar de indivíduos que desempenharam, dentro das comunidades cristãs, o papel de condutores e guias frente a outros indivíduos. Segundo Foucault (2006, p. 65), seria incongruente existir, na Antiguidade helênica e latina, uma categoria de indivíduos que pudessem desempenhar esse papel de pastores em relação às outras pessoas, dirigindo-as em todos os momentos de suas vidas, cerceando sua liberdade e exigindo obediência incondicional.

As figuras do bispo, do diácono e do presbítero representam o mecanismo de poder do pastorado, recebendo estes indivíduos um *status* particular e a incumbência de desempenhar certas atividades de comando nas comunidades cristãs. Foucault (2006, p. 67) afirma que “através da organização do pastorado na sociedade cristã, a partir do século IV d.C., e mesmo no século III, desenvolveu-se um mecanismo de poder muito importante para toda a história do Ocidente cristão e, particularmente, para a história da sexualidade”.

A ascensão do bispo como uma figura de liderança e de centralização também contribuiu para a delimitação de espaços na igreja e para um processo de hierarquização atrelado a uma divisão sexual no ofício pastoral e na organização dentro das comunidades cristãs.

O processo de delimitação dos papéis sexuais dentro das comunidades cristãs nos três primeiros séculos, principalmente naquelas proto-ortodoxas, nos revela uma hierarquização e a segregação das mulheres dos postos de liderança.⁷ Nesse sentido, compreendemos que o processo de segregação recai num debate de gênero, no qual o masculino e o feminino são constructos sociais e culturais. A atribuição de papéis sexuais e a distribuição de competências ocorrem de acordo com os gêneros, envolvendo questões de honra e vergonha. Honra era o equivalente à reputação, sendo que vergonha era a preocupação com a reputação, uma sensibilidade para com ela e, também, para a opinião dos outros. Ou seja, seria o outro – representado por um grupo, uma sociedade ou qualquer entidade – que determinaria valores como honra e vergonha. Nesta divisão sexual do trabalho, honra era considerada um aspecto da natureza masculina expressa no desejo natural da agressividade sexual. Vergonha, por sua vez, era um atributo por excelência da mulher, indicando passividade, subordinação e confinamento no espaço doméstico.⁸

É por meio dessas competências dadas ao homem que se consolida a supremacia masculina nas tarefas rituais desde os primórdios do cristianismo. Tanto que a hierarquização e a definição dos papéis sexuais caminham juntas na constituição eclesial.

A lermos alguns documentos do *corpus Paulinum*, constatamos um discurso que reforça os limites estritos impostos às mulheres, numa argumentação conectada à submissão religiosa familiar (ALEXANDRE, 1990, p. 532). Nesse sentido, os preceitos contidos nos versículos de *1 Cor* 14, 34-35⁹ e nos preceitos de *1 Tm* 2,11-14¹⁰ afirmam comportamentos que foram adotados dentro das comunidades.

A legitimação da constituição eclesial se estabelece por meio de vários códigos morais e sexuais que, ao mesmo tempo, definem formas de cristianismo em confronto, como os proto-ortodoxos e os gnósticos. Nesse sentido, um ponto a se destacar é a supremacia da cidade de Roma, Capital do Império, onde a Igreja se fundamentou e legitimou seu corpus eclesiástico.

⁷ Para informações complementares, consultar Alexandrina da Silva (2010).

⁸ Informações suplementares sobre esse assunto podem ser encontradas em Peristiany (1971).

⁹ Conforme as orientações de Paulo na *Primeira Carta aos Coríntios*: “Estejam caladas as mulheres nas assembleias, pois não é permitido tomar a palavra. Devem ficar submissas, como diz a Lei. Se desejam instruir-se sobre algum ponto, interroguem os maridos em casa; não é conveniente que a mulher fale nas assembleias”.

¹⁰ Na *Carta a Timóteo*, afirma Paulo: “Durante a instrução a mulher conserve o silêncio, com toda a submissão. Não permito que a mulher ensine, ou domine o homem. Que conserve, pois o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão”.

Maria Madalena e Pedro: duas tradições apostólicas

A diferença crassa entre os gnósticos e os outros cristãos ao longo da História do Cristianismo se deve, principalmente, à suposição de que os cristãos de tradição ortodoxa, como os católicos e protestantes, esperam que suas revelações se confirmem a partir da tradição apostólica. O cristão ortodoxo acredita na verdade única dos apóstolos e não aceita nenhum outro evangelho a não ser os quatro do Novo Testamento, que servem como diretriz e cânone no que diz respeito às doutrinas e práticas futuras.

Com isso, uma das questões importantes sobre os gnósticos é que estes afirmam que recebem a *gnosis*, o conhecimento, de personagens externos aos doze apóstolos, como Maria Madalena, Paulo e Tiago. Alguns grupos gnósticos insistem que os Doze não receberam a *gnosis*, mesmo tendo Jesus aparecido para eles depois da ressurreição.

As narrativas neotestamentárias deram margem a várias interpretações, sendo que os escritos acerca da ressurreição se tornaram um fator político essencial, discurso este concebido por dois personagens que, de certa forma, representariam dois tipos de cristianismo: Pedro e Maria Madalena. O que foi legado por uma tradição seria que a ressurreição foi o ponto crucial para a legitimação de Pedro e, de acordo com o *Evangelho de João* (21, 15-19), Jesus, ao morrer, o incumbiu da tarefa de liderar a Igreja. Neste caso, a ressurreição de Jesus tem um caráter político essencial no estabelecimento de uma tradição que considera Pedro a primeira testemunha e, portanto, líder de direito da Igreja, e, em seguida, no estabelecimento da sucessão apostólica representada por seus três níveis hierárquicos: bispos, presbíteros e diáconos.

A tradição ortodoxa que faz de Pedro a primeira testemunha da ressurreição de Jesus é mantida até hoje na figura do papa; contudo, um ponto a se considerar sobre isso é a discrepância de entendimento, pois tanto os *Evangelhos de João* (20,11-18) e de *Marcos* (16,9-11) são unânimes ao afirmar que Maria Madalena, e não Pedro, foi a primeira testemunha (ALEXANDRINA DA SILVA, 2008, p. 126). Durante o segundo e terceiro séculos, houve alguns grupos cristãos, em especial os proto-ortodoxos, que reclamavam a autoridade de Pedro e marginalizavam o papel feminino representado por Maria Madalena, ao passo que outros reivindicavam o seu protagonismo.

Conseqüentemente, a imagem de Maria Madalena foi se transformando de um discurso que a considerava uma apóstola para outro que fazia dela uma prostituta arrependida. A primeira ocasião na qual a imagem de Maria Madalena é mesclada com a de uma prostituta ocorre em 591, com Gregório Magno. Na sua trigésima terceira homilia, cujo objeto é a narrativa da unção de Jesus contida em *Lc 7*, o papa faz a seguinte declaração:

Aquela que Lucas chama de pecadora, que João chama de Maria, cremos que seja a Maria da qual se expulsaram sete demônios, de acordo com Marcos. E o que esses sete demônios significam, se não todos os vícios? [...] Fica claro, meus irmãos, que a mulher antes usava o unguento para perfumar sua própria pele para os atos proibidos. O que ela antes usava de forma escandalosa, agora oferece a Deus em louvor (Gregório Magno, *Homilia 33 apud EHRMAN*, 2008, p. 279).

Mesmo que o interesse por uma Maria Madalena “histórica” ou “real” se fundamente em indícios frágeis, a personagem passou a ser lembrada somente como uma prostituta. Desse modo, sua importância como testemunha da ressurreição e o seu protagonismo missionário foram apagados por um grupo de cristãos que impôs sua própria visão. Não podemos, assim, minimizar a importância do discurso de Gregório Magno como catalizador da memória coletiva, pois lembrar Maria Madalena como pecadora e penitente se circunscreve numa visão de como se estabeleceram as relações sexuais na Igreja, Para além de ameaçarem os homens com os perigos do sexo, as mulheres poderiam se arrepender, algo que as tornava dignas de reconhecimento e homenagem.

Em outras fontes, no entanto, Maria Madalena adquire um notável protagonismo, como ocorre numa boa parte dos escritos apócrifos e gnósticos. Um dos exemplos é o *Evangelho que Tomé*, que remonta ao segundo século. Na *logia* 114, temos o seguinte diálogo:

Afaste-se Maria de nós, pois as mulheres não merecem a vida!

E Jesus diz:

“Eis, eu a guiarei de modo a fazer dela um homem, a fim de que ela se torne um espírito vivo igual a vós, homens. Porque toda a mulher que se torna homem entrará no Reino dos Céus” (*Evangelho de Tomé*, 114).

A resposta dada por Jesus a Pedro contém uma clara definição acerca dos papéis sexuais, valorizando-se alguns predicados masculinos, como a virilidade, a honra e o ato de ser ativo; em contrapartida, a mulher é afetada no seu pudor sexual, mesmo sem ter contato com homens (PERISTIANY, 1971, p. 139-155).

Em contrapartida, ao analisar a documentação gnóstica, principalmente aquela proveniente de Nag Hammadi, verificamos uma situação diferente e dispare no que tange ao papel que o elemento feminino desempenhou nestas comunidades cristãs.

Antes de adentrarmos a questão que envolve a participação feminina nas comunidades gnósticas, torna-se crucial definir o que vem a ser o gnosticismo e a Biblioteca de Nag Hammadi.

A Biblioteca de Nag Hammadi e os gnosticismos

Os textos gnósticos da Biblioteca de Nag Hammadi são constituídos por um conjunto complexo de XIII códices contendo cinquenta e dois textos encontrado no Egito. Estes textos remontam ao período entre os séculos I a IV da EC. Os documentos são escritos em copta e foram descobertos em 1945 por um camponês árabe, no Alto Egito, numa caverna chamada Nag Hammadi.

Para Elaine Pagels (2006, p. XX), os textos de Nag Hammadi e outros similares, que circularam no início da Era Cristã, foram denunciados como hereges por cristãos proto-ortodoxos, em meados do segundo século. Contudo, aqueles que escreveram e divulgaram esses textos que hoje conhecemos como a Biblioteca de Nag Hammadi *não se consideravam "hereges"*, pois a maioria emprega a terminologia cristã relacionada de modo inequívoco à herança judaica. Esses cristãos *são hoje conhecidos como gnósticos, termo proveniente da palavra grega gnosis, em geral traduzida por "conhecimento"*.

A descoberta da Biblioteca de Nag Hammadi nos mostra toda uma vitalidade e fluidez que caracterizaram o cristianismo antigo. Entre 1972 e 1977 houve a publicação de nove volumes de textos, colocando-se à disposição do público todos os treze códices. O responsável por esse projeto foi o estudioso estadunidense James M. Robinson, diretor do Institute for Antiquity and Christianity, que publicou a tradução dos documentos do copta para o inglês, a *The Nag Hammadi Library*.

Definir o que é o *gnosticismo* – que por vezes se confunde com a *gnosis*, o conhecimento –, é um trabalho árduo e complexo, pois houve muitas escolas gnósticas entre os séculos II e V da EC. No entanto, um ponto em comum entre os vários grupos gnósticos é que estes partem do princípio ou da crença de que existe, no homem, uma fagulha ou centelha divina, encerrada no mundo e no corpo material, que deve ser libertada ou redimida, para regressar à sua origem, como Pleroma divino. Foi devido ao gnosticismo que os Padres da Igreja foram levados a constituir o cânone do AT e NT e a se reunir em concílios.

O credo de Niceia, aprovado pelos bispos e ratificado por Constantino, acabaria se tornando a doutrina oficial que todos os cristãos deveriam aceitar para participar da igreja reconhecida pelo imperador, tendo como capital a cidade de Roma. Conforme Paul Veyne (2011, p. 136), a atitude assumida por Constantino de interiorização dos preceitos cristãos trouxe consequências importantes para a institucionalização do cristianismo e a estruturação da Igreja, tal como a busca pela unidade e pela definição exclusiva da verdade, de modo que toda e qualquer opinião divergente e toda a recusa à autoridade eclesial deveriam ser reprimidas na condição de "heresia".

Além das divergências em torno do credo, outro elemento de diferenciação dos gnósticos consiste na sua teologia. Para Antonio Piñero, a concepção dos gnósticos acerca da criação do mundo, da negatividade da materialidade e da complexidade das divindades, havendo um deus “atemporal” e outro criado e criador da matéria, foi algo totalmente singular, pois

O que distingue o sistema gnóstico dos não-gnósticos é a sua visão sobre o mundo. Na visão gnóstica impera o anti-mundo já que o mundo físico não provém de um Deus verdadeiro, mas de um princípio inferior consubstanciado na queda da unidade perfeita da divindade. Nada do que é real ou bem existe fora do Pléroma celestial. Na Hipóstase dos Arcontes de Nag Hammadi, o mundo é fruto das potestades da obscuridade que se opõem e se separam do Pai da Verdade: Falando sob a inspiração do Pai da verdade, o grande apóstolo [Paulo] transmitiu-nos o seguinte ensinamento acerca das potestades da obscuridade: A nossa luta não é contra a carne e o sangue, mas sim contra as potestades do mundo e contra os espíritos do mal (Ef 6, 12). O seu chefe é cego. [Impulsionado pela sua] potência, pela sua ignorância e pelo seu orgulho [...] disse: “Eu sou deus, e nenhum há [fora de mim]. Ao dizer isto, pecou contra [o todo]. E esta palavra chegou até à Incorruptibilidade. Então, da Incorruptibilidade surgiu uma voz que disse: “Erras, Samael” – ou seja, “o deus dos cegos” (PIÑERO, 2005, p. 367).

De acordo com Barth Ehrman (2008, p. 181), os gnósticos, assim como os médio-platônicos, pensavam que havia uma deidade suprema distinta de qualquer coisa que possamos pensar ou imaginar, completamente inefável, totalmente separada deste mundo. Irineu de Lyon comenta sobre a criação a partir do conceito gnóstico: “Sem que o Demiurgo soubesse absolutamente nada, o Salvador – afirmam eles – honrou o Pleroma na criação quando produziu por meio da Mãe imagens e semelhanças das realidades do alto” (I. *Adv. Haer.*, II, 7).

Alguns médio-platônicos notórios foram Filo de Alexandrina, judeu; Justino, cristão; Numênio e Alcino, que seguiam os cultos greco-romanos. Mesmo com essas diferenças culturais e religiosas, esses autores coincidiam na suposição de que é excessivamente simples identificar o deus que criou o mundo no qual vivemos com o princípio divino supremo (BRAKKE, 2013, p. 99). De acordo com David Brakke (2013, p. 99), estes pensadores buscaram orientação acerca da origem do mundo no diálogo platônico do *Timeu*, segundo o qual um ser divino chamado de “criador”, *demiurgo*, criou o universo visível como uma cópia das formas eternas. O demiurgo criou deuses inferiores que o assistiam. O universo em que vivemos seria uma imagem possível do mundo espiritual perfeito.

As “heresias” teriam nascido do contato do cristianismo com um fundo eclético judaico e greco-romano. Nesse sentido, a *gnosis*, de certa forma, ultrapassaria os quadros exclusivistas do pensamento cristão para se apresentar como um conjunto de noções e

de elementos representativos dos escritos herméticos. A descoberta da Biblioteca de Nag Hammadi nos sugere que o gnosticismo deveria ser explicado pelos seus contatos com determinados movimentos judaicos e com algumas correntes da especulação filosófica grega, sobretudo no caso dos valentinianos.

Segundo Elaine Pagels (2006, p. 29), os gnósticos se mantiveram próximos da tradição filosófica grega, que considera o corpo a morada do espírito humano – como se a pessoa fosse alguma espécie de ser sem corpo que utiliza este como instrumento, mas não se identifica com ele. Para a autora, os gnósticos estavam convencidos de que o fato de abrigarem o espírito faria com que se comunicassem com o divino (PAGELS, 2006, p. 21). Tanto que um proeminente mestre gnóstico, Valentino (100-160 EC), diz ter sido o primeiro a aprender os ensinamentos secretos de Paulo, presenciando uma visão que se tornou a fonte da sua própria *gnosis*, conhecimento. Valentino, de acordo com um fragmento contido na obra de Hipólito de Roma (170-235 EC) faz a seguinte observação: “Pois Valentino diz que viu uma criancinha recém-nascida, e a questionou para saber quem era. E a criancinha lhe respondeu dizendo que era o *Logos*” (*Frag. A*).

Valentino afirmava que havia recebido o conhecimento de Teudas, um discípulo de Paulo, que o iniciou na doutrina secreta de Deus. Para Valentino, essa tradição secreta revela que o Deus adorado pela maioria dos cristãos como criador é ingênua, sendo, na realidade, a imagem do deus criador (Clemente de Alexandria, *Stromata*, VII, 17, 106, 4). Seguindo a filosofia platônica, Valentino utilizou o termo grego *demiurgos* para criador, um ser menos divino que serve como instrumento de poderes superiores. Em relação ao mito da criação do mundo e, principalmente, a Deus, enfatiza uma transcendência do deus supremo e a correspondente implantação de deus em princípios divinos inferiores e intermediários; o mais baixo de todos eles teria a função de criar o universo material (LAYTON, 2002, p. 98-99).

Em comparação com Filo de Alexandria, Numênio, Alcino e Justino, os gnósticos parecem se destacar por duas razões: seus princípios divinos mediadores são numerosos e complexos e seu deus criador é mau. Ninguém, na Antiguidade, era monoteísta tal como o compreendemos atualmente. Os antigos ditos “monoteístas” simplesmente acreditavam que o Deus único se colocava no ápice de uma hierarquia de deuses, demônios e outros seres espirituais. Tampouco os gnósticos estavam sozinhos ao multiplicar os aspectos divinos do Deus supremo. Cristãos como Basíledes ensinaram entre 117-138 da EC e os valentinianos também imaginaram uma complexa divindade com múltiplos éons, concluindo que o deus que criou este mundo era mais imperfeito que o demiurgo divino de Platão (LAYTON, 2002, p. 31). A compreensão que os gnósticos tinham da divindade era certamente singular e complicada.

Os gnósticos, entretanto, não foram muito bem aceitos pelos filósofos neoplatônicos, em especial por Plotino (214-270 EC.). Porfírio (232-304 EC) - biógrafo e compilador dos trabalhos de Plotino – na obra *Vita Plotini* argumenta que os gnósticos cristãos teriam essa denominação por serem intérpretes errôneos de alguns princípios filosóficos de Platão e que Plotino havia escrito uma refutação contra os gnósticos.

Havia, em seu tempo, muitos cristãos e também outros, sectários de uma seita derivada da antiga filosofia, adeptos de Adélfio e de Aquilino, que possuíam muitíssimos escritos de Alexandre o Líbio, de Filocomo, de Demóstato e de Lido, e que apresentavam apocalipses de Zoroastro, de Zostriano, de Nicoteu, de Alógenes, de Mesa e de outros tais, que, estando eles mesmos enganados, a muitos enganavam, dizendo que Platão não alcançara o profundo da essência inteligível. Por isso Plotino mesmo não só fez muitas refutações a eles nas reuniões, mas também escreveu o tratado que intitulamos *Contra os gnósticos*, deixando a nós a tarefa de criticar as doutrinas restantes (Porfírio, *Vita Plotini*, 16).

Para os meios cristãos proto-ortodoxos, todavia, como aponta Clemente de Alexandria (150-215 EC), os ensinamentos dos gnósticos representavam um desvio diante da revelação cristã (Cl., *Strom. I*, XV, 69,6).

Por conseguinte, os gnósticos ficaram numa situação complicada. Enquanto que para alguns cristãos os proto-ortodoxos seriam transgressores devido à exposição do seu pensamento filosófico, para a escola neoplatônica de Plotino e de Porfírio, os gnósticos eram desviantes em função da interpretação “errônea” que faziam das teses platônicas.

A Sofia e a participação feminina nas comunidades gnósticas

Depois da explanação acima sobre a forma como os grupos gnósticos concebiam a sua teologia, ao analisarmos alguns documentos de Nag Hammadi percebemos que em alguns grupos havia uma diferenciação na forma como representavam a imagem de deus: uma potência feminina. Plotino, na *Enéadas*, Livro II, faz uma refutação contra os gnósticos e menciona uma cosmogonia que se centra na figura criadora da *Sofia*, a sabedoria, uma potência feminina:

Com efeito, eles dizem que a alma e também uma certa “Sofia” se inclinaram para baixo, seja porque a alma principiou, seja porque a Sofia foi a causa dessa inclinação, seja porque desejam eles que ambas sejam a mesma coisa e, então, dizem... ao afirmar que as outras almas desceram juntas com aquela e são “membros de Sofia”, que elas se revestiram de corpos, ou seja, os dos homens; mas aquela, por causa da qual estas também desceram, eles dizem, ao contrário, que ela não desceu, ou seja, não se inclinou, mas apenas iluminou a escuridão e, então, dela surgiu uma imagem na matéria. Então, modelando uma imagem dessa imagem em algum lugar daqui através de matéria, ou materialidade, ou como desejem chamá-la - eles chamam-na ora uma coisa, ora outra, dando-lhe

muitos outros nomes para o obscurecimento do que dizem -, engendram o que entre eles é chamado "demiurgo" e, afastando-o de sua mãe, produzem a partir dele o cosmos e rebaixam este às últimas imagens, para que aquele que escreveu isso o insulte violentamente (Plotino, *Enéadas*, II. 9, 10).

A sabedoria, a *sofia*, possuía algumas conotações na teologia dos seguidores de dois mestres gnósticos, Marco e Valentino, como inferiu Irineu, que ora a representam como o "silêncio eterno e místico" e como a Graça, "Ela que existia antes de todas as coisas", a "sabedoria incorruptível" pelo conhecimento (Ir., *Adv. Haer.*, I. 13, 1-6), ou a "tétrada" que "está acima de tudo" (Ir., *Adv. Haer.*, I. 14,1). Mas, quando faziam suas orações, chamavam a sabedoria de mãe (PAGELS, 2006, p. 60).

Trovão Mente Perfeita, documento de Nag Hammadi, é um monólogo representado por uma potência feminina, identificável com o "pensamento posterior", uma manifestação da sabedoria. O poema é de cunho enigmático e ambíguo, com autodescrições e exortações da potência feminina, repleto de antagonismos, com a incumbência de auxiliar Adão e todo o gênero humano a recolher o poder que foi roubado por laldabaoth, o demiurgo mau. O poema faz a seguinte exortação:

*É da parte do poder que eu, até mesmo eu, fui enviada
E para aqueles que pensam em mim é que eu vim;
E fui encontrada naqueles que me procuram
[...] Pois sou a primeira e a última
Sou a venerada e a desprezada
Sou eu a meretriz e a santa
Sou a esposa e a virgem
Sou a mãe e a filha
Eu sou os membros de minha mãe.
Sou eu a estéril e a que tem muitos filhos
Sou eu aquela cujo casamento é magnífico e a que não se casou
Sou eu a parteira e a que não dá à luz
Sou consolação de meu próprio trabalho.
Sou eu e a noiva e o noivo.
E o meu marido é quem me gerou.
Sou eu a mãe de meu pai e a irmã de meu marido
E é ele que é minha prole
Sou a serva daquele que me preparou
Sou eu a governante de minha prole (*Trovão, a Mente Perfeita*, 1. 2-4, 15-34).*

Em seguida, o documento apresenta a entidade feminina como a *agnosis*, o conhecimento:

Desconheci-me, ó vós que me reconheceis:
E aqueles que não me tem reconhecimento, tomem
Conhecimento de mim!
Pois sou eu conhecimento e falta de conhecimento
Sou reticência e franqueza
Eu sou forte e tenho medo.
Eu sou guerra e paz.

Prestai-me atenção – sou eu a humilhada e a poderosa;
 Prestai atenção à minha pobreza e à minha riqueza
 Sou eu, contudo o intelecto
 E o repouso
 Sou eu o conhecimento de minha busca
 E a descoberta daqueles que me buscam
 E a ordem daqueles que me fazem solicitações
 E o poder dos poderes, por meu conhecimento
 Dos anjos que foram enviados, por minha fala
 E dos deuses em suas épocas, por minha ordem
 E dos espíritos de todos os homens que habitam comigo
 E das mulheres que estão em mim
 Sou eu a venerada e louvada e a desdenhosamente desprezada (*Trovão, a Mente Perfeita*, 14, 23-34; 18, 9-22).

Em outros documentos de Nag Hammadi, como o *Apocalipse de Adão*, a criação assume outras características distintas daquilo que é retratado em *Gênesis*, relato no qual Adão e Eva se tornam mais elevados e poderosos do que o demiurgo; entretanto, a queda fez com que esse conhecimento fosse perdido. O trecho abaixo faz a seguinte alusão:

Depois que deus me tinha feito na terra, juntamente com tua mãe Eva, eu costumava andar de um lado para outro com ela na glória. [...] que ela contemplou, desde o reino eterno do qual tínhamos derivado. E ela transmitiu-me um relato de conhecimento do deus eterno. E nós nos assemelhávamos aos grandes anjos eternos. *Pois éramos superiores ao deus que nos tinha feito, e aos poderes que estão com ele, com quem (ainda) não tínhamos travado conhecimento.*
 Em seguida, deus, o governante dos éons e dos poderes, encolerizado nos deu uma ordem. Em seguida, nós nos tornamos dois éons, e a glória que estava em nossos corações – no de tua mãe Eva e no meu – deixou-nos, bem como o conhecimento prévio que soprara em nós.
 E ela a glória fugiu de nós e entrou em outro grande éon e em outra grande raça. Não foi do atual reino éon – do qual tua mãe Eva e eu derivamos – que ele o conhecimento veio (grifo meu).

O *Apocalipse de Adão* faz uma menção categórica de que Eva teria recebido o conhecimento do “deus eterno” e transmitido para Adão, sendo ambos semelhantes a anjos. Segundo nos informa Irineu, na comunidade gnóstica de Ptolomeu, um discípulo de Valentino, há uma descrição de como o mundo foi criado e, novamente, a imagem de Eva aparece como aquela que obtém a *gnosis*, o conhecimento. Entretanto, no caso descrito por Irineu, a serpente prefigura a doadora do conhecimento, a interventora da mãe Sabedoria, fazendo frente à divindade conhecida por Ialdabaoth, o demiurgo.

Ialdabaoth ficou com ciúmes, e decidiu pensar um meio de esvaziar o ser humano, por a criação de uma mulher. E como resultado de seu próprio pensamento, ele tirou para ora uma mulher. A sabedoria comum anteriormente mencionada apossou-se dela e secretamente esvaziou-a o poder.
 Mas os outros vieram e ficaram maravilhados com sua beleza; e a chamaram de Eva, e se enamorara dela, e geraram filhos nela, e estes eles também chamaram de anjos.

Mas a mãe sabedoria deles astutamente desencaminhou Eva e Adão pela intervenção da serpente, de modo a transgredirem o mandamento de Ialdabaoth. E Eva foi facilmente persuadida, como se estivesse escutando uma descendência de deus. E ela persuadiu Adão a comer da árvore da qual deus havia dito para não comer. Além disso – dizem eles –, quando eles comeram, tiveram conhecimento do poder que é superior a todos, e eles se revoltaram contra aqueles que os fizeram (Ir., Adv. Haer., l. 3.7, grifo meu).

Alguns grupos cristãos, de forma especial os valentinianos, entendiam que a potência feminina seria a criadora primordial e a mãe do Deus de Israel (Ir., Adv. Haer., l. 5,4). Em outro documento, descoberto em Nag Hammadi, denominado de *Hipóstase dos Arcontes*, temos a seguinte observação:

Ele se tornou arrogante, ao dizer: 'Sou eu o deus, e não há outro além de mim. [...] E uma voz surgiu das alturas do reino do poder absoluto, dizendo: 'Você está errado, Samuel' [que quer dizer 'deus dos cegos']. E ele disse: 'Se existe algo além de mim, deixe que apareça para mim!' E Sofia, imediatamente, estendeu o dedo e introduziu luz na matéria, e ela o seguiu até a região do Caos [...]. Ele disse mais uma vez a seus frutos: 'Eu sou o deus da totalidade.' E Vida, filha da Sabedoria, gritou; e disse a ele: 'Você está errado, Saklas!' (*Hipóstase dos Arcontes*, 94, 21; 95,7 *apud* PAGELS, 2006, p. 65).

Depois de toda essa exposição de uma parte da teologia gnóstica, um outro ponto crucial reside na participação feminina dentro dessas comunidades. Antes de tudo, a palavra *gnosis* nos oferece uma elucidação.

A *gnosis* era "o conhecimento" e era adquirido independentemente do sexo. Por isso tivemos, nos movimentos gnósticos, uma grande participação de mulheres que desempenharam funções de liderança, exercendo assim autoridade dentro dessas comunidades cristãs – como apontou Irineu de Lyon com certo escárnio em *Adversus Haereses* (180 EC). Desse modo, a autoridade do bispo não era majoritária. Para Gilvan Ventura da Silva (2006, p. 309), o monopólio sustentado por categorias como as dos bispos, diáconos e presbíteros tinha como interesse as atividades litúrgicas, visto que dentro das comunidades cristãs proto-ortodoxas havia um rápido processo de hierarquização e institucionalização. Nas assembleias em vias de institucionalização, as mulheres não ocuparam "ministérios" determinados, sendo segregadas a uma participação secundária.

A preeminência feminina é conservada, de forma especial, dentro das comunidades gnósticas, como assinala Irineu ao se referir à influência de um profeta, denominado de Marcos (150 EC), dissidente de Valentino que:

É sobretudo das mulheres que ele se ocupa e, entre elas, das mais elegantes e das mais ricas. Se ele quer seduzir alguma de entre elas, faz-lhe este discurso lisonjeiro: 'quero fazer-te participar na minha Graça, já que o Pai de toas as coisas vê sem cessar o teu Anjo diante da tua face... mantém-te pronta, como uma

esposa que espera o esposo, para que sejas o que eu sou e eu o que tu és. Instala na tua câmara nupcial a semente da Luz. Recebe de mim o Esposo, dá-lhe lugar em ti e encontra lugar nele. Eis que a Graça desceu sobre ti... abre a boca e diz não importa o quê, tu profetizarás (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.3).

Para Irineu, o êxito das palavras de grupos heréticos como o de Marcos junto às mulheres se deveu, em especial, à permissão de que estas profetizassem (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.3), enquanto que nas comunidades proto-ortodoxas tal iniciativa lhes era negada. Mas, para Irineu, o pior era que Marcos permitia que as mulheres atuassem como sacerdotisas na celebração da eucaristia. Ele entregava o cálice às mulheres (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.4) ao realizar a oração eucarística e ao proferir as palavras de consagração.

Para Tertuliano (160-220 EC), contudo, o seu principal alvo contra as práticas dessas mulheres era o grupo de Marcião (85-160 EC), seu contemporâneo, que as ordenava em base igual às dos homens para os cargos de presbítero ou de bispo (Tertuliano, *Apologia*, 125). Marcelina, uma mestra gnóstica, viajou até Roma para representar os carpocráticos (Ir., *Adv. Haer.*, I, 25.6), afirmando que tinha recebido ensinamentos secretos de Maria, de Salomé e de Marta. Outro grupo, como os montanistas, reverenciavam duas mulheres, Prisca e Maximila, como fundadoras do movimento (Ir., *Adv. Haer.*, I, 25.6).

Em outros grupos, como o dos valentinianos, as mulheres tinham direitos iguais aos dos homens. Algumas eram reverenciadas como profetisas, outras exerciam as funções de ensino, evangelização e de cura, agindo muitas vezes como sacerdotisas e bispos; em contrapartida, nas igrejas proto-ortodoxas, as mulheres eram cada vez mais segregadas (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.4). Irineu descreve que, entre os valentinianos, homens e mulheres participavam do sorteio; qualquer um poderia ser escolhido para ser presbítero, bispo e diácono (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.4). Quem recebesse a sorte era designado para assumir o papel de sacerdote, outro receberia o sacramento do bispo, ou seja, havia um rodízio de funções, algo bastante distinto do que ocorria nas igrejas ortodoxas (Ir., *Adv. Haer.*, I, 13.4).

Eusébio de Cesareia comenta que, depois da morte de um mestre gnóstico chamado Montano (175 EC), líder dos montanistas, a sua discípula Maximila dirigiu o movimento. Na condição de alvo dos ataques da protoortodoxia, teria feito o seguinte comentário: "sou perseguida longe dos cordeiros como um lobo. Eu não sou um lobo. Eu sou Palavra, Espírito e Poder" (Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica*, V, 16, 17). Para Silva (2006, p. 47), as mulheres montanistas, desempenharam funções ainda mais preeminentes do que as dos marcionitas, provocando desconforto em algumas lideranças eclesiais, que determinaram proibições e interdições com maior intensidade a partir do século II, em virtude da posição adotada pelas mulheres em alguns círculos gnósticos (SILVA, 2010, p. 308).

Essas características gnósticas foram endossadas por algumas comunidades paulinas. Um exemplo foi o documento apócrifo, do século II da EC, denominado *Os Atos de Paulo e Tecla*, em que é retratada a figura de uma missionária, Tecla, que ensina, batiza e profetiza, fugindo do casamento e das responsabilidades com a família.¹¹ Para Barth Ehrman (2008b, p. 79), os contos que envolviam Tecla e outras mulheres ascetas e que acompanhavam outros missionários não eram algo errôneo ou inusitado no cristianismo antigo, mas uma declaração significativa de uma importante corrente cristã da época.

Algumas considerações conclusivas

Os papéis sexuais foram, de certa forma, determinantes no processo de hierarquização e legitimação política de um tipo de cristianismo que se autodenomina como detentor de uma tradição. No entanto, os grupos gnósticos nos mostram outras realidades e situações nas quais proeminência e liderança poderiam ser adquiridas independentemente do sexo, através da *gnosis*.

Em suma, a partir da análise de alguns documentos contidos na Biblioteca de Nag Hammadi e no discurso de alguns dos heresiólogos da Igreja, como Irineu de Lyon, Clemente de Alexandria e Tertuliano, percebemos outras experiências de cristianismos, que se distinguiam das vivências comuns de um padrão de cristianismo que nos foi imposto como verdadeiro e único. Portanto, o significado histórico da vitória do cristianismo proto-ortodoxo dificilmente pode ser exagerado, pois nos impuseram uma moralidade e uma religiosidade que constituíram nossa identidade e a da civilização ocidental.

Referências

Documentação textual

A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1994.

APÓCRIFOS E PSEUDOEPÍGRAFES DA BÍBLIA. Organização de Eduardo de Proença. São Paulo: Fonte, 2012.

BACARAT JR., J. C. *Plotino; Enéadas, I, II e III; Porfírio, Vida de Plotino*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

CLEMENT D'ALEXANDRIE. *Les Stomates*. Introduction, texte critique et index par Alain Le Boulluec; traduction par Pierre Voulet. Paris: CERF, 2006.

¹¹ Conferir em *Apócrifos e Pseudoepígrafes da Bíblia* (2012, p. 388-400).

- EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História Eclesiástica*. Tradução das Monjas Beneditinas. São Paulo: Paulus, 2000.
- EVANGELHOS APÓCRIFOS. Tradução dos textos em copta para o italiano por Luigi Moraldi. Tradução de Benôni Lemos e Patrizia Collina Batianetto. São Paulo: Paulus, 1999.
- IRINEU DE LYON. *Contra as Heresias*. Introdução, notas e comentários de Helcion Ribeiro. Organização das notas bíblicas de Roque Frangiotti. Tradução de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1995.
- THE NAG HAMMADI LIBRARY IN ENGLISH. Translated and introduced by members of the Coptic Library Project of the Institute for Antiquity and Christianity, Claremont, California. San Francisco: Harper San Francisco, 1990.
- LAYTON, B. *As escrituras gnósticas*. Tradução de Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2002.
- TERTULIAN. *Apology; De spectaculis*. With an English translation by T. R. Glover. Cambridge: Harvard University, 1931

Obras de apoio

- ALEXANDRINA SILVA, R. "Afasta-se, Maria de nós, pois as mulheres não merecem a vida": heterodoxia e ortodoxia nos inícios do cristianismo. In: RAGO, M.; FUNARI, P. P. A. (Orgs.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: AnnaBlume, 2008.
- _____. *A ambiguidade da ordenação feminina: mulher e subjetividades nas comunidades paulinas nos dois primeiros séculos*. Tese (Doutorado em História) – Programa de PósGraduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- BRAKKE, D. *Los gnósticos*. Traducción de Francisco J. Molina de la Torre. Salamanca: Síguem, 2013.
- BROWN, P. R. L. A. Nova Antropologia. In: VEYNE, P. (Org.). *História da Vida Privada: do Império Romano ao Ano Mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. v. 1.
- EHRMAN, B. D. *Pedro, Paulo e Maria Madalena: a verdade e a lenda sobre os seguidores de Jesus*. Rio de Janeiro: Record, 2008a.
- _____. *Os evangelhos perdidos: as batalhas pela escritura e os cristianismos que não chegamos a conhecer*. Rio de Janeiro: Record, 2008b.
- FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- _____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v. 2.
- _____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 2005. v. 3.
- FUNARI, P. P. ; NOGUEIRA, P. A.; COLLINS, J. (Orgs.). *Identidades fluidas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010.

- KOESTER, H. *Introdução ao Novo Testamento: História e Literatura do cristianismo*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MACMULLEN, R. *Christianizing the Roman Empire: A.D. 100-400*. New Haven: Yale University Press, 1984.
- PAGELS, E. H. *Além de yoda crença: o evangelho desconhecido de Tomé*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- _____. *Os evangelhos gnósticos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- PERISTIANY, J. G., *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- PIÑERO, A. *Textos gnósticos: Biblioteca de Nag Hammadi*. Madrid: Trotta, 2005.
- PUCCINI-DERBEY, G. *A vida sexual na Roma Antiga*. Lisboa: Texto & Grafia, 2010.
- SILVA, G. V. A Redefinição do papel feminino na Igreja primitiva: virgens, viúvas, diaconisas e monjas. In: SILVA, G. V.; NADER, M. B.; FRANCO, S. P. (Orgs.). *As Identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES/PPGHIs, p. 305-320, 2006.
- _____. As relações entre o judaísmo e o cristianismo no Império Romano: uma nova interpretação a partir do paradigma culturalista. *História da historiografia*, n. 5, 2 p. 58-70, 2010.
- VEYNE, P. *Quando nosso mundo se tornou cristão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Os *bracaraugustani* e os monumentos epigráficos: uma análise da presença do gênero feminino nas inscrições de *Bracara Augusta*

The 'Bracaraugustani' and the epigraphy monuments: an analysis of the female presence in the inscriptions of 'Bracara Augusta'

Raquel de Moraes Soutelo Gomes*

Resumo: Fundada em finais do século I a.C., *Bracara Augusta*, capital do *conuentus Bracaraugustanus* foi uma cidade dinâmica, com importantes funções jurídicas, religiosas e administrativas. Sua população constituída por membros dos mais diversos povoados fortificados envolventes, vivenciou uma cidade estruturada a partir dos padrões romanos e adotou alguns dos hábitos destes, como o impulso cultural para produzir inscrições. Os produtos de hábito epigráfico são aqui analisados para entendermos um pouco mais das mulheres bracaraugustanas, procurando com que frequência estavam representadas e em quais tipos de *tituli*, como eram referidas, se sozinhas ou associadas a homens, qual o seu estatuto jurídico, quais suas funções na comunidade e como foram lembradas por seus entes queridos quando faleceram.

Abstract: Founded at the end of the 1st century BC, *Bracara Augusta*, capital of the *conuentus Bracaraugustanus* was a dynamic city, with important administrative, juridical and religious functions. Its population formed by the various members of the hillforts that surrounded it, lived in an urban space, designed to follow Roman patterns, and adopted some of the Roman habits, like their cultural impulse to produce inscriptions. The products of this Roman custom are analyzed in this article, in search of a better understanding of the women that lived there, observing data that mentioned how they were presented, what was their social status and their activities in this community and also how they were remembered by their loved ones.

Palavras-chave:
Bracara Augusta;
Hábito epigráfico;
Gênero.

Keywords:
Bracara Augusta;
Epigraphic habit;
Gender.

Recebido em: 12/11/2015
Aprovado em: 18/12/2015

* Mestre em Arqueologia pela Universidade do Minho, Portugal, e colaboradora no projeto: Cotidiano e sociabilidades no Império Romano, uma parceria entre o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da Universidade Federal do Espírito Santo (LEIR/UFES) e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM).

Introdução

As cidades provinciais eram o espaço privilegiado para evidenciar o poder de Roma (BUSTAMANTE, 2006, p. 116), simbolizavam a ordem moral da sociedade como um todo (MENDES, 2007, p. 10) e eram os símbolos omnipresentes de um sistema religioso, político e social. As cidades eram parte essencial de uma estratégia imperial e militar para controlar e manter o território (REVELL, 2009, p. 49), servindo como centros de criação e difusão da cultura romana (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005, p. 24 e 37). Eram um modelo e o produto das experiências dos habitantes do Império, sendo construídas a partir dos conhecimentos sobre o modo de agir no cotidiano dentro de um contexto social (REVELL, 2009, p. 44).

Neste artigo, trabalharemos a cidade de *Bracara Augusta*, uma das cidades difusoras da cultura romana no noroeste da Península Ibérica. Uma localidade que desenvolveu hábitos romanos, como, por exemplo, o impulso cultural de produzir inscrições (MACMULLEN, 1982, p. 238), que será aqui analisado. O espólio epigráfico é para esta capital de *conuentus* uma fonte primordial para a compreensão da constituição de sua população, dos seus costumes e do seu quotidiano.

Fundada *ex novo* por Augusto e integrada na província da *Hispania Citerior*, no âmbito do programa imperial de reorganização das províncias hispânicas (MARTINS *et al.*, 2012, p. 31), *Bracara Augusta* possuía importantes funções jurídicas, económicas e religiosas, sendo a sua criação um modo de reafirmar a presença romana na região a Norte do Douro (MARTINS, 2000, p. 45). O seu espaço urbano, com cerca de 48ha, nos finais do século III, era definido pela área interior da muralha baixo-imperial e pelas necrópoles associadas aos principais eixos viários que ligavam esta cidade a outros centros urbanos e aglomerados secundários (CARVALHO, 2008, p. 155; MARTINS *et al.*, 2012, p. 57 e 60). Sua localização era estratégica, situando-se no coração da área ocupada pelos *Bracari*, o que a tornou muito atrativa para as populações indígenas, que vieram a formar parte do seu corpo cívico (MARTINS *et al.* 2012, p. 33 e 36; TRANOY, 1980, p. 72).

Para estudar o contexto social desta cidade, as particularidades da população que aí habitava e a sua evolução utilizaremos como fonte de estudo a Epigrafia, uma ferramenta essencial neste tipo de análise em ambiente provincial, pois nos fornece informações sobre alguns membros da sociedade, ou seja, aqueles que efetivamente adotaram o hábito epigráfico romano. Este era um dispositivo no qual estes indivíduos podiam descrever as suas identidades públicas, gravando para sempre as suas conquistas e relações com os deuses, com outros homens, com o Império e com a própria cidade (WOOLF, 1996, p. 39). O hábito epigráfico foi, então, um dos frutos do processo de

“romanização” das províncias. Desta maneira, era um dos elementos da transformação social, cultural, econômica, política e religiosa, multifacetada em seus significados e mecanismos, que decorria da negociação bidirecional entre a cultura romana e aquela que caracterizava as diversas comunidades indígenas (MENDES; BUSTAMANTE; DAVIDSON, 2005, p. 41).

Utilizando estes monumentos como reflexo da sociedade bracaraugustana, iremos analisar a composição da comunidade, apresentando primeiramente uma breve introdução aos estudos anteriores, os dados gerais sobre a composição do *corpus* epigráfico de Braga e os resultados deste estudo que procurou entender melhor a questão do gênero e dos contextos sociais e profissionais revelados nestas fontes.

O estudo da Epigrafia bracarense

O estudo da sociedade bracaraugustana tem como mais relevantes e recentes os estudos realizados por Alain Tranoy e Patrick Le Roux, por Armando Redentor e Manuela Martins. Os dois primeiros investigadores (TRANOY; LE ROUX, 1989-1990) analisaram o material das quatro necrópoles conhecidas até aos finais dos anos 80 do século passado, procurando fazer um catálogo, no qual valorizaram a onomástica, a origem dos nomes identificados e também a cronologia de cada inscrição, em busca de cruzar os dados obtidos com as escavações arqueológicas. Por sua vez, Alain Tranoy (1980) analisou a sociedade bracaraugustana a partir das epígrafes votivas, considerando os estatutos jurídicos e os deuses que os habitantes adoravam para compreender o processo de “romanização” e a sua aceitação por parte da população urbana. Já em sua tese, Tranoy (1981) analisou os dados no quadro de toda a Galécia romana, valorizando a composição da sociedade: os nomes de família; a penetração da onomástica latina; a permanência de alguns testemunhos da onomástica indígena; as gentilidades; as centúrias e as formas de filiação, dividindo os resultados por *conuentus*.

Mais recentemente, Armando Redentor (2011), no âmbito da sua tese de doutoramento, elaborou um catálogo atualizado das inscrições da fachada ocidental do *conuentus bracaraugustanus* e um estudo extensivo sobre estas, no qual explorou, entre outros assuntos, o estatuto jurídico dos membros da população referida nas inscrições da fachada ocidental do convento, incluindo a cidade de *Bracara Augusta* e sua área envolvente. Abordou também elementos como a profissão dos dedicantes, as eventuais relações familiares e a constituição de sua onomástica, analisando as suas formas, origens e frequência com que aparecem. Finalmente, Manuela Martins (MARTINS *et al.* 2012), ao sintetizar os resultados de 35 anos de pesquisa, utiliza os

dados arqueológicos e epigráficos para caracterizar a população de *Bracara Augusta*, o seu urbanismo e arquitetura, mostrando que a cidade possuía um forte componente de libertos e escravos e que os cidadãos ali representados eram algumas vezes originários de outras áreas próximas da capital conventual, na sua grande maioria indígenas promovidos.

Os *bracaraugustani* e o hábito epigráfico: uma abordagem do gênero

Para ampliar o nosso conhecimento sobre a sociedade de *Bracara Augusta* daremos, neste artigo, prioridade ao estudo das mulheres bracaraugustanas, tendo em vista compreender melhor: com que frequência estas são representadas na Epigrafia e em que tipo de inscrições; a relação entre a sua representação e a evolução do hábito epigráfico na cidade; como eram representadas, se sozinhas ou associadas a outros homens e mulheres e quais as relações com estas eventuais pessoas; o seu estatuto jurídico e as atividades que exerciam na sociedade, comparando a expressão destes dados com aqueles que se referem aos membros masculinos da comunidade.

Os estudos de gênero na província da Hispânia romana ligados às fontes epigráficas são variados. Entre os mais significativos salientamos as pesquisas de Albertos Firmat (1977) e Vázquez Hoys (1982-1983), em contexto ibérico, e de Luís Fernandes (1998-1999) no contexto do *conuentus scallabitanus*, que procuraram entender melhor a onomástica feminina, as funções da mulher na sociedade romana provincial e as suas relações com seus familiares e com os deuses. Trabalhos que nos auxiliaram, juntamente com a tese de doutorado de Redentor (2011), a interpretar as informações reveladas pelo material epigráfico da parte urbana da cidade de *Bracara Augusta*.

O nosso estudo fundamentou-se no *corpus* de Armando Redentor (2011, 2)¹ para a fachada ocidental do *conuentus bracaraugustanus*, tendo sido selecionadas 92 inscrições.² Estas permitiram delinear as características da população que habitou a cidade de *Bracara Augusta* durante o período romano.

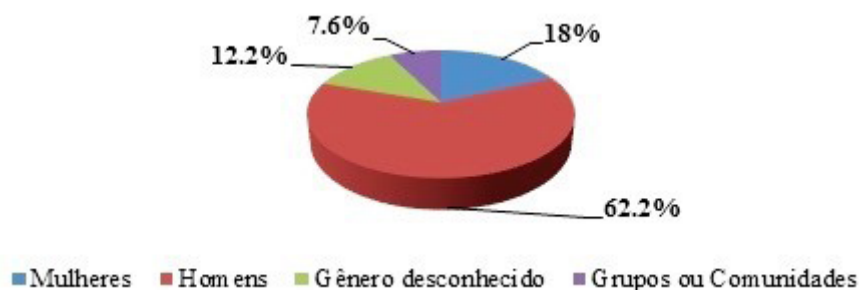
Primeiramente vamos tentar identificar as pessoas que foram referidas nos textos das inscrições, a fim de percebermos a representação de cada gênero. Dividimos, assim,

¹ Todas as inscrições aqui mencionadas apresentam o mesmo número do catálogo de Armando Redentor (2011, 2), disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt>.

² Ver Armando Redentor (2011, 2, n.: 4, 5, 18, 22, 36, 38, 40, 44, 45, 50, 51, 58, 66, 78, 95, 96, 97, 104, 130, 146, 148, 153, 154, 155, 157i, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 178, 187, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 203, 204, 212, 213, 215, 220, 223, 224, 228, 229, 232, 236, 237, 242, 245, 253, 258, 259, 260, 262, 265, 269, 279, 284, 285, 286, 294, 297, 300, 304, 305, 306, 309, 310, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 327, 328, 330, 331, 335, 336, 338 e 339).

a amostra entre homens e mulheres,³ grupos e coletividades⁴ e também indivíduos de gênero desconhecido por falta de informação.

Figura 1 - A comunidade bracaraugustana representada no *corpus* epigráfico



Neste gráfico (Fig. 1), notamos a predominância clara da representação de homens nas inscrições da cidade, com 62,2% (107), enquanto as mulheres se encontram bem menos representadas, com 18% (31). Um resultado que corrobora o que já havia sido afirmado nos trabalhos de Albertos Firmat (1977, p. 179) de que existem pouco vestígios sobre a vida das mulheres da Península Ibérica durante o domínio romano. Um fator que pode se justificar pelo papel meramente familiar que algumas destas desenvolveram na sociedade romana, ligada ao cuidado do lar e de seus filhos (VÁZQUEZ HOYS, 1982-1983, p. 107).

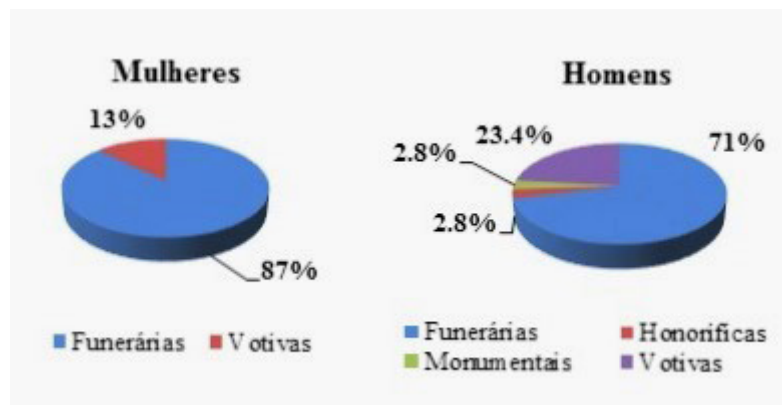
Após esta definição, já prevista de que as mulheres apareciam menos figuradas que os homens nos monumentos epigráficos de *Bracara Augusta*, procurámos verificar em que tipos de inscrições se encontram elas mais representadas, se nas funerárias, votivas, honoríficas ou monumentais, em busca de percebermos um pouco melhor o seu papel e lugar na sociedade bracaraugustana. A nossa análise permitiu evidenciar que, nas inscrições sobreviventes, as mulheres aparecem somente nas epígrafes de

³ Incluímos nestas estatísticas os nomes repetidos em inscrições com a mesma cronologia, pois pelos indivíduos possuírem nomes comuns (como, por exemplo, *Arquius*, filho de *Cantaber*) e as inscrições serem datáveis de um período relativamente longo (71-130 d.C.), optámos por contabilizá-los como indivíduos diferentes, já que não temos forma de saber se são a mesma pessoa. Ver inscrições em Armando Redentor (2011, 2, n. 5 e 36). Também não contabilizamos as pessoas que temos a certeza que não eram habitantes da área urbana de *Bracara Augusta*, como os indivíduos representados nas seguintes inscrições do catálogo de Armando Redentor (2011, 2): 153 (*Caius e Lucius Caesar*, membros da família imperial); 154 (*Marcus Agrippa*, neto de *Augustus*, membro da família imperial); 159 (*Flavius Constantinus Maximus*, Imperador); 157i (*Marcus Aurelius Antoninus e Lucius Aurelius Commodus*, Imperadores); 163 (*Caesar Augustus*, Imperador); e 165 (*Caius Caetronius Miccio*, senador e *Praefectus reliquorum exigendorum populi Romani*).

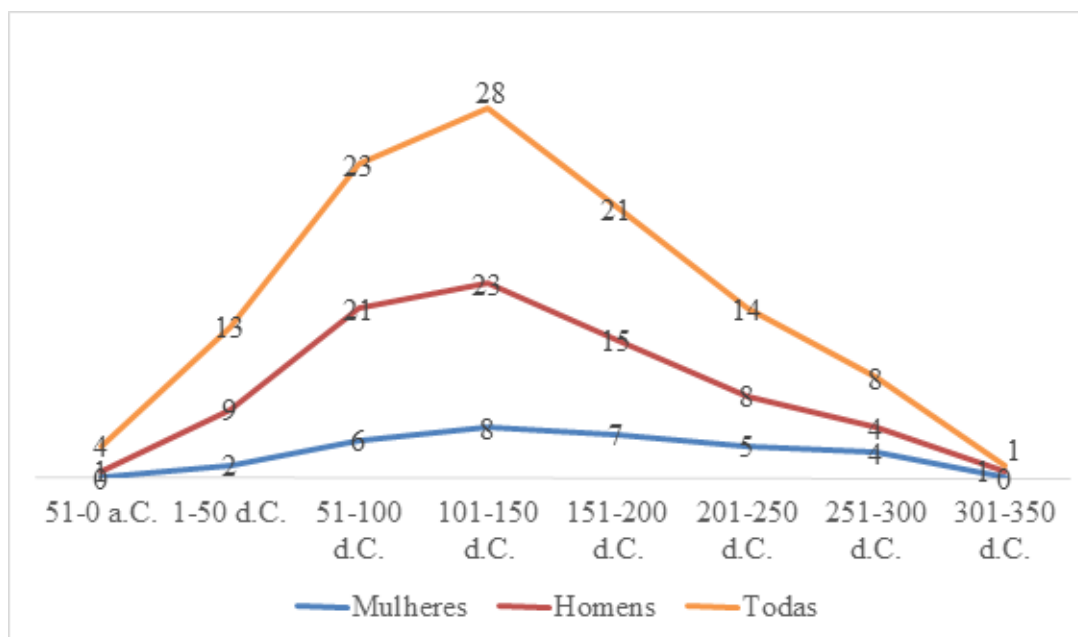
⁴ Consideramos como grupos e coletividade todos os casos em que era impossível calcular o número exato de membros abrangidos pelos termos utilizados, como acontece nas seguintes inscrições do catálogo de Armando Redentor (2011, 2): 153 e 155 (*Callaecia*); 154 (*Bracaraugustanus*); 165 (*cieus romani qui negociantur Bracara Augusta*); 166 (*Conuentus Bracaraugustanus*); 169 (decuriões); 294 (*amici*); 304 (confraria dos *Flau*); 305 (*sodalitium urbanorum*); 319 e 327 (herdeiros); 320 (*filiae pientissimae*) e 339 (mortos desconhecidos).

caráter votivo e funerário, enquanto os homens surgem não só nestes tipos, como também em inscrições honoríficas e monumentais. O que, possivelmente, reflete o próprio papel das mulheres numa sociedade em que o seu papel era limitado política e socialmente. Observamos, ainda que dentro do *corpus* de inscrições relacionadas às mulheres notamos que existe uma predominância na presença destas nas inscrições funerárias, contabilizando 87% contra 13% das inscrições votivas. O mesmo acontece no catálogo de epígrafes relacionadas a homens, com 71% de inscrições funerárias e 23,4% de votivas, resultados que refletem o próprio *corpus* epigráfico da cidade, no qual cerca de 61,5% (56) são de caráter funerário e 33% (30) votivo.

Figura 2 - Representação de homens e mulheres nos diferentes tipos de inscrição



Outra característica que podemos identificar acerca da representação do gênero feminino no hábito epigráfico da cidade está relacionada com a possível cronologia de cada inscrição. Desta forma, para percebermos os momentos em que a mulher bracaraugustana aparentemente participa mais deste costume, delineamos um gráfico, visível na Figura 3, que segue as médias de epígrafes erigidas a cada 50 anos, apresentando os resultados referentes a todas as inscrições encontradas na cidade, quer aquelas onde figuram homens, quer as que apresentam mulheres. Desta forma, podemos obter os números máximos e mínimos de monumentos que foram erigidos desde a segunda metade do século I a.C. até a primeira metade do século IV d.C. e fazemos uma média destes valores, para uma aproximação mais correta do que pode ter sido no passado.

Figura 3 - Os gêneros e o hábito epigráfico (em quantidade de inscrições)

Verificamos que a presença do gênero feminino neste dossiê epigráfico (Fig. 3) parece ter sido mais frequente durante a 2ª metade do século I d.C., atingindo seu ápice no século II d.C. e sofrendo um ligeiro decréscimo a partir da primeira metade do século III d.C. Assim, constatamos que o hábito epigráfico delineia uma curva diferenciada da trajetória da representação masculina e da linha representativa de todas as inscrições da cidade. Para a comunidade masculina, verifica-se um crescimento efetivo na segunda metade do século I d.C., atingindo o auge na primeira metade do século II d.C., mas com grande declínio a partir da segunda metade do mesmo século, queda que prossegue nos anos seguintes. Este desenvolvimento acompanha o do próprio crescimento e declínio do hábito epigráfico da cidade, que surge nos finais da segunda metade do século I a.C., atinge o apogeu no final da segunda metade do século I d.C. e durante a primeira metade do II d.C., decrescendo a partir da segunda metade deste século.

Ainda outro interessante aspecto que conseguimos analisar com este gráfico relaciona-se à representação do gênero feminino desde a segunda metade do século I d.C. até à primeira metade do século III d.C., ou quiçá até à segunda metade se afigura constante. Um resultado condicionado, admissivelmente, pela sua presença maior em inscrições funerárias e votivas que representavam necessidades essenciais da comunidade em todos os períodos. Constatamos também que, apesar do número de inscrições onde se representam homens ser quase sempre maior do que aquele nas quais figuram mulheres, na primeira metade do século I d.C., aquelas são cerca de quatro vezes mais frequentes que estas. No período correspondente à segunda metade do século I d.C. e primeira metade do século II d.C. esse número é três vezes superior, decrescendo para duas vezes

nos 50 anos seguintes, diminuindo cada vez mais até se tornar igual nos finais do século III d.C., quando a ereção de monumentos epigráficos perde a importância face a outros meios de demonstração de *status*.

Quanto à representação das mulheres procuraremos verificar se estas foram identificadas nas inscrições, se estavam representadas com outras pessoas e também quais as relações sociais e sentimentais entre elas e o seu estatuto jurídico.

Observamos que a mulher *bracaraugustana* aparece representada sozinha ou apenas com outras mulheres em 13 inscrições,⁵ sendo apenas numa que estão figuradas mãe e filha, na qual *Materna* erigiu o monumento para *Paterna*, de 19 anos (REDENTOR, 2011, 2, n. 279).⁶ Verificamos, também, a predominância de mulheres cidadãs (*ingenui*), que correspondem a 7 casos, enquanto 3 são peregrinas, 3 libertas e 1 escrava, representadas em inscrições ligeiramente mais frequentes durante a segunda metade do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C. Além destes monumentos epigráficos nos quais, em alguns casos,⁷ as mulheres teriam tido um papel ativo na sua encomenda, vemos 2, nos quais foram as mulheres quem mandaram colocar as inscrições para os seus companheiros, como podemos ver nos *tituli*: de *Camilius Eutyichianus* e de *Valerius Siberius* (REDENTOR, 2011, 2, n. 229 e 314, respetivamente).

No entanto, em 15 inscrições (REDENTOR, 2011, 2, n. 215, 228, 229, 242 e 314), as mulheres aparecem associadas a homens, que podem ser seus filhos, pais, avôs ou companheiros. Um conjunto de inscrições onde podemos observar alguns casos curiosos são o da estela de *Vic[aria] Proba* e de outro falecido (REDENTOR, 2011, 2, n. 317), na qual a relação entre esta e *Publicius Crescens* acontece possivelmente pelo pai, também um possível libertado público, como apontado por Armando Redentor (2011, 1, p. 108-109), o do monumento que refere *Encratis* (REDENTOR, 2011, 2, n. 242), que parece ser um companheiro de servidão, ou ainda o monumento funerário de *Pinarea* e *Paugenda*, filhas de *Triteus* (REDENTOR, 2011, 2, n. 285). Nesta inscrição, vemos a filha de *Pinarea*, *Camala* e seus primos, filhos de *Paugenda*, a lavrar o monumento às suas mães (REDENTOR, 2011, 1, p. 192). Igualmente interessante é também a inscrição pela saúde

⁵ Armando Redentor (2011, 2, n. 22, 146, 162, 191, 195, 220, 258, 262, 279, 284, 306, 310, 316).

⁶ Nesta idade, provavelmente, esta não seria considerada mais criança, pois segundo Harlow e Laurence (2005, p. 56) a possível época para o seu casamento seria quase no início dos vinte anos.

⁷ Mencionamos como alguns, pois mesmo se a mulher estivesse sozinha, não podemos ter a certeza de que o monumento haveria sido mandado colocar por ela. Afinal, como menciona Harlow e Laurence (2005, p. 54), neste período, raramente existiam mulheres independentes que não fossem influenciadas pelas decisões de seus pais, maridos, irmãos ou filhos. Desta forma, mantemos aqui uma ressalva no caso da única criança do sexo feminino identificada nas inscrições de *Bracara Augusta*. Na placa funerária de *Aemilia Lougo*, filha de *Caius* (REDENTOR, 2011, 1, n. 191), uma criança de 10 anos do sexo feminino, não teria condições financeiras próprias para mandar erigir um monumento epigráfico, necessitando de outro membro da família para o fazer.

de *Triarius Maternus* e de sua filha *Procula* (REDENTOR, 2011, 2, n. 66), encomendada por um membro da comitiva daquele *legatus iuridicus* (REDENTOR, 2011, 1, p. 99 e n. 20). É igualmente digna de destaque uma estela, na qual figuram os nomes de quatro gerações de uma família peregrina (REDENTOR, 2011, 2, n. 232), na qual se representa uma mulher, *Meditia*, filha de *Medamus*, seu pai e seu avô, todos com indicativo de filiação (REDENTOR, 2011, 1, p. 190).

Fora estes casos específicos encontramos as mulheres quase sempre associadas a seus companheiros e/ou filhos, ou muito mais raramente ao pai, como na estela de *Albura*, filha de *Carisius* (REDENTOR, 2011, 1, p. 192 e REDENTOR, 2011, 2, n. 194). De fato, elas aparecem mais representadas com os companheiros, relação presente em 5 epígrafes (REDENTOR, 2011, 2, n. 223 e 294) contra 2 (REDENTOR, 2011, 2, n. 204 e 236) onde aparecem figuradas somente com os filhos e outras 2 quando aparecem mencionadas com ambos.⁸ Destas mulheres, que estão associadas a homens, observamos uma predominância de peregrinas e libertas, com 6 mulheres identificadas em 4 inscrições no primeiro caso (REDENTOR, 2011, 2, n. 194, 204, 232 e 285) e 4 no segundo (REDENTOR, 2011, 2, n. 215, 229, 236 e 317), sendo seguidas por 3 cidadãs de pleno direito (REDENTOR, 2011, 2, n. 66, 223 e 228) e 2 servas.⁹ Observamos, também, que são mais frequentes durante a segunda metade do século II d.C.

À parte estes monumentos, onde a mulher está associada a homens ou a outras mulheres, também parece necessário mencionar um caso especial, no qual uma mulher, *lunia Seuera* (REDENTOR, 2011, 2, n. 245), uma possível liberta, aparece numa relação de *dominatio* na onomástica do falecido *Faustus* (REDENTOR, 2011, 1, p. 163-164 e 205). Trata-se de um monumento datável do século I d.C., e o único em toda a fachada ocidental bracarense, tal como foi mencionado por Armando Redentor (2011, 1, p. 163-164), que declaradamente atestaria um escravo pertencente a uma mulher.

No total das 31 mulheres identificadas no *corpus* da área urbana de *Bracara Augusta* estão representadas, segundo a classificação de Armando Redentor (2011): 10 cidadãs de pleno direito, 9 peregrinas, 8 libertas e 3 servas, sendo de destacar, como seria de se esperar, uma presença maior de mulheres de onomástica quiritária e peregrina, pois teriam melhores condições financeiras que as escravas. No entanto, esta composição diferencia-se um pouco da dos homens, cujo estatuto jurídico predominante é o peregrino (com 49 indivíduos), seguidos pelos cidadãos (com 33), libertos (com 13), servos (com 8).

⁸ Na epígrafe a *Pinarea* e *Paugenda* (REDENTOR, 2011, 2, n. 285) estão representadas 3 mulheres.

⁹ A estela de *Quintus* e *Catura* (REDENTOR, 2011, 2, n. 294) e a epígrafe de duas falecidas desconhecidas (REDENTOR, 2011, 2, n. 320) não foram aqui contabilizadas por não ser possível enquadrá-las em um estatuto jurídico e social, através da onomástica apresentada.

Todavia, mantêm-se uma maior presença de homens e mulheres de onomástica quirítaria e peregrina no hábito epigráfico.

Quanto às informações oferecidas sobre a configuração profissional dos habitantes de *Bracara Augusta* representados nas inscrições, precisamos levar em conta, o que seria caracterizado, como profissão. Esta seria utilizada quando o ofício implicava determinada criação tangível, que seria obtida pela aplicação de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos e de uso específico numa credenciação profissional mais ou menos especializada (GIMENO PASCUAL, 1988, p. 5; REDENTOR, 2011, 1, p. 281).¹⁰ Desta forma, sublinhamos a indicação de profissões implícitas nas decorações de 2 delas, sendo esta informação referente apenas ao gênero masculino. Nestas figurariam possíveis mosaicistas (REDENTOR, 2011, 1, p. 286-287; REDENTOR, 2011, 2, n. 192)¹¹ e pessoas possivelmente ligadas aos jogos de gladiadores (REDENTOR, 2011, 1, p. 295-296; REDENTOR, 2011, 2, n. 260).¹² O gênero feminino, no entanto, só aparece com a menção de um cargo religioso exercido e não de uma profissão, como acontece com *Lucretia Fida* (REDENTOR, 2011, 2, n. 162), sacerdotisa conventual perpétua de Roma e Augusto.¹³ Este cargo religioso surge igualmente referido numa epígrafe dumiense (REDENTOR, 2011, 2, n. 166), na qual é referido um sacerdote do culto Imperial, possivelmente domiciliado em *Bracara Augusta* (REDENTOR, 2011, 2, p. 151-152, p. 173 e p. 199).

Após esta breve análise das questões relacionadas com a configuração social, profissional e de gênero da população urbana e as características gerais do *corpus* epigráfico, acreditamos que seria útil também perceber como os *bracaraugustani* lembravam de seus parentes falecidos. Esses dados podem ser analisados através dos *elogia*, presentes em algumas inscrições, que podem refletir não só a intenção de apontar um modelo de conduta do defunto, como também corresponder a uma “moda” cultural de certo período (FERNANDES, 1998-1999, p. 137), ou até mesmo servir para apaziguar o espírito do defunto, para evitar que este atrapalhasse o mundo dos vivos (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 786; FERNANDES, 1998-1999, p. 137). Desta maneira, analisaremos os qualificativos laudativos que estão presentes nas inscrições funerárias relacionadas com homens e mulheres, para compreender melhor a mentalidade da comunidade bracaraugustana.

¹⁰ Sendo assim, não mencionamos aqui cargos ou funções administrativas, religiosas e militares, já discutidas extensivamente em Tranoy e Le Roux (1989-1990), Tranoy (1980;1981) e Redentor (2011).

¹¹ Para uma explicação sobre as diferentes interpretações da iconografia da inscrição n. 192 cf. Armando Redentor (2011, 1, p. 286- 287).

¹² Para uma descrição mais detalhada desta interpretação ver Armando Redentor (2011, 1, p. 295-296).

¹³ Este cargo envolvia o culto das *divae* e *Augustae* a nível conventual, sendo o seu título possivelmente escolhido por uma assembleia e não por casamento com outro sacerdote do culto imperial. O adjetivo *perpetua* também poderia ser honorífico, relacionado a uma eventual manutenção de privilégios durante toda a sua vida (ÉTIENNE, 1958, p. 194-195; REDENTOR, 2011, 1, p. 409).

Tabela 1 - Os qualificativos laudativos na Epigrafia da área urbana de *Bracara Augusta*

Referências	Dedicantes	Defuntos	Qualificativos	Idade	Cronologia ^a	Estatuto
REDENTOR, 2011, 2, n° 215	Marido	Esposa (<i>coniux</i>)	<i>Benemerenti</i>	50	101-200	Liberta e Servo
REDENTOR, 2011, 2, n° 223	Filho	Mãe	<i>Optima; Carissima; Femina incomparabilis pietas</i>	-	131-270	Cidadãos
REDENTOR, 2011, 2, n° 228	Marido	Esposa (<i>coniux</i>)	<i>Carissim(a)</i>	50	151-230	Cidadãos
REDENTOR, 2011, 2, n° 242	Homem	Mulher (sem relações expressas)	<i>Pii(s)simae</i>	-	131-270	Servos
REDENTOR, 2011, 2, n° 279	Mãe	Filha	<i>Carissima; Pientissima</i>	19	201-270	Cidadãs
REDENTOR, 2011, 2, n° 294	Pai ou Mãe?	Filho	<i>Pius; Obsequius patri; Felix in amicis</i>	-	131-230	<i>Incerti</i>
REDENTOR, 2011, 2, n° 314	Esposa	Marido (<i>marito</i>)	<i>Pi'e[ntiss]imus</i>	70	151-270	Serva e Liberto
REDENTOR, 2011, 2, n° 320	Pai ou Mãe?	Filhas	<i>Pie[nt]issimae</i>	-	131-270	<i>Incerti</i>

^a De acordo com Redentor (2011, 2).

Ati

Como podemos ver nesta Tabela 1, detetamos 6 exemplos de qualificativos gravados em 8 inscrições, sendo estes: *pius/ piissimus/ pientissimus/ pientissimus/ femina incomparabilis pietas* (6 vezes); *carissimus* (3 vezes); *optimus* (1 vez); *benemerens* (1 vez); *obsequius* (1 vez); e *felix in amicis* (1 vez), ocorrendo em inscrições onde estão quase sempre representadas mulheres.¹⁴ Notamos com esta análise que, à semelhança do constatado por Luís Fernandes (1998-1999, p. 135) sobre o *conuentus scallabitanus*, parece existir uma preferência pelos termos relacionados com a *pietas* (dedicação) (46, 2% do total). Contudo, ao contrário do que acontece no referido convento da Lusitânia, o segundo qualificativo mais utilizado é *carissimus* (23%), correspondendo os restantes a 7,7 % cada.

O qualificativo de maior predominância (relacionado à *pietas*) é mais vezes mencionado para elogiar mulheres, apesar de ser sempre mencionado no elogio a

¹⁴ Falamos em quase sempre, pois na inscrição de Maximinos (REDENTOR, 2011, 2, n. 294), não temos a certeza se o dedicante é o pai ou a mãe, apesar de só ser citada a mãe.

homens, o que poderia significar um costume estereotipado que seguiria uma possível moda de determinado período para refletir as relações familiares. Quanto às relações sentimentais entre os dedicantes e os falecidos são mais frequentes entre pais (ou mães) e filhos(as) (em 4 inscrições) do que entre marido e esposa (em 1) ou entre pessoas de relacionamento desconhecido (em 1), sendo que este qualificativo é usado principalmente para caracterizar a devoção filial feminina (em 2).

Sobre o qualificativo *carissimus* (muito estimado), o segundo mais utilizado, notamos que os falecidos são sempre mulheres e os dedicantes são maioritariamente homens (em 2 inscrições contra 1 dedicada por mulher). Quanto às relações sentimentais demonstradas, vemos uma predominância na relação filial-maternal (em 2 inscrições) sobre a marital (em 1). No entanto, como cada um dos casos é diferente, não podemos dizer se é mais utilizado para caracterizar a mãe, a filha ou a esposa.

Quanto aos restantes epítetos, podemos dizer que *optima* (muito boa) apresenta-se somente uma vez, no feminino, numa relação entre o dedicante filho e a falecida mãe. *Benemerens* (bem merecida) também aparece somente num epítáfio para qualificar uma esposa. Já *obsequius patri* e *felix in amicis* (obediente ao pai e feliz nas amizades), presentes no *carmen* funerário de *Quintus* (REDENTOR, 2011, 2, n. 294) aparecem para qualificar uma criança do sexo masculino, sendo o dedicante possivelmente sua mãe ou pai, seguindo assim a fórmula de uma poesia, que obviamente se diferenciaria daqueles outros qualificativos laudativos.

Com esta Tabela 1 também conseguimos observar que em duas inscrições o falecido possui mais que um qualificativo, estando presentes 2 a 3 qualificativos. O epítáfio que possui dois qualificativos é dedicado por uma mãe à sua filha, com elogios como *carissima* e *pietissima*, sempre no superlativo. O grupo que apresenta 3 qualificativos é composto por 2 inscrições, nas quais numa o dedicante é um filho que elogia a sua mãe como: *optima*, *carissima* e *femina incomparabilis pietas* e, noutra, uma mãe ou um pai ao filho que o chama de *pious*, *obsequius patri* e *felix in amicis*, havendo a utilização do superlativo apenas no primeiro caso. A utilização de superlativos é, portanto, uma prática comum nos qualificativos laudativos dos epítáfios de *Bracara Augusta*, estando presentes em 6 inscrições, encontrando-se associados aos qualificativos relacionados à *pietas* (4 vezes), o que era de se esperar devido à frequência com que aparece nos epítáfios, sendo seguido pelo epíteto relacionado à estima, que aparece, no superlativo, em 3 inscrições.

Quanto ao período em que estes qualificativos laudativos são mais utilizados, podemos dizer que acontecem desde o início do século II a finais do III d.C., comprovando a cronologia que Redentor (2011, 1, p. 74). Vimos que estes são mais frequentes entre a segunda metade do século II d.C. e a primeira metade do século III d.C. Períodos, estes,

posteriores ao auge do hábito epigráfico na cidade, quando o número de monumentos decrescem, sendo substituídos por outras formas de expressão de *status*, como os luxuosos equipamentos nos espaços privados das *uillae* (ALFÖLDY, 1998, p. 298).

Sobre as inscrições com qualificativos laudativos podemos concluir, então, que estes se relacionam principalmente com a relação familiar, já que só numa inscrição não é mencionado qualquer relacionamento e que os dedicantes destas inscrições são com mais frequência homens (4 inscrições) do que mulheres (2). E, também, que os falecidos elogiados são mais mulheres (6 monumentos) do que homens (2). O período de auge deste costume de elogiar o falecido corresponde a um momento em que o próprio hábito epigráfico já tinha perdido força como veículo de auto representação.

Considerações finais

Com esta análise conseguimos vislumbrar uma parte do dinamismo da cidade e de sua sociedade, mostrando algumas características da população e de seus costumes. Entendemos um pouco melhor a mulher bracaraugustana, mas sublinhamos as dificuldades em revelar mais informações sobre o seu cotidiano e a sua relação com seus parentes e amigos, facto que resulta do reduzido volume de informação epigráfica de *Bracara Augusta*.

Verificamos que o gênero feminino figurava em 3 vezes menos inscrições que o masculino e que elas só apareciam em *tituli* de caráter votivo e funerário, com maior presença neste último, enquanto os homens são referidos tanto nesse tipo de inscrições como nas monumentais e honoríficas. Observamos, também, que a participação da mulher no hábito epigráfico é muito inferior à masculina, possuindo apenas um ligeiro crescimento na primeira metade do século II d.C. Constatamos igualmente que, dentre as 31 mulheres figuradas, a maioria era composta por cidadãs de pleno direito e peregrinas, que teriam mais condições financeiras do que as servas e libertas. Percebemos que em 13 inscrições estas são apresentadas sozinhas e que essa situação é também predominante tanto em cidadãs, como peregrinas. Entretanto, observa-se igualmente que quando estão acompanhadas por homens, os estatutos mais representados mudam, figurando mais peregrinas e libertas. Também apuramos que a apresentação das mulheres sozinhas neste ínfimo *corpus* é mais frequente durante a 2ª metade do século I d.C. e a primeira metade do século II d.C., sendo mais frequente apresentarem-se em companhia na segunda metade do século II d.C., curiosamente durante o início do declínio do hábito epigráfico na cidade. Por fim, constatamos dados já revelados noutros trabalhos (TRANOY, 1981; REDENTOR, 2011) de que as funções ou cargos religiosos femininos são raros, enquanto

os masculinos relacionados ao exército e às funções administrativas são um pouco mais frequente. Por último, sublinhe-se que durante a segunda metade do século II d.C. e a primeira metade do III d.C., os *bracaraugustani* aderiram mais aos qualificativos laudativos para elogiar as mulheres falecidas, que quase sempre eram parte de sua família, tal como aconteceu em toda a Hispânia, de acordo com Armando Redentor (2011, 1, p. 74).

Sendo assim, mesmo com um pequeno *corpus* de trabalho e com todas as dificuldades de manejo da pouca informação que este nos oferece, conseguimos vislumbrar um pouco mais do modo como as mulheres de *Bracara Augusta* estão refletidas no hábito epigráfico. Compreendemos, igualmente, um pouco melhor as suas relações sociais e jurídicas, assim como as suas atividades na comunidade e o modo como foram lembradas pelos seus entes queridos quando faleceram.

Referências

- ALBERTOS FIRMAT, M. La mujer hispanorromana a traves de la Epigrafia. *Revista de la Universidad Complutense (Homenaje a Garcia Bellido III)*, v. XXVI, n. 109, p. 179-198, 1977.
- ALFÖLDY, G. La cultura epigráfica de la Hispania Romana: Inscripciones, auto-representación y orden social. In: ALMAGRO-GORBEA, M; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. (Orgs.). *Hispania: el legado de Roma. El año de Trajano*. La LonjaZaragoza: IberCaja, 1998, p. 289-301.
- BUSTAMANTE, R. Práticas culturais no Império Romano: entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 109-133.
- CARVALHO, H. *O Povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarenensis*. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2008.
- ENCARNAÇÃO, J. *Inscrições romanas do Conuentus Pacensis*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.
- ÉTIENNE, R. *Le Culte Impériale dans la Península Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris: Boccard, 1958.
- FERNANDES, L. A presença da mulher na Epigrafia do *Conuentus Scallabitanus*. *Portugalia*. Nova Série, v. XIX-XX, p. 129- 228, 1998-1999.
- GIMENO PASCUAL, H. *Artesanos y Técnicos en la Epigrafia de Hispania*. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 1988.
- HARLOW, M.; LAURENCE, R. *Growing up and growing old in Ancient Rome: A life course approach*. New York: Routledge Francis e-library, 2005.

- MACMULLEN, R. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, n. 3. v.103, p. 233-246, 1982.
- MARTINS, M. *Bracara Augusta: a cidade romana*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2000.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e Arquitetura de Bracara Augusta: Sociedade, Economia e Lazer. In: RIBEIRO, M.; MELO, A. (Coords.). *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-67.
- MENDES, N. O espaço urbano da cidade de Balsa: uma reflexão sobre o conceito de romanização. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, ano IV, n.1, p. 1-19, 2007.
- MENDES, N.; BUSTAMANTE, R.; DAVIDSON, J. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- REDENTOR, A. *A cultura epigráfica no Conuentus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- TRANOY, A. Religion et Société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire Romain. *Revista de Guimarães. Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, v. III, p. 67-84, 1980.
- _____. *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Paris: Diffusion de Bocard, 1981.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. As necrópoles de *Bracara Augusta*. B. Les inscriptions funéraires. *Cadernos de Arqueologia*. Série II, n. 6-7, p. 187-230, 1989-1990.
- VÁZQUEZ HOYS, A. La mujer en la epigrafía religiosa Hispano-Romana. *Cuadernos de prehistoria y arqueología*, n. 9-10, p. 107-150, 1982-1983.
- WOOLF, G. Monumental Writing and the Expansion of Roman Society in the Early Empire. *The Journal of Roman Studies*, v. 86, p. 22-39, 1996.

A construção em *Bracara Augusta*. O processo construtivo no quotidiano de uma cidade: os agentes e os artesãos

*The building activities in 'Bracara Augusta'. The building process
of a city: the agents and the craftsmen*

Jorge Manuel Pinto Ribeiro*

Maria Manuela Martins**

Resumo: Os construtores e artesãos de *Bracara Augusta* assumiram um papel importante na economia da cidade. Formam um grupo de indivíduos complexo e diversificado, frequentemente invisíveis nas fontes escritas, cuja atividade recuperamos através da Arqueologia. A cidade conheceu, desde muito cedo, e ao longo da sua história, um protagonismo crescente, caracterizado por importantes funções administrativas e religiosas. Este crescimento político gradual foi acompanhado de uma significativa e permanente actividade construtiva, cuja análise nos transporta ao universo da economia, do mundo social do trabalho, da inovação e das modas. Neste artigo, procuraremos identificar os vários ofícios que estão por de trás desse dinamismo, frequentemente denunciados pelas estruturas e materiais que produziram, apreciaram e/ou adquiriram.

Résumé: Les constructeurs et les artisans de *Bracara Augusta* ont joué un rôle prépondérant dans l'économie de la ville. Il s'agit d'un groupe d'individus complexe et diversifié, dont les documents écrits parlent peu ou très peu, passible d'être discerné par l'archéologie. La ville a connu, très tôt, et tout au long de son histoire, une dimension croissante, signalée par d'importantes fonctions administratives et religieuses. Ce développement politique graduel a été accompagné d'une activité constructive notoire et permanente, dont l'analyse nous mène vers l'univers de l'économie, du monde social du travail, de l'innovation et des modes. Nous essaierons, dans cette réflexion, d'esquisser les différentes figures qui se cachent derrière ce dynamisme, cela à partir des traces qu'elles ont laissées sur les structures et matériaux qu'elles ont produits, appréciés et/ou acquis.

Palavras-chave:

Bracara Augusta;
Sociedade;
Economia;
Agentes construtivos;
Materiais.

Mots-clés:

Bracara Augusta;
Société;
Économie;
Agents constructifs;
Matériaux.

Recebido em: 11/11/2015
Aprovado em: 19/12/2015

* Bolseiro de pós doutoramento da FCT- SFRH/BPD/79511/2011; investigador do projeto PTDC/HIS ARQ/121136/2010; Investigador do LAB2PT/Uminho.

** Professora Catedrática do Departamento de História da UMinho; Responsável da Unidade de Arqueologia; investigadora responsável do projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010; investigadora do LAB2PT/Uminho.

1. Introdução

B*racara Augusta* foi ao longo da época romana e tardo antiga uma cidade dinâmica, praticamente com obras constantes. O nosso propósito é de interrogar as fontes arqueológicas no sentido de identificar os agentes e artesãos responsáveis pela sua construção, chamando a atenção para a sua importância na economia e no quotidiano da cidade. A construção deve ter envolvido um grande número de pessoas, provavelmente organizadas em *collegia*, dedicadas à produção dos diversos materiais destinados à execução ou manutenção dos edifícios.

Este dinamismo construtivo mantém-se no Baixo Império, onde se destaca a construção da muralha defensiva, mas igualmente remodelações importantes nos grandes edifícios públicos e nas *domus* da cidade, facto que deveremos relacionar com a promoção de *Bracara Augusta* a capital da nova província da *Gallaecia*.

2. O estatuto do artesão na Antiguidade

Os trabalhadores da Antiguidade, frequentemente desprezados pelos textos clássicos, deixaram-nos alguns testemunhos, na primeira pessoa, que revelam o seu

Figura 1 - Representação de uma obra



orgulho pelo sucesso conquistado através do trabalho. Assim o faz *Nonius Datus* (MOREL, 2011, p. 202), *librator* de *Saldae*, que relata detalhadamente, num cipo (LASSÈRE; GRIFFE, 1997), a sua proeza técnica na correcção do traçado de um aqueduto no norte de África: “[...] *quasi reliquendus habebatur [...] ut lucidius meus circa duc(tum) hoc Saldense pareret [...]*”

A temática dos trabalhadores da Antiguidade, tradicionalmente pouco investigada, tem beneficiado nos últimos anos de várias contribuições que chamam a atenção para o papel que estes assumiam na sociedade. Sabemos que os agentes construtivos organizavam-se frequentemente em *collegia* de artesãos, associações profissionais plurifuncionais (TRAN, 2007, p. 597), identificadas em vários pontos do Império. A este propósito, em Braga conhece-se uma inscrição da época de Cláudio, dedicada a *Caius Caetronius Miccio*, pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* (MARTINS *et al*, 2012, p. 46). Esta

inscrição, relacionada com a actividade comercial, é duplamente importante, porque para além de informar sobre a dimensão da cidade como “mercado”, sugere ainda a existência desses *collegia*.

Trata-se assim de um grupo profissional onde figuram indivíduos com estatutos muito variados, a nível social, jurídico e mesmo no próprio trabalho, alguns imensamente ricos, outros muito pobres (TRAN, 2010, p. 195), que exerciam a sua actividade em espaços específicos das cidades. Eram frequentemente discretos, sendo alguns percecionados através da Epigrafia, de alguns textos literários e sobretudo da Arqueologia, por via das suas realizações.

3. As diferentes categorias de agentes construtivos

3.1 Os arquitetos

Na Grécia, o arquiteto não é visto como um criador de formas, mas sim como um técnico, conforme o sugere a etimologia da palavra: *architekton*=mestre carpinteiro (GROS, 1983, p. 450). Para Vitrúvio exerciam uma profissão de grande exigência, embora com reduzido peso social, e com pouca retribuição final (TAYLOR, 2006, p. 15), representando apenas um dos elementos do processo construtivo, pois o seu nome muitas vezes nem figurava nos textos (GROS, 1983, p. 432). Deviam assim ser capazes de elaborar a planta de um edifício e de dirigir as suas respetivas obras (VOGLER, 2011, p. 192).

A complexidade e o rigor evidenciado por alguns edifícios comprovam a sua presença em *Bracara Augusta*. Seria o caso dos edifícios que integravam o *forum* da cidade, denunciados por um conjunto de grandes bases monumentais encontradas nas proximidades do mesmo, do teatro ou ainda do anfiteatro, entre outros.

A avaliar pela correspondência de Plínio com Trajano (DURÁN FUENTES, 2004, p. 138), o arquiteto era uma figura frequente nas províncias. Numa das suas cartas, Plínio, na qualidade de governador da Bitínia, pede o envio de arquitetos ao imperador, o qual responde que recorra aos arquitetos locais, uma vez que não há província que não os tenha.

3.2 Os *machinatores*

São os agentes responsáveis pelo desenho e pela construção das máquinas usadas para o levantamento de pesos e deslocação de cargas. Estas tinham várias aplicações possíveis, quer em obra, quer nos cais para movimentar mercadorias. As características próprias de determinadas obras, assim como o peso de certos elementos exigiam a

utilização dessas máquinas, cujos modelos mais complexos permitiam o levantamento de pesos de cerca de 11 toneladas, como é o caso do exemplar representado no túmulo dos *Haterii* (BÉRENGER, 2006, p. 519).

Em Braga, a atividade destes agentes é denunciada pelas marcas de prensão documentadas no grande aparelho usado na construção, visíveis em vários edifícios, como nos muros em *opus quadratum* do teatro.

Figura 2 - Representação de uma machina (©MDDS)



3.3 Os agrimensores/ gromatici

Arte fundamental na construção e no urbanismo romano, a agrimensura foi praticada desde muito cedo pelos egípcios, que mediam anualmente as propriedades cujos limites tinham sido apagados pelas cheias do Nilo (MARCOTTE, 2005, p. 150). Era sabedoria de técnicos altamente especializados que, no Baixo Império, recebem por vezes o estatuto de *clarissimus*.

Esta disciplina constitui um dos fundamentos do Império Romano, associada à delimitação das propriedades rurais, daí encontrarmos centurições tanto na Península Itálica como no norte de África (GUILLAUMIN, 2005, p. 4). Os seus profissionais reuniam-se em corporações, dividindo-se em quatro grandes categorias: os *mensores* militares, os *mensores* imperiais, os *mensores* dos governos locais e os *mensores* independentes (CHOUQUER; FAVORY, 1993, p. 256).

O traçado dos aquedutos detetados em Braga foi certamente realizado por agrimensores, que frequentemente eram militares. A sua presença é igualmente deduzida através da identificação dos mecanismos que estão associados à planificação da cidade, designadamente a implantação do seu plano ortogonal, cujos eixos se prolongam no território, definindo o cadastro rural (CARVALHO, 2008, p. 418).

3.4 Os redemptores, structores e outros fabri

Nesta categoria, englobamos um conjunto de indivíduos, cuja atividade está diretamente envolvida na construção da obra: os *redemptores*, os *structores* e todo um conjunto de *fabri*.

Os *redemptores* designam os construtores, frequentemente adjudicatários de obras públicas, mas que também assumem obras privadas. Quando necessário formam

sociedades, *publicani*, para concorrer às mesmas. A colaboração com os poderes públicos era frequentemente um meio de enriquecimento e de aumento de prestígio social. Frontino, na sua obra sobre os aquedutos de Roma, indica que os serviços das águas atribuem alguns trabalhos a *redemptores* (SALIOU, 2012, p. 17). O túmulo de *Quintus Haterius Tychichus*, situado na Península itálica, revela um desses empreiteiros, que certamente prosperou com a sua atividade, participando na construção de edifícios públicos sob os Flávios, nomeadamente vários arcos de triunfo, o coliseu e um templo (BÉRENGER, 2006, p. 518).

Os *structores* eram pedreiros associados à construção em alvenaria e ao pequeno aparelho, podendo eventualmente erguer muros em tijolo. Talhavam as pedras, levantavam os muros com argamassa e realizavam o acabamento das juntas. Por vezes, assimilaram-se aos *redemptores*, surgindo como responsáveis das obras, situação que se verifica no norte de África (TRAN, 2008, p. 329), onde a Epigrafia documenta indivíduos que se designam como *structores*, não sendo explicitamente assinalados como adjudicantes das obras, embora na verdade tivessem esse estatuto. Tecnicamente inferiores aos canteiros, a sua arte não deixa de exigir uma grande habilidade na escolha do material, na sua colocação e no fabrico da melhor argamassa, elemento chave para aumentar a resistência do aparelho e proporcionar a *perpetuitas* do conjunto (DESSALES, 2011, p. 44).

O entusiasmo construtivo presente em *Bracara Augusta* ao longo da sua história exigiu certamente a colaboração de *redemptores* e de *structores*, auxiliados por trabalhadores indiferenciados e aprendizes, alguns muito habilidosos, tendo em conta a qualidade dos paramentos preservados e a importância da arquitetura de granito. É evidente o trabalho de indivíduos conhecedores da matéria-prima local, das suas propriedades e da sua melhor aplicação, saber e experiência acumulados e herdados de tradições mais antigas. Na observação dos muros denotam-se escolhas conscientes, como a colocação específica dos elementos maiores nos embasamentos ou nas zonas mais sensíveis dos paramentos, ou o uso de elementos de tamanho médio nos alçados, de forma a garantir a melhor coesão com a argamassa.

3.5 Os *lapidarii*

Os canteiros trabalhavam a pedra de forma geométrica, diferentemente dos escultores, que elaboravam os elementos decorativos. O trabalho do grande aparelho pressupõe talhadores muito especializados. Exerciam uma profissão dura e por vezes perigosa. Nas grandes obras da Idade Média, como as catedrais, estes artífices recebiam

um salário superior ao dos restantes artesãos e até mesmo um prémio quando as tarefas envolviam subir em andaimes.

Como referimos, a arquitetura de *Bracara Augusta* é fundamentalmente uma arquitetura de granito, pelo que os trabalhadores da pedra devem ter assumido uma grande importância. Fabricaram os silhares e os elementos em grande aparelho que conferiam imponência e resistência aos grandes edifícios públicos.

Conhecem-se dois canteiros que trabalhariam no território de *Bracara Augusta*: *Reburrinus Lapidarius*, referenciado numa inscrição votiva encontrada no concelho de Vizela, datada do século II ou III (REDENTOR, 2011, p. 283) e *Marcus Pelcius*, associado a uma lápide funerária encontrada no concelho de Viana do Castelo, com cronologia do século I ou II (REDENTOR, 2011, p. 284).

3.6 Os *tignarii* e *pristae*

Os carpinteiros de obra construíam os vigamentos dos telhados, mas também os sobrados em madeira, os andaimes e as estruturas provisórias de suporte das abóbadas. Alguns eram muito especializados, sendo considerados por determinados autores como os verdadeiros heróis anónimos da arquitetura romana (TAYLOR, 2006, p. 187). Alguns *pristae*, por exemplo, eram exímios no desenho e na armação de cimbres, tarefas que exigiam um conhecimento profundo da tolerância da madeira e dos procedimentos de montagem mais adequados para a construção de arcos ou estruturas abobadadas.

A sua arte seria muito requisitada em Braga, dada a quantidade de telhados e de coberturas em abóbada documentados, bem como devido às grandes necessidades em madeira da construção pública e privada.

3.7 Os *scansores*

Estes artesãos revestiam os telhados com *tegulae* e *imbrices*, o que parece ser norma nas construções bracarenses. A diversidade dos materiais detetados em contexto de escavação parece sugerir o trabalho de uma importante mão-de-obra, possivelmente ligada à produção oleira em geral.

3.8 Os *sculptores*

Trata-se de um grupo profissional de grande responsabilidade derivada do custo da matéria-prima com que trabalhavam, maior ainda quando se tratava de pedra importada.

Com efeito, um simples erro de talhe podia levar à inutilização de todo o bloco trabalhado (MAR, 2008, p. 183).

Foram detetados em Braga cerca de 350 elementos arquitetónicos, que representam, naturalmente, apenas uma pequena amostra das obras realizadas. Algumas peças exibem um trabalho muito elaborado, revelando a participação de artesãos experientes. Na verdade, a realização em granito de elementos pensados para um material mais fácil de trabalhar comprova a existência de uma mão-de-obra conhecedora dos modelos clássicos, mas também suficientemente experiente e habilidosa para aplicá-los ao granito.

3.9 Os *tesselarii*

Os mosaicistas aplicavam tesselas de natureza variada sobre um suporte fresco, criando composições decorativas que ornamentavam os pavimentos. Esta tarefa, longa e delicada, podia implicar a participação de equipas formadas por distintos indivíduos: o *calcis coctor*, que preparava a cal; o *pavimentarius*, que preparava o suporte; o *pictor imaginarius*, que propunha o desenho; o *pictor parietarius*, que o aplicava no solo ou parede; o *musearius*, que colocava as peças nas composições mais delicadas e o *tesselarius* que se encarregava das partes *a priori* mais simples.

Os mosaicistas raramente assinavam as suas obras mas são identificáveis através das suas produções. *Bracara Augusta* exhibe mosaicos em vários locais, designadamente nas habitações privadas e espaços termais. São composições de vários tipos, revelando, em alguns casos, artistas bastante experientes, que estariam presentes na cidade no Alto Império, mas igualmente nas épocas mais tardias, a avaliar pelos mosaicos que ornamentam os pisos das construções dos séculos III, IV e posteriores.

3.10 Os *pictores*

Os pintores, frequentemente itinerantes, veiculavam as modas da época, primeiramente apreciadas em Roma e na Península Itálica. Tal como os mosaicistas, não tinham por hábito assinar as suas obras. Em Pompeia, por exemplo, conhece-se apenas uma exceção numa pintura do biclínio da *domus* de *Octavius Quartio*, situada no quarteirão do anfiteatro (SAURON, 2011, p. 66), onde se pode ler *Lucius pixit*. Esta arte era bastante exigente em mão-de-obra, quer para a elaboração dos níveis preparatórios para a pintura a fresco sobre os muros, quer para a preparação das próprias pinturas. No Baixo-Império, seria essencialmente escrava (VOGLER, 2011, p. 193). No que diz respeito às retribuições,

as fontes indicam que os indivíduos que elaboravam as composições eram melhor pagos do que aqueles que as aplicavam nas paredes.

Em Braga sabemos da existência destes artesãos através dos vestígios das suas obras, que funcionavam como uma pele que decorava e protegia as paredes de algumas *domus* da cidade, bem como de edifícios públicos, como o teatro.

3.11 Os *figuli*

Os oleiros fabricavam as cerâmicas, mas igualmente as telhas e tijolos tão necessários na construção. Contrariamente aos artistas anteriores, alguns destes trabalhadores são identificáveis por via da sua assinatura nas peças que produziram, ou então pelos seus cognomes, informando sobre a sua atividade, tais como uns indivíduos da *gens Licinia* que exibem os *cognomina imbrex* e *tegula* (MOREL, 2011, p. 209).

A grande quantidade de materiais cerâmicos exumados nas escavações é reveladora da importância desta atividade, que deve ter constituído um dos polos de desenvolvimento da cidade. Algumas marcas poderão estar associadas a fabricantes ou a proprietários de oficinas. É o caso das marcas *Camalus* e *Saturninus*, associadas à produção de *tegulae*, material fácil de fabricar mas delicado de transportar e manipular, dado o seu peso e fragilidade. *Publius Domitius*, *Octavius*, *Bassus* e *Lucretius*, cujas marcas foram identificadas em lucernas (MORAIS, 2005, p. 366), ou ainda os indivíduos representados pelos genitivos *Piri* e *Sabini* e pela abreviatura *SIL* (MORAIS, 2005, p. 86), podem eventualmente ter fabricado materiais de construção. O seu local de trabalho seria a própria cidade e as cercanias da mesma, conforme o comprovam os quatro fornos descobertos até aos dias de hoje. No entanto, parece admissível considerar que o fabrico de tégulas e ímbrices, destinado às coberturas dos telhados, pudesse ocorrer nos estaleiros das obras, tendo em conta o peso destes materiais e os seus elevados custos de transporte.

3.12 Os *ferrarii* e *plumbarii*

Os artesãos que dominavam a arte do fogo tinham um papel importante na construção, fabricando a componente metálica das ferramentas, assim como os vários elementos de fixação. Pascale Chardron-Picault (2011, p. 156) descreve o trabalho de equipas com dois ou três

Figura 3 – Fistula das Carvalheiras (©MDDS)



homens, em espaços reduzidos, trabalhando na penumbra, de modo a controlar a fusão dos metais, em lojas viradas para a rua. Oficinas maiores e mais exigentes, dependendo de grandes fornos, por exemplo, e bastante mais poluentes, deveriam localizar-se preferencialmente nas periferias dos centros urbanos.

A presença destes artistas em Braga é revelada pela descoberta em vários locais de cadinhos associados ao trabalho do ouro e do bronze. Estes elementos sugerem a presença de oficinas nas proximidades do *forum*, em contextos datáveis da primeira metade do século I, trabalhando e vivendo em espaços simples, realizados muito provavelmente com materiais perecíveis (MARTINS *et al*, 2012, p. 45).

No entanto, é presumível que as oficinas metalúrgicas se situassem na periferia da cidade, uma das quais poderá ter tido como proprietário *Titus Satrius*, cujo nome se encontra identificado, juntamente com o de dois escravos (*Agathopous* e *Zethus*), numa estela decorada com ferramentas que parecem estar relacionadas com o trabalho do metal (MARTINS *et al*, 2012, p. 55).

Estes artesãos colaborariam igualmente no programa decorativo da cidade, designadamente na produção de estatuária, como o comprova uma pata de cavalo em bronze, pertencente a uma monumental estátua equestre, descoberta na *domus* das Carvalheiras, mas que originalmente deveria estar colocada no *forum* da cidade.

Os *plumbarii* trabalhavam o chumbo, fabricando nomeadamente os tubos que constituíam os sifões dos aquedutos ou ainda aqueles que integravam a rede de abastecimento de água das cidades. Esta atividade muito antiga, de grande exigência técnica, encontra-se associada ao labor de artesãos altamente especializados. A produção de *fistulae aquariae*, por vezes de grande diâmetro, bem como a sua colocação, dado o peso e fragilidade dos elementos, são improváveis sem um domínio desse material. De referir também que, na Antiguidade, não existiam as ferramentas que temos hoje para aquecer e soldar o chumbo. Por outro lado, para além do fabrico dos canos, cabiam a estes artesãos igualmente tarefas de manutenção da rede. Com efeito, estes tubos eram submetidos a pressões de água muito elevadas, podendo levar à sua explosão, pelo que era necessário proceder a frequentes reforços da zona das soldas/ juntas ou mesmo à substituição das peças (VOGLER, 2011, p. 195).

Os *plumbarii* estão documentados em Braga desde muito cedo, conforme o comprova uma *fistula* descoberta na zona arqueológica das Carvalheiras (Figura 3), associada à adução de água, necessária ao funcionamento de um *balneum*, construído no século II, no quadrante noroeste da anterior *domus*. A peça descoberta exhibe uma inscrição que nos remete para o nome do seu fabricante, ou talvez do proprietário da oficina: *Titus Flavius Graptus F(ecit)*. Existiriam assim oficinas dedicadas ao trabalho do

chumbo, provavelmente localizadas fora do centro urbano, tendo em conta os espaços que exigiam para armazenar os materiais. Mesmo se a história não reteve o nome de todos eles, se considerarmos a quantidade de espaços termais descobertos em *Bracara Augusta*, deviam ser muitos os artesãos e os aprendizes associados ao trabalho do chumbo que laboravam na cidade.

3.13 Os *metallarii*

O termo *metallarii* designa tanto os trabalhadores das minas como aqueles que operavam nas pedreiras. De qualquer modo, ambos executavam um trabalho árduo e perigoso. Na pedreira eram realizadas várias tarefas, desde a extração dos blocos, o corte da pedra, da responsabilidade dos *serrarii*, um primeiro desbaste da mesma, ao seu transporte.

A análise dos granitos que integram os vários edifícios estudados em *Bracara Augusta* permitiu a individualização de pelo menos cinco variantes desta matéria-prima, o que implicaria a existência de várias pedreiras em atividade, algumas delas em simultâneo, escolhidas de acordo com a variabilidade da sua cor e maior ou menor adequação dos vários tipos de granito às obras. Associada à exploração das pedreiras temos que considerar igualmente uma mão-de-obra importante, que contemplaria certamente numerosos escravos.

3.14 Os *vitriarii*

Uma publicação recente de Pascal Vipard (2009) indica-nos que os fabricantes de vidros para a construção encontram-se documentados no mundo romano desde o século I. Trata-se de artistas notáveis, que produziam um material nobre, raro e caro, demonstrando mais uma vez o gosto dos romanos pelo desafio técnico. A sua utilização na construção está fortemente ligada à iluminação das salas dos espaços termais, o que era garantido por janelas com caixilharia de vidro, tendo estas sido aplicadas igualmente em alguns edifícios públicos e nas casas mais luxuosas, embora com muito menor frequência.

Estes artesãos estão documentados em *Bracara Augusta* desde as primeiras décadas de vida da cidade, onde são atestados por diversas oficinas e pelos vidros de janelas recolhidos em algumas escavações, nomeadamente nas termas do Alto da Cividade e nas zonas arqueológicas das Carvalheiras e das Cavalariças. Estes indivíduos trabalhavam em oficinas localizadas na periferia da malha urbana, como na da Casa do Poço (séc. I/II), na zona do Fujacal, na rua de S. Geraldo (estas duas com cronologia mais tardia, entre os

séculos III-V, com Mário Cruz a sugerir que poderiam pertencer a um bairro artesanal de produção de vidro, com várias oficinas) ou ainda no antigo quarteirão dos CTT, onde foi identificada uma oficina com dois fornos, que laborou entre os séculos IV e V (MARTINS *et al*, 2012, p. 55, 60).

3.15 Os *Aquarii/ aquae libratores*

Estes especialistas eram engenheiros topógrafos, muitas vezes militares, que elaboravam o encaminhamento da água desde as nascentes às cidades. São os artífices da hidráulica, conhecedores da arte de construção dos aquedutos e das fórmulas de cálculo da pendente da água nas condutas. Tal como indica Chantal Vogler (2011, p. 195) “esses cálculos não eram fáceis de realizar, exigindo o recurso à trigonometria e ao teorema de Pitágoras, além de que o zero e a vírgula ainda não tinham sido inventados pelo que era impossível recorrer à álgebra”. Estudos recentes (CHANSON, 2002, p. 43) demonstram que esses indivíduos possuíam conhecimentos hidráulicos muito avançados e que eram capazes de implementar sistemas muito sofisticados, comportando barragens, bacias de regulação e poços de limpeza e arejamento, para além de diversos dispositivos que permitiam conduzir a água às cidades e distribuí-la para diferentes fins.

Desconhecemos os nomes dos engenheiros hidráulicos que trabalharam em Braga. No entanto os vários aquedutos que abasteceriam a cidade, documentados por referências escritas¹ bem como pela Arqueologia (MARTINS; RIBEIRO, 2012, p. 16), que evidenciam técnicas distintas e complexas (aquedutos subterrâneos, aquedutos subaéreos, tecnologia de sifões, bacias de decantação) são prova da sua presença e proeza técnica.

De referir que os revestimentos internos destas construções, em *opus signinum* hidrófugo, detetados, por exemplo, no aqueduto da colina do Alto da Cidade (MARTINS; RIBEIRO, 2012, p. 20), exigiam capacidades técnicas particulares, apenas realizáveis por trabalhadores habilidosos e conhecedores da arte (CHARDRON-PICAULT, 2011, p. 159).

3.16 Outros agentes

Para além das profissões citadas haverá que considerar toda uma série de indivíduos cuja atividade está de perto ligada ao setor da construção. Entram nessa categoria os vários tipos de transportadores (*carpentarii, lenuncularii, raedarii*), os madeireiros (*tignarii*), que

¹ D. Rodrigo da Cunha (1634) refere um aqueduto que abasteceria a cidade romana, captando a água de uma das nascentes do rio Ave. Jerónimo Contador de Argote (1732-34) refere igualmente a existência de aquedutos que abasteciam a cidade romana.

laboravam nas florestas, mas também, com maior incidência no Baixo Império, uma série de trabalhadores ligados a tarefas de demolição, recuperação e reutilização. Com efeito, alguns dos sítios estudados revelam, à semelhança daquilo que é proposto para outras cidades (CHARDRON-PICAULT, 2011, p. 158), evidências do desenvolvimento da prática de reutilização de elementos em pedra, designadamente arquitetónicos e decorativos, que deve ter levado à formação de um grupo de indivíduos especializados nesse domínio.

3.17 A população dos construtores. Origens e estatutos

Sabe-se hoje que a atividade construtiva englobava cerca de 20% da mão-de-obra urbana e que assumiu um papel marcante na economia do Império (DANIELS-DWYER, 2000, p. 22). Em Braga, a população dedicada à atividade da construção seria maioritariamente formada pela população indígena e pelos seus descendentes, com um papel de destaque das elites, que constituiriam os principais encomendadores das obras. Alguns, à semelhança daquilo que parece verificar-se no comércio,² poderão ter enriquecido por essa atividade, atingindo cargos políticos ou religiosos de alguma importância. A Epigrafia bracarense revela uma forte componente indígena na formação do corpo cívico da cidade, alguns deles promovidos à cidadania romana, originários da região de Braga ou de outras cidades da Hispânia, que podem ter estado relacionados com esta atividade económica. Os libertos, alguns públicos, formariam também parte do grupo dos artesãos. Igualmente numerosos seriam os escravos, documentados pela Epigrafia, que laborariam nas várias oficinas e obras, bem como nas pedreiras.

4. Elementos conclusivos

Os trabalhos arqueológicos realizados em Braga nos últimos 40 anos evidenciam, desde a fundação da cidade, a atividade de agentes construtivos e artesãos, alguns dos quais com oficinas instaladas na área urbana ou na sua periferia, herdeiros de tradições mais antigas, que ajudam a divulgar as modas construtivas e os modelos arquitetónicos provenientes de Roma.

De facto, a Arqueologia regista a presença na cidade, em todas as épocas, de uma mão-de-obra qualificada e diversificada, com diferentes graus de especialização, correspondendo naturalmente a desiguais condições de vida e de trabalho. A construção

² Ver o caso dos *Lucretii*, família de oleiros bem sucedida que conseguiu por via do comércio afirmar-se a nível social, político e possivelmente religioso (MORAIS, 2005, p. 368).

representaria uma das atividades mais dinâmicas da cidade, empregando uma grande parte da população, com picos nas épocas de monumentalização da urbe, designadamente entre a época flávia e antonina, quando são construídas várias termas públicas, o teatro e o anfiteatro, ou no Baixo Império, quando é construída a muralha defensiva e são remodelados vários edifícios públicos e privados. Estamos assim perante uma atividade que teria uma repercussão importante na economia de *Bracara Augusta*.

Alguns aspetos desta atividade seriam regulamentados pela administração, como a atribuição das obras públicas, através de contratos estabelecidos com os *redemptores*, ou ainda a produção de materiais de construção, como os tijolos ou os tubos de chumbo. No entanto, grande parte dos trabalhos e especialidades necessárias ao processo construtivo seriam desenvolvidos no âmbito de atividades privadas, cujos moldes de funcionamento nos escapa por completo.

Construtores, artistas e todo um conjunto de artesãos distintos formavam um grupo muito ativo que contribuiu para o desenvolvimento de *Bracara Augusta* e animava o quotidiano da cidade e do território, pois era dele que chegava grande parte das matérias-primas necessárias para a construção. Quer a presença dos agentes ligados ao processo construtivo, quer as suas realizações descobertas pela Arqueologia comprovam o poderio económico de *Bracara Augusta* e de alguns dos seus habitantes.

Referências

- BÉRENGER, A. Le statut de l'invention dans la Rome impériale: entre méfiance et valorisation. In CORCY, M.S., DOUYÈRE-DEMEULENAERE, C., HILAIREPÉREZ, L. (Eds.), *Les archives de l'invention. Écrits, objets et images de l'activité inventive*. Toulouse : CNRS, 2006, 2006, p. 513-525.
- CARVALHO, H. *O Povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarenensis*. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2008.
- CHANSON, H. Certains aspects de la Conception hydraulique des aqueducs romains. *La Houille Blanche*, 6/7, p. 43-57, 2002.
- CHARDRON-PICAULT, P. L'apport de l'archéologie à la connaissance de la vie des artisans en Gaule. L'exemple de *Augustodunum*. In: MOREL, J. P. (Ed.). *Les travailleurs dans l'antiquité: statuts et conditions*. Paris : Éd. du CTHS, 2011, p. 154-172.
- CHOUQUER, G.; FAVORY, F. *De arte mensoria*, du métier d'arpenteur. Arpentage et arpenteurs au service de Rome. *Histoire & Mesure*, v. 8, n. 3-4, p. 249-284, 1993.

- DANIELS-DWYER R. *The economics of private construction in roman Italy*. Reading: University of Reading, 2000.
- DESSALES, H. Les savoirs faire des maçons romains, entre connaissance technique et disponibilité des matériaux. Le cas pompéien. In: MONTEIX, N.; TRAN, N. (Eds.). *Les savoirs professionnels des gens de métier. Études sur le monde du travail dans les sociétés urbaines de l'empire romain*. Naples: Centre Jean Bérard, 2011, p. 41-63.
- DURÁN-FUENTES, M. Técnica y construcción de puentes romanos. In: ALBA, R.; MORENO GALLO, I.; GABRIEL RODRÍGUEZ, R. (Eds.). *Elementos de ingeniería romana: Congreso europeo "Las obras públicas romanas"*. Tarragona: 2004, p. 135-155.
- GROS, P. Statut social et rôle culturel des architectes (période hellénistique e augustéenne). In: *Architecture et société. De l'archaïsme grec à la fin de la République*. Actes du Colloque international organisé par le Centre national de la recherche scientifique et l'École française de Rome (Rome 2-4 Décembre 1980). Rome: École française de Rome, 1983, p. 425-452.
- GUILLAUMIN, J. Y. *Les arpenteurs romains, Tome 1, Hygin le gromatique – Frontin*. Paris: Les Belles Lettres, 2005.
- LASSÈRE, J.M.; GRIFFE, M. Inscription de *Nonius Datus* (C.I.L. VII 2728 et 18122, I.L.S. 5795). *Vita Latina*, n 145, p. 11-17, 1997.
- MAR, R. La construcción pública en las ciudades hispanas. Los agentes de la construcción. In: CAMPOREALE, S.; DESSALES, H.; PIZZO, A. (Eds.). *Arqueología de la construcción I. Los procesos constructivos en le mundo romano: Italia y provincias occidentales*. Mérida: CSIC, 2008, p. 175-190.
- MARCOTTE, D. Aux 4 coins du monde, la Terre vue comme un arpent. In: CONSO, D.; GONZALES, A.; GUILLAUMIN, J.Y. (Eds.). *Les vocabulaires techniques des arpenteurs romains*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005, p. 149-156.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar. In: MARTINS, M.; VAZ DE FREITAS, I.; DEL VAL VALDIVIESO, M.I. (Eds.). *Caminho da Água. Paisagens e usos na longa duração*. Braga: CITCEM, 2012, p. 9-52.
- MARTINS, M.; RIBEIRO, J.; MAGALHÃES, F.; BRAGA, C. Urbanismo e Arquitectura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO, M. C; MELO, A. (Eds.). *Evolução da paisagem urbana: economia e sociedade*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-68.
- MORAIS, R. Autarcia e comércio em *Bracara Augusta*. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial. *Bracara Augusta: escavações arqueológicas*, n. 2, 2005.
- MOREL, J.P. Paroles de travailleurs antiques, le dit, l'écrit, le montré. In: MOREL, J.P. (Ed.). *Les travailleurs dans l'antiquité: statuts et conditions*. Paris: Éd. du CTHS, 2011, p. 200-216.

- REDENTOR, A. *A cultura epigráfica no Conuentus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis)*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- SALIOU, C. Le déroulement du chantier à Rome et dans le monde romain durant la période républicaine et le Haut Empire: une approche juridique. In: CAMPOREALE, S.; DESSALES, H.; PIZZO, A. (Eds.). *Arqueología de la construcción III. Los procesos constructivos en le mundo romano: la economía de las obras*. Madrid- Mérida: CSIC, 2012, p. 175-190.
- SAURON, G. Les peintres décorateurs au service de l'aristocratie romaine à la fin de la République. In: MOREL, J.P. (Ed.). *Les travailleurs dans l'antiquité: statuts et conditions*. Paris: Éd. du CTHS, 2011, p. 66-76.
- TAYLOR, R. *Los constructores romanos*. Madrid: Akal, 2006.
- TRAN, N. Le 'procès des foulons'. L'occupation litigieuse d'un espace vicinal par des artisans romains. *MEFRA Antiquité*, 119/2, p. 597-611, 2007.
- _____. Les cités et le monde du travail urbain en Afrique romaine. In: BERRENDONNER, C.; CÉBEILLAC-GERVASONI, M.; LAMOINE, L. (Eds.). *Le quotidien municipal dans l'empire romain*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2008, p. 327-342.
- _____. L'apprentissage et le statut du travail des artisans en Gaule romaine. In: CHARDRON-PICAULT, P. (Ed.). *Aspects de l'artisanat en milieu Urbain: Gaule et Occident romain*. Dijon: RAE, 2010, p. 195-200.
- VIPARD, P. L'usage du verre à vitre dans l'architecture romaine du Haut-Empire. In: LAGABRIELLE, S.; PHILIPPE, M. (Eds.). *Verre et Fenêtre de l'Antiquité au XVIIIe siècle*. Paris: Verre et Histoire, 2009, p. 3-10.
- VOGLER, C. Les métiers de la construction et les métiers d'art dans la législation romaine du IVe siècle. In: MOREL, J. P. (Ed.). *Les travailleurs dans l'antiquité: statuts et conditions*. Paris: Éd. du CTHS, 2011, p. 188-199.

Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na *domus* das Carvalheiras

Between public and private. The daily life settings in the 'domus' of Carvalheiras

Fernanda Magalhães^{*1}

***Jorge Manuel Pinto Ribeiro^{*2}**

Maria Manuela Martins^{*3}

Resumo: A *domus* romana provincial constitui um contexto privilegiado para analisar a adoção dos modelos arquitetónicos e construtivos clássicos, a riqueza das elites urbanas e o quotidiano familiar, que se estruturava nas múltiplas relações de sociabilidade entre os membros da família, entre o *paterfamilias* e os seus clientes, ou entre a família e os serviçais. A casa era também o contexto onde se definiam e afirmavam diferentes identidades, bem como a estatuto social da família. Tendo por base a *domus* das Carvalheiras, o único exemplar de casa romana de elite totalmente escavado em Braga, procuraremos proceder a uma análise da sua arquitetura, tendo em vista compreender os seus custos de construção e caracterizar os diversos espaços onde se desenvolviam as relações de sociabilidade do agregado familiar.

Abstract: The provincial Roman *domus* represents a privileged context to analyze the adoption of the classical architectonic and constructive models, the wealth of the urban elites and the familiar daily life, which was structured in multiple relationships of sociability between family members, between the *paterfamilias* and their clients or between family and servants. The house was also the context in which it was defined and stated different identities as well as the family's social status. Based on the *domus* of Carvalheiras, the unique elite Roman house fully excavated in Braga, we will seek to carry out an analysis of its architecture, in order to understand the building costs and to characterize the different spaces where the relationships of the household sociability were developed.

Palavras-chave:

Bracara Augusta;
Arquitetura privada;
Domus;
Vida quotidiana.

Keywords:

Bracara Augusta;
Private architecture;
Domus;
Daily life.

Recebido em: 07/11/2015
Aprovado em: 03/12/2015

^{*1} Bolseira de doutoramento da FCT- SFRH/BD/100030/2014; investigadora do projeto PTDC/HIS ARQ/121136/2010; investigadora da Unidade de Arqueologia e do LAB2PT/Uminho.

^{*2} Bolseiro de pós doutoramento da FCT- SFRH/BPD/79511/2011; investigador do projeto PTDC/HIS ARQ/121136/2010; Investigador do LAB2PT/Uminho.

^{*3} Professora Catedrática do Departamento de História da UMinho; Responsável da Unidade de Arqueologia; investigadora responsável do projeto PTDC/HIS-ARQ/121136/2010; investigadora do LAB2PT/Uminho.

Introdução

As escavações realizadas ao longo de cerca de 20 anos na zona arqueológica das Carvalheiras permitiram descobrir uma *domus* que ocupa a totalidade de um quarteirão da cidade de *Bracara Augusta*. Localizada no quadrante noroeste da cidade, nas proximidades do *forum*, a *domus* das Carvalheiras corresponde a uma casa de átrio e peristilo, rodeada de pórticos e ruas limítrofes, cuja planimetria foi integralmente recuperada.

Porque constitui a única casa romana totalmente escavada na cidade de Braga, ela pode ser interpretada como protótipo da habitação urbana de elite de *Bracara Augusta* no Alto Império, facultando-nos elementos preciosos para valorizar a arquitetura doméstica enquanto contexto de abordagem do quotidiano e das sociabilidades das cidades romanas do NO Peninsular.

Assim, neste artigo procuraremos analisar a *domus* das Carvalheiras do ponto de vista arquitetónico e construtivo, tendo em vista compreender o seu significado em termos da economia urbana, mas também o seu funcionamento enquanto cenário da vida familiar e social.

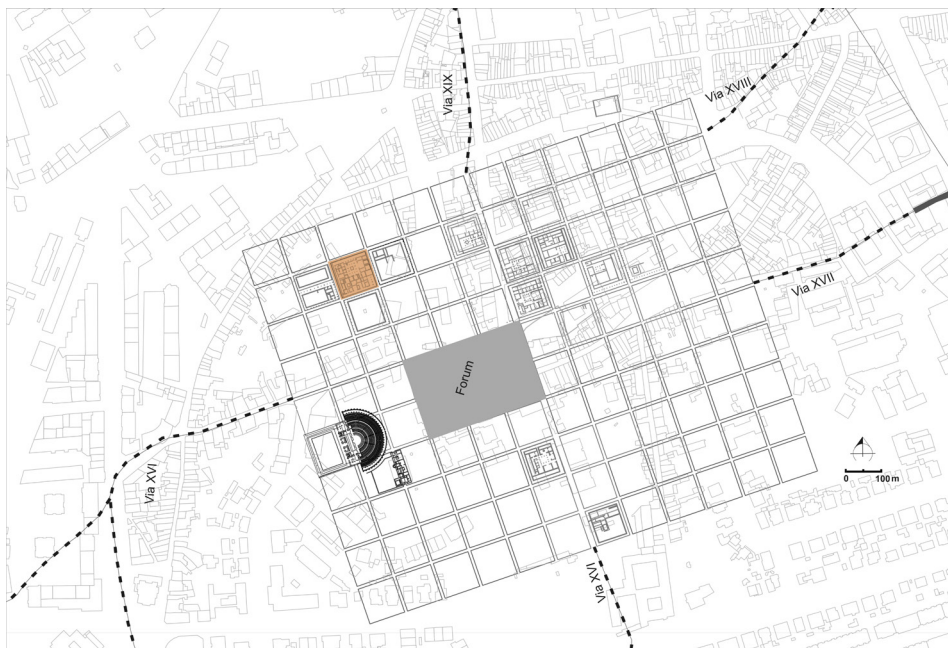
A abordagem arquitetónica e construtiva permitirá compreender o modo como os modelos itálicos e helenísticos foram assimilados pelas elites da cidade de *Bracara Augusta*, facultando dados quer relativos às soluções construtivas regionais, quer os seus custos de construção que permitem avaliar a riqueza das elites urbanas.

A arquitetura doméstica em *Bracara Augusta*

As escavações realizadas no âmbito do projeto de *Bracara Augusta*, desde 1976, permitiram identificar várias estruturas de carácter habitacional pertencentes à *domus*, que se inseriam nos quarteirões da cidade romana (MAGALHÃES, 2010). No entanto, apenas foi possível realizar a escavação integral da *domus* das Carvalheiras, cujas ruínas se encontram num terreno que é propriedade do município de Braga.

Os numerosos vestígios de unidades habitacionais identificados até ao momento em Braga permitem confirmar a existência de casas de peristilo, de tradição helenística, mas também a reprodução do modelo de casa de átrio e peristilo, representado na *domus* das Carvalheiras. A Arqueologia documenta também que estas casas possuíam áreas construídas de cerca de um *actus* e que eram sistematicamente rodeadas de pórticos, que permitiam o acesso às numerosas *tabernae*, que se dispunham ao longo das fachadas das habitações (MARTINS; FONTES, 2010, p. 116).

Figura 1 - Localização da *domus* das Carvalheiras na malha de *Bracara Augusta* nos inícios do século II



Apesar do carácter parcelar dos dados disponíveis é possível considerar que as *domus* de *Bracara Augusta* começam a ser construídas a partir de meados do século I,¹ parecendo adotar preferencialmente o modelo de casa de peristilo, que representa o tipo de habitação urbana romana de elite com maior difusão na Hispânia e nas províncias ocidentais (GROS, 2006, p. 160). Este modelo de casa perdurou até finais do século IV, sendo de destacar que quase todas as habitações de *Bracara Augusta* viram remodelados os seus peristilos nas reformas mais ou menos profundas que sofreram entre finais do século III e os inícios do IV (MAGALHÃES, 2013, p. 26). Contudo, importa sublinhar que a *domus* das Carvalheiras, a única totalmente escavada em Braga, datada do período flávio, possui átrio e peristilo, pelo que se pode considerar que outras casas de peristilo, apenas parcialmente conhecidas, possam ainda vir a revelar a presença de átrios.

As abordagens de síntese das unidades domésticas em *Bracara Augusta* são dificultadas pelo carácter fragmentário dos dados disponíveis, mas, também, pela circunstância das casas representarem os espaços urbanos construídos que mais mudaram na sua quase sempre longa ocupação, uma vez que cada casa possui uma história própria, feita de múltiplas transformações que podem suceder-se, por vezes, em curtos espaços

¹ Na cave da área de serviços do Museu D. Diogo de Sousa encontram-se conservados os vestígios de uma rica *domus*, que correspondem aos testemunhos habitacionais romanos mais antigos conhecidos até ao momento em Braga, constituídos por pavimentos de *opus tessellatum* bicromático, de composição geométrica, de cronologia augusta, ou tiberiana, pertencentes a uma casa cuja planta integral não foi possível recuperar.

de tempo. Assim, aconteceu com a *domus* das Carvalheiras, construída no último quartel do século I, mas que terá sido desarticulada no século II com a construção de um *balneum* público que irá ocupar a metade norte da anterior habitação (MARTINS *et al*, 2011, p. 89; MARTINS 2015, p. 22-24).

O estudo da *domus* das Carvalheiras

As escavações realizadas entre as décadas de 80 e 90 do século XX, terminadas em 2002, cobrindo uma área de cerca de 1367 m², permitiram descobrir a totalidade de um quarteirão residencial da cidade romana, delimitado por ruas, que era ocupado por uma *domus*, ladeada de pórticos, construída na época flávia (MAGALHÃES, 2010, p. 37). Para além da referida *domus* foram ainda detetados vestígios de outras habitações, que integravam os quarteirões limítrofes, situados a oeste, sul e este (MARTINS, 1997/98, p. 24).

A *domus* das Carvalheiras constitui, sem dúvida alguma, um excelente exemplar da arquitetura privada de *Bracara Augusta* e uma extraordinária parcela do seu urbanismo, tendo permitido individualizar o módulo construtivo urbano da cidade, definido por ruas perpendiculares, que posteriormente foi confirmado noutras zonas da cidade, designadamente na zona arqueológica do Ex-Albergue Distrital (MARTINS, 1997/98, p. 26).

Tipologia e organização dos espaços da *domus*

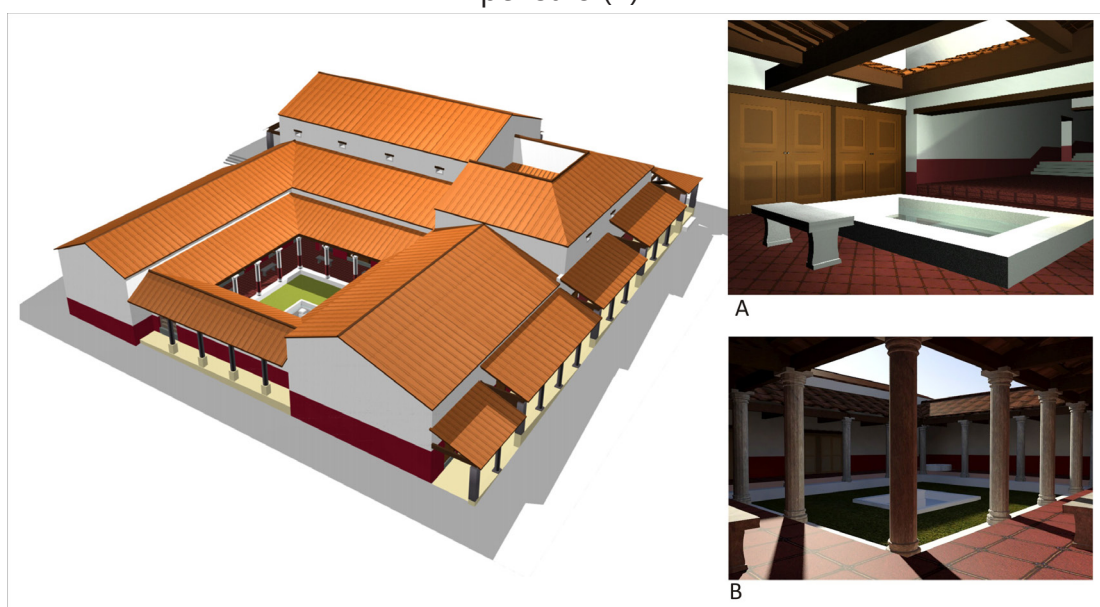
O projeto arquitetónico da *domus das Carvalheiras*, implementado de raiz (RIBEIRO, 2015, p. 460-471), estruturou uma grande habitação, de forma aproximadamente quadrada, datável dos inícios do século I (MARTINS *et al*, 2012, p. 51), ladeada por ruas que ocupa uma área de 1152 m² (110 x 120 pés), dos cerca de 1367m² correspondentes à área total do quarteirão.

Estamos perante um modelo clássico de casa de átrio e peristilo, flanqueada por pórticos com cerca de 10 pés de largura que possibilitavam a circulação e proteção dos transeuntes, funcionando também como extensão das atividades que tinham lugar nas *tabernae*, que se dispunham na parte baixa da casa.

A unidade habitacional desenvolvia-se em duas plataformas, bem marcadas pelo desnível de cerca de 3 m de altura existente entre a plataforma norte (mais baixa) e a plataforma sul (mais alta), resolvido através da construção de um muro interior, que se dispunha aproximadamente a meio da habitação. Na plataforma mais elevada, situada a sul, situavam-se o átrio e os compartimentos envolventes, enquanto a zona mais baixa estava associada ao núcleo do peristilo, que formalizava uma ampla área aberta em torno

da qual se desenvolviam vários espaços da casa (MAGALHÃES, 2013, p. 20). O acesso ao interior da *domus* era efetuado por duas entradas principais, uma situada a sul, com acesso direto à área do átrio, localizando-se a outra a norte, com entrada direta para o peristilo. Foi ainda identificada uma outra entrada secundária, rasgada na fachada poente. Internamente, a comunicação era efetuada por uma escada interior, que permitia a ligação entre o núcleo público da casa, o átrio e a área mais privada da habitação, associada ao peristilo.

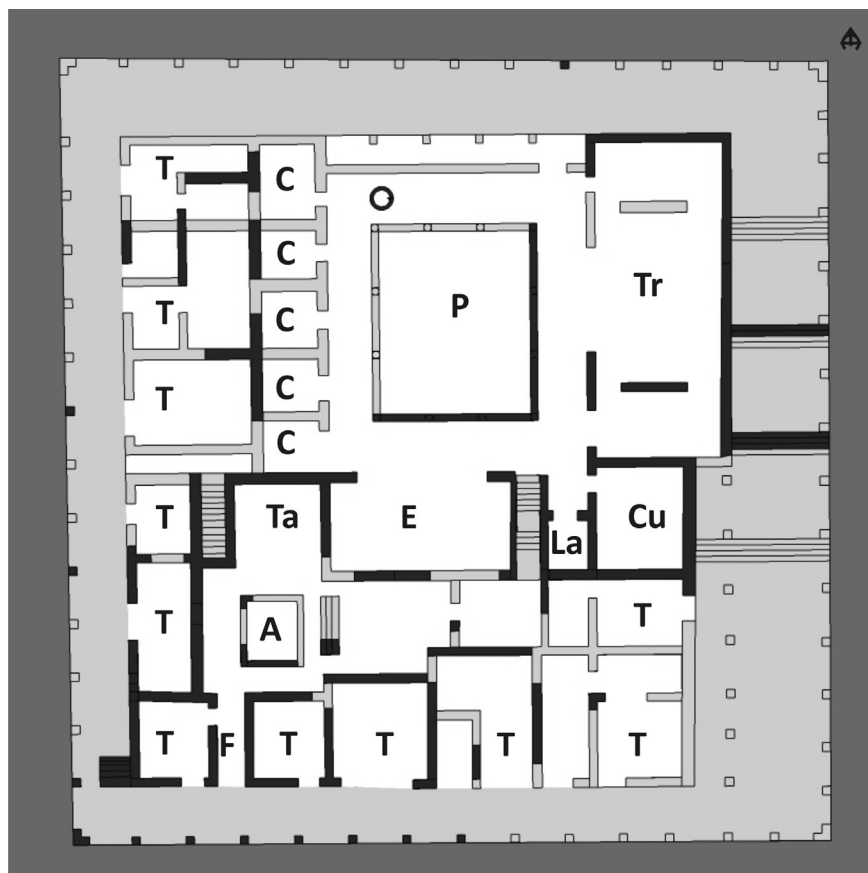
Figura 2 - Restituição 3D da *domus* das Carvalheiras. Pormenor do átrio (A) e do peristilo (B)



Por constituir a única casa cuja planta se conhece na totalidade, a *domus* das Carvalheiras oferece-nos informações preciosas sobre a organização do espaço doméstico, sobre a natureza dos seus possesores, mas também sobre as atividades económicas que se deviam desenrolar nas lojas, paredes meias com o espaço doméstico.

A *domus* das Carvalheiras foi organizada em redor de duas zonas abertas, que funcionavam como espaços de representação e distribuição dos diferentes espaços da casa, um deles constituído pelo átrio (134 m²) e outro pelo peristilo (476 m²). No total, as duas áreas ocupavam cerca de 610 m², valor que corresponde apenas a 53% da área construída do quarteirão, estando a restante reservada a espaços de vocação económica (cerca de 542 m²), constituídos por lojas que se abriam aos pórticos poente, sul e nascente.

Figura 3 - Proposta de interpretação da *domus*. A: *atrium*; C: *cubiculum*; Cu: *culina*; E: *exedra*; F: *fauces*; La: *latrina*; P: *peristylum*; T: *taberna*; Ta: *tablinum*; Tr: *triclinium*



A entrada localizada na fachada sul conduzia as pessoas ao interior da habitação, através de um pequeno corredor, o *fauces*, dando acesso a um átrio toscano, ornamentado com um *impluvium*, que permitia recolher a água das chuvas através de uma abertura no telhado, o *compluvium*.

No eixo da entrada sul situava-se o *tablinum*, que serviria de escritório do dono da casa (MAGALHÃES, 2010, p. 41), que conseguia controlar todo o átrio e ser visto pelos seus clientes para receber a saudação matinal.

A nascente do *tablinum* situava-se uma sala de receção, presumivelmente uma *exedra*, que poderia ter funcionado como sala de apoio às atividades que decorriam no átrio. A partir desta sala realizava-se o acesso a um pequeno espaço que permitia aceder ao vão de escadas interior, que assegurava a ligação com a área do peristilo.

O peristilo situava-se na plataforma mais baixa do terreno, ocupando a maior área da habitação. Esta área apresentava um corredor de circulação porticado, em torno de uma zona ajardinada, presumivelmente decorada com um tanque, sendo toda a área acessível, também, a partir de uma entrada aberta na fachada norte. No referido corredor foi descoberto um poço que devia abastecer a casa de água potável.

Em redor do peristilo dispunham-se diversos compartimentos. No lado nascente desenha-se um grande compartimento, que presumimos corresponder a um *triclinium*. Tal como Vitrúvio aconselhava, a sala de jantar aproveitaria os raios de sol, quando eles se dirigiam para ocidente, tornando a sala temperada na altura em que normalmente era usada. Na ala nascente, localizava-se igualmente a cozinha (*culina*), que era contígua à latrina, possibilitando desta forma o reaproveitamento das águas aí usadas e afastando este espaço dos restantes compartimentos da casa.

Na ala sul situava-se uma grande sala de receção, enquanto o lado poente estaria reservado aos quartos (*cubicula*), virados a nascente (MAGALHÃES, 2010, p. 41).

Nas fachadas oeste, sul e nascente, existiam várias lojas (*tabernae*), destinadas ao domínio público. Na fachada sul, destaca-se a particularidade de uma das lojas, situada a poente da entrada da casa, possibilitar o acesso ao interior da unidade residencial, abrindo para o *fauces*, o que pode indicar que esta loja provavelmente seria explorada pelo dono da *domus* (MAGALHÃES, 2010, p. 42).

Uma análise detalhada da morfologia da *domus* das Carvalheiras permite verificar que esta contemplava uma divisão canónica entre áreas privadas (*cubicula*), de serviços (*culina* e *latrina*) e de receção e banquete, sendo de destacar o claro protagonismo destas no conjunto da habitação. De facto, verifica-se uma enorme desproporção entre as áreas reservadas àquelas atividades (363 m², cerca de 60%), associadas a jardins e zonas descobertas (160 m², cerca de 26%), quando comparada com a modéstia das áreas destinadas aos serviços, que ocupariam apenas 5% da parte habitada (32 m²), ou mesmo as áreas privadas da casa 8% da mesma (49 m²).

Por outro lado, se olharmos a parte económica do quarteirão, representada pelas lojas, que definem uma área pública, ainda que de propriedade privada, verificamos que elas ocupam quase metade da área construída, correspondente a 542m² (cerca de 47%), o que demonstra que grande parte da atividade comercial da cidade, bem como a pequena produção artesanal podiam realizar-se ao longo das ruas, decorrendo essas atividades em íntima articulação com o espaço doméstico, à semelhança do que acontece em Pompeia e Óstia. Muito embora seja bastante difícil avaliar a função exata das lojas, que se dispunham ao longo das fachadas da casa, podemos admitir que elas se destinariam, quer ao comércio retalhista, quer ao fabrico de certos produtos que não fossem excessivamente exigentes em infraestruturas. Cabe igualmente sublinhar a subdivisão do espaço de algumas lojas, sugestiva, ou da existência de áreas de armazenagem de produtos, ou da separação hipotética entre os espaços de produção e venda, ou, ainda, de espaços anexos onde os lojistas podiam viver.

Os pórticos constituíam um elemento característico das fachadas das casas de *Bracara Augusta*, estando bem representados na área arqueológica das Carvalheiras,

quer na *domus* analisada, quer nos quarteirões limítrofes, identificados nas escavações, a poente, sul e nascente da mesma. Ladeando as ruas, estes espaços públicos, construídos em simultâneo com as casas, eram fundamentais na vida económica da cidade, separando os pedestres do tráfico, permitindo que os potenciais compradores avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas.

O processo construtivo da *domus*: tempos e custos

Tendo em vista avaliar o investimento que seria necessário para construir uma casa com as características do nosso caso de estudo, ensaiámos uma abordagem dos seus custos de construção.

A metodologia utilizada apoia-se fundamentalmente nas fontes arqueológicas, bem como num conjunto de estudos recentes que desenvolveram bases de cálculo de materiais, mão-de-obra e de tempos e custos para a construção pública e privada romana (DELAINE, 1992; DANIELS-DWYER, 2000; SILVA, 2000; PRISSET, 2008; MAR e PENSABENE, 2010; RIBEIRO, 2011; DOMINGO, 2012; RIBEIRO e MARTINS, 2012; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO *et al*, 2015). Os cálculos que apresentamos têm por base duas fontes fundamentais. Para a rentabilidade do trabalho seguimos Pegoretti (1843) e para a estimativa dos preços, custos e salários, baseamo-nos no Édito de preços de Diocleciano. Uma vez que os preços indicados nesse documento são válidos para o século IV foi necessário proceder a uma extrapolação dos mesmos para o período de construção da *domus* das Carvalheiras.

A dimensão temporal da obra

O tempo necessário para a execução de uma obra era influenciado por vários fatores, suscetíveis de alterar substancialmente a sua duração, dependendo do número de trabalhadores presentes, do aprovisionamento em materiais, de aspetos financeiros e mesmo as próprias condições meteorológicas, que podiam introduzir atrasos difíceis de estimar. Uma vez que o nosso exercício de cálculo de tempo se insere no mundo das estimativas e das hipóteses, estamos conscientes de que há varias variáveis que nunca poderemos recuperar. A este propósito importa referir que na construção privada, a evolução da obra corresponde ao ritmo da progressão vertical das paredes e da sucessão dos vários corpos de operários. No entanto, é o somatório dos tempos de abertura das valas de fundação e da construção dos paramentos que condiciona a duração da obra (PRISSET, 2008, p. 139).

Materiais e seu transporte

Consideramos neste exercício dois dos principais materiais usados na construção da casa, designadamente a pedra e a *tegula*. Tendo em conta a dimensão e volumetria da *domus*, estimamos uma necessidade total de 2.671 toneladas de pedra de alvenaria para a edificação dos alçados.² Atendendo às características da pedra que foi usada, sabemos que ela é oriunda da região de Braga, muito possivelmente de pedreiras das áreas das atuais freguesias de Areias de Vilar e de Pousa, distantes respetivamente de 14.8 e 11.85 km da cidade,³ sendo facilmente acessíveis pela via XX (RIBEIRO, 2015, p. 88-89). Partindo do princípio de que um carro de bois pode transportar uma carga máxima de 1 ou 1.8 t, dependendo se for puxado por uma ou duas atrelagens, numa distância de 10 milhas por dia (PRISSET, 2008, p. 137), é possível admitir que teriam sido necessários entre 267 dias e 148 dias para transportar a pedra, considerando respetivamente 10 carros de bois com atrelagem simples ou dupla. No caso da pedra de talhe, os nossos cálculos apontam para valores na ordem de 100 t (37.2 m³),⁴ cujo transporte seria realizável entre 100 e 56 dias. Os dados sugeridos revelam que o transporte da pedra seria lento e caro.

A área de Prado/ Ucha/ Cabanelas, situada a cerca de 4 km (2.7 milhas) de Braga, constituía certamente um dos principais centros de aprovisionamento da argila necessária para obter as telhas necessárias à cobertura da casa (MORAIS, 2005, p. 42). No total, estimamos uma necessidade em cerca de 100 t de telha,⁵ valor sujeito a alguma variação, dependendo do tipo de tégula escolhido. Usando como referência a área supracitada, o abastecimento poderia ser realizado em 50 ou 28 dias, assumindo a realização de 2 viagens ida e volta diárias, para uma atrelagem simples ou dupla.

Fundações e transporte de terras

Em primeiro lugar, devem ter sido rasgadas as fundações dos muros perimetrais e do grande muro de contenção do tabuleiro superior, seguindo-se as valas dos restantes muros internos. Individualizados os diferentes tipos de valas de fundação, estimamos

² Valor calculado com base nas 2.137 t de pedra necessária para a construção dos alçados, às quais acrescem 25% resultando do afeiçoamento dos elementos.

³ Equivalentes, respetivamente, a 10 e 8 milhas romanas.

⁴ Com base numa densidade de 2.7.

⁵ Seleccionamos dois modelos de *tegula*. Um primeiro com 19 kg (0.22 m²) e outro com 23.5 kg (0.25 m²). Tendo em conta que na primeira opção é preciso 5.300 *tegulae* e 2.650 *imbrices* para cobrir o telhado chegamos a um total de sensivelmente 108.6 t de material (100.7 t de *tegula* e 7.9 de *imbrex*). Se considerarmos o segundo modelo, precisamos de 4.660 *tegulae* e 2.330 *imbrices*, ou seja, cerca de 117 t (110 de *tegula* et 7 de *imbrex*).

a extração de um volume de 470 m³ de terras, equivalentes a uma massa de 940 t. Segundo Pegoretti, abrir uma vala com profundidade inferior a 1,6 m exigia 0.75 horas/m³ de trabalho/homem (PEGORETTI, 1843, p. 20). Deduz-se que para esta tarefa um só homem precisa de 35.25 dias e 10 homens 3.53 dias.⁷

A casa contempla, no seu quadrante nordeste, um poço em alvenaria, com 5 m de profundidade, cuja abertura levou à remoção de cerca de 17.3 m³ de terras. Tendo em conta os cálculos que têm sido estabelecidos para este tipo de trabalho (DELAINE, 1992, p. 294), julgamos que esta tarefa terá exigido a um só homem 2.4 dias de trabalho, enquanto uma equipa de dois faria o mesmo em sensivelmente metade do tempo.⁸

Uma vez extraídos, os inertes devem ter sido levados para um espaço não muito afastado, uma vez que grande parte deles deve ter sido reutilizada para o preenchimento das valas, após a construção dos alicerces. Esta deslocação das terras exigiu certamente o recurso a animais de carga. Sabe-se que um par de bois consegue puxar, em distâncias curtas, uma carga útil compreendida entre 1 t e 1.5 t (PRISSET, 2008, p. 128). Se o referido terreno ficasse, por exemplo, a cerca de 1 km (0.7 milhas) da obra, os animais conseguiriam no máximo realizar 15 viagens por dia (ida e volta, transportando assim entre 15 e 22.5 t), realizando a tarefa entre 125.3 e 83.5 dias,⁹ aos quais devemos acrescentar entre 2.3 e 1.5 dias para as terras do poço.¹⁰ Naturalmente, se aumentarmos o número de carros disponíveis reduzimos os valores apresentados.

Construção: alçados e colunata do peristilo

Nivelado o terreno, preparadas as fundações e reunidos os materiais de construção, podia ser iniciado o levantamento dos alçados. Os muros, construídos em granito, exibem técnicas distintas, a maioria em alvenaria regular e outros numa técnica mais irregular, caracterizada por fiadas de pedras imbricadas umas nas outras. Em ambos os casos, os elementos receberam um tratamento faceado do lado externo. Medem, em média, 0.30 m (l) x 0,20 m (p) x 0.18 m (a), correspondendo a um volume de 0.011 m³ e a um peso de 3 kg. A unir as pedras observam-se juntas relativamente finas, inferiores a 2 cm, preenchidas com pedras pequenas e uma argamassa de areão. Frequentemente

⁶ Considerando uma densidade de 2.

⁷ 470 m³ x 0.75 = 352.5 horas : 10 = 35.25 dias.

⁸ Total de 17.3 m³ de terra, subdividindo-se em 6.23 m³ para os primeiros 1,8 m de profundidade, logo 6,23 x 2,5 = 15,58 horas; 6,23 m³ para a segunda parcela de 1.8 m, logo 6,23 x 0.77 = 4.8 horas; e 4.85 m³ para a última parcela, logo 4.85 x 0.77 = 3.74 horas. 15.58 + 4,8 + 3.74 = 24.12 h : 10 = 2.4 dias.

⁹ 940 t de terra : 15 = 62.67 dias. 62.67 x 2 = 125.34 dias. 940 t : 22.5 = 41.78 dias. 41.78 x 2 = 83.56 dias.

¹⁰ Tratando-se de uma deslocação com um único sentido. 34 t de terra : 15 = 2.27 dias. 34 : 22.5 = 1.5 dias.

ostentam pedras de travamento, globalmente retangulares, perfazendo em média 0.20 m (l) x 0.70 m (p) x 0.20 m (a).¹¹

No decurso da obra, seria desejável que os materiais de construção, nomeadamente as pedras, estivessem disponíveis em quantidade em vários pontos do muro a levantar, de modo a propiciar um adequado ritmo de trabalho.

Para além do pequeno aparelho, a construção apoiou-se pontualmente em elementos de grande dimensão realizados em pedra de talhe, aplicados com o objetivo de reforçar os pontos estruturalmente mais sensíveis da casa. Assim acontece nos cantos estruturais, onde encontramos paralelepípedos com 0.30 m (l) x 1 m (p) x 0.20 m (a), perfazendo um volume de 0.06 m³ e pesando cerca de 160 kg, nas aberturas de maior dimensão, como as das lojas situadas na fachada sul, realizadas com elementos pesando acima de 400 kg, 12 ou ainda com os elementos relacionados com os acabamentos e a componente decorativa da casa, tal como as ombreiras (0.17 m³ = 457 kg), os lintéis (0.125 m³ = 339 kg) ou os embasamentos, fustes e capitéis do peristilo.

O peristilo, com uma área de 63 m², situa-se na metade norte da casa e seria composto por 12 colunas, apoiadas nos quatro vértices sobre pilares almofadados, sendo rematadas com capitéis de pequena dimensão. Os silhares que formalizam os cantos exibem um volume de 0.13 m³, equivalentes a 365 kg. Os fustes seriam formados por tambores lisos sobrepostos com um peso de 243 kg. Os capitéis seriam pouco diferentes do exemplar coríntio descoberto durante as escavações, com 0.30 m de altura e de diâmetro, pesando cerca de 171 kg.

Somados os volumes de todos os muros da casa¹³ obtemos um valor de 791.5 m³ de pedra (2.137 t) e de 334 m³ de argamassa (668 t),¹⁴ isto considerando uma proporção de 70% de pedra e 30% de argamassa. Quando à pedra de talhe, cujo contributo é fundamental na transformação do conjunto num volume sólido e estável, os nossos cálculos permitiram estimar um volume mínimo de 37 m³ de material (100 t), 6.94 m³ (18.74 t) dos quais associados à colonata do peristilo. Assim, os dados disponíveis indicam um volume total de muros de 1.125.5 m³.

Partindo do princípio de que uma equipa de 3 a 5 homens¹⁵ consegue realizar um pano de muro com 5 metros de comprimento por 5 fiadas de altura (2.25 m³ de muro) de dois em dois dias, considerando 1 dia de secagem da argamassa entre cada fase de

¹¹ Equivalente a 0,028 m³ e um peso de aproximadamente 75 kg.

¹² Um silhar identificado com a UE350, tendo 0.15 m³ de volume (1,2x0,24x0,50m) pesa cerca de 405 kg. Outro, designado pela UE351, com 0.195 m³ pesa já 526 kg.

¹³ Volume dos muros perimetrais, dos muros internos, dos muretes do peristilo e do muro do poço.

¹⁴ Nos nossos cálculos consideramos uma densidade de 2,7 para o granito e de 2 para a argamassa.

¹⁵ 1 a 2 dedicados à preparação das argamassas, 1 ao afeiçoamento das pedras e 1 a 2 à sua colocação.

execução¹⁶ obtemos um tempo de execução de 1.000 dias (PRISSET, 2008, p. 134).¹⁷ No entanto, tratando-se de uma obra de grande dimensão, será possível equacionar o trabalho de várias equipas em simultâneo, pelo que é admissível que a construção dos muros tenha sido iniciada em vários pontos ao mesmo tempo. Aumentando a mão-de-obra disponível, significa que 5 equipas fariam o mesmo trabalho em 200 dias.

Para a construção do peristilo é necessário considerar uma série de tarefas prévias, nomeadamente o aparato rústico, através do qual se conferia aos vários elementos constituintes da colunata a forma e as dimensões desejadas. Para o granito Pegoretti estabelece como variável 256 h de trabalho/m³, o que perfaz um total de 177.5 dias de trabalho (PEGORETTI, 1843, p. 291).¹⁸ Seguir-se-ia a pré-elaboração, que dependia do diâmetro dos fustes e capitéis, estimando-se 20.57 horas de trabalho/m² para os primeiros e 22h/m² para os segundos,¹⁹ o que resulta em 87.22 dias de trabalho, com base na área de 42.4 m², para os fustes²⁰ e 14.58 dias de trabalho com base numa área de 6.63 m² para os capitéis (PEGORETTI, 1843, p. 292).²¹ Como tal o processo de pré-elaboração destes elementos corresponde a um total de 101.8 dias de trabalho.

Realizadas estas tarefas era possível colocar os elementos no sítio. Para a estimativa das horas de trabalho associadas a este processo seguimos a fórmula: $t + 0.06 t (a-1)$, onde t corresponde a 0.6 horas para 100 kg de peso e a à altura de colocação da peça, à qual atribuímos o valor médio de 1.5m, tendo em conta os 3 m de altura estimados para a colunata (DOMINGO, 2012b, p. 408). Obtivemos 0.226 horas de trabalho para a colocação de cada pilar²², 0.15h para a colocação de cada tambor²³ e 0.105 horas para cada capitel,²⁴ perfazendo um total de 0.69 dias, ou seja 6.96 horas de trabalho para esta tarefa.²⁵

Finalmente, erguida a colunata restava proceder ao acabamento dos elementos. Segundo Pegoretti o acabamento dos fustes pressupõe 16 horas de trabalho/m² de superfície, perfazendo um total de 67.84 dias de trabalho (PEGORETTI, 1843, p. 295).²⁶ Quanto aos capitéis,

¹⁶ Um dia para levantar o muro e um dia para a secagem da argamassa.

¹⁷ $1125.5 \text{ m}^3 : 2,25 = 500.2 \times 2 = 1000 \text{ dias}$.

¹⁸ $6.934 \text{ m}^3 \times 256 = 1.775.1 \text{ horas} : 10 = 177.51 \text{ dias de trabalho}$.

¹⁹ $12 \times (1 + 0,25 : 0,35) = 20.57 \text{ ht/m}^2$

²⁰ Fustes dos cantos: 3 m^2 de área $\times 4$ + restantes fustes: $3,8 \text{ m}^2 \times 8 = 42.4 \text{ m}^2$. $42.4 \text{ m}^2 \times 20.57 = 872.168 \text{ horas de trabalho} : 10 = 87.22 \text{ dias de trabalho}$.

²¹ Área de cada capitel: $0.552 \text{ m}^2 \times 12 = 6.63 \text{ m}^2$. $6.63 \text{ m}^2 \times 22 = 145.86 \text{ horas de trabalho} : 10 = 14.58 \text{ dias de trabalho}$.

²² $0.6 \times 0.365 + 0.06 (0.6 \times 0.365) (1,5-1) = 0.226 \text{ horas de trabalho}$.

²³ $0.6 \times 0.243 + 0.06 (0.6 \times 0.243) (1.5-1) = 0.15 \text{ horas de trabalho}$.

²⁴ $0.6 \times 0.171 + 0.06 (0,6 \times 0.171) (1.5-1) = 0.105 \text{ horas de trabalho}$.

²⁵ $0.226 \text{ h} \times 4 \text{ pilares} + 0.15 \text{ h} \times 32 \text{ tambores} + 0.105 \times 12 \text{ capitéis} = 6.964 \text{ horas de trabalho} : 10 = 0.69 \text{ dias}$.

²⁶ Superfície dos fustes = 3 m^2 para os elementos situados nos cantos e 3.8 m^2 para os restantes. Ou seja, $3 \text{ m}^2 \times 16 = 48 \text{ horas de trabalho}$ para cada fuste do canto e $3.8 \text{ m}^2 \times 16 = 60.8 \text{ ht}$ para cada um dos restantes. $48 \times 4 \text{ fustes} + 60.8 \times 8 \text{ fustes} = 192 \text{ ht} + 486.4 \text{ ht} = 678,4 \text{ ht} : 10 = 67.84 \text{ dias de trabalho}$.

considera-se que o acabamento de um elemento coríntio em granito, com uma altura média de 0.33m, implica 1.021 horas de trabalho, o que perfaz um total de 1.225.2 dias de trabalho.²⁷ Estimamos assim para esta tarefa uma duração de 1.293 dias de trabalho por homem.

Construção: coberturas

Levantadas as principais estruturas era possível cobrir a casa. Os dados disponíveis revelam que a casa apresentava uma área total coberta de 1.165m² formada por vários telhados de duas águas e outros mais complexos, como seria o caso da cobertura do *atrium*. Deduzimos, com base nessa informação e nos materiais recolhidos nas escavações²⁸ uma necessidade de cerca de 5.300 *tegulae* e sensivelmente de 2.650 *imbrices*.²⁹

A construção dos telhados constituía uma tarefa delicada, em particular devido às complexidades relacionadas com a montagem dos vigamentos que os suportavam, o que exigia a participação de artistas especializados, conhecedores das propriedades e dos comportamentos deste material. Ora, tendo em conta que uma equipa formada por três trabalhadores precisaria de uma média de quatro dias para cobrir uma secção entre duas asnas, teriam sido necessários 146 dias de trabalho, ou seja 4 meses e 22 dias (PRISSET, 2008, p. 137) para montar o telhado da casa. Admitindo o trabalho de duas equipas, começando em áreas distintas, reduzimos os tempos de obra para 73 dias.

Tendo por base os cálculos realizados para as diferentes fases da obra propomos uma duração hipotética da mesma de 277.73 dias, com a presença de um total de 43 trabalhadores, não necessariamente em simultâneo: 10 homens para a abertura das valas de fundação (3.53 dias), 2 homens para a abertura do poço (1.2 dias), 5 equipas de 5 homens para o levantamento dos alçados (200 dias) e duas equipas de 3 homens para a construção dos telhados (73 dias). No entanto, sublinhamos que esta estimativa se refere apenas aos principais aspetos construtivos da obra, aquilo que poderíamos denominar do levantamento do esqueleto da casa e da sua cobertura, ficando por avaliar a componente relacionada com os acabamentos internos e externos. A não inclusão desse cálculo resulta da ausência de elementos sugestivos do programa decorativo da *domus*, designadamente dos pavimentos e revestimentos das paredes, que seriam fundamentais para realizar uma mais correta avaliação dos custos, quer do ponto de vista do tempo necessário para a obra, quer do ponto de vista financeiro.

²⁷ 1.021 x 12 capitéis = 12.252 horas de trabalho : 10 = 1.225,2 dias de trabalho.

²⁸ As *tegulae* e *imbrices* recolhidos apresentam dimensões distintas, 0.59 x 0.42 m, 19 kg e 0.63 x 0.45 m, com peso de 23 kg, para as primeiras por exemplo e 0.15/0.18 x 0.52 m, com 3kg, para os imbrices. Estes materiais poderão no entanto pertencer à última remodelação da casa.

²⁹ Com base no modelo de *tegula* mais pequeno cuja área (0.22 m²) foi calculada deduzindo o espaço sobreposto pela fiada seguinte.

A dimensão financeira da obra

A determinação dos custos de uma obra constitui uma tarefa complexa, pois, existem muitas variáveis que influenciam os custos de construção (PRISSET, 2008, p. 138). Muito embora as fontes que utilizamos permitam uma aproximação inovadora dos processos construtivos, estamos convictos de que elas devem ser manipuladas com muita prudência porque têm limitações. O Édito de preços de Diocleciano, por exemplo, reporta-se a uma cronologia tardia, numa época de crise, e exibe preços máximos. Por outro lado, é difícil conhecer o peso real da inflação de cada período da história romana. Quanto aos manuais de construção pré-industriais, pese embora representem ferramentas de grande utilidade, não podemos esquecer que a Antiguidade e o século XIX são realidades distintas.

Os valores que apresentamos resultam do somatório dos custos das várias tarefas que enunciamos anteriormente. São assim considerados o custo da abertura das valas de fundação, do levantamento dos alçados, da implementação da colunata do peristilo, da construção do telhado, da aquisição dos vários materiais necessários, o custo do transporte dos mesmos e o custo da mão-de-obra. Propomos assim um custo aproximado de construção da estrutura da *domus* da ordem dos 71.714 HS do século I,³⁰ cujos valores encontram-se discriminados na figura 4.

Figura 4 - Tabela recapitulativa das quantidades, tempos e custos da obra

Domus das Carvalheiras	Valor bruto	Valor m ² /m ³	Densidade (t)	Tempos de transporte Meses (dias)						Tempos de obra (dias)						Custo (HS)			
				Distância (milhas)	Carro 1t		Carro 1,8t		Carro 1 – 1,5t		1h	2h	1 equ. 5 h	10/ 2 equ. 5 h	1 equ. 3h	2 equ. 3h	Material	Transporte	Execução
					Unidades														
					1	10	1	10	1	1									
Comprimento	110 p																		
Largura	120 p																		
Área	1.152 m ²																		
Materiais																			
Pedra alvenaria	2.671 t			10	88	8,8 (267d)	48	4,8 (148d)							29.315	28.176			
Pedra de talhe			100	10	3 (100d)		1,9 (56d)								1.378				
Telha			100	2,7	(50d)		(28d)								530	508			
Construção																			
Abertura fundações		470	940							35,25		3,53						75,4	
Abertura poço		17,3	34,6							2,4	1,2								
Deslocação terras		470	940	0,7				4,2 – 2,8 (125,3 – 83,5d)											
Deslocação terras poço		17	34					(2,3 – 1,5d)											
Levantamento dos alçados	1.125,5 m ³	Pedra (70%) Argamassa (30%)	791,5 334	2.137 668							1000	200						8.000	
Peristilo																			
Aparato rústico		6,94								177,5								355	
Pré-elaboração		49,03 m ²								101,8								203,58	
Implementação										0,69								1,39	
Acabamento										1293								2.587,70	
Realização da cobertura	1.165 m ²											146	73					584	
Custo total																		71.714	

³⁰ 50 denários século III = 0,6 Km = 0,5 denários século I = 2 HS.

No que respeita a salários, usamos como referências alguns dos valores mencionados no Édito, nomeadamente 50 denários/dia³¹ para um trabalhador especializado, e 25 denários/dia,³² no caso de um trabalhador indiferenciado.

Assim, a abertura das valas de fundação poderia ter custado cerca de 75.4 HS,³³ considerando o trabalho de 10 operários indiferenciados durante 3.5 dias, dada a reduzida exigência técnica da tarefa. Já o levantamento dos alçados, assumindo a presença de cinco equipas de cinco homens,³⁴ poderá ter custado 8.000 HS.³⁵ A implementação da colunata do peristilo poderá ser estimada em 3.147.67 HS. Na montagem dos telhados o promotor da obra poderá ter gasto 584 HS,³⁶ contando com o labor de duas equipas de 3 homens.³⁷

Os custos com os principais materiais utilizados elevam-se a 31.223 HS. A pedra local, cujo preço poderá ser estimado em 1HS por p³, assume a maior fatia, com um custo de 29.315 HS³⁸ destinado à pedra de alvenaria e 1.378HS³⁹ para a pedra de talhe (MAR; PENSABENE, 2010, p. 515).⁴⁰ A *tegula* representa um valor mais baixo, com um custo estimado de 530 HS.

No que respeita ao transporte da pedra, propomos um custo total de 28.176 HS,⁴¹ seguindo a fórmula: 0.85 denários x milha x m³, referente ao custo unitário do transporte nos séculos I/II (DELAINE, 1992, p. 123. MAR; PENSABENE, 2010, p. 527, 531). Para o caso da *tegula* obtivemos um custo de 508 HS.⁴²

Assim, o montante de 71.714 HS representa uma mera estimativa dos custos de construção estrutural de uma *domus* em *Bracara Augusta*, nos finais do século I. Trata-se de um limite mínimo do valor da obra, na medida em que falta estudar vários aspetos importantes da construção da casa, com grande impacto no investimento total. Assim, o custo real da *domus* das Carvalheiras terá ainda que contemplar o preço a pagar pela madeira, pela implementação do sistema hidráulico e pelos acabamentos,⁴³ aspetos

³¹ Equivalentes a 0.5 denários do século I/II, ou 2 HS.

³² Equivalentes a 0.25 denários do século I/II, ou 1 HS.

³³ 10 homens durante 24 dias de trabalho = 10 x 1HS x 24 = 240 HS.

³⁴ O custo diário de uma equipa de cinco homens sendo de 8 HS: dois trabalhadores indiferenciados (2 x 1 HS) e 3 trabalhadores especializados (3 x 2 HS)

³⁵ 200 dias x 5 x 8 HS.

³⁶ 73 dias x 2 equipas x 4 HS.

³⁷ 1 carpinteiro (2 HS por dia) e dois assistentes (2 x 1 HS/dia).

³⁸ 791.5 m³ = 29.315 p3. 29.315 x 1 HS = 29.315 HS.

³⁹ 37.2 m³ = 1.378 p3. 1378 x 1 HS = 1.378 HS.

⁴⁰ Os valores que apontamos dizem apenas respeito aos elementos que se preservaram pelo que representam somente uma amostra do valor real.

⁴¹ 828,7 m³ de pedra x 10 milhas x 0,85 denários = 7.043,95 denários = 28.176 HS. No nosso cálculo escolhemos a área de exploração de granito situada a 10 milhas da cidade.

⁴² 55.37 m³ x 2.7 milhas x 0.85 denários = 127 denários = 508 HS.

⁴³ Pavimentos e decoração parietal.

que não conseguimos abordar em virtude das intervenções arqueológicas realizadas não terem permitido recuperar vestígios de pavimentos, nem de decoração mural, tendo fornecido poucos elementos associados ao programa arquitetónico da casa. De qualquer modo, sabe-se que esta componente não respeitava a lógica da economia e que deverá ser entendida à luz da prática de ostentação comum entre as elites urbanas. A utilização de materiais raros, resultantes da importação, bem como a contratação de artistas especializados, frequentemente itinerantes, constituíam um luxo privado, que aumentava consideravelmente os custos da construção. Sabemos, por exemplo que o custo do mármore, no século I, era cerca de cinco vezes superior ao da pedra local (MAR; PENSABENE, 2010, p. 516).

Por isso, os valores que avançamos carecem de otimização, muito embora permitam concluir que uma casa deste tipo não era acessível ao habitante comum. Um carpinteiro precisaria de juntar o seu salário durante 98 anos, trabalhando todos os dias do ano, para juntar esse dinheiro. Um pintor artístico, com soldo anual de 1.200 HS, teria dificuldades semelhantes. Na verdade, apenas determinadas classes sociais, designadamente os membros das elites municipais, tinham possibilidades de mandar construir uma casa com características semelhantes à das Carvalheiras. Tal é comprovado pelo valor do censo decurial nas províncias, que, segundo Plínio, era de 100.000 sestércios anuais.

Considerações finais

A construção da *domus* das Carvalheiras, datada do último quartel do século I, demonstra vários aspetos que nos permitem compreender a sociedade, o quotidiano, mas também a economia e o grau de integração cultural das elites de *Bracara Augusta*. Na verdade, a sofisticação da estrutura da casa demonstra que nos finais do século I estavam claramente assimilados em *Bracara Augusta* os modelos e componentes da arquitetura clássica de tradição helenística, o que subentende que as elites da cidade se integravam perfeitamente nos cânones da educação romana, transmitindo através do seu espaço doméstico indicadores do seu estatuto social, bem documentado na dimensão dos espaços reservados à receção e representação. A este propósito cabe destacar o importante papel do *atrium* e espaços anexos, designadamente o *tablinum*, onde se iniciava o dia das elites, com o *salutatio* dos seus clientes, facto que testemunha que o dono da casa se enquadraria numa classe social que usava a clássica relação patrono/cliente como forma de projetar e demonstrar o seu prestígio e estatuto.

Considerando os elevados custos que foram analisados e que estamos em condições de inferir a partir dos dados arqueológicos, podemos considerar que na

época flávia *Bracara Augusta* dispunha já de uma elite urbana endinheirada, capaz de encomendar casas luxuosas que adotam claramente os modelos itálicos e helenísticos. Por outro lado, o proprietário da *domus*, enquanto encomendador da obra, deveria ter tido uma ideia muito clara sobre a organização interna que desejava para a sua futura casa, mas também sobre a área da mesma que iria reservar para aluguer, do qual terá obtido importantes dividendos. Assim, a casa das Carvalheiras sugere-nos que o seu proprietário conhecia os protótipos da arquitetura privada vigentes nas outras cidades do Império, e que, aparentemente, integraria a elite urbana de *Bracara Augusta*, podendo pelos custos estimados da sua construção pertencer à *ordo decurionum*. Podemos igualmente considerar, a partir da planta da casa, que a sua construção estava inserida no processo de competição social do seu proprietário, que terá usado a exibição das particularidades do seu património imobiliário como forma de reafirmar a sua posição dentro da cadeia de relações sociais de *Bracara Augusta*.

Em conclusão, podemos considerar que a construção da *domus* das Carvalheiras denuncia um período de grande prosperidade económica e a presença na cidade de famílias poderosas, algumas das quais certamente descendentes das elites indígenas, que tiveram um grande papel na fundação da cidade e no seu desenvolvimento até à época flávia, momento a partir do qual se constata um grande incremento construtivo, quer na arquitetura pública, quer privada.

Referências

- DANIELS-DWYER R. *The economics of private construction in roman Italy*. Reading: University of Reading, 2000.
- DELAINE, J. *Design and construction in roman imperial Architecture: the baths of Caracalla in Rome*. 1992. Tese (Doutorado em Estudos Clássicos) – Department of Classics da University of Adelaide, Adelaide, 1992.
- DOMINGO, J. El coste de la Arquitectura: avances, problemas y incertidumbres de una metodología de cálculo: Volúbilis y Dougga. *Archeologia dell'Architettura*, v. 17, p. 144-170, 2012.
- _____. Los costes de la arquitectura romana: el capitolio de Volúbilis (Mauretania Tingitania). *Archeologia Classica*, v. LXIII, n. II, 2, p. 381-418, 2012.
- GROS, P. *L'Architecture romaine. Du début du IIIe siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire: Maisons, palais, villas et tombeaux*. Paris: Editions A&J Picard 2006, p. 148-196. v. 2.
- MAR, R. La construcción pública en las ciudades hispanas. Los agentes de la construcción. In: CAMPOREALE, S.; DESSALES, H.; PIZZO, A. (Eds.). *Arqueología de la construcción*

- I. Los procesos constructivos en le mundo romano: Italia y provincias occidentales.* Mérida: CSIC, 2008, p. 175-190.
- MAGALHÃES, F. *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2010.
- _____. *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta. Interconexões*, v. 1, n. 1, p. 13-30, 2013.
- MARTINS, M. A zona arqueológica das Carvalheiras, Balanço das escavações e interpretações do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*, n. 14-15, série II, p. 23-46, 1997/1998.
- _____. Entre o ócio e a sociabilidade. O papel das termas públicas na vida social de *Bracara Augusta*. *I Colóquio Luso Brasileiro 'Quotidiano e Sociabilidades no Império Romano'*, Ufes/UMinho, Vitória (Brasil), p. 13-30, 2015.
- MARTINS, M.; FONTES, L. *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana. in *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique*. Bulletin de la Societé archéologique champenoise. Mémoire n.19, 2010, p. 111-124.
- MARTINS M.; RIBEIRO J.; MAGALHÃES F; BRAGA C. Urbanismo e arquitectura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer. In: RIBEIRO M.; MELO A. (Eds.). *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: CITCEM, 2012, p. 29-67.
- MARTINS, M. et al. As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade romana', in *Atas do Seminário Internacional Aquae Sacrae. Agua e sacralidad en época antigua*, Girona: Universitat de Girona, 2011, p. 69-102.
- MORAIS R. M. L. *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas, 2, UAUM/Narq, Braga, 2005.
- PEGORETTI G. *Manuale pratico per l'estimazione dei lavori architettonici, stradali, idraulici e di fortificazioni per uso degli engegneri ed architetti*. Milano, 1843.
- PIZZO A. (Ed.). Arqueologia de la construcción II. Los procesos constructivos en ele mundo romano: Itália y las provincias orientales. *Anejos de AESPA*, LVII. Mérida, p. 509-537, 2010.
- PRISSET J. L. Les besoins en materiaux, les contraintes d'aprovisionnement et la duree d'un chantier de construction. Reflexions à partir du Portique Nord de Saint-Romain-En-Gal (France). In: CAMPOREALE S.; DESSALES H.; PIZZO A. (Eds.). *Arqueologia de la Construcción I, los procesos constructivos en el mundo romano*. Merida: Anejos de AESPA, 2008, p. 125-140.

- RIBEIRO J. Processo construtivo e artífices da construção em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar. In: RIBEIRO M.; MELO, A. (Eds.). *História da Construção: os construtores*. Braga: CITCEM, 2011, p. 33-48.
- _____. *Arquitectura Romana em Bracara Augusta*. Uma análise das técnicas edilícias, Coleção Teses Universitárias, 5. Porto: Edições Afrontamento, 2015.
- RIBEIRO J.; MARTINS M. Materiais de construção em *Bracara Augusta*. In: RIBEIRO M.; MELO A. (Ed.). *História da Construção: os materiais*. Braga: CITCEM, 2012, p. 15-34.
- RIBEIRO J.; MAGALHÃES F.; MARTINS, M. Meios, técnicas e custos de construção em *Bracara Augusta* no século II. O balneário das Carvalheiras. *Férvedes*, n. 8, p. 331-339, 2015.
- SILVA J. R. C. *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitectura privada em Bracara Augusta*. 2000. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, 2000.

As cidades romanas na Tripolitânia: o caso de Oea (século II d.C.)

The Roman cities in Tripolitania: the case of Oea (II AD)

Belchior Monteiro Lima Neto*

Resumo: As cidades romanas na Tripolitânia compunham um emaranhado urbano de origens diversas. Algumas delas remontavam sua fundação ao passado púnico, principalmente aquelas localizadas na costa mediterrânea, como no caso das três principais aglomerações citadinas da região, Lepcis, Sabrata e Oea. Neste artigo, analisaremos as influências da conquista romana na Tripolitânia, tomando como caso para estudo as mudanças ocorridas no sítio urbano de Oea, como consequência do processo de ascensão da cidade ao *status* de colônia romana.

Abstract: The Tripolitania's Roman cities made up an urban tangle of several backgrounds. Some of them dating back its founding to Punic past, especially those located on the Mediterranean coast, as in the case of the three main agglomerations in the region, Lepcis, Sabrata and Oea. In this article, we analyze the influence of the Roman conquest in Tripolitania, taking as a case study the changes in the urban site of Oea as a result of ascension process of the city to the Roman colony status.

Palavras-chave:

Império Romano;
Tripolitânia;
Oea;
Colônia romana.

Keywords:

Roman Empire;
Tripolitania;
Oea;
Roman colony.

Recebido em: 23/09/2015
Aprovado em: 15/12/2015

* Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

A região norte-africana que comumente se denominava, na Antiguidade, como Tripolitânia compreendia uma ampla extensão territorial, correspondendo às terras entre a cidade de *Tacapae*, a leste de Cartago, e a região da Sírtica, a oeste do Egito. Ao norte, a Tripolitânia era banhada pelo Mar Mediterrâneo; ao sul, fazia fronteira com o deserto do Saara, onde se localizava o *limes tripolitanus*.¹ Em sua totalidade, a Tripolitânia era uma vasta região com cerca de 610 mil quilômetros quadrados, grande parte dela situada em áreas desérticas e pré-desérticas (MATTINGLY, 1994, p. 1-16).²

A Tripolitânia foi oficialmente anexada ao Império Romano em 46 a.C., como consequência direta do término da guerra civil (49-46 a.C.) que pôs em lados contrários os partidários de César e os de Pompeu.³ Nesse conflito, o rei Juba I, soberano do Reino da Numídia, apoiou militarmente a facção conservadora liderada por Pompeu, o que proporcionou, após a vitória de César, a dissolução e a agregação do reino númida e de suas possessões – entre elas as cidades tripolitanas – ao território diretamente administrado por Roma. A partir daí, a *Africa Proconsularis* ficaria dividida em *Africa Vetus* – formada pelo antigo território conquistado aos cartagineses – e *Africa Nova* – cujas terras incluíam o antigo Reino da Numídia e a Tripolitânia (RAVEN, 1993, p. 51-52; BIRLEY, 2002, p. 8).

Inicialmente, as principais cidades da Tripolitânia – Lepcis, Oea e Sabrata – foram integradas ao Império Romano como *civitates libertae*, isto é, cidades livres que, mesmo submetidas ao poder romano, continuavam a ter uma grande margem de autonomia, com a manutenção de suas leis, suas instituições e seus costumes locais (FRIJA, 2012, p. 96-103). O *status* de *civitas liberta* pode ser observado tendo em vista a autorização de emissão de moedas que lhes foi concedida. A partir do final do século I a.C., cunhou-se um grande volume de numeração, no qual se exaltava a vinculação das cidades da Tripolitânia ao Império – com efígies que enalteciam a figura do imperador e/ou da família imperial (Figuras 1 e 2) –, ao mesmo tempo em que se reforçava a posição independente das *civitates* frente ao governo central,⁴ enfatizando-se o nome da cidade – escrito em

¹ Tal fronteira não constituía uma linha ininterrupta de separação entre o mundo romano e o “bárbaro” exterior, mas, ao invés disso, se caracterizava como uma região de contato entre diferentes culturas. Era formada por uma linha descontínua de fortes e estradas que dificilmente se poderia interpretar como um *limes* de defesa contra as ameaças externas. Correspondia, na realidade, a uma rede complexa de controle, administração e taxação dos movimentos das tribos seminômades que habitavam a região meridional e que sazonalmente atravessavam a fronteira à procura de pastos que fossem suficientemente abundantes aos seus rebanhos (CHERRY, 2005, p. 24-74).

² Segundo números referentes à Tripolitânia: “Como um todo, [...] somente nove por cento das terras não são desérticas e três por cento são úteis à agricultura” (MATTINGLY, 1994, p. 5).

³ A Guerra Civil Cesariana, também conhecida como Segunda Guerra Civil da República de Roma, foi um conflito militar ocorrido entre 49 e 46 a.C. Foi o confronto de Júlio César contra a facção conservadora do Senado, liderada militarmente por Pompeu. A guerra terminou com a ascensão definitiva de César como ditador romano (GRIMAL, 1993, p. 27-32).

⁴ O termo *civitas* (plural *civitates*) possuía diferentes significados, podendo ser traduzido como cidade, Estado, cidadania, corpo cívico, tribo ou nação independente no interior do Império Romano (GLARE, 1968, p. 330). Neste artigo, utiliza-se *civitas* como sinônimo de cidade, caracterizando o estatuto sociojurídico de uma comunidade assentada em um espaço

alfabeto púnico – responsável pela emissão das moedas (*Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 1-64).⁵

Figura 1 - Moeda do período imperial romano – Oea



Fonte: *Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 36.

Figura 2 - Moeda do período imperial romano – Oea



Fonte: *Numismatique de L’Ancienne Afrique*, 34.

O domínio romano sobre a Tripolitânia, como regra geral para a maioria das regiões do *orbis Romanorum*, se baseava em um bem consolidado relacionamento entre o governo central, com sede em Roma, e as diversas elites cidadinas locais. O pilar de sustentação do Império Romano era constituído mediante uma rede de alianças entre um centro acumulador de riqueza e de poder e uma aristocracia municipal periférica enriquecida, que se perpetuava em seus privilégios e *status* por meio das benesses imperiais.

urbano (*urbs*) e alargada sobre uma área rural (*ager*) (MENDES, 2001, p. 26).

⁵ Nas moedas das figuras 1 e 2, ambas cunhadas em bronze e datadas do século I, observa-se, no anverso, a exaltação do poder imperial por intermédio da representação das efigies de Tibério (14-37) – com a inscrição latina *TICAESAR AVGVSTVS* – e da esposa de Otávio, Livia Drusa. No verso da primeira (Figura 1), nota-se a figura de Apolo, vestido com a toga romana e à sua frente uma cítara; no da segunda (Figura 2), observa-se uma representação da deusa Minerva, divindade associada à sabedoria e às artes. Em ambas as peças, os versos contêm a inscrição – localizada à esquerda das efigies de Apolo e Minerva – da cidade responsável pela emissão das moedas, contudo escrita em alfabeto púnico, fato que remete a uma tentativa de valorização da identidade cidadina local.

Roma mantinha com as diversas *civitates* que integravam o seu *imperium* uma relação de poder de tipo patronal, que se exprimia numa variedade de estatutos político-jurídicos concedidos às cidades.⁶ Tal sistema de concessões regulava as relações entre o centro governante e sua periferia, perpetuando um forte mecanismo de regulação social por meio de seu teor altamente promocional, fator determinante para o equilíbrio social no Império e que compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do sistema político imperial (MENDES, 2007, p. 36-37).

Em suma, o Estado romano mantinha a cooperação e a lealdade das elites locais por intermédio de concessões de diferentes *status* às cidades e às suas aristocracias cidadinas, sendo este um instrumento poderoso para contrabalançar e compensar as obrigações deixadas a cargo das elites municipais, responsáveis pela manutenção das cidades – por meio do evergetismo – e pelas prestações dos encargos fiscais devidos ao governo central.⁷

As cidades, *grosso modo*, poderiam ser diferenciadas em quatro categorias distintas, que expressariam os níveis de hierarquia e de relacionamento com o poder central: *oppidum stipendiarium*, *municipium Latinum*, *municipium civium Romanorum* e *colonia*.

Os *oppida stipendiaria* seriam cidades regidas por suas próprias leis nativas, por isso também chamadas de peregrinas ou estrangeiras. Nessa categoria ainda poderiam ser incluídas as *civitates libertae*, como foram Lepcis, Oea e Sabrata, nos primeiros séculos de dominação romana na Tripolitânia. Os habitantes dessas cidades não tinham direito à cidadania romana, estando, além disso, sujeitos a uma tributação exercida pelo governo central. Em termos hierárquicos, tais *civitates* se localizavam no nível mais baixo de relacionamento frente ao poder imperial (MENDES, 2007, p. 37).

O *municipium civium Romanorum* e o *municipium Latinum* eram cidades cujos magistrados recebiam, respectivamente, o *ius civitatis Romanae* – cidadania romana completa, com direitos políticos – e o *ius Latii* – que dava acesso ao *ius connubii*, direito de constituir família romana no sentido estrito, e ao *ius commercium*, direito de possuir bens. No tocante às colônias romanas, elas eram normalmente de dois tipos: havia as fundações novas, cidades construídas tendo como modelo Roma, muitas vezes constituídas por uma população de imigrantes e/ou soldados veteranos oriundos da Península Itálica;

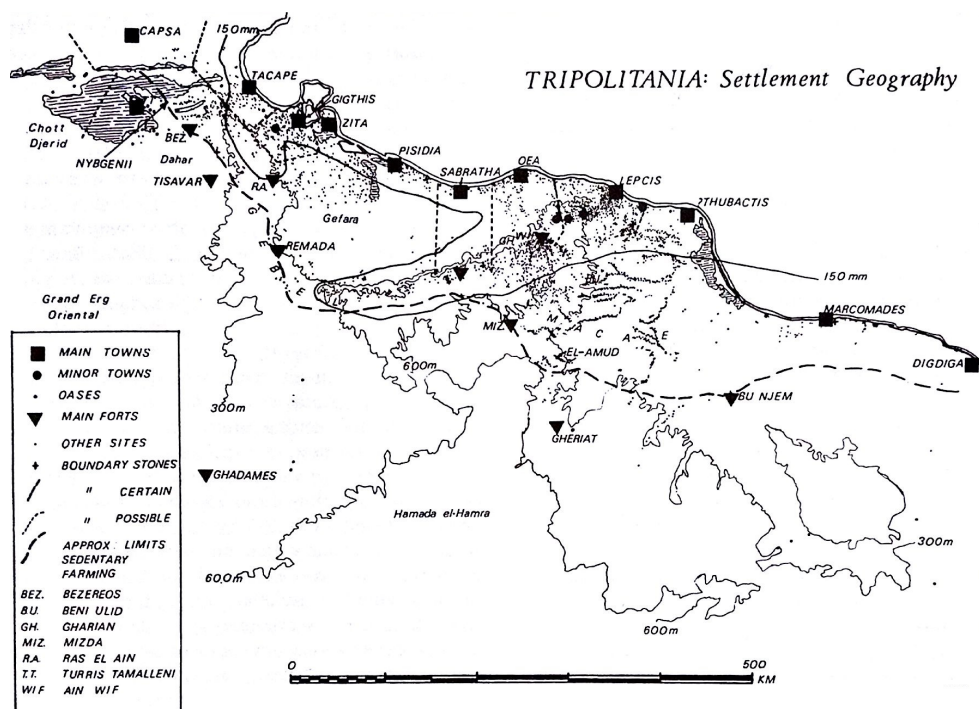
⁶ O *imperium Romanum* designava não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder. A palavra *imperium* representava a força transcendente, simultaneamente criativa e reguladora, capaz de agir sobre o mundo, de submetê-lo à sua vontade. A etimologia da palavra continha a ideia de ordenação, de preparativos feitos em vista de um fim, concebidos pelo espírito de quem comanda (GRIMAL, 1993, p. 9-12).

⁷ O termo evergetismo refere-se às obrigações que os membros das ordens mais abastadas das cidades tinham em relação às suas *civitates*. Esses notáveis é que organizavam os espetáculos e os banquetes coletivos, é que construíam os prédios públicos, é que contribuíam com recursos próprios para o abastecimento do erário citadino. Em troca, garantiam para si os benefícios e as honrarias de serem os patronos da cidade (VEYNE, 1994, p. 114-117).

havia também as cidades já existentes antes do domínio romano, às quais era concedido o *status* de colônia após galgarem as etapas necessárias na hierarquia imperial. Em ambos os casos, os habitantes de tais cidades recebiam a cidadania romana plena e sua administração reproduzia as bases da organização institucional da cidade de Roma, com um conselho local (*curia*), dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines).

Entre o final do segundo e o início do terceiro século, havia na Tripolitânia, segundo dados retirados de duas fontes valiosas para o conhecimento das regiões provinciais do Império, o *Itinerarium Antonini* e a *Tabula Peutingeriana*,⁸ quatro cidades que ostentavam o *status* de colônia romana: Tacapae, Lepcis, Sabratha e Oea (Mapa 1). Somavam-se a elas mais seis cidades com o título de *municipium Latinum*: Telmine, Gigthis, Zitha, Pisidia, Thubactis e Digdida. Também pode ser citada mais uma dezena de pequenas *civitates*, cujo *status* é pouco conhecido, mas que provavelmente se caracterizavam como *oppida stipendiaria*, tais como Cidamus, Garama, Sugolin, Sutututtu, Mesphe, entre outras.

Mapa 1 - Principais cidades na Tripolitânia no Império Romano



Fonte: Mattingly, 1994, p. 139.

⁸ O *Itinerarium Antonini* é um registro das estações e distâncias ao longo de várias estradas do Império Romano. A sua autoria é desconhecida, bem como a data de sua publicação, mas presume-se que seja de início do século III. A *Tabula Peutingeriana* é um mapa que descreve as distâncias, as cidades e as vias romanas, sendo uma fonte provavelmente datada para o final do século IV (MATTINGLY, 1994, p. 61-66).

Em termos gerais, à medida que as cidades provinciais alcançavam *status* superiores na hierarquia romana, verificam-se a ocorrência de um processo de remodelação espacial de sua configuração urbana. Na Tripolitânia, pode-se seguir tal processo – paralelamente ao grau de romanização que tal fenômeno implicava –⁹ por meio do exemplo de Oea e das transformações urbanas decorridas na cidade.¹⁰ Oea possuía uma forte tradição púnica, sendo uma colônia cartaginesa fundada no século V a.C. Contudo, no decorrer do século II, com a intensificação da influência romana na Tripolitânia, erigiram-se na cidade diversos monumentos e prédios públicos, tais como teatro, anfiteatro, fórum, basílica, termas e templos, que lhe conferiam a feição de uma colônia romana (BIRLEY, 2002, p. 1-8; MATTINGLY, 1994, p. 122-125).

Até meados do século I, ao que tudo indica, Oea manteve inalterada a sua posição de *civitas liberta*, o que pode ser constatado pela manutenção dos nomes púnicos de seus principais magistrados: *shufetim* e *muhazim* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 319; 321; 322; 323; 347; 348; 599).¹¹ Tal fato demonstraria a permanência das leis e das instituições tradicionais na cidade, a despeito da supremacia romana na Tripolitânia.

Um evento que corrobora a última afirmação é o conflito armado ocorrido entre Lepcis e Oea no ano de 69, acontecimento que confirmaria o *status* de *civitas liberta* da cidade e a frágil ingerência do governo imperial romano na região. De acordo com Tácito (*Historiae*, 4, 50), as escaramuças se iniciaram devido a disputas por terras agricultáveis localizadas na fronteira entre as duas *civitates* e tiveram o seu clímax quando a elite de Oea, auxiliada pela tribo líbia dos *garamantes*, sitiou e invadiu a cidade vizinha. Diante de tal situação, houve a necessidade da intervenção direta de Roma, que estabeleceu os limites definitivos entre as duas cidades (*Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII, 56690).

As poucas fontes disponíveis acerca do passado romano de Oea dificultam consideravelmente a análise da ascensão da cidade na hierarquia urbana imperial. A primeira denominação de Oea como colônia romana foi efetuada no ano 185, em um templo erguido em homenagem a Cômodo (180-192) e cujo texto epigráfico referia-

⁹ Muito embora o termo romanização tenha sido questionado pela historiografia recente, sua utilização, na falta de um substituto à altura, ainda é operacional. Tal conceito não deve mais pressupor, como no passado, a transformação do nativo em um completo romano, tendo em vista isso ser impossível – é impraticável o abandono total da própria cultura em prol de outra. De fato, ao operacionalizar o conceito de romanização, não se pode perder de vista a relação bidirecional existente, posto que romanos e nativos mutuamente se influenciavam e se ajustavam às novas realidades advindas com a criação do Império. A romanização, assim, pode ser percebida como um caminho de duas vias, como “um processo de mudança sociocultural, multifacetada em termos de significados e de mecanismos, que teve início com a relação entre os padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial” (BUSTAMANTE; DAVIDSON; MENDES, 2005, p. 25).

¹⁰ Oea é a atual Trípoli, capital da moderna Líbia.

¹¹ *Shufetim*, ou sufetas, eram os principais magistrados das cidades púnicas. Em número de dois, eram eleitos anualmente como os responsáveis por administrar as cidades. Os *muhazim* eram espécies de coletores públicos de impostos e responsáveis pela manutenção e conservação das cidades (REYNOLDS; WARD-PERKINS, 1952).

se ao culto ao gênio colonial da cidade (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 230). Alguns dados, contudo, indicam que tal concessão pode ter ocorrido em época anterior. Antes de 185, já havia, na cidade, magistrados típicos de uma colônia romana. Apuleio, autor norte-africano acusado de ser praticante de magia por parte da elite oeaense, ao se defender no tribunal do procônsul da África das acusações de *crimen magiae*,¹² em 159, cita, em sua *Apologia*, a existência em Oea de um *quaestor publicus* (Apuleio, *Apologia*, 101, 7).¹³ Fontes epigráficas da década de 160 também informam acerca da ocorrência de sacerdotes municipais, tais como *flamines perpetui* e *pontifices* (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232; 233; 237; 235).¹⁴

Tomando o exemplo de Lepcis, onde foi erigido um arco do triunfo para comemorar a ascensão da cidade à categoria de colônia, é mais prudente datar a elevação de Oea a tal *status* no ano de 163 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 353; 523; 537). Nessa data, é dedicado, na cidade, um arco do triunfo em homenagem a Marco Aurélio e Lúcio Vero, construído às expensas de Caio Calpurniano Celso, que se proclamava *duunvir quinquennallis*, isto é, a mais importante magistratura existente numa colônia romana (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232; ALFÖLDY, 1996, p. 177).

Em meados do século II, supõe-se que Oea fosse uma *civitas* de pequenas proporções, com uma área urbana (*urbs*) de aproximadamente 490 quilômetros quadrados. Essa extensão pode ser inferida a partir das dimensões fornecidas pelas ruínas da antiga muralha citadina de Oea (n. 9, 10 e 11 do Mapa 2), que circundava a cidade na Antiguidade. Dadas tais proporções urbanas, Mattingly (1994, p. 122-125) estipula, para Oea, uma população de cerca de 20 mil habitantes no período imperial, densidade populacional corroborada pelas pesquisas de Duncan-Jones (1963, p. 85) acerca da população média das cidades romanas no norte da África, que, segundo este último, girava entre 10 e 20 mil pessoas.

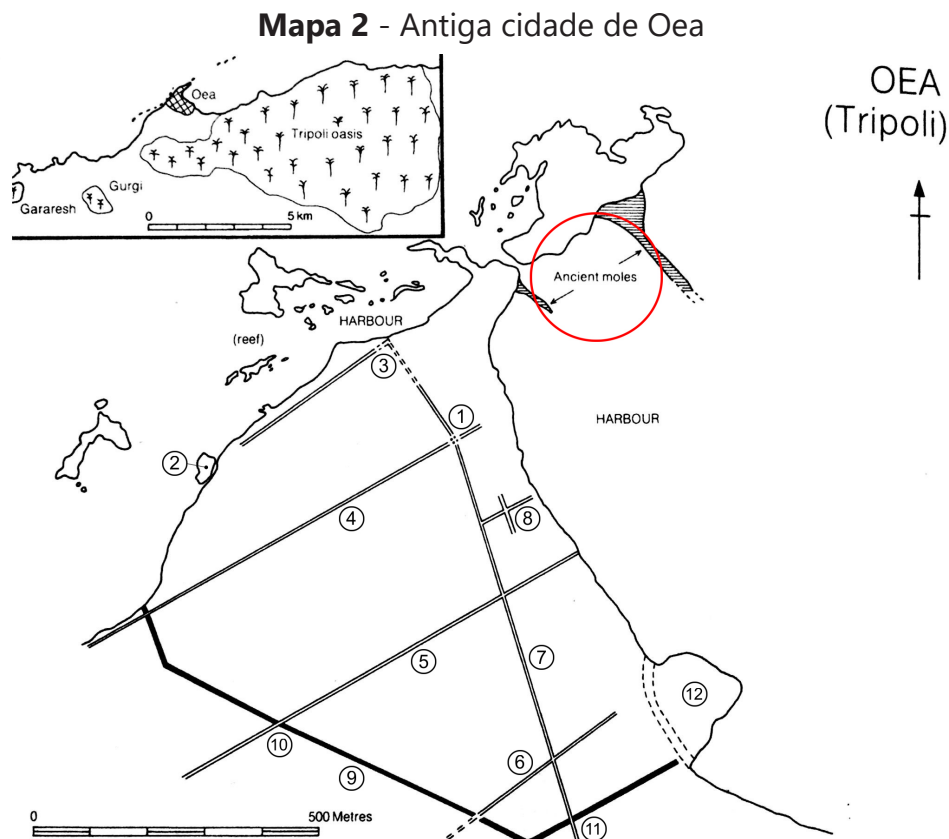
Como a maioria das cidades romanas, Oea era recortada por avenidas perpendiculares que constituíam as principais vias de acesso da *urbs*. Havia um eixo que cortava a cidade no

¹² Utilizava-se o termo jurídico *crimen* para indicar a acusação de um ato ilícito cometido contra a ordem estabelecida, contra uma comunidade, resultando num juízo público levado a cabo diante de um tribunal presidido por um magistrado (MONTEMAYOR ACEVES, 2008, p. 203-204). O *crimen magiae*, em meados do século II, era regido pelas *Lex XII Tabularum* e *Lex Cornelia de Sicarii et Veneficis*, que sentenciavam a pena capital para os praticantes de magia.

¹³ *Apologia* pode ser conceituada como um discurso jurídico, sendo considerado um dos poucos remanescentes da época imperial romana que chegou às nossas mãos. Trata-se da transcrição de uma autodefesa de Apuleio diante do tribunal do procônsul da África, Cláudio Máximo, no ano de 159. Em *Apologia*, Apuleio busca se defender de várias acusações – a principal delas a de magia amorosa – impetradas contra ele por Sicínio Pudente e Sicínio Emiliano, respectivamente filho e ex-cunhado de Emília Pudentila, mulher com a qual Apuleio se casou e, supostamente, enfeitiçou em Oea.

¹⁴ Os *flamines* eram os sacerdotes municipais responsáveis pelo culto destinado a Roma e ao imperador, sendo um importante veículo de ligação entre o governo central e a elite local. Instituído o *flaminato*, magistratura anual e ocupada pelos mais destacados membros do decurionato citadino, os habitantes das cidades testemunhavam a sua lealdade ao poder imperial (BUSTAMANTE, 1999, p. 328).

sentido norte-sul, ou seja, equivalente ao seu *cardus maximus* (n. 7 do Mapa 2), sendo este também uma ramificação da estrada costeira que ligava Cartago a Alexandria, no Egito.¹⁵ Existiam, além disso, quatro principais *decumani* – seguindo o sentido leste-oeste – (n. 3, 4, 5 e 6 do Mapa 2), que cruzavam o *cardus maximus* da cidade e interligavam o interior citadino ao litoral e, sobretudo, à região portuária de Oea (MATTINGLY, 1994, p. 122-125).



Fonte: Mattingly, 1994, p. 122.

Oea possuía uma vasta área costeira, especialmente propícia para a instalação de portos. Dos dois lados da pequena península que constituía a região onde se assentava a cidade havia excelentes ancoradouros naturais, estando os portos de Oea entre os mais importantes de todo o norte da África. Como se pode observar (Mapa 2), encontram-se, na parte norte da cidade, dois moles construídos em época romana,¹⁶ o que favorecia a acessibilidade das embarcações,

¹⁵ De acordo com os marcos miliários existentes na Tripolitânia e com os dados que são apresentados pelo *Itinerarium Antonini* e pela *Tabula Peutingeriana*, havia, na região, quatro vias principais. A mais destacada delas era a estrada costeira, que ligava Cartago a Alexandria (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 923-929). Essa via passava pelas mais importantes cidades da Tripolitânia, tal como afirma Apuleio, que a percorria em direção ao Egito no momento em que caiu doente em Oea (Apul., *Apol.*, 72, 1).

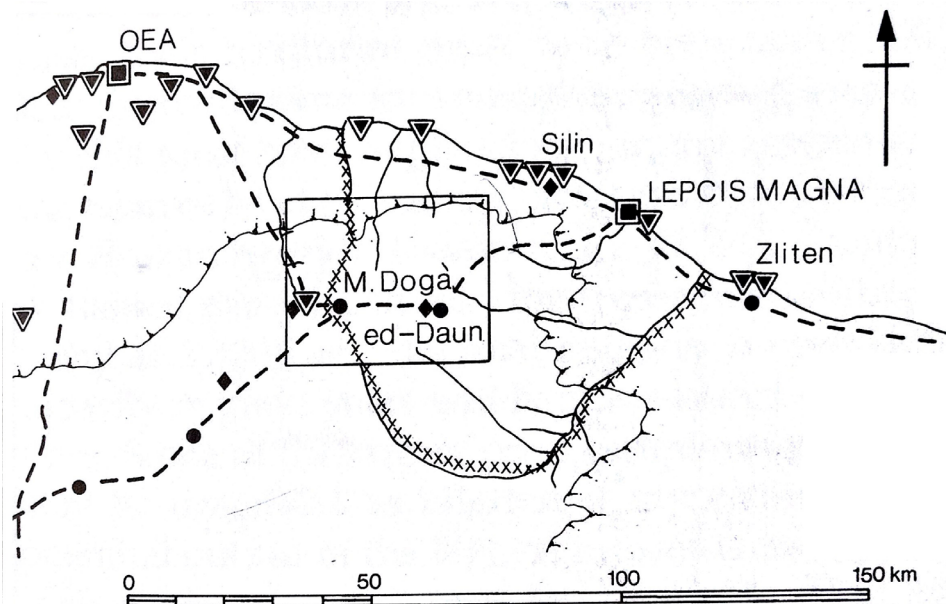
¹⁶ Moles seriam espécies de quebra-mares utilizados para amenizar a ação das marés sobre o litoral, facilitando o embarque e a ancoragem das embarcações.

assim como representava uma importante via de acesso entre as zonas leste e oeste da cidade, haja vista o pequeno canal localizado entre ambos os moles (MATTINGLY, 1994, p. 122-125).

Acredita-se, ademais, que a ocupação inicial de Oea tenha se assentado na região norte da cidade. É aí que provavelmente se instalou a mais antiga povoação púnica. De acordo com dados arqueológicos colhidos por David Mattingly (1994, p. 122-125), há boas evidências acerca da existência de um cemitério púnico (n. 2 do Mapa 2) próximo à área portuária localizada no litoral oeste da península, à qual se interligava por intermédio de uma via (n. 3 do Mapa 2).

Fora das muralhas citadinas, Oea era rodeada por vastos oásis, propícios para a instalação de ricas e luxuosas *villae* (Mapa 3).¹⁷ Esses locais correspondiam às residências rurais das mais abastadas famílias da cidade, que, de quando em quando, se retiravam para as suas propriedades, no campo. Tal evidência é corroborada pelo testemunho de Apuleio, em *Apologia*. O autor menciona que várias personagens locais possuíam residências afastadas da cidade, tais como Sicínio Ponciano e Sicínio Emiliano (Apul., *Apol.*, 53, 8-11; 56, 3-6). O próprio Apuleio, quando de seu casamento com Emília Pudentila, refugiara-se numa *villa*, nos arredores de Oea, atitude duramente reprovada pela elite local, visto que contrariava os procedimentos tradicionais do matrimônio, tais como a oferta de banquetes e a distribuição de benesses aos convivas (Apul., *Apol.*, 67, 4-6; 78, 5; 87, 9-10; 88, 1-2).

Mapa 3 - Localização das principais *villae* próximas a Oea



Fonte: Mattingly, 1994, p. 141.

¹⁷ "A *villa* significava, antes de tudo, uma organização específica do espaço rural, baseada na propriedade privada da terra [...] com o objetivo de desenvolver o fornecimento de produtos específicos – vinho e azeite –, voltados para o mercado" (JOLY, 2006, p. 69).

A opulência de tais *villae* é atestada pela presença de mosaicos em sua *pars urbana*.¹⁸ Aurigemma (1960, p. 30-43), em suas escavações nas cercanias da antiga Oea, descobriu várias residências de campo próximas à cidade, decoradas com mosaicos que retratavam a riqueza da elite cidadina. É possível afirmar que essas propriedades eram muito mais do que um lugar de moradia sazonal das aristocracias locais, elas também se apresentavam como um importante símbolo de *status*, exteriorizando o poder e a riqueza da elite oeaense. O mosaico seguinte (Figura 3), encontrado na região de *Bab Eg-gedid*, localizada a poucos quilômetros dos muros da cidade, exemplifica bem a busca de *status* pelos membros da elite local. Nele, vê-se a celebração da abundância dos víveres das terras do proprietário da *villa* pela apresentação de animais selvagens destinados à caça – demonstrado pela representação de uma gazela sobre a relva e de perdizes pendurados em uma espécie de armadilha – e pela profusão de gêneros alimentícios que compõem a cena do mosaico, tais como cachos de uva e figos.

Figura 3 - Mosaico de *Bab Eg-gedid*

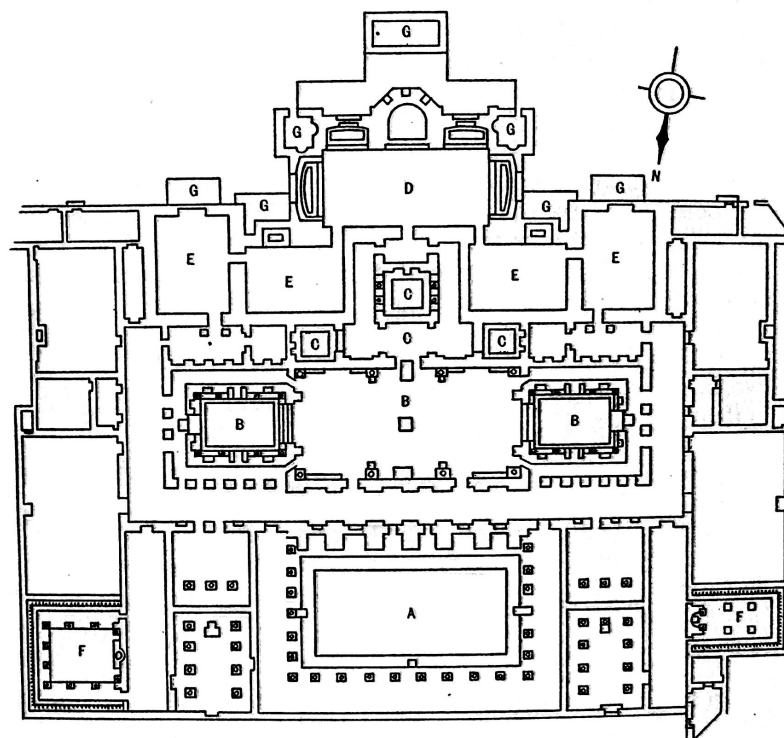


Fonte: Aurigemma, 1960, *plate* 49.

¹⁸ Segundo Columela (*De Agricultura*, 1, 6, 1-7), as *villae* poderiam ser divididas em três partes diferentes: *pars urbana*, que correspondia à habitação do senhor e de sua família quando em visita à propriedade; *pars rustica*, destinada à moradia e ao trabalho doméstico dos escravos; e *pars fructuaria*, que englobava as construções relacionadas à produção e ao armazenamento dos víveres.

Na região sul de Oea, encontram-se as ruínas das termas da cidade (n. 12 do Mapa 2). De acordo com Haynes (1959, p. 102) e Mattingly (1994, p. 122-125), tal conjunto arquitetônico, devido ao espaço que ocupava, seria comparável às construções termais mais imponentes da Tripolitânia. Tomando como modelo os banhos públicos de Lepcis (Figura 4), pode-se especular a constituição física das termas de Oea. Os banhos romanos tinham um ciclo complexo, constituído por diversas etapas consecutivas, que englobavam, primeiro, a ação de se banhar na piscina – *natatio* – (letra A da Figura 4); depois se passava, conseqüentemente, por uma sala fria – *frigidarium* –; por uma morna – *tepidarium* –; e por uma quente – *caldarium* –, sendo que algumas, como as termas de Lepcis, ainda abrigavam mais uma etapa, chamada de *laconicum*, isto é, uma sala na qual as temperaturas atingiam graus elevadíssimos (respectivamente, letras B, C, D, E da Figura 4).

Figura 4 - Termas de Adriano em Lepcis



Fonte: Haynes, 1956, p. 76.

As termas eram importantes locais de convivência e de sociabilidade,¹⁹ caracterizando-se como um dos mais frequentados dentre os edifícios públicos romanos. As edificações

¹⁹ Conceitua-se sociabilidades como a modalidade de associação entre indivíduos e/ou grupos com ênfase na própria interação, isto é, sem quaisquer propósitos ou objetivos que não a sociabilidade em si mesma, exemplo que pode ser dado pelo ato da conversação despido de fins práticos, cujo conteúdo não é o propósito, mas sim o meio pelo qual o vínculo social se mantém e as sociabilidades são estabelecidas (FRÚGOLI JÚNIOR, 2007).

destinadas aos banhos eram repletas de lojas e dispunham de um lugar específico – *palaestra* – para a prática de exercícios atléticos, de jogos diversos, de conversação e de leitura. Segundo Grimal (2003, p. 84): “nas termas [...] faz-se um pouco de exercício, relaxa-se sob as mãos do massagista, conversa-se, petiscam-se algumas guloseimas fornecidas por vendedores ambulantes. É [...] aí que se promovem os encontros de negócio ou de amizade”.

Dois dos mais importantes tipos de edifício público das *civitates* romanas – os teatros e os anfiteatros – infelizmente não são atestados pelos dados arqueológicos disponíveis para Oea. Pode-se apenas supor a sua existência, a partir de duas pequenas citações presentes na *Apologia* de Apuleio. Por conta disso, não há muitas informações acerca destes dois monumentos: não se sabe como eram, nem onde se localizavam, mas tão somente que faziam parte, ao crer-se no testemunho de Apuleio, do ambiente citadino de Oea.

No tocante ao teatro de Oea, infere-se a sua existência devido a uma passagem da *Apologia* (74, 7), na qual Apuleio repreende o comportamento libidinoso de Herênio Rufino, dando a entender que este último frequentara e fizera parte, em sua juventude, de peças teatrais apresentadas na cidade: “[...] em sua adolescência, antes de estar desfigurado por essa repulsiva calvície, [...] dedicou-se a executar sobre o palco certas danças, completamente efeminadas [...], mas, segundo tenho entendido, [...] desprovidas de arte e de graça”.

Em outro excerto de *Apologia* (98, 7), Apuleio informa acerca da ocorrência, em Oea, da prática gladiatória. Segundo o autor, haveria, na cidade, escolas específicas para a formação e o treinamento de gladiadores, a partir de que se supõe a existência de um anfiteatro em Oea, visto que esse era o local por excelência da realização dos *munera*, isto é, dos espetáculos de gladiadores. A passagem em questão se refere às críticas que Apuleio dirigia contra seu enteado Sicínio Pudente, em virtude da falta de instrução deste último. Sobre Pudente, Apuleio afirma: “inclusive, o veem, com frequência, na escola de gladiadores; ele [Pudente] conhece perfeitamente os nomes destes, seus combates e suas feridas, já que é o próprio lanista que lhe ensina”.²⁰

Em relação ao centro político, administrativo e religioso da antiga Oea, acredita-se que se localizava próximo ao único monumento do período romano ainda existente na cidade: o arco do triunfo quadrifonte (n. 1 do Mapa 2), erigido em homenagem a Marco Aurélio e Lúcio Vero por volta de 163 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 230; MATTINGLY, 1994, p. 125). O arco foi erguido na interseção do *cardus maximus* com um dos *decumani* existentes na cidade, fato que reforça a interpretação acerca da centralidade da região adjacente ao monumento (GRIMAL, 2003, p. 82).²¹

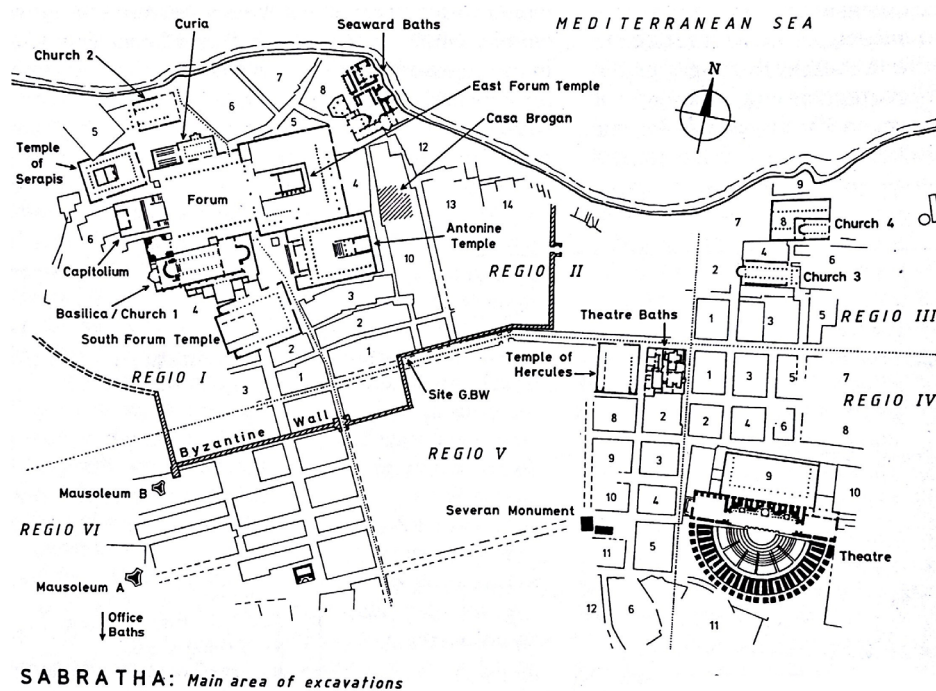
²⁰ Os *lanistae* eram os responsáveis por treinar, contratar e fornecer os gladiadores aos espetáculos públicos romanos (MUNGUÍA, 1980, p. 216).

²¹ Frequentemente, o fórum das cidades, ao redor do qual se construíam os principais prédios públicos de uma

Os arcos do triunfo construídos nas províncias do Império eram importantes veículos de consolidação e afirmação do poder romano. Utilizando-se da palavra (por meio de inscrições epigráficas) e da imagem (como elementos arquitetônicos monumentais de destaque na paisagem urbana), os arcos eram testemunhos emblemáticos da aliança local com Roma, da exaltação das personagens mais importantes do Império e dos indivíduos mais proeminentes da elite cidadina local, localizando-se, na maioria das vezes, na área central das principais cidades provinciais (GONÇALVES, 2005, p. 61).

Crê-se, por conta disso, que a região onde se assentava o arco do triunfo de Oea fosse o epicentro de uma série de construções e prédios públicos romanos. Em suas adjacências provavelmente se erguiam as principais edificações da cidade, tais como o fórum, a cúria, a basílica e os templos. Tomando-se como comparação a região central de Sabrata (Mapa 4), pode-se imaginar o modo como se organizavam espacialmente essas diferentes construções, o que possibilita entrever uma presumível fisionomia do núcleo urbano da antiga Oea. A região central de Sabrata constituía um complexo de edifícios essenciais ao funcionamento da cidade. Dispostos ao redor do fórum, havia a cúria destinada ao senado local, a basílica onde eram realizados os julgamentos e as performances oratórias, bem como os templos em homenagem aos deuses protetores da cidade e do Império.

Mapa 4 – Núcleo urbano da cidade de Sabrata



Fonte: Mattingly, 1994, p. 126.

civitas, tais como basílica, cúria e templos, se localizava na interseção do *decumanus* e do *cardus maximus* das *urbes* (GRIMAL, 2003, p. 87).

Do conjunto dos prédios públicos que constituía o centro político, administrativo e religioso de Oea, o único comprovado arqueologicamente é um templo erguido em louvor ao *Genio coloniae*, localizado em frente do Arco do Triunfo. Dele, somente restou uma inscrição epigráfica atestando a sua edificação no ano de 183 (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 232). O culto ao gênio da cidade, normalmente associado, no norte da África, à consagração dos *diis patrii*, representava uma manifestação patente de lealdade à comunidade cidadina, sendo o *Genio coloniae*, antes de tudo, a divindade protetora e a expressão sagrada da própria cidade. Nesse sentido, acredita-se que o templo erigido em homenagem ao *Genio* de Oea tenha sido um dos mais importantes santuários da cidade (BUSTAMANTE, 1999, p. 332-333).²²

Acerca do fórum e da basílica de Oea não há vestígios materiais que comprovem sua existência. No tocante a esses edifícios, a única fonte confiável são informações contidas em *Apologia*.²³ A basílica é citada duas vezes na obra, como o local onde Apuleio fez as suas performances oratórias. Segundo ele mesmo declara: “[...] a pedido de amigos, dou uma conferência pública a todos os presentes que, com grande concorrência, lotavam a basílica onde tinha lugar as audiências” (Apul., *Apol.*, 73, 2). Era, também, um edifício destinado a discursos laudatórios em homenagem às autoridades imperiais. Foi provavelmente na basílica de Oea que Apuleio pronunciou “uma conferência pública [...] em presença do ilustríssimo Loliano Avito” (Apul., *Apol.*, 24, 1), procônsul da África à época.²⁴

As basílicas eram lugares, por excelência, da administração da justiça. Na de Sabrata, por exemplo, Apuleio foi julgado. As basílicas das principais cidades da Tripolitânia serviam como sede provisória do tribunal do procônsul da África, durante sua passagem pela região, como no caso de Sabrata, em 159, ano em que Apuleio foi julgado por Cláudio Máximo.²⁵ Caracterizavam-se, além disso, como recintos de intensa socialização no perímetro urbano. Seja por conta das performances oratórias dos eruditos que as ocupavam para discursar, seja como locais de instalação do tribunal do procônsul, as basílicas atraíam, segundo informações retiradas de *Apologia* (28, 3), “toda uma multidão, [...] acudida de todas as partes e em grande número”.

²² Um dos elementos mais importantes de identificação no Império Romano era a lealdade à terra natal, à cidade à qual se pertencia. Além da cidadania romana, exaltava-se o pertencimento a uma determinada *civitas*, sendo parte integrante e fundamental da identidade dos indivíduos (GONÇALVES, 2010, p. 20).

²³ Sobre a cúria de Oea, não há qualquer evidência arqueológica e literária. Acredita-se que tenha existido, haja vista ser um dos mais importantes prédios públicos romanos, onipresente em todas as *civitates* provinciais.

²⁴ A passagem de Loliano Avito pela Tripolitânia é atestada por três inscrições epigráficas encontradas no teatro da cidade de Lepcis (*Inscriptions of Roman Tripolitania*, 533; 534; 535). Sobre a presença desse procônsul na região da Tripolitânia, ver Guey (1951).

²⁵ Em 159, a cidade de Sabrata recebeu a visita da comitiva (*conventus*) do procônsul da África, cargo ocupado à época por Cláudio Máximo. Tratava-se de um *conventus iuridici*, uma espécie de tribunal itinerante anualmente realizado por cada novo governador provincial, no qual o procônsul, acompanhado por um conselho formado por funcionários e *amici* (*consilium consularium virorum*), instalava-se em algumas das mais importantes cidades locais, com o intuito de atender as demandas jurídicas dos cidadãos romanos (FOURNIER, 2009, p. 211-212).

O fórum era a mais importante edificação pública de uma *civitas* romana, em torno do qual a cúria, a basílica e os templos se distribuíam. De acordo com Grimal (2003, p. 51): “todas as cidades provinciais possuíam, no seu centro, uma praça em volta da qual se encontravam todas as atividades do comércio e da vida pública. Em rigor, bastava um fórum para formar uma cidade”. *Grosso modo*, o fórum era composto por uma praça, um amplo espaço ladeado de colunatas e pórticos, onde se instalavam lojas as mais diversas, constituindo, por conta disso, um local de encontro e de sociabilidade, onde os cidadãos geralmente tratavam de negócios, teciam suas alianças políticas e matrimoniais e discutiam diferentes questões referentes ao dia a dia. Por intermédio de *Apologia*, vê-se o quanto o fórum de Oea era central na vida pública da cidade. Nele, Apuleio foi inicialmente caluniado em sua honra, sendo esse o epicentro “de uma campanha de calúnias desatada contra [ele]” (Apul., *Apol.*, 28, 5).

A reconstituição de uma cidade provincial como Oea é uma tarefa árdua, requerendo a utilização de diferentes fontes: numismáticas, epigráficas, arqueológicas e literárias.²⁶ A junção desta documentação permite-nos vislumbrar a constituição da cidade em época romana e demonstra-nos que seu processo de ascensão ao *status* de colônia romana reverberou em sua própria organização espacial, demarcando uma considerável transformação em seu sítio urbano. A construção, em Oea, no decorrer do século II, de edifícios públicos característicos de uma cidade romana, tais como basílica, fórum, termas, teatro, anfiteatro e templos, a divisão da cidade em *cardi* e *decumani*, evidenciam o alcance do impacto da conquista romana na Tripolitânia, influenciando no desenvolvimento urbano das cidades previamente existentes na região. Tais transformações urbanas, por conseguinte, não podem ser negligenciadas no momento em que se analisa a multifacetada relação estabelecida pelo Império com a população provincial, uma vez que a cultura material deve sempre ser percebida como um agente imprescindível na própria delimitação da ação dos indivíduos, conformando um quadro de referências e possibilidades socialmente apropriado pelo homem, em um processo de mão-dupla, em que a materialidade é produto e vetor de relações sociais: produto porque resulta da ação humana, de processos de interação social que criam e transformam o meio físico; vetor na proporção em que constitui o suporte para a efetivação das relações entre os homens (REDE, 2012, p. 145; MENESES, 1983, p. 112-113).

²⁶ Qualquer tentativa de reconstituição de Oea à época do Império Romano esbarra na quase completa inexistência de evidências arqueológicas, tratando-se de uma tarefa bastante árdua. Ao contrário de Lepcis e de Sabrata – cujos sítios são mais ricos e completos –, Oea não foi abandonada após o advento da conquista árabe na Tripolitânia, acontecimento ocorrido entre os séculos VII e VIII. A ocupação da cidade se manteve e ela continuou a existir como um importante centro urbano local. Tal fato, contudo, favoreceu a depredação da *civitas*, já que monumentos, edifícios e demais elementos arquitetônicos romanos foram empregados como fontes de matéria-prima para as novas edificações. Em resumo, a atual Trípoli foi construída a partir da e sobre a antiga Oea (HAYNES, 1956, p. 101).

Referências

Documentação textual

- APULÉE. *Apologie et Florides*. Introduction et traduction de Paul Valette. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- APULEYO. *Apología y Flórida*. Introducción, traducciones y notas de Santiago Segura Munguía. Madrid: Gredos, 1980.
- COLUMELA. *On agriculture*. Translated by S. Forster. London: Loeb Classical Library, 1977.
- HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.
- ITINERARIUM ANTONINI*. Roma: Impensis Friderici Nicolai, 1877.
- TACITUS. *Historiae*. Translated by Ch. D. Fisher. Oxford: Clarendon Press, 1911.

Documentação arqueológica

- CORPUS INSCRIPTIONUM LATINARUM*. Berlin: Academy of Sciences and Humanities, 1881. v. VIII.
- INSCRIPTIONS OF ROMAN TRIPOLITANIA*. Rome: British School at Rome, 1952.
- NUMISMATIQUE DE L'ANCIENNE AFRIQUE: les monnaies de la Syrtique, de la Bizacene et de la Zeugitane*. Copenhagen: Bianco Luno, 1861.
- TABULA PEUTINGERIANA*. Cura di Francesco Prontera. Roma: Leo S. Olschki Editore, 2003.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. *Historia social de Roma*. Madri: Alianza Editorial, 1996.
- AURIGEMMA, S. *Italy in Africa: archaeological discoveries (1911-1943): Monuments of decorative art: mosaics*. Rome: Istituto poligrafico dello Stato, 1960. v. 1.
- BIRLEY, A. R. *Septimus Severus: the african emperor*. London: Routledge, 2002.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Práticas religiosas nas cidades romano-africanas: identidade e alteridade. *Phoênix*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 325-348, 1999.
- BUSTAMANTE, R. M. da C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, v. 9, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CHERRY, D. *Frontier and society in roman north Africa*. New York: Oxford University Press, 2005.
- DUNCAN-JONES, R. P. City population in roman Africa. *The Journal of Roman Studies*, London, v. 53, p. 85-90, 1963.

- FOURNIER, J. Rome et l'administration judiciaire provinciale. In: HURLET, F. (Org.). *Rome et l'occident: gouverner l'empire*. Rennes: Presses Universitaire de Rennes, 2009, p. 207-227.
- FRIJA, G. Administrar o território das cidades no Império romano. In: CAMPOS, A. P. et al (Orgs.). *Territórios, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura*. Vitória: GM, 2012, p. 91-104.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- GLARE, P. G. W. Civitas. In: _____. *Oxford latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968, p. 330.
- GONÇALVES, A. T. M. Cidade, cidadania e identidade no mundo romano: uma proposta de análise. In: CAMPOS, A. P. C. et al. (Orgs.). *A cidade à prova do tempo: a vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos*. Vitória: GM, 2010, p. 17-27.
- _____. Homenagens aos severos: a construção de arcos do triunfo nas cidades do norte da África. In: CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. de S.; FRANÇA, S. S. L. *As cidades no tempo*. Franca: UNESP, 2005, p. 61-86.
- GRIMAL, P. *As cidades romanas*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- _____. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- GUEY, J. Au theater de Leptis Magna. Le proconsulat de Lollianus Avitus et la date de l'Apologie d'Apulée. *Revue des Études latines*, n. 29, p. 307-317, 1951.
- HAYNES, D. E. L. *Antiquities of Tripolitania*. London: The Trinity Press, 1956.
- JOLY, F. D. Terra e trabalho na Itália no alto império. In: SILVA, G V. da; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o império romano: perspectivas socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 65-84.
- MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Michigan: University of Michigan Press, 1994.
- MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, n. 7, p. 25-48, 2007.
- MENDES, N. M. Romanização e as questões de identidade e alteridade. *Boletim do CPA*, n. 11, p. 25-42, 2001.
- MENESES, U. T. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MONTEMAYOR ACEVES, M. E. Leyes contra el crimen de magia: la Apología de Apuleyo. *Nova Tellus*, n. 2, v. 26, p. 201-222, 2008.
- MUNGUÍA, S. S. Introducción general. In: APULEYO. *Apología e Flórica*. Madrid: Gredos, 1980, p. 7-49.
- RAVEN, S. *Rome in Africa*. London and New York: Routledge, 1993.
- REDE, M. História e cultura material. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.

- REYNOLDS, J. M.; WARD-PERKINS, J. B. Oea. In: _____. *Inscriptions of roman Tripolitania*. Rome: British School at Rome, 1952a. Disponível em: <http://www.irt.kcl.ac.uk/irt2009/introductions/I2_oea.html>. Acesso em: 10 dez. 2011.
- VEYNE, P. O império romano. In: ARIÈS, P. ; DUBY, G. (Orgs.). *História da vida privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19-224. v. 1.

Os espaços da justiça em Antioquia: o dicastério e o bouleutério

*The space of justice in Antioch on the Orontes:
the dicasterion and the bouleuterion*

Érica Cristhyane Morais da Silva*

Resumo: Antioquia de Orontes foi uma cidade importante durante a Antiguidade Tardia. O espaço urbano antioqueno e foi alvo de várias disputas simbólicas e materiais, de ressignificações e reutilizações. A representação do espaço urbano nas obras de Libânio é algo que, recentemente, tem fomentado bastante contribuições ao nosso conhecimento sobre a cidade de Antioquia. Não obstante, ainda nos parece lacunar uma compreensão acerca do espaço urbano antioqueno relacionado às práticas jurídicas. No presente artigo, nos propomos a refletir sobre os espaços de exercício de práticas jurídicas antigas segundo Libânio de Antioquia dada a importância, em particular, dos aprisionamentos em massa, como podemos observar no caso específico do *Levante das Estátuas*, ocorrido em 387 d.C.

Abstract: Antioch on the Orontes is an important city in Late Antiquity and its urban space was the target of several symbolic and materials disputes, reinterpretation and reuse. The representation of urban space in the works of Libânio has been something that recently has fostered enough contributions to our knowledge of the city of Antioch. Nevertheless, it still seems incomplete an understanding about some elements of the Antiochian urban space that relates to legal practices, spaces related to the field of justice. In this paper, we propose to reflect on some elements on the premises of the exercise of Roman legal practices according to Libanius of Antioch given the importance in particular of a mass imprisonment as can be seen in the specific case of the Riot of Statues occurred in 387 AD. Therefore, we aim at revealing the spaces where legal administrative activities take place in the city of Antioch of Orontes.

Palavras-chave:

Antiguidade Tardia;
Império Romano tardio;
Síria antiga;
Antioquia de Orontes.

Keywords:

Late Antiquity;
Late Roman Empire;
Late Antique Syria;
Antioch on the Orontes.

Recebido em: 20/12/2015
Aprovado em: 25/01/2016

* Professora de História Antiga do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Filiada ao Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES e Gleir/Unesp Franca).

Introdução

Recentemente, os estudos sobre as cidades antigas têm sido recuperados de acordo com uma tendência de investigação da cidade por meio da sua topografia, do seu espaço urbano, daquilo que implica a compreensão do aspecto simbólico e material do espaço da cidade, das ressignificações e reutilizações do espaço, das construções e dos complexos arquitetônicos públicos e privados, que são apropriados pelos diferentes grupos sociais. Isso é certamente verdade para o contexto da Antiguidade Tardia, no qual se observam intervenções imperiais, episcopais e de lideranças provinciais e cidadinas, numa luta de representações acerca do espaço urbano e de suas construções.

Os espaços citadinos apresentam mais de uma função, sendo utilizados e frequentados por diferentes grupos sociais que lhes atribuem valores particulares e que utilizam os espaços, cada qual a partir da sua própria perspectiva políticocultural. Assim, um espaço tardo-antigo *a priori* concebido como um lugar "cristão" ou "pagão" deve ser contextualizado para melhor compreendermos seus usos, suas funções e a expectativa de (res) significação pretendida, construída ou em construção por dado grupo social. Diante dessas considerações, Antioquia de Orontes, metrópole da província da Síria, não representa uma exceção.

O espaço urbano antioqueno foi alvo de várias disputas simbólicas e materiais, de ressignificações e de reutilizações. A representação do espaço urbano nas obras de Libânio é algo que, recentemente, tem fomentado investigações sobre a cidade de Antioquia. Não obstante, ainda nos parece lacunar uma compreensão acerca de alguns elementos do espaço urbano antioqueno que se relacione às práticas jurídicas, aos espaços relacionados ao âmbito da justiça. Assim, nos propomos a refletir, neste artigo, sobre alguns elementos acerca dos espaços do exercício de práticas jurídicas antigas segundo Libânio de Antioquia dada a importância, em particular, de aprisionamentos em massa, como podemos observar no caso específico do *Levante das Estátuas* ocorrido em 387 d.C.

Antioquia de Orontes, uma metrópole política e cultural

Antioquia-de-Orontes, cujo território urbano corresponde à atual cidade de Antakia, localizada a sudeste da Turquia, junto à fronteira com a Síria contemporânea, foi um importante centro urbano, político-cultural durante a Antiguidade Tardia,¹ como nos

¹ Conceito utilizado por Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 23-24, 103; 2002, p. 17-20) para designar uma relação

informa uma quantidade significativa de documentos escritos.² A cidade de Antioquia, denominada, tradicionalmente, como Antioquia de Orontes, uma vez que a *urbs* é atravessada pelo rio Orontes, foi uma das mais importantes dentro do Império Romano na Antiguidade Tardia, considerada assim tanto pela historiografia contemporânea quanto pelas obras de autores antigos. Antioquia também era um centro educacional e cultural importante (CARVALHO, 2005, p. 116).

As escolas de Antioquia eram destino de vários estudantes, bem como tinham renomados professores. A escola de Antioquia faz parte da história e biografia de várias personagens importantes como, por exemplo, Ulpiano, Zenóbio, Proerésio e Acácio, mas foi Libânio de Antioquia quem mais promoveu a eminência retórica da cidade (KENNEDY, 1983, p. 149). De acordo com Raffaella Cribiore (2007, p. 42), a Escola de Antioquia e a educação retórica transmitida por Libânio e outros professores parecem ter sido a última etapa de uma educação padrão destinada aos homens da elite.

João Crisóstomo e outras ilustres personagens têm sido, frequentemente, apontados como estudantes dessa escola e, especialmente, referenciados como alunos de Libânio. Antioquia é uma cidade à qual se atribui o estatuto de metrópole, sendo ainda considerada, junto com Roma, uma *cosmópolis*. A compreensão dessa titulação significa, no entanto, a consideração de vários aspectos e a interpretação dos escritos antigos, bem como de alguns textos particulares da historiografia para definirmos o status de metrópole. Para o caso específico de Antioquia no século IV d.C., as obras de João Crisóstomo e de Libânio são fundamentais. Libânio, em particular, fornece indícios valiosos sobre os espaços urbanos, como revelam alguns estudos importantes acerca da composição espacial da cidade.

Libânio e a cidade antioquena como tema

Libânio de Antioquia foi um importante sofista neoplatônico do século IV d.C., uma personagem que nos legou um conjunto de obras numeroso que nos fornece evidências sobre o contexto da cidade de Antioquia, em geral, mas também na época tardia, em

fluida, indissociável dos âmbitos sociais, ou ainda, pressupor que os discursos dos autores do contexto do século IV d.C. “sejam cristãos ou pagãos, revelam [...] o ambiente político-cultural do século IV d.C. não restringido”, seja no âmbito do religioso, seja ao campo do social. Além disso, é importante salientar que cultura e poder (relativo ao campo da política considerando que toda relação social remete à relações de poder) estão intrinsecamente vinculados. Considerando esses aspectos, o termo políticocultural referir-se-á a todos os âmbitos da vida social – o religioso, o militar, o social, o político que também inclui a burocracia e a administração – e será aqui por definido também por uma relação indissociável entre todos os âmbitos, que inclui todas das esferas da vida social, a econômica, a religiosa, a política, a militar, a filosófica.

² Libânio de Antioquia, João Crisóstomo e João Malalas, o imperador Juliano, Amiano Marcelino são, por exemplo, fontes de uma numerosa quantidade de evidências sobre a cidade de Antioquia.

particular. A vasta obra desse sofista compõe-se de epístolas, panegírico, orações. As referências ao espaço urbano e suas funcionalidades e sociabilidades são encontradas em muitos desses vários de documentos de Libânio. O *Antiochikos*, por exemplo, é um dos mais investigados, pois é uma obra na qual encontramos mais indícios territoriais e espaciais, embora não se restrinja apenas a esses objetos de investigação. O *Antiochikos* é um panegírico laudatório à cidade de Antioquia pronunciado em razão das celebrações dos Jogos Olímpicos de 356 d.C.

Com um manancial de informações acerca do espaço urbano extraído do *Antiochikos*, Gilvan Ventura da Silva (p. 257-274), por exemplo, demonstrou, em artigo recente intitulado *Espaço, cotidiano e sociabilidades em Antioquia*, a dinâmica das relações sociais, de poder e as sociabilidades que ocorriam na avenida das colunatas, em Antioquia, onde transitavam os mais variados grupos sociais entre artesãos, transeuntes, membros da elite cidadina e autoridades locais. Luke Lavan (2003, p. 314-337; 2007, p. 157-167) tem apresentado um importante conjunto de debates acerca da natureza, função e das práticas em espaços das cidades antigas que têm sido negligenciadas, em termos de investigação. A residência oficial e administrativa do prefeito do pretório, o espaço da ágora e do fórum e o bouleutério são alguns dos espaços públicos cujas interpretações precisam ser revisitadas, como, por exemplo, a disposição da estatuária, os espaços das igrejas cristãs que podem e, muitas vezes, são utilizados para funções secundárias e, por fim, aquelas atividades desprovidas de um espaço físico fixo e que podem ser vinculadas a outros que *a priori* não se caracterizavam como locais para o exercício da justiça. Assim, o estudo do espaço urbano se complexifica, pois a determinação de apenas uma das funções de um lugar ou construção já não o explica de maneira completa ou não nos fornece o cenário inteiro acerca das relações sociais e de poder aí existentes.

O objeto que nos propomos a pesquisar – e que faz parte do nosso atual projeto de pesquisa inscrito junto à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) –, na medida em que diz respeito ao locais de exercício da justiça, não poderia ser concebido sem consideramos os debates que ocorrem no âmbito do Direito e da relação desse campo com a História Antiga, uma vez que essa aproximação fornece chaves de leitura sobre nosso objeto e interpretações que exigem a ampliação, por exemplo, de documentos a serem explorados.³

³ O referido Projeto Base se intitula *Espaços do sagrado e do Direito no mundo antigo: topografia urbana, texto e cultura material* e está sendo desenvolvido com o apoio institucional da Ufes e do Leir/ES.

História Antiga e Direito

A História Antiga e o Direito são duas áreas de conhecimento que muito podem se beneficiar de uma relação mais estreita. O estudo das práticas jurídicas no Império Romano e o estudo, em especial, de certas temáticas como, por exemplo, os julgamentos informais, as disputas litigiosas que eram solucionadas fora do âmbito do sistema legal formal e institucionalizado, as expectativas de justiça e as interpretações não-oficiais das leis ficaram por muito tempo marginalizados ou desconhecidos, em razão de uma ideia tradicional de História do Direito no mundo romano que direcionava seus objetos e temáticas de investigações para o estudo das instituições legais, para o sistema legal formal ou para cargos e personalidades, tomando os códigos jurídicos como documentação prioritária. A consideração de uma abordagem teórica dentro da área do Direito significou a cunhagem do conceito de *cultura legal*, que ampliou o escopo de estudos e temas e ainda agregou uma gama importante de documentos que antes eram excluídos dos estudos de História do Direito.

Dentro dessa abordagem, a cultura legal se propõe a não ser uniforme, e muito menos se apresenta como uma unidade que restringiria a interpretação. Para o mundo antigo, esses debates na área do Direito significam uma reconsideração do escopo de temas, conteúdos e documentos investigados no âmbito da “justiça romana”, “do direito romano” e do “sistema legal antigo”. Uma crítica às fontes documentais legais, um melhor entendimento acerca das estruturas burocráticas e da administração da justiça no contexto romano tardio, em associação com os avanços obtidos pelos historiadores tardo-antigos que, constantemente, debatem sobre as particularidades do mundo pós-clássico, significaram uma mudança na compreensão das atividades legais.

O movimento revisionista no campo da História do Direito Romano também pode se beneficiar dos avanços da Arqueologia que, com o estudo das estruturas urbanas tardo-antigas romanas, suas interpretações e suas metodologias, pode oferecer uma importante contribuição. A interseção entre História, Direito e Arqueologia parece-nos, portanto, um caminho produtivo para a compreensão dos espaços pelos quais transitou Libânio ao narrar o acontecimento que ficou conhecido como Levante das Estátuas.

O Levante das Estátuas (387 d.C.)

O Levante das Estátuas é um exemplo marcante dos conflitos político-culturais que ocorreram ao longo do século IV d.C., no contexto da Antiguidade Tardia. A maior expressão disso é a constante e recorrente menção da historiografia a este conflito, que

aconteceu na parte oriental do Império Romano, na cidade de Antioquia, na qual imagens imperiais foram alvo de zombaria e destruição. Nós temos notícia dessa sedição mediante dois conjuntos de testemunhos presente nas obras *As Homilias sobre as Estátuas ao Povo de Antioquia*, de João Crisóstomo e nas *Orações sobre o Levante das Estátuas*, de Libânio de Antioquia. Segundo Liebeschuetz (2011, p. 210), devido aos vinte e um sermões de João Crisóstomo e às quatro orações de Libânio o Levante das Estátuas talvez seja o mais bem documentado conflito urbano de toda a Antiguidade.

Trata-se de um conflito que ocorreu no início de 387 d.C., em finais de fevereiro, estendendo-se até finais de abril, na cidade de Antioquia. Este conflito irrompeu no dia 25 ou 26 de fevereiro (PAVERD, 1991, p. 27), a princípio com protestos e manifestações verbais por parte da população da cidade contra a arrecadação de um novo imposto. Tal mobilização popular resultou na destruição e zombaria de estátuas de bronze e painéis de madeira portando as efigies imperiais. As imagens imperiais destruídas e zombadas eram de Teodósio e sua família (STEWART, 1999, p. 160). Em razão desse ato contra as imagens imperiais, a população foi acusada de crime de *maiestas*, como podemos pressupor mediante as penalidades aplicadas após a supressão do levante, fato descrito por João Crisóstomo, na época um presbítero da congregação de Antioquia, e por Libânio. Os acusados de promover o levante foram julgados conforme a legislação que regia o crime de *maiestas*. Dada a dimensão do levante e sua particularidade, a destruição das imagens imperiais, rumores davam notícia de que a resposta imperial esperada era a pior possível. Em razão disso, a população aguardava, sob uma atmosfera de tensão e medo, a reação de Teodósio.

Em se tratando dos levantes urbanos no Império Romano, as reações do poder imperial poderiam ser as mais variadas possíveis, dependendo do imperador alvo da ofensa, das circunstâncias e da própria ofensa em si. Mas, mesmo assim, todas as reações possíveis estariam dentro da legalidade, sendo assim legítimas. Libânio (*Or. XX*, 13), por exemplo, argumenta que a popularidade do exercício do poder imperial dependia das cidades, da multidão de seus soldados, da legislação, da sabedoria e da administração escrupulosa da justiça, bem como da habilidade de o imperador perdoar os delitos cometidos pelos cidadãos. Segundo o sofista, Teodósio teria conhecimento disso tudo, mas, mesmo assim, argumenta que o imperador contava com bases legais para executar aqueles que cometeram os delitos mais sérios (*Lib., Or. XX*, 13-14; *Or. XXIII*, 14).

João Crisóstomo (*De Statui*, Hom. XVII, 3) informa-nos que a população esperava penas as mais terríveis. Pensava-se, por exemplo, que "os bens seriam pilhados", "as casas seriam queimadas junto com seus habitantes", "a cidade seria extirpada do centro do mundo" e "seus estilhaços seriam completamente destruídos". Libânio (*Or.*

XIX, 39; Or. XX, 9; Or. XXI, 8) ainda discorre sobre o que seria a punição apropriada: “execuções em massa e mortes”, “confisco de propriedades”, “exílio da própria terra” e “recusa ao morto de ter sepultura”. Na resolução do conflito, o desfecho teve como saldo as execuções e prisões de membros da *boulé*, logo após a supressão imediata do levante, num primeiro julgamento que foi promovido pelas autoridades encarregadas do gerenciamento do conflito em nível citadino (o governador de província); mas outras sanções importantes também foram impostas à cidade: as termas, o teatro, o hipódromo foram fechados e o status de metrópole de Antioquia, revogado (Lib., Or. XIX, 60; Or. XIX, 62; Or. XX, 6). Quando enviados do imperador alcançaram a cidade, instaurou-se uma investigação e um novo julgamento foi realizado (Lib., Or. XXI, 7; João Crisóstomo, *De Statui*, Hom. XIII, 1-6). A carta de reconciliação expedida por Teodósio chegou a Antioquia, provavelmente, no decorrer da primeira quinzena de abril, após o dia 9 do referido mês (PAVERD, 1991, p. 156). Nela, o imperador declarava revogadas as penas infligidas, bem como acolhia um pedido de desculpas pelas medidas tomadas contra a cidade e sua população (PAVERD, 1991, p. 157).

Libânio de Antioquia, na sua versão dos acontecimentos, elenca espaços citadinos importantes nos quais procedimentos jurídicos podem ter tido lugar: o dicastério, onde foi lida a carta com a decisão da imposição da taxa e, portanto, a criação de mais um imposto, e onde também ocorreram dois julgamentos, um primeiro no qual houve a execução sumária dos primeiros culpados pela sedição e um segundo julgamento, que resultou na prisão dos bouleutas. O dicastério parece ter se localizado na ilha, na Cidade Nova, que abrigava também o palácio imperial (KELLY, 1998, p. 73). O bouleutério de Antioquia é citado em destaque por Libânio, em razão do pedido deste sofista às autoridades imperiais para que fosse realizada a transferência dos prisioneiros, que estavam alocado em um lugar inóspito.

O dicastério, lugar dos anúncios oficiais e julgamentos

Na literatura antiga grega, o termo dicastério pode significar “a estrutura física – o edifício – e os procedimentos considerados conjuntamente em julgamentos” ou “o espaço onde se julga” (BOEGEHOLD, 1995, p. xxiv). Tanto João Crisóstomo quanto Libânio utilizam a palavra dicastério para se referir ao julgamento dos acusados pelas ofensas às imagens imperiais. No Levante das Estátuas, é possível identificar, mediante evidências extraídas da documentação escrita, seja das orações de Libânio, seja das homilias de João Crisóstomo, que houve dois julgamentos: um ocorrido imediatamente após a supressão do conflito, realizado por autoridades que estavam presentes na cidade no momento

da irrupção do levante; e o segundo, mais tarde, presidido pelas autoridades imperiais enviadas por Teodósio I: Cesário e Elébico (Ioa. Chrys., *De Statui*, Hom. XIII; Hom. XVII; Lib., Or. XIX, 3637; Or. XXI, 9). Libânio (Or. XIX, 36-37) relata-nos a sucessão dos eventos que levaram ao primeiro julgamento:

36. No entanto, quando o *Comes Orientis* ouviu que os arqueiros tinham se encarregado dos amotinados, ele visitou a cena pessoalmente, e trouxe um reforço para a tropa, e deixou claro que com a mesma força ele poderia ter feito o mesmo em estágios anteriores. As feridas expostas pelos amotinados causadas pelas telhas lançadas durante a sedição os levaram a julgamento, e as várias maneiras de investigação fizeram o mesmo àqueles considerados culpados do sacrilégio. Os cúmplices dos amotinados, aqueles que sabiam a identidade e as ações de seus companheiros, se tornaram evidências do estado, e a condenação foi rápida, clara e fácil. 37. Os prisioneiros tiveram que ser classificados de acordo com a seriedade dos seus crimes. Então isto foi feito. Assim, os procedimentos foram tomados para se instituir imediatamente a punição dos piores transgressores. Isto foi feito também [...].

O segundo julgamento, presidido pelos enviados do imperador ocorreu também no dicastério. Libânio (Or. XXII, 21) descreve, no panegírico a Elébico, a chegada dos emissários ao local para a investigação judicial:

[...] ele foi amável o bastante para não iniciar os procedimentos judiciais à meia noite ou nas primeiras horas da manhã que por si só já era motivo suficiente para o terror. Ele saiu de casa um pouco antes do amanhecer de modo que as lamparinas estavam acesas por convenção, mas já não eram mais necessárias, e como num ato de humanidade fez com que todos os acontecimentos anteriores se tornassem insignificantes.

No entanto, em momento algum observamos João Crisóstomo ou Libânio se referir à descrição do espaço do tribunal em termos de sua composição material ou nos fornecer evidências de que os painéis contendo as imagens imperiais estavam presentes nesse espaço onde ocorreram os julgamentos. A. F. Norman (1977, p. 379, n. d) argumenta que as imagens imperiais em madeira e as estátuas eram normalmente alojadas nos arredores do palácio imperial. De fato, Downey (1961, p. 429, n. 89) destaca que uma historiografia específica supõe que a destruição das imagens em madeira e das estátuas de bronze ocorreu na frente do palácio imperial localizado na ilha, onde estas imagens seriam habitualmente dispostas. Mas, as representações imperiais em painéis de madeira poderiam ser portáteis (como os estandartes retratados nas iluminuras do manuscrito *Os Evangelhos de Rossano* ou como no tondo da família do imperador Severo), na condição de artefatos destinados à disposição pública em prédios ou em procissões, como representações de dado imperador, de dada ordem oficial e institucionalizada. Assim, nos parece provável que a disposição de imagens imperiais no espaço público, fossem elas pintadas em madeira ou esculpidas em

bronze ou mármore, ocorria também na Antiguidade Tardia. No século IV d.C., Severiano de Gabala (*De mundi creatione orat.*, V, 5) destaca:

[...] considere quantos oficiais existem em todo o mundo, e já que o Imperador não podia estar presente para todos, foi necessário erigir estátuas do Imperador em tribunais, nos mercados, assembleias públicas, e teatros – em cada lugar, pois o Imperador é um ser humano, e não pode estar em todos os lugares.

Para melhor compreendermos alguns elementos dessas representações em painéis de madeira, buscamos indícios suplementares presentes na documentação escrita. Libânio (*Or.* XIX, 25-37; *Or.* XXI, 5-9; *Or.* XXII, 511) se pronuncia em três momentos sobre os eventos ocorridos ao longo do dia em que as imagens foram destruídas e, em orações diferentes, sempre adicionando novas informações à descrição. Na *Oração XIX*, seções 25-29, destaca:

25. Lá chegou o decreto sobre o ouro, algo há muito tempo temido. O que até então parecia inacreditável era somente muito crível; a terra não poderia aguentar o fardo, e então aqueles que ouviram a ordem se lançaram ao chão, a maioria revelando sua incapacidade absoluta: no entanto por mais que o assim desejasse, eles seriam incapazes de fazer o que eles não poderiam fazer, e as suas pessoas seriam as mais rigorosas e terríveis. Eles tiveram que recorrer, portanto, ao apoio do deus deles, invocando seu nome, para que ele pudesse persuadi-lo a suspender parte do fardo. 26. O Dicastério estava lotado de pessoas – ex-governadores, curiales, advogados, militares da reserva. [...] [...] mas agora, quando eles vieram para fora e chegaram às últimas consequências, alguns dos seus companheiros começou a causar uma desordem, e eles continuaram quietos. 28. Eles seguiram para o lugar onde provavelmente encontrariam Flaviano, mas eles não o encontraram, então eles retornaram ao lugar onde iniciaram a manifestação. Eles começaram a empregar linguagem vulgar, que logo se transformaram em ações, algo que o mais respeitável não esperava... 29. Usando tais instrumentos, então, o espírito mal encenou atos que eu prefiro não mencionar, mas que minha preservação pelo código de minha formação me proíbe de omitir. Nós costumávamos contemplar com reverência as suas estátuas, não para aqueles patifes [...] meros garotos, logo se lançaram sobre elas, e rapidamente escalou nelas, pulando de uma para outra...

O discatério seria, assim, o espaço onde ocorreria a leitura de correspondências oficiais, mas, em virtude da presença de imagens imperiais – objetos necessários para a instalação de procedimentos jurídicos – poderia também ser lugar de instalação de julgamentos e cortes. No caso específico do Levante das Estátuas, o bouletério constituiu um espaço importante na resolução oficial do conflito.

O bouletério como espaço jurídicoadministrativo

A construção do bouletério de Antioquia data da época de governo de Antíoco IV Epifânio (175-164 a.C.), ainda no período helenístico. Antíoco inicia uma campanha

de construções na cidade de Antioquia e cria um novo setor na cidade, denominado Epifânia. Neste setor, abastecido com água proveniente das fontes de Dafne mediante um aqueduto recémconstruído, se erguia, entre outras construções, uma ágora, um templo a Júpiter e o bouleutério (NAJBJERG; MOSS, 2014, p. 26; COHEN, 2006, p. 82). As campanhas de escavação entre os anos de 1932 e 1939 foram empreendidas por um consórcio de instituições europeias e americanas que impulsionaram as pesquisas e ampliaram, sobremaneira, nosso conhecimento sobre Antioquia.⁴

Nas escavações, foram trazidas à luz várias construções públicas: termas, hipódromo, anfiteatro e teatro, mas quase nenhuma construção da época da fundação da cidade resistiu ao tempo. A ágora helenística, sede do bouleutério, como sugere Glanville Downey (1961, p. 621-40), se localizaria na cidade antiga, no bairro Epifânia. E, de fato, este autor havia proposto que o bouleutério se localizava no espaço da ágora helenística construída por Antioco IV Epifânio. No entanto, Getzel M. Cohen (2006, p. 82) afirma que o local preciso da localização do bouleutério de Antioquia é desconhecido. De qualquer forma, Luke Lavan (2007, p. 122) argumenta que estas estruturas “eram geralmente construídas num lugar importante em um espaço central de uma cidade”. O bouleutério tinha múltiplas funções. Inicialmente, era um espaço onde os bouleutas se reuniam em assembleia. João Malalas (*Chronographia* VIII, 22) descreve sua função desde sua fundação:

O imperador Antioco conhecido como Epifânio, construiu, primeiro, em Antioquia, extramural, um edifício conhecido como bouleutério, para que todos os seus senadores possam aí se reunirem com os oficiais do município e todos os proprietários de terra e, assim juntos, discutirem sobre os problemas que surgirem e assim os aconselharem.

O bouleutério pode ainda ter sido o espaço onde Libânio ensinava, funcionando como uma escola. Libânio insistia em destacar o privilégio que era ensinar no espaço dessa assembleia. As características do edifício construído por Antíoco, com um sistema acústico e a presença de uma orquestra semicircular, revelam um espaço preparado para abrigar espetáculos, não sendo, portanto, destinado apenas a reuniões e performances de retórica. Não podemos ignorar também a função do bouleutério como um espaço de devoção religiosa ou, como veremos, um espaço para alocar prisioneiros à espera de julgamento, como ocorre durante o Levante das Estátuas.

Em 15, 16 e 17 de março, com a chegada de Elébico e Cesário (PAVERD, 1991, p. 57,

⁴ As Campanhas de Escavações (1932-1939) à cidade de Antioquia foram, inicialmente, constituídas de representantes do Museu Nacional da França (Louvre), do Museu de Arte de Baltimore, do Museu de Arte de Worcester e da Universidade de Princeton. Posteriormente, em 1936, se juntaram ao Comitê de Escavações representantes do Museu de Arte Fogg da Universidade de Harvard e de sua afiliada Dumbarton Oakes.

363), ocorre uma segunda punição, a prisão dos bouleutas e se iniciam a investigação e a instauração de um tribunal no qual parece estar em jogo a sentença de morte. Libânio, por um lado, enfatiza que realizou uma interferência política junto às autoridades imperiais. João Crisóstomo (*De Statui*, Hom. XIII, 26), por outro, descreve o ambiente do tribunal e discorre sobre as prisões efetuadas, narrando como a população se aglomerava ao redor do dicastério. Mas o presbítero também relata os procedimentos dentro do dicastério e o tratamento dispensado aos presos pelos enviados do imperador, que assumiram a condição de juízes no tribunal (*De Statui*, Hom. XIII, 2-3).

Libânio (*Or.* XXI, 7 e 8) relata uma relação mais direta com os juízes e destaca, inclusive, que havia se encontrado com Cesário para se assegurar de que não haveria medidas injustas contra os presos, qualificados pelo sofista como membros da *boulé*. Libânio (*Or.* XXI, 9-10) ainda narra seu encontro com os prisioneiros, fornecendo-lhes esperanças de um bom resultado, de um veredito favorável. João Crisóstomo (*De Statui*, Hom. XIII, 6; Hom. XVII, 15; Hom. XVIII, 4, 12, 13) também fornece evidências de quem poderiam ser os prisioneiros como, por exemplo, um homem distinto que ocupava um alto cargo no oficialato municipal.

A detenção dos amotinados é um aspecto importante dentro do relato de Libânio. O aprisionamento em Antioquia não parece remeter ao procedimento denominado *desmá*, que significaria acorrentar os prisioneiros todos juntos, fazendo-os compartilhar o mesmo espaço. Para Libânio, o espaço no qual os amotinados estavam alocados não era um local apropriado e, por isso mesmo, talvez fosse sugestiva a ausência de um desmotério no episódio do Levante das Estátuas.

Na *Oração XXII*, dedicada a Elébico, há evidências do nível de autoridade dessa personagem no contexto dos acontecimentos sediciosos de Antioquia. Libânio (*Or.* XXII, 19) afirma que Elébico tinha autoridade para determinar qualquer punição se assim o desejasse, mas os serviços prestados foram apenas os de inquirição (*Or.* XXII, 25). Além disso, Libânio (*Or.* XII, 29-30) discorre acerca da decisão de Elébico em fornecer melhores instalações para aqueles que estavam aprisionados e comenta que a decisão de remover os prisioneiros para a *boulé* somente poderia vir dele, uma vez que aquele que efetuou as prisões não teria autoridade para utilizar a assembleia (o bouleutério) como prisão. Nas palavras de Libânio (*Or.* XXII, 29-33):

29. De acordo com uma medida inicial, foi decidido que os membros da *boulé* fossem presos, mas o lugar onde eles foram aprisionados faltava-lhe um telhado. As dificuldades imediatamente resultaram do alojamento limitado os forçando a esbarrarem uns nos outros atrapalhando o sono e suas refeições e tudo o mais. Se nenhum dos amigos deles os visitassem, isso seria desencorajador, e se eles visitassem, o alojamento ficaria mais desconfortável por causa disso e na chuva não teria nenhuma proteção. Você poderia ouvir os comentários que

as condições do confinamento deles poderiam já ser a sentença antes mesmo do perdão do imperador chegar. 30. Eles teriam que obter permissão da pessoa que tomou a decisão original para se usar a bouleutério o qual era separado por uma única parede, ou de outra forma eles iriam morrer. Novamente aqui, nós ousamos fazer esse pedido apenas em razão do caráter generoso dele [Eléxico], isso nos induz, eu penso, a ter coragem para sugerir medidas que possam aliviar o pouco das dificuldades. Imediatamente, ele foi para uma conferência e criou meios para que eles obtivessem o que eles queriam, sem pronunciar qualquer palavra que fossem contra as instruções que recebera. 31. Então, ele estabeleceu isso e permaneceu fiel às instruções, mas se qualquer alteração fosse feita pelos subordinados dele, ele deixaria passar mesmo se ele soubesse o que foi feito. Isto permitiu que eles usassem o bouleutério onde tinha um teatro coberto e quatro colunas com um pátio central que foi transformado em jardim com videiras, figos e outras árvores, e diferentes tipos de vegetação. Isto oferecia a eles relaxamento para compensar o desconforto deles e, em consequência, eles até riam e contavam piadas, brindavam ou cantavam músicas que faziam eles esquecerem o pleito deles. Eles desfrutaram de camas com bastante espaço entre uma e outra justamente igual a que eles tinham antes de serem aprisionados, recebiam livros e faziam vários tipos de debates literários sobre a leitura realizada os quais são fruto de uma argumentação refinada. 32. Ele [Eléxico], portanto, é a causa, o benfeitor, o responsável pelo fato de que o desastre não se tornasse ainda mais desastroso e nada disso se relaciona com a generosidade do imperador, de morrer por insolação ou exposição, de aflição ou lágrimas. Ele era responsável tanto pela prisão deles quanto pela libertação deles, e isso, apesar da seriedade das acusações, eles foram tratados como suspeitos de delitos menores, e por todos esses acontecimentos que é apropriado descreve tudo isso. 33. Sem a condução de uma inquisição rigorosa e detalhada, ele provou inteiramente a sua generosidade no que se refere aos procedimentos legais pelas suas ações que assegurariam a subsequente reconciliação. Por isso, eu devo continuar acreditando que nossos advogados do Bósforo não são tão responsáveis quanto ele que concedeu espaço para que fosse feito os pleitos.

O pleito dirigido por Libânio às autoridades imperiais que chegam à cidade nos demonstra aspectos importantes de um sistema legal. E, se por um lado Libânio nos comove com sua súplica acerca da clemência para com os aprisionados, observamos, por outro, a capacidade de interferência política que o sofista ainda possuía junto às autoridades imperiais. Por meio de sua narrativa, temos conhecimento da forma como determinados prisioneiros deveriam ser tratados e acolhidos nas prisões. O que o Levante das Estátuas parece evidenciar é que o espaço prisional poderia ser qualquer espaço da cidade, que poderia ser determinado em relação ao status dos prisioneiros, atendendo assim aos privilégios adequados à categoria do réu.

Considerações finais

Os espaços urbanos de Antioquia, em particular o dicastério e o bouleutério, requerem ainda uma investigação mais detalhada sob uma perspectiva que considere o espaço urbano nos termos da sua estrutura arquitetônica e da composição decorativa, elementos que nos oferecem uma compreensão da sociedade antioquena, dos valores comuns a certos membros

dessa sociedade, bem como dos mecanismos de representação simbólica dos espaços utilizados no exercício de práticas jurídicoadministrativas. No caso do Levante das Estátuas, mediante as narrativas de Libânio de Antioquia somos capazes de conhecer as múltiplas funções de espaços que, a princípio, eram lugares de assembleias e reuniões de uma elite municipal, mas que se transformam, por vezes, em palco de decisões jurídicas, o que nos revela a multifuncionalidade dos espaços e construções na cidade antiga.

Referências

Documentação textual

JOHN CHRYSOSTOM. The Homilies on the Statues to People of Antioch. In: SCHARFF, P. (Ed.). *Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Michigan: T&T Clark, 1996. p. 315-514. v. IX.

LIBANIUS. The Riots of the Statues. In: NORMAN, A. F. (Ed.). *Libanius: selected works*. Harvard: Harvard University Press, 1978, p. 235-407.

_____. 'Antiochikos': in praise of Antioch. In: NORMAN, F. A. (Ed.). *Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 7-65.

_____. Oration in praise of Antioch. In: DOWNEY, G. *Libanius' Oration in Praise of Antioch (Oration XI)*. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 103, n. 5, p. 652-686, 1959.

Obras de apoio

BOEGEHOLD, A. L. *The lawcourts at Athens: sites, buildings, equipment, procedure, and testimonia*. Athens: American School of Classical Studies at Athens, 1995.

CARVALHO, M. M. de. *Paideia e retórica no séc. IV d.C.: a construção da imagem do Imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Relações conflituosas entre o imperador Juliano e a cidade de Antioquia. In: CARVALHO, M. M. de; LOPES, M. A. de S. & FRANÇA, S. S. L. (Org.) *As cidades no tempo*. Franca: Olho d'Água, 2005, p. 113-123.

_____. *Paidéia e Retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório Nazianzeno*. 2002. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

- COHEN, G. M. *The Hellenistic settlements in Syria, the Red Sea Basin, and North Africa*. Los Angeles: University of California Press, 2006.
- CRIBIORE, R. *The school of Libanius in Late Antique Antioch*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- DOWNEY, G. *A history of Antioch in Syria: from Seleucus to the Arab Conquest*. New Jersey: Princeton University Press, 1961.
- KELLY, J. N. D. *Golden mouth: the story of John Chrysostom – ascetic, preacher, bishop*. Cornell University Press, 1998.
- KENNEDY, G. A. *Greek rhetoric under Christian emperors*. New Jersey: Princeton University Press, 1983.
- LAVAN, L. The political space in Late Antiquity. In: LAVAN, L.; SWIFT, E.; PUTZEYS, T. (Eds.). *Objects in context, objects in use: material spatiality in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2007, p. 111-128.
- _____. The political topography of the Late Antique city: activity spaces in practice. In: LAVAN, L.; BOWDEN, W. *Theory and practice in Late Antique Archaeology*. Leiden: Brill, 2003, p. 314-337.
- _____. The 'agorai' of Antioch and Constantinople as seen by John Chrysostom. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, v. 50, issue S91, p. 157-167, 2007.
- _____. 'Fora' and 'agorai' in Mediterranean cities during the 4th and 5th c. A.D. In: BOWDEN, W.; GUTTERIDGE, A.; MACHADO, C. (Eds.). *Social and political life in Late Antiquity*. Leiden: Brill, 2006, p. 195-249.
- LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. *Ambrose and John Chrysostom: clerics between desert and empire*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- NAJBJERG, T.; MOSS, C. The history of Antioch in the GrecoRoman period. In: REDFORD, S. (Ed.). *Antioch on the Orontes: early explorations in the city of mosaics*. Istanbul: Koç University Press, 2014.
- NORMAN, A. F. (Ed.). *Libanius: selected works*. Cambridge: Harvard University Press, 1977. v. II.
- PAVERD, F. van de. *Saint John Chrysostom, The Homilies on the Statues: an introduction*. Roma: Pont. Institutum Studiorum Orientalium, 1991.
- SILVA, G. V. da. Espaço, cotidiano e sociabilidade em Antioquia: uma leitura do 'Antiochikos' de Libânio. In: CERQUEIRA, F.; GONÇALVES, A. T.; MEDEIROS, E.; BRANDÃO, J. L. (Orgs.). *Saberes e poderes no mundo antigo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 253-274.
- STEWART, P. The destruction of statues in Late Antiquity. In: MILES, R. (Ed.). *Constructing identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999, p. 159-189.

Tema livre

Open subject

Uma nota a Catulo 8 e 58: a fragmentação do ego e a vulgarização de Lésbia

*A note on Catullus 8 and 58: the fragmenting
of 'ego', and Lesbia's vulgarization*

Paulo Martins*

Resumo: Um aspecto diferencial da poética de Catulo, que será seguido por outros poetas, é a utilização de seu próprio nome em sua poesia, apresentando-o um *ego* "plurívoco" como foi mostrado por Greene (1995), isto é, esse *ego* pode emergir da poesia na primeira pessoa do singular ou plural, na segunda pessoa do singular ou na terceira pessoa do singular. Esta suposta "inconsistência" gramatical não indica um *uitium elocutionis* contra a *puritas* ou a *latinitas* do discurso poético, ao contrário, deve ser lida como uma *uirtus* poética que é operada na estrutura argumentativa da coleção, ainda que possamos identificar nesse *corpus* um único livro, ou três. Este artigo tem o objetivo de aferir como podemos ler este fato linguístico em função de uma estrutura argumentativa que visa a sustentar o desenho da *persona* poética Lésbia na narrativa da coleção de Catulo.

Abstract: A distinguishing feature of Catullus' poetics, which was followed by other poets, is the use of his own name to present a "multivoiced ego" in his poetry, as it has been shown by Greene (1995), i.e., this ego can emerge from poetry in the first person singular or plural, in the second person singular or in the third person singular. This supposed grammatical "inconsistency" does not indicate a *uitium elocutionis* against the *puritas* or *latinitas* of the poetic speech, but it must be seen as a poetic *uirtus* which operates in the argumentative structure of his collection, no matter if we identify either one or three books of poetry in this *corpus*. This article aims to show how we can read this linguistic fact considering an argumentative structure whose purpose is to support the delineation of Lesbia's poetic persona within the narrative of Catullus' collection.

Palavras-chave:

Catulo 8;
Catulo 58;
Ego plurívoco;
Lésbia;
Vulgarização.

Keywords:

Catullus 8;
Catullus 58;
Multivoiced ego;
Lesbia;
Vulgarization.

Recebido em: 07/06/2015
Aprovado em: 05/08/2015

* Professor Livre-Docente – Associado de Língua e Literatura Latina da Universidade de São Paulo (USP/IAC). Visiting Professor no KCL, University of London; Visiting Fellow na Yale University e Bolsista Pq – CNPq.

The multivoiced ego in Catullus' poems does not merely dramatize ambivalence in Catullus' feelings toward his mistress but illustrates in a more general way the fragmenting effects of amor on the self (GREENE, 1995, p. 77).

Primeiras palavras

Minha intenção nesta nota de leitura é avaliar o uso da referência pessoal à *persona* poética "Catulo", em matizes variados (1ª pessoa – singular e plural –, 2ª e 3ª pessoas) como elemento produtivo no processo de argumentação do discurso poético, explicitado pela "plurivocidade" do *ego* que fala nessa poesia. Tal fenômeno pode estar, a meu ver, a serviço da construção do ἦθος de outra *persona* poética, a de Lésbia que, no decurso da narrativa da coleção, ganha contornos éticos múltiplos – da amada à prostituta –, (FITZGERALD, 1996, pp. 27-28) o que imprime, de um lado, um caráter jocoso a esta coleção e, de outro, um perfil complexo dessa *persona*. Se muito já se falou acerca de aspectos referenciais da poesia erótica de Catulo, ou mesmo, dos poetas elegíacos que a ele se filiam, muito pouco se tratou de certos aspectos linguísticos que sustentam a intencionalidade de neblinar a área fronteira entre realidade vivida e narratividade poética. Isto é, pouco se tratou dessa poética que intencionalmente se funda na dicção garantida por uma suposta "inconsistência" linguística.

Quanto à construção das *personae*, já observei, em outros momentos, que a poesia elegíaca, assim como a erótica polimétrica constroem seus agentes narrativos com base em moldes pinçados numa realidade concreta de sorte que, longe de se constituírem como reais, são *personae* poéticas ricas e complexamente construídas que produzem sob a perspectiva poética e retórica um efeito fidedigno de realidade, ou seja, são tão verossimilmente coadunadas a uma realidade que produzem *fides* (MARTINS, 2009, 129-150); (ALLEN, 1950, *passim*). Entretanto, as *personae* poéticas construídas na elegia e na erótica, além dessa limitação prescritiva e estrutural, fundadas em doutrinas poético-retóricas circulantes à época de sua produção, também guardam níveis importantes de referencialidade que, a meu ver, só fizeram aumentar a leitura equivocada da crítica positiva dos séculos 19 e 20 que atribuía a elas, *personae*, realidade biográfica, uma vida, digamos, "extra-poética". Assim, os jovens rapazes agentes na elegia e na erótica são *adulescentes* cujas ações têm paradigmaticamente um Célio como molde – penso aqui no *Pro Caelio* de Cícero –, afinal vivem sua mocidade cumprindo uma etapa de vida a que Sêneca chama de *tirocinium adulescentiae*¹ (aprendizado da juventude) e Cícero, de *uacatio*

¹ Sen., *Con.* 2.6.

*adulescentiae*² – diversão da juventude – (FEAR, 2005, pp. 14-18), ou, como já argumentei, agem de acordo com uma *maneira grega ou elegíaca de ser*. (MARTINS, 2015^b) E, as moças, seus pares amorosos, nominadas na erótica sob a alcunha de Lídia (em Horácio) e Lésbia (em Catulo), por exemplo, ou na elegíaca, como Corina (em Ovídio), Cíntia (em Propércio), Licóride (em Galo) ou Délia (em Tibulo), são desenhadas pelos poetas sob a tutela modelar, penso eu, da Clódia e da Volúmnia – de Cícero –, ou da Semprônia – de Salústio –, mulheres em cuja devassidão e refinamento estão pautados seus ἦθη, isto é: cortesãs, lenas, dançarinas, poetas e prostitutas (VEYNE, 1985, p. 107-108); (WIKE, 2002, p. 47-49, 227); (MARTINS, 2015^a); (MARTINS, 2015^b). Quanto a essas mesmas *personae*, sejam rapazes ou moças, por sua *maneira de agir ou maneira ser*, há quem defenda, e me incluo entre esses, que sigam também uma outra matriz de composição, longe, do gênero historiográfico, oratório ou epistolar que os delineariam, os da comédia plautina. (SKINNER, 1971, p. 299); (GRIFFIN, 1976, p. 90); Martins (2015^b).

Assim, nos soam bem razoáveis as posições de Lyne e de Griffin. O primeiro entende essa poesia como artefatos verbais que prenunciam, encarnam, desenhavam vividamente a vida romana do período; (LYNE, 1980, p. viii e *passim*); já o segundo compreende que a elegia amorosa – e acredito que também a erótica polimétrica –, não é nem uma janela aberta que proporciona vislumbres das vidas romanas individuais, tampouco um espelho que oferece uma reflexão clara da sociedade, mas uma imagem de realidades romanas sobre as quais foi pintado um dignificante, idealizante verniz de recursos poéticos. (GRIFFIN, 1985, p. 105).

Outra questão preliminar que devo alertar é o nível de significação que podemos extrair de um único poema da coleção ou como ele se comporta em relação a outros ou a toda a coleção. Nesse sentido, Gaisser (2009, p. 31-32) precisamente nos alerta a este respeito dizendo:

A poem by itself differs from a poem in a collection as a single flower differs from a flower in a bouquet or garland. The one is a discrete or isolated entity; the other is part of an ensemble with which it exists in a mutual relationship, each interacting with and enhancing the other. And since the garland or collection has that relation with each of its constituent elements, and each element with all the others, the ensemble has a greater potential for meaning and beauty than the sum of its parts. But our analogy of the bouquet is imperfect. Unlike a bouquet, a poetry collection is not fixed but dynamic; each of its elements is complex, with its constituent themes both shaping the individual poem and resonating with the multiple themes of other poems across the collection.

Nosso método de análise parte de uma das relações possíveis que se pode verificar tendo em vista: a) o sentido que um fato linguístico produz observado isoladamente

² Cic., *Cael.* 30.

num poema; b) como esse sentido extraído desse poema pode ser aplicado a um outro poema; e c) como a aplicação desse elemento pode sugerir uma leitura possível para uma das *personae* poéticas que agem na coleção como um todo. Dessa maneira, trabalho basicamente com dois poemas que, segundo Gaisser, operam processos semelhantes, afinal no poema 8 temos a dicotomia entre o passado e o presente, e no 58 temos “Catullus’ love and Lesbia’s degradation” (GAISSER, 2009, p. 36).

Carmen 8

Quando observamos o poema 8 que, para Fitzgerald (1996, p. 121) e Dyson (1973), deve ser considerado um par temático do poema 76, alguns elementos nos chamam a atenção, mas principalmente a nomeação do interlocutor logo na segunda palavra do primeiro verso – não que esta posição seja algo esdrúxulo em si mesmo –, mas sim, a identificação dessa segunda pessoa com o próprio poeta é algo evidentemente novo, ou, pelo menos, pouco comum. Nas *nugae* 6 e 7, cujos interlocutores eram respectivamente, Flávio e Lésbia, Catulo já havia sido proposto em terceira pessoa do singular: *Flavi, delicias tuas Catullo* (6.1) e *uesano satis et super Catullo est* (7. 10). Na *nuga* 8, Catulo inusitadamente se apresenta em vocativo, produzindo, por assim dizer, na estrutura narrativa de seu *nouus libellus*, um diálogo dele consigo mesmo, ou o descolamento entre o sujeito da enunciação poética e a imagem do próprio poeta: *Miser Catulle, desinas ineptire...* (8.1). Seja como for, os três versos seguintes mantêm a dicção do poema em que o eu-lírico, supostamente Catulo, interpela o seu interlocutor, explicitamente Catulo:

Miser Catulle, desinas ineptire,
et quod uides perisse perditum ducas.
fulsere quondam candidi tibi soles,
cum uentitabas quo puella ducebat
amata nobis quantum amabitur nulla.

Catulo infeliz, põe de lado a loucura
e o que pereceu considera perdido.
Outrora brilharam-te cãndidos sóis
quando ias aonde levava a menina
amada por nós qual nenhuma será.³

Ocorre, entretanto, no verso 5, o surgimento de um pronome de primeira pessoa do plural, *nobis*, que produz um efeito interessante, já que ele pode ser entendido, seja

³ A citação de textos antigos segue as abreviaturas do OLD para obras em Latim e do LSJ para obras em Grego. Catull. 8.1-5. Todas as traduções aqui apresentadas são de João Angelo Oliva Neto, revisadas para a segunda edição revista e ampliada d’ *O Livro de Catulo*.

como pronome cuja referência é apenas o *ego*-lírico, tomado majestaticamente, seja como uma referência que é a soma do *ego* que fala no poema e do *tu* que já fora enunciado. Em qualquer um dos casos, a *puella* tem papel importantíssimo, dado que pode ser a responsável pelo inconformismo apenas do *tu*, Catulo, ou ser objeto do amor de ambos, do *ego/nos* (que fala no poema) e do *tu* (a quem se fala no poema). A *puella*, seja como for, está presente na vida de ambos e mantém ambos sob seu comando, seu controle sobre eles, *ego/nos* ou *tu*, o que amplia sua relevância na estrutura narrativa. A *puella*, que eu creio ser Lésbia, já que as primeiras *nugae* ocupam-se principalmente dela, além de ser “amada por nós”, ela (*illa* - *puella*) é responsável por ações *multa iocosa* as quais não o *tu* ou o *nos* desejava e *illa* não parava de querer:

ibi illa multa tum iocosa fiebant,
 quae tu uolebas nec puella nolebat.
 fulsere uere candidi tibi soles.

lá muitos deleites havia que tu
 querias tão bem e ela não mal queria.
 É certo, brilharam-te cândidos sóis...⁴

Ainda que a palavra *iocus* ou seu correspondente adjetivo *iocosus* não sejam utilizados explicitamente sob a rubrica sexual, de acordo com o **OLD**, parece-me inegável que seu campo semântico seja o mesmo de *ludus*, de sorte que eu acredito que *iocosa* neste caso específico qualifique as atividades sexuais da *puella*, cuja principal característica é ser realizada em profusão, afinal são *multa iocosa*. Ernout e Meillet (1985, p. 322) assim atestam: *Uni également à ludus 'jeu en action'*. E ainda apresentam como exemplo Cícero no *Sobre os Deveres*: *neque enim ita generati a natura sumus, ut ad ludum et iocum facti esse uideamur, ad seueritatem potius et ad quaedam studia grauiora atque maiora*.⁵ Mesmo em Catulo, temos outros exemplos, que, creio, corroboram a aproximação do campo semântico dos dois termos: *subducat numerum prius,/ qui uostri numerare uolt/ multa milia ludei*⁶, ou ainda: *Hesterno, Licini, die otiosi/ multum lusimus in tuis tabellis,/ ut convenerat esse delicatos:/ scribens versiculos uterque nostrum/ ludebat numero modo hoc modo illoc,/ reddens mutua per iocum atque vinum*.⁷ Fitzgerald (1996, p. 45) comentando uma carta de Plínio e o poema 50 afirma que esta competição amigável entre Catulo e Calvo – já que ambos concordaram em ser *delicati* – nos faz pensar numa conotação

⁴ Catull. 8.6-8.

⁵ Cic., *Off.* 1.103. Em verdade, não fomos gerados pela natureza de modo tal que pareçamos afeitos aos jogos e às pândegas, mas sim a severidade e aos compromissos mais graves. Tradução de Angélica Chiappetta.

⁶ Catull. 61.209-10: antes quem/ quiser contar os gozos/ mil, milhões, que tereis.

⁷ Catull. 50.1-6: No ócio de ontem, Licínio, muitas lides/ mantivemos em verso nas tabuinhas/ quando o trato era sermos delicados./ Cada qual escrevendo versos breves,/ lidava cá num metro, lá com outro,/ em troca mútua em meio a gozo e vinho.

homossexual, entretanto jamais poderemos excluir deste poema a convenção literária. Gunderson (1997, p. 203) alerta para a necessidade de estabelecer-se o nexu ou conotação sexual nesse poema:

The repetition of *ludere* might mean merely "to have a good time". "Ocelle" could just be a bland word of affection. In both cases, thought, here are many clear parallels throughout Latin elegy where sexual sport and glancing are designated by these two words. If we start with an erotic reading of these words and hold fast to this reading for the rest of the poem, an interesting nexus emerges binding literature to desire.

Entendo, portanto, que a associação dos referentes pessoais eu, tu e nós que antecedem as "*multa iocosa*", sucedidos pelo anúncio de um "ele" Catulo nos vv.12 e 13: "*uale, puella, iam Catullus obdurat,/ nec te requiret nec rogabit inuitam*", a meu ver, emoldura a construção do ἥθος de Lésbia/*puella* como uma mulher cujos favores sexuais são frequentes e muitos, além de serem dispensados a homens indiscriminados e variados, portanto não somente a Catulo, mas a um "nós", um coletivo e genérico.

Carmen 58

Essa leitura do poema 8 pode ser sustentada por argumento favorável no poema 58:

Caeli, Lesbia nostra, Lesbia illa,
illa Lesbia, quam Catullus unam
plus quam se atque suos amavit omnes,
nunc in quadriuis et angiportis
glubit magnanimos Remi nepotes.⁸

Célio, a minha Lésbia, Lésbia, aquela,
aquela Lésbia só a quem Catulo
mais do que a si amou, mais do que aos seus,
hoje costuma em becos e quadrívios
filhos de Remo descascar magnânimo.

A *nuga* 58 reestrutura a narrativa da primeira parte do livro de Catulo, pois apresenta parataticamente dois momentos narrativos: o passado realizado (*amavit*) e o presente em curso (*nunc...glubit*), assentados ambos na anáfora "*Lesbia*", termo repetido três vezes nos dois primeiros versos, e no quiasmo construído entre o segundo hemistíquio do primeiro verso e no primeiro hemistíquio do segundo verso: "*Lesbia illa/ illa Lesbia*". Essa construção visa a amplificar a figura em torno da qual a primeira parte do livro de Catulo se assenta: Lésbia.

⁸ Catull. 58. Tradução de João Angelo Oliva Neto.

Observando o passado, pode-se dizer que Catulo *amou* Lésbia e que esse amor estava restrito à intimidade da *domus*, à qual apenas ele, Catulo, tinha acesso. Tal restrição de acesso nos é indicada pela aproximação entre o amor de Lésbia e o dos parentes próximos de Catulo, indicados em "*suos omnes*". Assim, tanto "todos os seus", como "Lésbia" estão sob o mesmo teto, o teto da família, da *gens*, do privado. Sob a perspectiva presente, o pequeno poema 58 aponta para o espaço público para o "*quadriuium*" – o encontro de quatro vias – e para o "*angiportum*" – o beco, a alameda. Entretanto esse não é o espaço do decoro da atividade civil, antes é a aquela parte do espaço público que serve às atividades mais que "privadas", as sexuais da rua que podiam e ainda podem lá ocorrer. Para o termo, "*angiportum*", valem aqui os versos da ode 1.25 de Horácio cujo tema é a falta de jovens que possam "frequentar" a casa de Lídia, que, velha, já não tem mais amantes. Vejamos:

Parcius iunctas quatiunt fenestras
iactibus crebris iuuenes proterui
nec tibi somnos adimunt amatque
ianua limen,

quae prius multum facilis mouebat
cardines. Audis minus et minus iam:
"me tu longas pereunte noctes,
Lydia, dormis?"

Inuicem moechos anus arrogantis
flebis in solo leuis angiportu
Thracio bacchante magis sub interlunia
uento,

cum tibi flagrans amor et libido,
quae solet matres furiare equorum,
saeuiet circa iecur ulcerosum,
non sine questu,

laeta quod pubes hedera uirenti
gaudeat pulla magis atque myrto,
aridas frondes hiemis sodali
dedicet Euro⁹

Mais raramente libertinos iuuenes batem,
com numerosos golpes, na fresta fechada,
nem te privam do sono. A porta, que antes movia
mui facilmente as dobradiças,

agora ama a soleira. Escutas cada vez
menos: 'tu, Lídia, dormes, enquanto eu pereço,
eu que fui teu por longas noites'. Por tua vez,
velha, num beco solitário,

⁹ Hor., *Carm.* 1.25: Tradução de Alexandre Pinheiro Hasegawa.

volúvel, chorarás os amantes soberbos,
quando o vento da Trácia, sob um interlúcio,
enraivece-se mais; enquanto o amor ardente
e o entusiasmo, que costuma

enfurecer as mães dos cavalos, te irritam
em teu fígado cheio de úlceras, e não
sem tua queixa: que a alegre juventude mais
se regozije com a hera

verdecejante que co' o mirto escurecido;
que a alegre juventude venha a oferecer
folhagens ressequidas para o companheiro
de todo inverno, o vento Euro.

Não é apenas o uso da expressão *in solo...angiportu* que me interessa nessa ode de Horácio, entretanto, é claro que seu uso está referendado pelo de Catulo, já que explicita um espaço público lúbrico. Assim como no poema 37, ele se refere à *salax taberna*, a lúbrica taberna, frequentada por jovens devassos, *omnes pusilli et semitarii moechi* – “todos ralé, putanheiros dos becos”. Assim, Horácio também põe em relevo algo que já soara em Catulo e que reverberava em Propércio: a relação entre juventude e sexo. Afinal enquanto Lídia era jovem, muitos *iuuenes proterui*, jovens libidinosos, buscavam sua porta – e a metáfora da porta, do παρακλαυσίθυρον, portanto, vasa para outro gênero poético – além do fato da qualificação moral, tanto desses jovens quanto a de Lídia. Esses mesmos *iuuenes proterui*, parece-me são os *nepotes magnanimi Remi* de 58, que Kevin Muse apresenta:

This pejorative connotation makes for an elegant double entendre – not only have the descendants of Remus degenerated from the austere ideals of early Rome, the term *nepotes* embodies what the Romans have become: a crowd of wastrels. In his fundamental article on the semantics of *nepos* in its sense of *luxuriosus*, Heller hints that Catullus is playing on the pejorative meaning of the word; otherwise, the possibility has been overlooked in commentaries and translation (MUSE, 2009, p. 303).

Assim tantos *nepotes* do poema 58, assim como os *iuuenes proterui* da ode horaciana, a meu ver correspondem ao *adulescens*, apresentado por Cícero no *Pro Caelio* em pleno *tirocinium adulescentiae*, como o *ego*-elegíaco de Propércio. É prudente notar também que Lídia não é apenas uma amada apenas do eu-lírico, ela é igualmente vulgar como Lésbia e Cíntia, além do fato de seu próprio nome, como também o das outras duas são referências espaciais gregas que, a meu ver, referendam *seu modo de ser*. Cíntia, por exemplo, em Propércio aparece assim construída:

Non ita complebant Ephyraeae Laidos aedes,
ad cuius iacuit Graecia tota fores;
turba Menandreae fuerat nec Thaidos olim
tanta, in qua populus lusit Ericthonius;
nec, quae deletas potuit componere Thebas,
Phryne tam multis facta beata uiris.¹⁰

Não vinham assim à casa de Laís de Éfira,
em cuja porta curvou-se toda Grécia;
Nem outrora for a tamanha turba à de Taís de Menandro
Na qual brincou o povo de Erictônio;
Nem Frina, que pôde refazer Tebas destruída,
Tornou-se rica por ter tantos homens.

Mas retomemos Lésbia. Sua atividade público-privada – “uma parceria”, portanto – é explicitamente sexual: ela “*glubit*”, verbo de cunho onomatopaico cujo significado está ligado à *felatio*, felação. *Glubo*, “tirar a casca ou a pele” remete, pois, a uma atividade sexual. Entretanto, nesse caso a atividade sexual não se restringe a um único parceiro ou referente pessoal, antes serve a um coletivo, uma coletividade, todos os habitantes de Roma (*Remi nepotes*). Creio, portanto, que a variedade de referentes no uso pessoal em 8 é retomado em 58 pelo uso da metáfora [illa] *glubit magnamimos Remi nepotes*. Quero crer que a primeira terça parte da coleção de Catulo, isto é, os primeiros 60 poemas, ainda que não sejam exclusivamente dedicados a Lésbia, esquadrinham, desenham a figura desta mulher como uma prostituta, uma mulher cuja clientela são os jovens romanos, quiçá, novos poetas, ou poetas novos que ora a entendem como uma companheira, como uma amada, ora a têm como uma serviçal de seus desejos sexuais. A multivalência ética de Lésbia, por assim dizer, além de compor um quadro que representa um tipo de atividade econômica, também esquadrinha, ou melhor, rascunha a imagem, o ἦθος de jovens rapazes, público alvo dessa atividade econômica feminina e público alvo e sujeito deste novo tipo de poesia.

Corroborar esta hipótese, a assertiva de Greene que não admite que o *ego* apresentado nos poemas de Catulo representa uma experiência única de vida de uma pessoa. Na verdade, ela entende que a complexa configuração de vozes e de falantes em muitos poemas de Lésbia sugerem, ao contrário, confusa identidade que torna impossível associar o *ego* poético de Catulo a uma pessoa particular fora do poema e termina afirmando: “Rather than revealing ‘the truth of who Catullus is’, the poet’s use of multiple speaking voices dramatizes the fragmenting effects of amatory experience and reveals paradoxes that inhere in erotic discourse.” (GREENE, 2000, p. 78).

¹⁰ Prop. 2A.6.1-6: Tradução de Paulo Martins

Referências

- ALLEN, A. W. Sincerity and the Roman elegists. *Classical Philology*, n. 45, p. 145-60, 1950.
- DYSON, M. Catullus 8 and 76. *Classical Quarterly*, v. 23, n. 1, p. 127-143, 1973.
- FEAR, T. The Poet as Pimp: Elegiac Seduction in the Time of Augustus. *Arethusa*, v. 33, n. 2, p. 217-240, 2000.
- _____. Propertian Closure. In: ANCONA, R.; GREENE, E. (Eds.). *Gendered Dynamics in Latin Love Poetry*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press:13-40, 2005.
- FITZGERALD, W. Catullus and the Reader: The Erotics of Poetry. *Arethusa* 25, p. 419-43, 1992.
- _____. *Catullan Provocations*. Lyric Poetry and the Drama of Position. Berkeley: University of California Press, 1996.
- GAISSER, J. H. *Catullus*. London: Blackwell, 2009.
- GREENE, E. The Catullan Ego: Fragmentation and the Erotic Self. *American Journal of Philology*, v. 116, n. 1, p. 77-93, 1995.
- _____. Gender Identity and The Elegiac Hero In Propertius 2.1. *Arethusa*, v. 33, n. 2, p. 241-261, 2000.
- GRIFFIN, J. Augustan Poetry and the Life of Luxury. *Journal of Roman Studies*, v. 66, p. 87-105, 1976.
- _____. *Latin Poets and Roman Life*. London: Duckworth, 1985.
- GUNDERSON, E. Catullus, Pliny, and Love-Letters. *Transactions and Proceedings of the American Philological Association*, n. 127, p. 201-231, 1997.
- LYNE, R. O. A. M. *The Latin Love Poets: From Catullus to Horace*. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- MARTINS, P. Breve história da crítica da Literatura Latina. *Classica*, v. 21, n. 2, p. 189-204, 2008.
- _____. *Elegia Romana: Construção e Efeito*. São Paulo: Humanistas, 2009.
- _____. Rumor, lei e elegia: considerações sobre Propércio 2.7. *Archai*, 2015b. *Em edição*.
- _____. Sobre a metapoética em Propércio e na poesia erótica romana: o poeta rufião. *Classica*, 2015b. *Sob referee*.
- _____. O jogo elegíaco: fronteiras entre a cultura material ou intelectual e a ficção poética. *Nuntius Antiquus*, 2015c. *Sob referee*.
- MUSE, K. Fleecing Remus' Magnanimous Playboys: Wordplay in Catullus 58.5. *Hermes*, v. 137, n. 3, p. 302-313, 2009.
- ROWLAND, R. L. 'Miser Catulle': An Interpretation of the Eighth Poem of Catullus and Catullus. *Greece and Rome*, v. 13, n. 1, p. 15-21, 1966.

SKINNER, M. Catullus 8: The Comic 'Amator' as 'Eiron'. *Classical Journal* v. 66, n. 4, p. 298-305, 1971.

WISEMAN, T. P. *Catullus And His World. A Reappraisal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Do cosmos antigo à cosmovisão cristã: o monstruoso entre o último período antigo e o advento da Cristandade

*From the ancient cosmos to the Christian worldview: the
monstrous between Late Antiquity and the rise of Christianity*

Ronaldo Amaral*

Resumo: Almejamos tratar aqui de um problema fundamental que marcou imperativamente o período de transição que vai do último período antigo ao advento da Cristandade: a confluência de duas visões de mundo ora pautadas pelas continuidades (e no seu bojo pelos processos de apropriações, releituras, ressignificações) ora pelas rupturas. Aqui, em particular, trataremos da controversa concepção acerca da natureza dos seres marcados pela alteridade ou, se desejarmos, os seres monstruosos que, para além de uma abordagem estritamente historiográfica, nos ensejaram a discutir conceitos e percepções de profundas implicações antropológicas e filosóficas, como o belo e o feio, o bem e o mal, o semelhante e o diferente.

Abstract: We aim to deal in this article with a fundamental problem, which imperatively marked the transition from the Late Antiquity to the rise of Christianity: the confluence of two worldviews guided either by continuities or by ruptures. Particularly in this paper, we reflect about the controversial conception of the nature of beings marked by the otherness, or monstrous beings, which gave rise to the discussion about concepts and precepts of deep anthropological and philosophical implications, such as beauty and ugliness, good and evil, similar and different.

Palavras-chave:

Antiguidade;
Cristianismo;
Alteridade.

Keywords:

Classical Antiquity;
Christianity;
Otherness.

Recebido em: 26/06/2015
Aprovado em: 28/07/2015

* Professor de História Medieval da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Possui Pós-Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis).

O monstruoso desde uma perspectiva eidética na Antiguidade Clássica: dos seus elementos ideais à sua constituição onto-epistemológica

Pensar o monstruoso no mundo antigo é um intento bastante difícil, sobretudo se tivermos em mente os muitos elementos e conceitos os quais esse termo poderá implicar e neles ver-se implicado (o disforme, o híbrido, o desarmônico, o recalitrante ao bem), e todos no sentido de uma percepção que inquieta ou cinde com o Cosmos tornando-o, muitas vezes mesmo, fenômenos anti-cósmicos. No mais, como bem observou Umberto Eco (2014, p. 30), há dois âmbitos a se considerar no interior da tradição antiga a esse respeito: aquele propriamente da mitologia e o da filosofia, os quais, longe de se excluírem, nos parecem aptos e necessários ao diálogo para uma investigação mais conspícua sobre o tema. Já é por demasiado sabido que o Universo sagrado do mundo greco-romano configurava-se pela diversidade e pela heterogeneidade dos seus seres e lugares. Os deuses eram muitos, assim como seus humores, muitas vezes mesmo marcados pela ambiguidade e pela arbitrariedade com os seus; havia ainda os semideuses, heróis, demônios, ou ainda um sem número de entes que personificavam ou regiam elementos da natureza física e humana, donde não haveria uma ruptura e um estranhamento completo entre o mundo supranatural e o sensível. Na literatura mitológica antiga, como a de Homero, (*a Ilíada* e *a Odisseia*), ou a de Virgílio (*a Eneida*), deparar-nos-emos com um conjunto de deuses e entes fabulosos (pelo menos segundo nossa percepção, diga-se de passagem), muitos dos quais híbridos, e pensados talvez à época como entidades em si, mais do que personificações de imperativos psíquicos, alegorias ou símbolos com significantes, por natureza, sempre abertos. Queremos com isso dizer que estamos diante de civilizações – Grécia e Roma – as quais, sobretudo no seu primeiro período, possuíam homens e mulheres que fundavam sua visão de mundo acerca da natureza do Universo e de si mesmos, segundo o pensamento mítico ou simbólico, o mesmo que, mais tarde e sob a égide do cristianismo e à sua forma, conceberá a realidade humana sem maiores dicotomias ou cisões entre o mundo físico e o suprassensível, ou seja, em um Cosmos que unia e fundia em si os mundos divino e humano. Portanto, se o mundo clássico prezou pelo belo e pelo harmônico, aqui referido no seu sentido fenomênico (o corpo, a arte enquanto imitação da natureza no seu melhor sentido de ser e participar do Cosmos), também poderia admitir o desarmônico. E ainda que este negasse aquela natureza do Cosmos fundado no belo, no harmônico e na proporção, não deixava de ter por isso uma existência assertiva, no sentido de ser real, ontologicamente falando, fundando certa desarmonia no harmônico. Daqui que deuses e demais deidades segundas, encontrando-se a meio caminho do divino e do natural, possuíam potencialidades e características de

um e outro âmbito, ou mesmo um hibridismo que, ainda que perceptível apenas pelo natural, derivaria e se inscreveria melhor no âmbito sobrenatural, uma vez ser esse o lugar privilegiado do imaginário, por natureza polissêmico e harmonizador das incongruências ditadas pela percepção racional lógica.

Com o advento da filosofia voltada essencialmente para o metafísico, a quem podemos atribuir particularmente a Platão e a sua chamada “segunda navegação” (REALE, 1990, p. 49), ou ainda, a descoberta do suprassensível ou do inteligível como modelo e razão para o mundo sensível, o belo passaria a ser uma consequência, enquanto natureza tangível, daquela realidade suprassensível. Derivaria, não menos, da mais essencial das ideias que é do Bem, sendo, portanto, uma manifestação sua, primeiro na alma e, por meio dela, no mundo sensível. Uma vez que o Bem é a origem do próprio Ser, assim como sua razão essencial, sendo contudo, ele próprio, Não-Ser, pois estaria acima de todo e qualquer predicado, será o belo sua manifestação melhor possível e acabada: “as coisas inteligíveis não devem apenas ao bem a sua inteligibilidade, mas devem-lhe ainda o ser e a essência, conquanto o bem não seja de forma nenhuma o ser, mas esteja muito acima desse em dignidade e poder (Platão, *De Republica* VI, 509 b).

Passa-se, portanto, da composição ontológica do bem, para a aparição ôntica do belo. Não nos esqueçamos, para melhor fundamentar nossa causa, que é a ideia do bem e do belo que inspira o demiurgo platônico a criar o cosmos sensível, dando à matéria informe, as formas cujos modelos estão no inteligível, ou seja, fazendo desse mundo o mais Belo e Bom possível, ou segundo possa comportar a realidade sensível, conforme lemos no *Timeu* de Platão. Daqui que, segundo a filosofia platônica, o mal e suas consequências, como a imperfeição, a desarmonia, as trevas não podem existir enquanto realidades essenciais no mundo físico e humano, mas tão somente enquanto necessidade e ignorância, recalcitrância e impedimento da alma atingir o Bem e o Belo em si. Aqui, e somente aqui, é possível nos referirmos à qualidade daquilo que é mal na tradição platônica, ou seja, a ausência ou a ignorância das realidades da alma, no sentido de errância, ignorância, desvio descendente em relação a seu lugar natural, o inteligível.

Mesmo o neoplatônico Plotino, no século III, em uma releitura de Platão permeada por escolas outras do pensamento, como a aristotélica e a estoica, que parece relegar à matéria uma maior tendência à imperfeição, enquanto não ser, resistente ao bem e incapaz de receber a perfeição da alma, não chegaria a negar também ao Cosmos o Bem e o Belo como sua realidade última e essencial, pois esse, ainda que de forma indireta e como última emanção, veio à existência graças ao Uno, o Primeiro Princípio, “Pai” de todo o Bem e de todo o Belo (CHIARADONNA, 2014, p. 120). Contudo, Plotino, em um dos tratados mais famosos das *Enéadas*, intitulado “Sobre a Beleza”, relega o mundo

físico, ou seja, a matéria, a ser tão somente uma “imagem” do Belo em si em função da sua teoria das emanações descendentes a partir do Uno que mitigam e esvaziam cada vez mais o Bem e o Belo essencial em direção a uma imperfeição ou a um esvaziamento do ser mais tenaz. A matéria, última emanação a partir do inteligível, seria incapaz de encerrar o bem e o belo em si, chegando por isso a esquecer-se e negar aquele estado de perfeição, bondade e beleza absolutas. Aqui, nem mesmo a proporção ou a harmonia entre as partes no todo tão aclamadas pela estética e pela filosofia clássicas podem dar conta de serem verdadeiramente belas.

Porque há coisas como os corpos, que são belas não por seu substrato mesmo, senão por participação, enquanto outros são belezas elas mesmas, por exemplo, a natureza da virtude. Em efeito, os mesmos corpos parecem ora belos ora não belos, como se uma coisa fosse o corpo e outra o belo [...]. E nos casos em que, ainda que mantendo-se a mesma proporção, um mesmo rosto apareça algumas vezes belos e outras não, como não admitir que a beleza é outra coisa por cima da proporção e que a proporção é bela por outra coisa” (Plotino, *Enneades* I,6,1),

Para o pensamento filosófico platônico, portanto, seja aquele da época clássica ou, posteriormente, no âmbito da civilização helenística – via médio e neoplatonismo – de inegável matiz “teológico”, a imperfeição, a negação da harmonia cósmica seria tão possível quanto não antinatural, pois a própria natureza sensível, como a última emanação do Inteligível ou como sua possibilidade mitigada, tendo por paradigma a perfeição tão só residente nas formas inteligíveis, poderia comportar e originar tais errâncias, desvios, ou seja, a harmonia e a proporcionalidade encontradas no sensível não seriam tão verdadeiras quanto suas ideias. Daqui, por exemplo, que tenha se insistido que a perfeição mais possível encontrada na arte se referiria à ideia da coisa que a inspira e não à coisa em si que retrata.

Quanto à percepção mais crassa da desproporcionalidade e da desarmonia apreendidas no e pelo físico, e que poderia contribuir mais diretamente ao nosso tema, o monstruoso, damos um exemplo: o *Livro dos Prodígios*, de Julio Obsequente, escrito entre os séculos II e IV da Era Cristã. Essa curiosa produção objetara descrever a História dos prodígios ocorridos na antiga Roma, e que datariam da época republicana até a imperial. Dentre esses prodígios muitos estavam relacionados às imperfeições humanas e da natureza física de uma forma mais geral, e estariam aí contidos porquanto denotassem exceções, rupturas com a ordem do cósmica dignas de admiração e atonia em seus leitores, tendo, por isso, uma função divina, ou ainda, a função de revelar fatos insólitos, signos que prenunciavam acontecimentos de impacto, benfazejos ou catastróficos. Assim, entre outros, narram-se prodígios referentes ao humano, e tanto no sentido de uma alteridade radical (com o aparecimento de seres híbridos) quanto no sentido de uma alteridade

ordinária (deformidade humana). Damos alguns exemplos: uma criança que nasceu com cabeça de elefante; um porco com cabeça humana aparece em dois casos; narra-se ainda a aparição de porcos com mãos e pés humanos. Há outros casos mais, como os de humanos com múltiplos membros e principalmente de hermafroditas que contam pelo menos uma dúzia no decorrer de todo o texto. Segundo o autor, os hermafroditas inquietavam particularmente os contemporâneos, sendo por isso geralmente jogados ao mar assim que nascidos ou descobertos (Julio Obsequente, *Liber de prodigiis*, XXIII). Vistos como prodígios, ou como uma ruptura na harmonia cósmica para anunciar algo significativo que estava por vir, geralmente de caráter político e/ou militar, é interessante notar que mesmo o nascimento dos seres de alteridade radical, como os híbridos ou antropozoomórficos, gozavam de um igual status de alteridade e de natureza insólita em comparação àqueles acontecimentos que, em nossa percepção, seriam de uma “ordinariedade radical”, como um abutre entrar em um templo, arder um vulcão, incêndios de residências e prédios públicos, ou mais gravemente, chover leite ou pedras. Lucian Boia, filósofo do imaginário, de quem tomamos os termos “alteridade ordinária” e “alteridade radical” parece aqui contribuir a essa nossa observação ao notar com grande sensibilidade que na civilização greco-romana, o homem de alteridade radical no sentido mais preciso do termo, só representava um caso limite dentro de um sistema de desigualdade inata “na qual o humano se acercava ordinariamente a outra condição: divina ou a bestial. Mas a transição era gradual, se inscrevia no tempo e no imaginário social” (BOIA, 1997, p. 48), ou seja, em dois âmbitos (no tempo e no imaginário) privilegiados para nos depararmos com o outro alterno e suas mutações inscritas na dupla ruptura/continuidade-ressignificação, sobretudo em períodos de transição como aqui vimos abordando.

A demonização das divindades clássicas pelo pensamento monoteísta cristão como forma de monstrificação

Santo Agostinho, dessentindo mesmo de uma tradição filosófico-teológica cristã anterior a ele, encontrada nos Padres alexandrinos e capadócijs, negaria o mundo da preexistência como razão seminal da criação narrada pelo *Gênesis* bíblico, que, desde Filo de Alexandria, no século II, pode ver-se lida no próprio *Livro do Gênesis*, por meio de uma alegorese platonizante sua (Filo de Alexandria, *De officio mundi*). Essa observação quer aqui demonstrar que para Santo Agostinho a criação é de fato *ex nihilo*, ou seja, o mundo sensível surge do nada e sai diretamente das mãos daquele é Deus, ou seja, o Primeiro Princípio, providente e criador ao mesmo tempo. Tal visão difere daquela encontrada na tradição platônica e, sobretudo, neoplatônica, onde o Primeiro Princípio – o Uno – que é

não Ser, não está por isso relacionado diretamente ao ato criador e, portanto, à realidade desse mundo. Já em Santo Agostinho, Deus é o Primeiro Princípio, Ser por excelência, única e direta causa de todo o criado. Cria os demais seres a partir de Si, vindo a participar deles agora, senão de sua mesma essência, de sua realidade enquanto uma imagem Sua, que é mais que puro reflexo, participação no seu mesmo Ser pelo *Logos*. Assim, a criação participará do Criador, portanto, do Belo e do Bem em si que Ele é e essencializa. Daqui que a existência do não belo, do disforme, ou da desarmonia só pode então ser explicada por meio da visão humana incapaz de decifrar o Belo e o Bem presentes no todo, pois a perfeição dos seres reside na sua natureza de participação no Ser absoluto de Deus, embora, como nos afirma o próprio Santo Agostinho (*De civitate Dei*, XII, 2), "ao criar as coisas do nada, lhes deu o ser, mas não um ser em sumo grau, como é Ele, senão que a algumas lhes deu mais ser e a outras menos, criando assim uma ordem uma da natureza baseado nos graus de sua essência". Portanto, para a compreensão cristã do mundo a partir de então, ou pelo menos daquela concebida por Agostinho e seus congêneres, não há imperfeição ou desarmonia por si e em si, mas pela desigualdade das participações possíveis no Ser (GILSON, 2010, p. 397). A matéria e o corpo são, para santo Agostinho, a criação do próprio Deus, do Ser que engendra todos os demais seres a partir de Si. Portanto, virtudes como o bem e o belo, passam a ser imanentes e naturais aos próprios corpos e à natureza sensível, sendo, portanto, o feio, ou o desproporcional, não uma qualidade intrínseca aos seres sensíveis, mas uma incapacidade humana, moral, de não perceber o belo que reside absolutamente em tudo e em cada coisa ou ser. No mais, sendo Deus o Bem (o amor), tudo que criou, saindo direta e imediatamente de sua vontade bondosa, também deve ser bom e conter uma perfeição essencial análoga a sua. A própria matéria é criada simultaneamente à sua organização a partir das ideias divinas. Criada por Deus, para seu propósito de amor e perfeição, ela não pode ser negação do bem e do belo como fora para as tradições platônicas e neoplatônicas anteriores. Por isso, sobretudo a partir de Santo Agostinho, o mundo, e todo o criado que ele comporta, não pode ser consignado a nenhum gênero de imperfeição ou feiura em si, pois nada, nem a aparente imperfeição, é, na verdade, contra a harmonia e o Bem.

Mudança essencial na percepção do belo e em relação a sua antítese corporificada no sensível dar-se-ia pelo advento de um monoteísmo radical, ou seja, a exclusividade do ser Bem e, logo Belo, personificado em uma única e exclusiva deidade. Assim, após o monoteísmo cristão, no qual há um só Deus e uma só natureza essencial, o Bem, todo o panteão de deuses, ou mesmo de espíritos intermediários, como os *daemones*, ou ainda aqueles entes que estavam a meio caminho entre o divino e o humano, tenderiam agora a desaparecer, sobretudo os identificados por uma natureza divina edificada por uma

coincidência de contrários (RUSSEL, 1995, p. 130-140). Tais deuses seriam ora negados, ora atribuídos às “fábulas humanas” ou às “ilusões diabólicas” pelos primeiros “pais” do pensamento cristão desde pelo menos os alexandrinos. Muitos insistiriam, desse modo, que os demônios se apropriavam das imagens dos deuses e das demais divindades antigas, sobretudo as de caráter híbrido (antropozoomórficos), para fazê-los crer vivos e anuentes na vida dos homens, como verdadeiros signos de danação ou perdição, como podemos ler em Justino (*Apologia*, I,5) e Lactâncio (*Divinae Institutiones*, II, 9-12) nos primórdios do advento do cristianismo, uma vez que estabeleceu-se uma concepção dualista do sagrado na qual a existência de um Deus Único e Bom negaria qualquer outra possibilidade de existência de outro deus, ou deuses, que não fosse aquele da tradição bíblica, sobretudo o Deus de amor neotestamentário, consubstanciado no próprio Cristo. Tal concepção de um Deus Uno e Bom, tomada claramente, e em grande medida, da tradição neoplatônica contemporânea, esvaziaria tentativas de possíveis matizes politeístas no interior do cristianismo, como pôde ver-se por meio de teorias como a de Ário e de outros Padres pré-nicenos a respeito das pessoas divinas. Portanto, toda e qualquer outra entidade sobrenatural que não fosse o Deus Bom e Uno ou de sua vontade proveniente, seria reduzida a suas criaturas recalcitrantes, sobretudo o demônio, um ser que, embora criado bom como todos os demais seres, foi esvaziado dessa virtude em função do seu livre-arbítrio. O mal que causa não é, portanto, um mal em si, mas um ato de desvio e ignorância do bem, muitas vezes realizado pela condescendência do próprio Deus em função de um Bem maior que pode e deve encerrar em si, embora a sensibilidade popular não aceitasse uma tal teoria demasiada complexa e não vívida diante de um mundo e de sua percepção no qual o mal impregnava a carne e os espíritos. (DODDS, 1975). Explicar o mal por seu caráter essencialmente antropológico e moral não seria suficiente, portanto, como por exemplo, o fizeram os gnósticos, que atribuíam a própria criação do mundo a um demiurgo mal, muitas vezes identificado ao Deus do Antigo Testamento. Para a religiosidade popular do período qualquer ser espiritual, em relação ou não com os humanos, estaria atrelado necessariamente à vontade dessas duas potestades, Deus e o Diabo. A partir daqui, os deuses ou entidades as mais diversas da Antiguidade Clássica e Oriental seriam ora negados como fábulas ora despojados do seu ente divino exatamente por serem plurais, e tanto ontológica quanto moralmente.

Com efeito, esse processo de aviltamento das divindades antigas, clássicas e orientais ganharia mais uma argumentação a seu favor, na medida em que aquelas se apresentavam muitas vezes como seres híbridos, ou seja, meio humanos meio animais. Deuses ou não, a fusão em um só Ser de características ou partes humanas com partes de animais negava e corrompia a própria dimensão do Ser da divindade cristã, uma

vez que o homem fora a criatura mais próxima de sua dignidade, participando como nenhuma outra criatura sensível de sua essência mais possível, de seu espírito sem o qual o próprio mundo não seria divinizado e querido por Ele. No mais, segundo o *Livro do Gênesis*, o homem seria criado separado e distintamente dos animais; estes criados com antecedência ao homem, e cada qual de acordo com sua espécie; os seres humanos, em um grau de dignidade superior aos animais, por possuir, ademais de uma alma como aqueles (ZAMBON, 2004, p. 20), um espírito racional e uma prerrogativa demiúrgica em relação à ordenação da criação, que faria submeter a si as demais criaturas irracionais, aparentando-o, desse modo, ao próprio Criador, mais uma vez.

Contudo, os seres monstruosos, sobretudo os de caráter antropozoomórficos, concebidos sempre como alguma forma de deidade, não desapareceriam do imaginário popular com o advento do cristianismo, inclusive entre os homens mais eruditos; no entanto, sua natureza harmoniosa e seu lugar dentro do cosmos, agora cristão, sim. Por isso, Lucian Boia muito acertadamente afirmou que estes seres portadores de uma alteridade radical para a Cristandade, dado pertencerem naturalmente à lógica cosmogônica da Antiguidade Clássica, não mais encontrariam um sentido profundo no seio da ideologia cristã nem nas realidades de seu mundo; contudo, se salvariam pela força do imaginário, já que a imaginação é mais forte que a lógica (BOIA, 1995, p. 53).

Do monstruoso divino ao monstruoso humano: em direção à condescendência cristã

Seguindo ainda as pertinentes observações de Lucian Boia, somos convidados a identificar o monstruoso à alteridade. Esta pode apresentar-se sob duas formas mais ou menos precisas – a ordinária e a radical.

Na alteridade ordinária, a imagem supõe uma interpretação mais ou menos deformante de certa realidade biológica, histórica e cultural. A alteridade radical vai muito mais longe: constrói sem nenhum apoio material ou, em rigor, utiliza a matéria existente como simples pretexto (BOIA, 1995, p. 12).

Neste mesmo sentido, coloca-se Patrick Legros, sociólogo do imaginário, que distingue os seres diferentes, ou os monstros, como prefere chamar, em dois grupos distintos: aqueles que ainda se ligam à natureza e à espécie humana, e aqueles que, inteiramente imaginários, possuem formas inigualáveis de se caracterizarem (LEGROS, 2007, p. 279). Essa percepção de alteridade conceituadas por Boia e por Legros, que identifica a alteridade radical com os seres híbridos e a ordinária com os seres humanos marcados por alguma forma de deformidade física, haveremos de encontrar, sem forçar muito as respectivas fontes, nos escritos de Santo Agostinho e de São Jerônimo, que, como sabemos, são

contemporâneos. No entanto, a alteridade radical, encarnada precisamente no monstro, ser híbrido ou antropozoomórfico, será o ponto de inflexão que dividirá as opiniões desses três Padres da Igreja e, por consequência, do pensamento ocidental acerca de sua realidade tangível e de seu lugar na harmonia e na lógica do cosmos cristão.

São Jerônimo, por ocasião da escrita da *Vida de Paulo*, colocou Santo Antão, que caminhava desorientado pelo deserto à procura do seu congênere eremita, Paulo, frente a frente com um hipocentauro. Ainda que aterrorizado pelo monstro, Antão se dirigiria a ele e o interrogaria sobre o paradeiro daquele que buscava. A besta, meio humana meio equina, imediatamente desenvolveria uma fala inteligível, assim como, com uma das mãos, indicaria a direção na qual o monge peregrino deveria seguir; em seguida, desapareceria diante dos seus olhos, esmaecendo-se no ar.

Essa criatura, colocada naquele cenário por São Jerônimo, exigiria dele, e para sua própria autorreflexão, uma interrogação retórica (não deixando de anotar antes conhecê-lo pela "fábula dos poetas" que os denominavam hipocentauros): "De verdade, temos por coisa incerta se o diabo, para assustar o nosso monge, o simulou, ou se foi o deserto, feroz em monstruosos animais, que engendrou também essa besta" (São Jerônimo, *Vita Pauli primi eremitae*, 377). Não bastante, e sequer superada a atônita impressão do encontro com este ser monstruoso, Santo Antão, logo à frente no deserto, encontrar-se-ia novamente com outro prodígio, desta vez um fauno, assim tão cuidadosamente descrito por São Jerônimo: "um pequeno homenzinho, de ganchosos narizes, de frente afeadas por um cornos, a parte extrema do corpo terminava em umas patas de cabra." Santo Antão, devido ao valor didático-espiritual deste escrito dado por São Jerônimo, perguntaria ao fauno de quem se tratava, recebendo a seguinte resposta: "Eu sou mortal e um dos habitantes do deserto, a quem a gentildade, enganada por um peregrino erro, nos adora chamando-nos de "faunos", "sátiros" e também "incubos"." (São Jerônimo, *Vit. Paul*, 377). O monstro "mortal", entenda-se não divino, pediria ainda a Santo Antão que rogasse por ele e pelos demais de sua espécie ao "Senhor em comum". E São Jerônimo exclamaria pela boca de São Antão, tomado de grande comoção, as seguintes admoestações "Ai de ti Alexandria que em vez de Deus, adoras monstros! Ai de ti, cidade meretriz em quem hão confluído demônios do mundo inteiro, que vais a dizer ti agora? As bestas falam de Cristo e tu, em lugar de adorar a Deus, veneras aos monstros" (São Jerônimo, *Vit Paul.*, 377).

Interessante será notar ainda a preocupação de São Jerônimo em não deixar margem a dúvidas com relação a seu testemunho de caráter tão marcadamente fantástico, na medida em que seus leitores poderiam desacreditar da existência daquele ser prodigioso, de modo especial o fauno. Por isso, faz registrar que, no reinado de Constâncio (324-361), um "homem

dessa índole” foi capturado em Alexandria e dado a conhecer “ao mundo inteiro”. Morto, seu corpo foi salgado e levado a Antioquia para que pudesse ser visto pelo imperador. Esses seres monstruosos e, “reais”, seriam ainda, segundo nosso autor asceta, engendrados pelo deserto que, aliás, era o seu lugar natural. A lógica aqui é aquela do imaginário de sua época e lugar, o Oriente helenizado. São Jerônimo, embebido de leituras escriturísticas judaico-cristãs, mas também de poetas e filósofos clássicos, não deveria ter que inscrever, necessariamente, a origem daquele ser monstruoso nos cânones desta ou daquela tradição.

Pelo colocado, talvez não fosse demasiado errôneo afirmar que São Jerônimo poderia conceber que o próprio deserto, por ele mesmo, dera vida àquele monstro e a todos os demais seres prodigiosos. Da mesma forma, sua concepção cosmológica ainda marcadamente antiga sobre a existência das coisas e dos seres não deveria ter que obedecer, tenaz e univocamente, àquela apregoada pelo *Gênesis*, mas deveria estar aberta a tantas outras mitologias da criação que o seu momento histórico e seu contexto sociocultural poderiam ter-lhe apresentado (JAEGER, 2001), sobretudo aqueles que consignavam os seres diferentes a determinadas regiões que poderiam os gestar em conformidade à sua natureza espacial e a uma alteridade radical em relação ao espaço de quem fala ou imagina. Desse modo, podemos dizer que diante de um Universo fluido tinham-se todas as condições de conceber também seres fluidos, ou seja, seres de existência e natureza polissêmica, e mais uma vez, insistamos, de alteridade radical, sobretudo se anuirmos com o discurso de que a cultura de quem olha e registra é o lugar da normalidade.

Como sabemos, os seres antropozoomórficos eram, na Antiguidade, criaturas não só de inscrição natural naquela cosmovisão, como também seres divinos ou manifestações hierofânicas. Os faunos, por exemplo, citados por São Jerônimo, eram para a tradição romana gênios, ou seja, divindades campestres de caráter eminentemente benigno (GRIMAL, 2001, p. 166). No entanto, suas partes aparentadas com um bode não deveriam agradar os olhos de um cristão, pois, como vimos, seu ideal de beleza e harmonia deveria corresponder aos modelos pré-estabelecidos pela criação divina ditada pelo *Gênesis* bíblico, haja vista, que o próprio demônio medieval terá, na figura caprina, ou pelo menos, em suas partes, como os chifres e os pés fendidos, uma de suas imagens mais recorrentes. No cosmos antigo, por sua vez, esses gênios ou divindades, como os faunos e os hipocentauros, não teriam que obedecer àquela estrita lógica cristã de uma razão divina baseada em uma natureza que separava os seres em função de suas respectivas dignidades espirituais e mesmo ontológica, por sua vez desde sempre estabelecidas, como sabemos pelo *Livro do Gênesis*. Tal concepção fundamentava de modo canônico a natureza dos seres e seu estrito e singular lugar no mundo desde seu chamado à criação por Deus, ou seja, homens; animais irracionais; natureza inanimada: “Deus disse: façamos

o homem à nossa imagem, como nossa semelhança e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra.” (*Gn*, 1,26)

Para o pensamento cristão, concluíamos, não há conciliação entre animais e homens numa só existência ontológica, pois isso desdiria não só a própria lógica da criação divina judaico-cristã como a própria lógica do Ser de Deus, na medida em que se colocaria em causa a própria afirmação de sua contingência com o ser humano, concebido como uma hipóstase Sua, como já o dissemos (GILSON, 2006, p. 85).

Neste sentido, Santo Agostinho seria menos otimista e acorde com aquela visão clássica ainda presente em São Jerônimo, que entendera, como vimos, que os seres monstruosos podiam escapar aos cânones da criação segundo a gênese judaico-cristã. O bispo de Hipona, mais inclinado a uma escrita filosófico-teológica justificadora da fé cristã e seus fundamentos, também se ocupará dos seres monstruosos, e por aquela dupla via: os que se referem a prodígios humanos – a alteridade ordinária – e os de alteridade radical – os híbridos. Quanto aos primeiros, seu objetivo parece ser bastante específico: não só provar que eles descendem da criação divina e, por conseguinte, participam da vontade e dos bons propósitos de Deus, como também para insistir que eles pertencem à mesma humanidade, cujo tronco finca suas raízes nos pais primordiais Adão e Eva. Assim, para Santo Agostinho, o ser monstruoso nada mais é do que um ser humano marcado pela deformidade física. Portanto, a anatomia do monstro é para ele tão só a exacerbação ou subtração de partes do corpo humano, pelo menos daquele que pode asseverar-se de sua existência. A respeito destes, elenca: os que possuem um só olho no meio da testa, os que possuem os pés virados para trás, aqueles que contém ambos os sexos, os que não possuem boca, os de baixa estatura, e em casos mais extremos, aqueles que não possuem cabeça tendo os olhos no ombro (Santo Agostinho) – figuras essas que encherão a iconografia e o imaginário medieval posterior (KAPPLER, 2004, p. 133).

Para nossa causa, que busca acompanhar e compreender particularmente os monstros híbridos – a alteridade radical –, ou seja, aqueles seres prodigiosos cuja substância corporal e espiritual subverteria não só a harmonia da criação natural cristã, mas igualmente sua própria lógica, Santo Agostinho cita uma só ocorrência em relação a eles, os cinocéfalos. Tendo dificuldade em harmonizar essa espécie de monstro, metade homem metade cão, com aqueles seres monstruosos cuja natureza, ainda que prodigiosa, seria mais aceitável na inscrição da criação de Deus, pois se tratava de deformidades do corpo humano e não da mutação de sua natureza mesma, Agostinho sugere então que se duvidem deles (enquanto, lembremo-nos, São Jerônimo pede para que não se duvide de sua existência, esforçando-se inclusive para prová-la).

Que direi dos cinocéfalos, cujas cabeças de cachorro e cujos próprios latidos mostram serem mais animais que homens? mas ninguém é obrigado a crer nessa série de homens que dizem existir. Contudo quem quer que nasça homem, quer dizer animal racional e mortal, por mais rara e estranha que pareça sua forma, cor, movimento, voz ou qualquer outra virtude, parte ou qualidade natural, nenhum fiel duvidará originar-se do primeiro homem. Sempre fica margem para ver o que a natureza operou em muitos e o que é admirável por sua própria raridade (Santo Agostinho, *De civ. Dei*, XVI, 8,1).

Tudo fica posto aqui; os seres antropozoomórficos, como os cinocéfalos, não são para Santo Agostinho, ainda que ele não o diga positivamente, criaturas que descendem da criação humana de Deus. Aliás, se esquivava de dar qualquer outra explicação sobre sua existência. No entanto, uma vez havendo esses *homens diferentes*, eles necessariamente se originariam do casal primordial e assim seriam feitos por Deus, já que compreenderiam, de toda forma, a lógica do conjunto de sua criação, cuja harmonia dar-se-ia pela conciliação da diversidade que se prestaria ainda a demonstrar sua grandeza e seu poder criador. “Quem é incapaz de contemplar o conjunto choca certa desproporção em determinada parte, por ignorar a que parte se adapta e toda sua relação.” (Santo Agostinho, *De civ. Dei*, XVI,8,2). Como muito bem observou Claude Kappler, a argumentação de Santo Agostinho a esse respeito obedece unicamente a uma preocupação teológica; ademais, cuida essencialmente, como também observamos aqui, de monstros humanos, os quais, mais do que definir sua causa e razão intrínsecas, se preocupa tão só em justificá-los como seres coerentes com a criação cristã una e divina (KAPPLER, 2004, p. 238). Por isso, no tocante aos seres híbridos, ou seja, a monstros como os cinocéfalos, pede inclusive que se duvide da existência deles, uma vez que afirma só “dizerem existir”, tirando de si qualquer responsabilidade de prova ocular ou de estar respaldado por uma testemunha fiável e piedosa, tão ao gosto da argumentação do homem da sua época, e que vimos ser um recurso utilizado por São Jerônimo para afirmar a existência dos faunos.

Esse sintético recorrido em relação ao tema do monstruoso e suas implicações estéticas e morais para nossa percepção atual, analisados aqui tanto sob a perspectiva de uma história das ideias quanto de uma história do imaginário, marca sobretudo o período adventício da civilização ocidental da qual resultamos. Incita-nos a uma discussão que, desde sua origem, nos convida a pensar e repensar nossos parâmetros do belo e do feio, do aceitável e do expugnável, e por fim, do bom e do mal. Tais percepções são a exteriorização de sentimentos, de valores ambíguos, de medos e vontades que, na relação conosco mesmo e com aqueles que nos são alternos, podem nos condicionar a amar ou excluir a nós mesmos ou a outrem de um espaço de tolerância e de desejável bem-estar humanos. Conduz, no fundo, a um encontro conosco mesmo, uma vez que a alteridade reside antes de tudo em nós. O monstro ou o prodígio pode ser então um *alter ego* no

qual projetamos nossos sentimentos e emoções, como nossos medos, nossos limites – físicos ou espirituais – ou nossas virtudes. Portanto, o encontro com o outro diferente é, e em razão dessa alteridade, um encontro conosco mesmo, onde poderemos nos perceber e nos contemplar em toda nossa complexa e polissêmica existência.

Referências

Documentação textual

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2012.

FILONE DI ALESSANDRIA. La Creazione del mondo. In: *TUTTI I TRATATI DEL COMMENTARIO ALLEGORICO ALLA BIBBIA*. Testo Greco a fronte. Edizione a cura de Roberto Radici. Milano: Bompiani, 2005.

JULIO OBSECUENTE. *Libro de los prodigios*. Madrid: Clásicas, 1990.

JERÔNIMO. *Vida de San Pablo*. Obras de San Jeronimo. Madrid: BAC, 2002. v. 2.

JUSTINO. *Apologia I e II*: Padres Apologistas Griegos. Introdução, texto grego, versão espanhola e notas de Daniel Ruiz Buenos. Madrid: BAC, 2002.

LACTÂNCIO. *Instituições divinas*. Introdução, tradução e notas por E. Sánchez Salor. Madrid: Gredos, 1990. v. 2.

PLATONE. *Republica*. Testo greco a fronte. Edizione a cura de Enrico V. Maltese e Francesco Adorno. Roma: Newton Compton Editori, 2009.

PLOTINO. *Enneadas*. Testo greco a fronte. Edizione a cura de Giuseppe Faggin. Milano: Rusconi, 1996.

SAN AGUSTÍN. *La ciudad de Dios*. Madrid: BAC, 2009.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Obras de apoio

BOIA, L. *Entre l'ange et la bete: Le mythe de l'homme different de l'Antiquite a nos jours*. Paris: Plon, 1995.

CHIARADONNA, R. *Plotino*. Roma: Carocci, 2014.

DODDS, E. R. *Paganos y cristianos en una época de angustia*. Madrid: Crisandad, 1975.

ECO, U. *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GILSON, É. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *O espírito da filosofia medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

JAEGER, W. *Cristianismo primitivo e paideia grega*. Lisboa: Edições 70, 2001.

KAPPLER, C. *Monstruos, Demonios y Maravillas afines de la Edad Media*. Madrid: Akal, 2004.

REALE, G. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1.

RUSSEL, J. B. *Percepciones del mal, de la antigüedad al cristianismo primitivo*. Barcelona: Laertes, 1995.

ZAMBON, F. *L'alfabeto simbolico degli animali*. Roma: Corossi, 2004.

Resenhas

Reviews

Inventivas e panegíricos na Antiguidade Tardia: as duas faces de uma mesma moeda

*Invectives and panegyrics in Late Antiquity:
the two faces of the same coin*

FLOWER, R. *Emperors and bishops in Late Roman Invective*.
Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 294 p.

Daniel de Figueiredo*

Recebido em: 28/09/2015
Aprovado em: 29/10/2015

O presente trabalho de Richard Flower¹ trata do uso da técnica das inventivas, particularmente a inventiva imperial romana, escritas por três bispos cristãos nas décadas centrais do século IV d.C.: Atanásio de Alexandria, Hilário de Poitiers e LúCIFER de Cagliari. A partir dos textos selecionados *História dos Arianos* (Atanásio), *In Constantium* (Hilário) e *Moriundum esse pro dei filio* (LúCIFER), o autor busca identificar a possibilidade não apenas de se extrair desses discursos uma avaliação do poder imperial naquele contexto, mas, também, entender os modos pelos quais os membros do episcopado buscaram angariar autoridade e poder perante suas comunidades e além delas a partir de técnicas retóricas pré-existentes que foram adaptadas àquele contexto específico de conflito político-religioso.

O gênero literário denominado de inventiva, que pode ser considerado o outro lado da moeda do panegírico, foi utilizado de forma individual por aqueles três bispos de orientação nicena para atacar a autoridade do imperador ariano Constâncio II, acusando-o de herdeiro dos reis ímpios, perseguidor e herisiarca. Ao mesmo tempo, aqueles autores apresentavam-se, nos seus próprios textos, como imitadores e sucessores de figuras reverenciadas do passado cristão. Essa estratégia retórica teve por finalidade mostrar a adesão dos autores aos modelos de autoridade cristã.

* Doutorando em História Antiga pela Unesp/Franca sob orientação da Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ Lecturer in the Department of Classics and Ancient History, University of Exeter.

O argumento que perpassa o trabalho de Flower é que as inventivas daqueles três autores têm sido objeto de estudo sobretudo pelos argumentos teológicos que embasam as tentativas de construção de uma ortodoxia cristã. O autor afirma, ainda, que a historiografia tem dado pouca atenção a essas peças discursivas, diminuindo-as como trabalhos polêmicos de menor importância. Flower, por outro lado, tenta demonstrar que elas constituíram poderosas armas durante aqueles debates teológicos, pois funcionaram, também, como habilidosas peças de construção de identidade e autoridade dos autores. A leitura cuidadosa das representações que aqueles três bispos fizeram de si indica que os artifícios retóricos empregados contribuíram significativamente para a posterior percepção daqueles membros do episcopado como heróis da ortodoxia (p. 7-8).

Flower indica que os métodos de louvar e culpar que foram utilizados em panegíricos e inventivas da Antiguidade Tardia eram altamente tradicionais, permanecendo reconhecidamente categorias retóricas comuns à linguagem do poder imperial. Contudo, os três bispos alteraram o alcance dos *exempla* utilizados comparativamente nas descrições dos imperadores e de si próprios, substituindo a literatura clássica pelas Escrituras cristãs. Logo, através das inventivas selecionadas, percebe-se que aqueles bispos combinaram assuntos e *exempla* que eram deliberadamente cristãos junto com técnicas e propósitos que estavam enraizados firmemente na tradição literária clássica. Assim, os textos daqueles três autores exemplificam como a *paideia* clássica foi combinada com um vocabulário cristão na tentativa de construção da realeza cristã. Ao mesmo tempo, tais escritos funcionavam como peças de propaganda dos próprios autores, que buscavam afirmar poder e autoridade no ambiente de instabilidade em que operavam (p. 19). Para demonstrar esse papel vital que a inventiva política romana desempenhou naquele contexto, Flower estrutura seu trabalho em quatro capítulos, bem como apresenta, ao final da obra, sob a forma de Apêndices, as traduções de alguns textos utilizados na pesquisa.

No Capítulo 1, *Praise and blame in the Roman world* (p. 33-77), Flower examina o funcionamento das estratégias retóricas que existiam no mundo romano para avaliação do governo imperial e a partir dessa análise tenta iluminar o contexto cultural no qual as inventivas produzidas contra o imperador Constâncio II foram escritas. O capítulo destaca a importância da retórica no relacionamento entre as elites educadas, que pode ser demonstrada pelo uso da tradição clássica nos panegíricos, inventivas e manuais de retórica produzidos na Antiguidade Tardia. No que se refere aos panegíricos, o autor indica o papel que eles desempenharam na vida cerimonial do Império Romano e na construção das expectativas públicas em torno das qualidades e ações dos imperadores. Aquelas orações foram vitais para a construção da imagem de um imperador ideal, que poderia

ser remodelada de acordo com circunstâncias e propósitos individuais. Flower destaca, nessa seção, que tanto o panegírico quanto a inventiva funcionavam como um importante meio de representação do poder. Aquelas duas formas discursivas criavam e recriavam um paradigma imperial. De um lado, o panegírico buscava destacar o imperador como personificação do poder imperial e a inventiva como sua antítese. Ele exemplifica essas disposições através das descrições hagiográficas do imperador Constantino feitas por Eusébio de Cesareia e das discussões das virtudes e vícios imperiais por Lactânio, ambos nos anos iniciais do século IVd. C. Esses trabalhos teriam representado uma tendência para os ataques polêmicos de Atanásio, Hilário e LúCIFER contra o imperador Constâncio II.

O Capítulo 2, *Constructing a Christian tyrant* (p. 78-126), enfoca as transformações operadas em relação às inventivas clássicas para incorporar conteúdos cristãos e criar novas referências de comportamento imperial. Flower observa que o tema dominante nas inventivas dos três bispos era a falta de piedade de Constâncio II. Desse modo, esse imperador passa a ser comparado aos primeiros perseguidores do judaísmo e cristianismo a partir de exemplos extraídos das narrativas bíblicas e da história do Império Romano. Esse novo método de avaliação de um imperador cristão, porém adepto de uma forma de cristianismo diversa da dos três bispos, mantinha as técnicas dos panegíricos e inventivas clássicos juntamente com as características celebradas nas construções tradicionais do ideal imperial. Entretanto, essas características anteriores passam a ser combinadas a comparações bíblicas a partir de uma hierarquia de virtudes. Assim, Flower percebe que se reescrevia a linguagem da ideologia imperial, mantendo-se a gramática e a sintaxe, mas com a imposição de um vocabulário diferente. O resultado dessa mescla foi a emergência de uma nova retórica que era reconhecidamente romana e distintivamente cristã, pois criava um novo tropo literário que combinava, na figura do imperador Constâncio II, o tirano, o perseguidor e o herético.

No Capítulo 3, *Writing auto-hagiography* (p. 127-177), Flower explora o papel adicional das inventivas na construção das imagens públicas daqueles três bispos. O objetivo foi o de agregar autoridade perante os leitores e ouvintes. Similarmente, mas trabalhando de forma isolada, os três bispos usaram suas narrativas para, ao mesmo tempo, retomar o tema da perseguição contra os cristãos sob os auspícios de Constâncio II, construindo, a partir disso, novas imagens para o imperador e para si próprios. Depois de explorar o uso das referências bíblicas utilizadas pelos autores, Flower destaca o principal arquétipo empregado por aqueles três bispos na autoconstrução das suas imagens: o confessor cristão – aquele indivíduo que havia confessado sua fé diante de um funcionário imperial pagão. Logo, ao se compararem aos mártires das perseguições dos três séculos precedentes, os bispos almejavam agregar às suas imagens toda a carga simbólica de autoridade que vinha embutida nessas comparações.

O Capítulo 4, *Living up to the past* (p. 178-219), no seu todo, explora os modos pelas quais aqueles bispos apresentavam o relacionamento entre seus próprios trabalhos e os textos sagrados, quebrando não apenas a barreira entre o passado bíblico com os seus próprios, mas também o golfo entre seus escritos e a suprema autoridade das Escrituras. Desse modo, esse capítulo vai além dos aspectos polêmicos das inventivas de Atanásio, Hilário e Lúçifer contra Constâncio II para captar as representações que eles criavam no relacionamento entre os cristãos e os textos de autoridade do passado. Flower examina o papel que a utilização da literatura bíblica desempenhou na criação das genealogias ortodoxa e herética, com a finalidade de associar aqueles autores a figuras reverenciadas do passado cristão e ligar seus inimigos aos sucessores dos pagãos, judeus e à longa lista dos reconhecidamente tidos como heréticos. Essa estratégia de rotular inimigos com grupos amplamente condenados tratou-se de uma importante característica das disputas político-religiosas na Antiguidade Tardia. Isso visava construir seus inimigos como imitadores dos antigos heréticos que já haviam sido separados da ortodoxia através de palavras da autoridade das Escrituras, ao mesmo tempo que construía genealogias paralelas e positivas para si próprios. A finalidade era a de recriar uma estrutura de autoridade para aquelas disputas por autoridade e poder.

Ao final da obra, na seção intitulada *Epilogue* (p. 220-229), Flower faz um balanço para reforçar as considerações traçadas nos capítulos anteriores. Ressalta que, nos ataques desferidos a Constâncio II, aqueles bispos extraíram os métodos retóricos de representação que apareciam regularmente nos manuais e panegíricos dos cerimoniais cívicos e imperiais. Aqueles trabalhos constituem as primeiras inventivas sobreviventes contra um imperador romano vivo e, desse modo, podem fornecer outro ângulo sobre o estudo da autoridade e representação imperial na Antiguidade Tardia. As técnicas literárias de caráter depreciativo empregadas pelos três autores foram inculcadas por meio incontáveis modelos que circularam amplamente, sobretudo os trabalhos de escritores clássicos como Cícero e Demóstenes. As inventivas, portanto, eram a imagem espelho dos panegíricos, construídas através do mesmo material, descrevendo o perfil familiar, vícios, crimes e ilustradas com *exempla* retirados do passado bíblico em que diferentes elementos poderiam ser enfatizados, dependendo das características do sujeito e dos propósitos de quem escrevia. Para Flower, as inventivas merecem ser colocadas junto aos panegíricos no estudo do poder político imperial romano, seja através dos ataques daqueles três bispos, na poesia condenatória de Claudiano ou nas descrições de tirania presentes nos *Panegyrici latini*.

Isso porque, as inventivas tinham um papel fundamental não apenas para permitir indivíduos e comunidades se distanciarem de um regime passado, mas também

reformular a imagem de um imperador exemplar no sentido de criticar a de outro. Desse modo, ambos, panegírico e inventiva, construíam um paradigma imperial que reconheciam o seu cumprimento no governante atual. Nesse sentido, as inventivas contra Constâncio II buscavam deslegitimar o governante no sentido de moldá-lo como um perfeito tirano. Enquanto a imagem de um imperador ideal era mutável nas mãos de oradores habilidosos, reformulada incansavelmente para atender a contextos individuais, os ataques contra Constâncio representaram uma maior transformação da linguagem de poder. Os bispos que escreveram aqueles trabalhos construíam uma retórica polêmica e explicitamente cristã, reescrevendo os critérios para o emprego de muitos dos padrões de legitimidade política. Em certo sentido, aqueles textos ainda olhavam para os modelos clássicos, empregando muito dos padrões de técnicas dos panegíricos e inventivas, portanto não eram uma forma de literatura estranha. Trabalhavam dentro daquela tradição, mas retrabalhando-a para seus próprios propósitos. Desse modo, os autores se posicionavam como representantes de uma elite que poderia se identificar e condenar o exercício impróprio do poder. Operando dentro da estrutura conceitual aqueles bispos foram capazes de descrever Constâncio II como o oposto do novo ideal de imperador e assim argumentar que, como os apóstatas e os perseguidores, ele era indigno para ocupar o poder imperial. Ao mesmo tempo, os textos serviam para criar uma percepção da ilegitimidade do poder imperial de Constâncio II bem como constituíam ferramentas de autoridade dos próprios autores.

O que se pode extrair do trabalho de Flower é que a documentação textual produzida na Antiguidade Tardia que alcançou os nossos dias é, quase sempre, caracterizada por uma alta carga retórica, polêmica e propagandística. A leitura desses documentos pelo historiador requer, além do domínio do contexto em que foram produzidos, uma acurada compreensão das estruturas textuais das diferentes formas discursivas que foram utilizadas para fins diversos pelos autores. Nesse sentido, o livro de Flower explora de forma minuciosa a documentação e dá prosseguimento a uma série de estudos que, desde a década de 1990, têm se preocupado em lançar novas perspectivas acerca das estratégias utilizadas pelos membros da hierarquia eclesiástica em busca da afirmação de um discurso cristão que se pretendia ortodoxo, sobretudo durante o século IV d.C., ambiente em que coexistiam várias formas de cristianismos. O autor vem, desse modo, agregar contribuições relevantes a outros trabalhos da historiografia recente que trataram desse complexo tema.² O livro é altamente recomendado aos leitores acadêmicos interessados na temática da afirmação do discurso cristão na Antiguidade Tardia.

² Dentre alguns desses trabalhos, citamos Cameron (1991; 2014) e Carvalho (2010).

Referências

CAMERON, A. *Christianity and the Rhetoric of Empire: the development of Christian discourse*. Berkeley: University California Press, 1991.

_____. *Dialoguing in Late Antiquity*. Washington: Harvard University Press, 2014.

CARVALHO, M. M. *Paideia e retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. São Paulo: Annablume, 2010.

O período helenístico: a época dos Diádocos

The Hellenistic period: the era of the Diadochi

ANSON, E. M. *Alexander's heirs: the age of successors*. Oxford: Oxford University Press, 2014. 248 p.

Alessandra André*

Recebido em: 10/12/2015
Aprovado em: 12/01/2016

No século IV a.C., o mundo mediterrâneo foi marcado por uma profunda transformação, sobretudo política. Nesse contexto, nenhuma figura chamou mais a atenção dos autores antigos, e dos historiadores do que a de Alexandre, o Grande. Ampla parte da historiografia especializada, destacou como o macedônio, já na segunda metade do IV século a.C., contribuiu para uma nova configuração política nos territórios conquistados, que abarcavam o mundo das *póleis* e territórios do Império Persa. Durante seu governo, Alexandre adotou atitudes e acumulou uma série de imagens que fundamentavam a sua realeza, e que mais tarde influenciaram a *basileia* do período helenístico, construída pelos chamados Diádocos de Alexandre. Devido, sobretudo, à força da imagem de Alexandre, por muito tempo as décadas iniciais do período helenístico permaneceram foram tratadas apenas como um período de conturbações devido a uma suposta incapacidade dos generais de Alexandre em manter a unidade da *oikoumene*, sendo a figura deste monarca preponderante nos estudos acerca da formação da *basileia* helenística. Entretanto, nas últimas décadas, alguns estudiosos têm buscado dar conta deste período que compreende o final do século IV a.C. e as décadas iniciais do século III a.C., a fim de entender a complexidade em torno da nova configuração política do período helenístico que está para além das ações de Alexandre. Um destes autores é Edward M. Anson.

* Doutoranda do Programa de pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob a orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). Bolsista FAPES.

Professor do Departamento de História da Universidade do Arkansas, Anson é especialista em História Militar Greco-Roman, e possui uma das mais amplas publicações no que concerne ao período helenístico, constituída por livros, artigos e verbetes de enciclopédias especializadas. Entre seus trabalhos recentemente publicados, temos a obra *Alexander's heirs: the age of successors*, relacionada justamente às quatro primeiras décadas após a morte de Alexandre, tendo como foco as ações dos Diádocos.

A obra traz uma breve narrativa, que começa com a morte do conquistador, em 323 a.C., e termina em 281 a.C., com o assassinato de Seleuco, o último dos generais de Alexandre. Sobre o recorte temporal, Anson afirma que o objetivo da obra aqui citada é olhar criticamente os acontecimentos e personagens que definiram os rumos que mundo helenístico iria seguir e que por muito tempo foram relegados a notas de rodapé ou simplesmente ignorados, e não fazer necessariamente uma história do período helenístico, sendo o livro voltado para acadêmicos, mas também para o público em geral.

Apesar de seu caráter narrativo, o livro de Anson inclui uma série de considerações que oferecem informações valiosas, tais como: a natureza fortemente pessoal da *basileia* helenística; o fato de o tesouro, a terra e os soldados serem parte dos despojos de guerra, pois tudo que era conquistado pelo *direito da lança* poderia ser perdido da mesma forma; e, apesar de breve, uma importante discussão sobre a fundação de cidades pelos vários sucessores e os papéis, sobretudo o militar, esperados destas cidades. Além disso, Anson chama a atenção do leitor para o importante papel desempenhado por Filipe II, pai de Alexandre, na criação do mundo helenístico.

A obra *Alexander's heirs: the age of successors*, é dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *The Death Of A Conqueror*, o autor empreende uma reconstrução dos acontecimentos, principalmente dos conflitos que ocorrem por todo o território pertencente ao império de Alexandre logo após a morte deste monarca. O segundo capítulo, *The Funeral Games Begin*, enfoca as disputas entre os Diádocos, que devotam suas ações em memória ao soberano morto o claro objetivo de filiar-se a Alexandre. O terceiro, *The End Of A Dynasty*, aborda como, a partir da primavera de 318 a.C., determinados acontecimentos conduzem ao fim da dinastia dos Argéadas. No quarto capítulo, intitulado *War, Both The King And Father Of All*, Anson aborda o período entre 314 a 306 a.C., destacando a importância da vitória militar de Demétrio em Chipre, em 307 a.C., sobre as forças de Ptolomeu, fator ligado diretamente à proclamação de seu pai, Antígono, pouco tempo depois, como o primeiro *basileus* helenístico, sendo o próprio Demétrio proclamado regente ao lado de seu pai, fundando assim a primeira dinastia helenística. No quinto e último capítulo, intitulado *The End Of The Diadochi*, o autor se debruça sobre o período de 306 a 281 a.C., intervalo de tempo que marca

o surgimento do primeiro *basileus* helenístico e é encerrado com a morte do último Diádoco de Alexandre, Seleuco.

Mesmo que Anson possua trabalhos mais densos sobre o tema, como o livro *Eumenes of Cardia: A Greek Among Macedonians*, reeditado em 2015, a obra *Alexander's heirs: the age of successors* se destaca pelo conjunto de documentos examinados. A principal fonte utilizada pelo autor é a *Biblioteca Histórica*, de Diodoro da Sicília, escrita na primeira metade do século I a.C. Devemos assinalar que nenhum relato produzido no século IV a.C., referente à construção da nova configuração política, sobreviveu. Anson nos aponta como é difícil tratar do período de formação do período helenístico, sobretudo no que concerne às duas décadas posteriores a 301 a.C. O autor explora outros documentos para a elaboração de sua análise, como as narrativas de Justino, Duris de Samos, Quinto Cúrcio, Arriano e Plutarco.

Apesar da riqueza da documentação textual tratada por Anson, este deixa de lado fontes que consideramos importantes, como as de caráter epigráfico e numismático, principalmente quando se trata de um período tão pouco iluminado pela documentação escrita. E mesmo que o autor tente reabilitar uma *História dos Diádocos*, ainda se mantém muito focado na figura de Alexandre, num mundo helenístico tributário de elementos provindos quase que exclusivamente da Macedônia e da Hélade, e no caráter bélico das ações dos Diádocos.¹ Autores como Olbrycht (2013), ao se debruçarem sobre o mesmo período, tratam do papel dos iranianos com base num complexo conjunto de materiais arqueológicos e numismáticos provenientes sobretudo da Babilônia. Já Pastor (2013), apresenta uma independência de regiões do Oriente, no período dos Diádocos, que nem mesmo foram conquistadas por Alexandre, mostrando regiões da Ásia Menor nas quais se conservaram as tradições aquemênidas, regiões estas que também foram bem sucedidas em evitar a conquista. Em última análise, muitas destas regiões estabeleceram reinos independentes, como no caso da Bitínia e Capadócia, localidades nas quais os governantes estabeleceram alianças com os soberanos helenísticos, mas sem se submeter diretamente.

Tais limitações, no entanto, são em parte justificadas pela própria natureza da obra, que busca construir uma visão geral do mundo helenístico em construção nas primeiras quatro décadas posteriores à morte de Alexandre. Com *Alexander's heirs: the age of successors*, Anson consegue mostrar ao leitor, sobretudo ao iniciante nos estudos

¹ O apego do autor ao aspecto militar pode estar ligado a dois fatores. Primeiro, o elemento militar, mesmo que não seja o único aspecto a se destacar, é realmente importante na formação da Civilização Helenística, assim como o foi antes, com Filipe e Alexandre. Em segundo lugar, a atenção dispensada ao aspecto militar pode estar ligada à própria formação do autor, especialista em História Militar.

do período helenístico, uma visão mais complexa do período. Por meio de uma leitura introdutória, que nos é proporcionada pela obra de Anson, conseguimos concluir, junto com o autor, que os acontecimentos tratados no contexto exposto resultam, ao fim e ao cabo, na criação de um *novo mundo*.

Referências

- OLBRYCHT, M. J. Iranians in the Diadochi Period. In: ALONSO TRONCOSO, V.; ANSON, E. M. (Eds.). *After Alexander: the time of the Diadochi (323-281 BC)*. Oxford: Oxbow Books, 2013, p. 159-182.
- PASTOR, L. B. *Nullis umquam regibus nisi domesticis*: Cappadocia, Pontus and the Resistance to the Diadochi in Asia Minor. In: ALONSO TRONCOSO, V.; ANSON, E. M. (Eds.). *After Alexander: the time of the Diadochi (323-281 BC)*. Oxford: Oxbow Books, 2013, p. 183-198.